

PAISAGEM AMBIENTE

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

12



ENSAIOS



Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Vice-Reitor: Prof. Dr. José Adolpho Melfi

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretora: Prof^a Dr^a Maria Ruth Amaral Sampaio

Vice-Diretora: Prof^a Dr^a Sheila Walbe Ornstein

Editor Responsável

Silvio Soares Macedo

Comissão Editorial

Prof^a Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima

Prof^a Dr^a Maria Angela Faggin Pereira Leite

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

Conselho Editorial

Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos Lima (FAUUSP)

Euler Sandeville Junior (Univ. Brás Cubas)

Fábio Mariz Gonçalves (Arqto. paisagista)

Fany C. Gallender (Arqta. paisagista)

Helena Napoleon Degreas (UNIP/Univ. Brás Cubas)

Klara Anna Kaiser Mori (FAUUSP)

Maria Angela Faggin Pereira Leite (FAUUSP)

Miranda M. E. Martinelli Magnoli (FAUUSP)

Paulo Renato Mesquita Pellegrino (FAUUSP)

Silvio Soares Macedo (FAUUSP)

Vladimir Bartalini (FAUUSP)

Apoio Técnico:

Maria Ezilda Aparecida Gratieri



CREDENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

Paisagem Ambiente

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

12

ENSAIOS

ISSN 0104-6098

Paisagem e Ambiente: ensaios /
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. - São Paulo: FAU, 1997.

n. 12, dez. 1999

1. Ensino superior – Curriculum.
I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Ficha catalográfica preparada pelo Serviço de
Biblioteca e Informação da FAUUSP

Laboratório de Programação Gráfica
Prof. Coordenador: Minoru Naruto

Supervisão Geral
José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico
André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica
Divino Barbosa

Preparação e Revisão
Ivanilda Soares da Silva
Stella Regina A. A. Anjos

Diagramação
Sóstenes Pereira da Costa

Tratamento de Imagem
Sidney Lanzarotto

Fotolito
Sidney Lanzarotto

Montagem
Robson Brás Teixeira
Sidney Lanzarotto

Cópia de Chapa
Juvenal Rodrigues

Impressão
José Gomes Pereira

Dobra
Ercio Antonio Soares

Acabamento
Ercio Antonio Soares
Juvenal Rodrigues
Nadir de Oliveira Soares

Secretária
Eliane de Fátima F. Previde

Projeto Gráfico
André Luis Ferreira

Capa
Francine Gramacho Sakata

Composição, fotolitos e impressão offset
Laboratório de Programação Gráfica da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Pré-matriz
Linotronic Mark 40

Tipologia
ZapfHumanist BT, no corpo 11 para o texto e ZapfHumanist BT bold nos corpos 14 e 13 para os títulos e subtítulos

Montagem
39 cadernos de 8 páginas

Tiragem
1.500 exemplares

Data
Dezembro 1999

Distribuição
Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES
Rua do Lago, 876,
Cidade Universitária
CEP 05508-900 - São Paulo SP
Fone: 818-4815

S U M Á R I O S U M Á R I O S U M Á R I O

HISTÓRIA

ASPECTOS DA HISTÓRIA DOS JARDINS BOTÂNICOS NO MUNDO E NO BRASIL – UMA ABORDAGEM SOBRE O JARDIM BOTÂNICO DO RECIFE – PE

09

Erika Audet de Almeida – Arquiteta, bolsista de aperfeiçoamento pela Fundação de Amparo à Ciência e à Tecnologia de Pernambuco – FACEPE no período de maio de 1998 a janeiro de 1999, Laboratório da Paisagem, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Ana Rita de Sá Carneiro – Arquiteta, Prof^a. Dr^a. do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Laboratório da Paisagem / UFPE.

Marccus Vinícius Alves – Biólogo, MSc Botânica, professor do Departamento de Botânica, Laboratório da Paisagem / UFPE.

PAISAGEM URBANA

AS ANTIGAS E AS NOVAS VILAS DE SÃO PAULO: CONCEITUAÇÃO E ESTUDOS DE CASO

29

Carlos Alberto da Silva Filho – Engenheiro agrônomo, paisagista da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo, mestrando da FAUUSP.

Solange Moura Lima de Aragão – Arquiteta formada pela FAUUSP e mestranda da FAUUSP.

CONJUNTO RESIDENCIAL RUBEM BERTA: ORDEM PROJETUAL E TRANSFORMAÇÕES MORFOLÓGICAS

69

Décio Rigatti – Arquiteto, professor do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAU/UFGRS, doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP

MEIO AMBIENTE

LITORAL URBANIZAÇÃO AMBIENTES E SEUS ECOSISTEMAS FRÁGEIS

151

Silvio Soares Macedo – Arquiteto e paisagista, mestre, doutor e livre-docente na FAUUSP, especialista em patrimônio ambiental urbano, professor titular de paisagismo do Departamento de Projeto da FAUUSP

FUNDAMENTOS

URBANIZAÇÃO DO LAZER: REFLEXÕES SOBRE PRODUÇÃO E CONSUMO DA PAISAGEM EM CIDADES TURÍSTICAS

233

Maria da Glória Lanci da Silva – Arquiteta, paisagista, mestra pela FAUUSP, doutoranda FAUUSP

DEVANEIO E CRÍTICA PRELIMINARES AO PAPEL DA FANTASIA NA PAISAGEM

253

Eduardo Yázigi – Professor livre-docente junto ao Departamento de Geografia da USP. Atualmente desenvolve pesquisa sob patrocínio do CNPq, sobre A alma do lugar, onde focaliza a questão da identidade espacial dos lugares em vista do planejamento, face à globalização. Este ensaio corresponde a um de seus enfoques.

VISIBILIDADE E CULTURA

289

Maria Angela Faggin Pereira Leite – Bióloga da USP, mestre da FFLCHUSP, doutora FAUUSP, professora livre docente de paisagismo da FAUUSP

CLONAGEM DE PAISAGENS: COMO ALGUNS PROJETOS DE INTERVENÇÃO TRANSFORMAM AS PAISAGENS URBANAS EM NÃO-LUGARES

301

Angelo Serpa – Professor adjunto doutor do Departamento e Mestrado de Geografia e do mestrado em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Bahia.



EDITORIAL

O final do século 20 apresenta uma situação de paradoxo no tocante à criação e concepção do *espaço público* na cidade brasileira. Se de um lado são produzidos em quantidade logradouros dos mais diferentes tipos e finalidades, frutos de uma demanda em crescente ascensão, por outro lado observa-se um oportunismo e uma quase total falta de planejamento na sua implantação e formalização.

São comumente encontrados espaços, cujo tratamento espacial e a adequação funcional são totalmente equivocados e que não possuem nenhum projeto paisagístico, totalmente desvinculados das necessidades locais, tanto do ponto de vista funcional como do morfológico.

Este fato se dá, apesar da grande experiência projetual do paisagismo nacional, devido principalmente ao não engajamento de profissionais realmente especializados e da total falta de prioridade qualitativa que em geral se atribui a investimentos de tal tipo.

Estas posturas variam de cidade a cidade, de acordo com tendências políticas locais, que podem ou não privilegiar a construção de espaços públicos e que dificilmente possuem um planejamento do seu sistema de áreas livres.

A ausência de planejamento de áreas verdes é uma regra e infelizmente quase uma tradição, e as exceções são muito poucas como o caso de *Brasília* ou *Palmas*, cidades planejadas ou de *Curitiba*, de longa tradição urbanística e que a partir dos *anos 70* investe maciçamente na construção de um sistema de áreas verdes de porte, construindo uma série de projetos de vanguarda, que obedecem uma ordenação predeterminada.

Uma cidade paradigma, como o *Rio de Janeiro*, detentora dos mais importantes conjuntos de parques e praças do país, apesar dos constantes investimentos em tais tipos de logradouro, não possui ainda um plano efetivo de áreas verdes a ser seguido e os logradouros existentes de porte e alta qualidade são frutos de políticas parciais de embelezamento e organização urbana.

Existe uma diferença expressiva no tratamento e manutenção dos espaços públicos, já que o casuísmo eleitoral tradicionalmente rege a transformação e manutenção destes logradouros. Nos anos de eleições têm-se por parte de muitas administrações ações de projeto e reforma em praças e parques, que são equipados, limpos e ajardinados, dando o aspecto de progresso e eficiência administrativa, aspecto este totalmente alterado nos anos pós-eleitorais, quando a maioria de tais logradouros se apresenta descuidada ou decadente.

As exceções observadas em geral são aqueles parques e praças localizados em áreas centrais ou em bairros de elite, nos quais se observa um estado mais constante de manutenção, especialmente naqueles mais situados nos subúrbios e áreas ricas e mesmo nestas áreas não é incomum o abandono e o descaso com tal tipo de logradouros.

As mudanças e transformações radicais são também um fato comum, cada novo administrador desejando colocar sua marca em um espaço público significativo, seja pela implantação de uma simples escultura, ou pela construção de um novo projeto, que destrói totalmente o anterior, muitas vezes de alta qualidade.

Observa-se a substituição de projetos de qualidade, contendo árvores centenárias, por outros que dispensam totalmente a vegetação-esplanadas secas, o ajardinamento amador, a substituição de equipamentos antigos e poéticos por outros da moda e assim por diante, constituindo tal tipo de espaços em um verdadeiro mostruário de vanguardas e "novidades" estas muitas vezes arranjos formais bastante simplórios.

Este número da revista traz de novo a discussão dos espaços públicos, suas figurações e formações e usos, especialmente nos textos de Erika Audet de Almeida, Ana Rita de Sá Carneiro e Marccus Vinícius Alves sobre a evolução dos jardins botânicos, de Décio Rigatti, sobre as formas de transformação e invasão dos espaços livres do conjunto Rubem Berta em Porto Alegre e de Solange Aragão e Carlos Alberto S. Filho sobre os espaços das vilas paulistanas.

As questões mais amplas relativas à paisagem urbana são desenvolvidas por Angelo Serpa, Maria Angela Faggin P Leite, Maria da Glória Lanci da Silva e Eduardo Yázigi, tradicionais colaboradores da revista e introduzimos a questão ambiental no texto sobre os ecossistemas costeiros brasileiros, sua fragilidade e os reflexos da urbanização sobre eles no texto de Silvio Soares Macedo.

A revista neste número também apresenta o seu primeiro caderno em quatro cores, obedecendo a um projeto de qualificação e modernização gráficas, que pretendemos incrementar nos próximos números.

Prof. Dr. Silvio Soares Macedo
Editor

Aspectos da História

dos Jardins Botânicos no Mundo

e no Brasil – uma Abordagem sobre o
Jardim Botânico do Recife – PE*

Erika Audet de Almeida
Ana Rita de Sá Carneiro
Marccus Vinícius Alves

**Erika Audet de Almeida – arquiteta,
bolsista de aperfeiçoamento pela
Fundação de Amparo à Ciência e à
Tecnologia de Pernambuco – FACEPE no período
de maio de 1998 a janeiro de 1999,
Laboratório da Paisagem, Departamento de
Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal
de Pernambuco – UFPE**

**Ana Rita de Sá Carneiro – arquiteta,
Profª Drª do Departamento de Arquitetura e
Urbanismo, Laboratório da Paisagem / UFPE**

**Marccus Vinícius Alves – biólogo, MSc Botânica,
Professor do Departamento de Botânica,
Laboratório da Paisagem / UFPE**

HISTÓRIA

O jardim botânico é elemento essencial na conservação dos recursos vivos em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável no meio urbano. É também pólo de alta importância e facilitador na geração de uma consciência ambientalista quando utilizado como instrumento educativo e de pesquisa científica, além de ser atrativo turístico.

Este estudo, que aborda aspectos da história dos jardins botânicos no mundo e no Brasil e sua importância para a evolução da cidade, deu ênfase ao do Recife, por ser uma das últimas áreas remanescentes de Mata Atlântica, inserida em uma Unidade de Conservação Municipal e que, portanto, merece atenção especial no planejamento da cidade.

As an essential element for the conservation of living resources considering the sustainable development approach on urban environment, the botanic garden is also a pole of high value and a facilitator in producing an environmental awareness when used as an educative and scientific research instrument, and also as a tourist attractive.

The purpose of this paper is to study historical aspects of the botanic gardens in the world and in Brazil, and how important they are in the cities development. A major emphasis to Recife's Botanic Garden was pointed out. Its localization inside of one of the Municipal Conservation area characterized for survived Atlantic Forest, should be considered specially in the city planning.

Aspectos da História dos Jardins Botânicos no Mundo e no Brasil – uma Abordagem sobre o Jardim Botânico do Recife – PE

Introdução

O jardim botânico, como pólo educativo e científico, constitui ambiente propício às investigações sobre a diversidade biológica a fim de fornecer subsídios para sustentabilidade urbana.

Além disso, a preocupação com a legislação ambiental no Brasil, dando origem às atuais Unidades de Conservação – UCs, surgiu com a criação dos jardins botânicos no século passado, a começar pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e mais tarde com alguns hortos florestais criados a partir de 1910. (Silva, 1994.)

Em Pernambuco, a idéia de jardim botânico teve início na época da colonização com a criação do Jardim Botânico de Olinda. Atualmente, localiza-se no Recife, o único jardim botânico do Nordeste brasileiro.

Neste trabalho, discute-se o conceito e a caracterização dos jardins botânicos, e analisa-se os aspectos históricos de suas influências no mundo e de sua criação no Brasil, a fim de resgatar a importância deste espaço no cenário das cidades. Este estudo foi realizado através de fontes bibliográficas, entrevistas com técnicos, visitas e fotografias de jardins botânicos nas cidades de Montreal, Paris, Toulouse, Porto, Londres, Saint Louis, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife, como base comparativa e de conhecimento do tema. No caso do Jardim Botânico do Recife, além disso, foram levantados documentação e projetos existentes, e realizadas entrevistas com funcionários do local.

Conceitos e caracterização

A conceituação relativa às diversas modalidades de espaços livres públicos: parques, praças, recantos, pátios, jardins, etc.; ainda não está devidamente unificada no Brasil, já que não existe ainda um sistema nacional de espaços livres que os enquadre de forma homogênea. No entanto, o termo “espaços livres” segundo Macedo (1995) é usado por diversos grupos sociais com significados variados: ora ruas, ora jardins, ou referindo-se exclusivamente a áreas de lazer. Deste modo, considerou-se as definições do Cadastro de Parques, Praças e Refúgios do Recife (1996), que sintetiza a idéia de vários autores, incluindo a de Macedo (1995), para situar o jardim botânico no contexto dos espaços livres públicos. Estes conceitos resultam, na realidade, em uma única idéia de espaços livres dentro do contexto urbano, sendo o termo “livre” usado para significar “livre de edificação”. Deste modo, os espaços livres incluem além dos logradouros em geral, parques e praças, assim como os espaços ocupados por maciços arbóreos ao lado de ecossistemas naturais.

O referido Cadastro de Parques, Praças e Refúgios (1996) descreve ainda uma classificação hierárquica em várias esferas, de acordo com o uso, a cobertura vegetal, o raio de influência, o tamanho, os componentes e a configuração. Neste contexto, os jardins botânicos são caracterizados como espaços livres com cobertura vegetal predominante, de uso público, raio de influência local ou metropolitano, de tamanho variável, com componentes físicos naturais e criados e de configuração estético-paisagística peculiar. No entanto, além da função básica de amenização e lazer inerentes aos espaços livres, os jardins botânicos devem promover a conservação, classificação, avaliação e utilização sustentável do rico patrimônio genético oferecido pelas plantas (*Estratégias dos Jardins Botânicos para a Conservação*, 1990).

Sendo um dos tipos de espaços livres públicos, o jardim botânico, que possui uma função histórica e econômica muito maior do que comumente se pensa, pode ser interpretado como elemento estruturador do meio urbano, uma vez que constitui espaço livre referencial, geralmente situado nas proximidades da periferia das cidades, ao menos no momento de sua criação, exercendo, de certo modo, a função de pro-

teção ambiental pela paisagem em transição, entre o urbano e o rural, importante para o planejamento regional numa perspectiva de sustentabilidade urbana. (Woodhall, 1998.)

Influências no mundo - Europa e Estados Unidos

A importância dos jardins botânicos começou a ser pronunciada a partir do renascimento, na Itália, quando se planejou o primeiro jardim não apenas com funções estéticas e de amenização, mas também com a finalidade de agrupar informações científicas, através do cultivo de plantas medicinais e de proporcionar pesquisas; os então chamados *hortus medicus*. Desde então, verifica-se a importância econômica atrelada à história dos jardins botânicos.

Nota-se, portanto, que nas primeiras intenções de sua criação foi ressaltada a função de espaço verde de amenização compondo a estrutura da cidade.



Foto 1: Jardim Botânico de Pádua, na Itália, desenhado por Giovanni Moroni de Bergame em 1545 em um espaço circular de 84 metros de diâmetro, dividido em 16 seções
Fonte: Van Zuylen, 1997

Assim, em 1543, mais precisamente na cidade de Pisa, foi criado o primeiro jardim botânico. Seguindo o modelo de Pisa, em outras cidades italianas surgiram mais jardins botânicos, por exemplo, em 1545 em Pádua (Foto 1) e, em 1550 em Florença (Van Zuylen, 1997). Já na Inglaterra, o Jardim Botânico de Oxford foi criado em 1632, antes mesmo do Kew Gardens em Londres, iniciado em 1759. Como foi mencionado, a finalidade inicial do jardim botânico consistia mais especificamente em agrupar as informações trazidas com as primeiras rotas

**Erika
Audet,
Ana Rita &
Marccus
Vinícius**

Aspectos da história dos jardins botânicos no mundo e no Brasil –
uma abordagem sobre o Jardim Botânico do Recife PE

de comércio para as Índias e Américas, como forma de manutenção,
no país dominante, do conhecimento adquirido em terras estrangeiras.
(Novais, 1979.)

Os Impérios foram se sucedendo, e o processo de mudança do poder
foi acompanhado pela criação e evolução dos jardins botânicos em
vários outros países. À medida que a Itália foi perdendo força no ce-
nário da economia mundial, outros países tornaram-se mais opulentos,
principalmente a Inglaterra, que detinha o poderio estratégico militar
e econômico, e em menor escala Portugal e Espanha, o que refletia
também na projeção maior ou menor dos jardins botânicos. (Novais,
1979.) (Foto 2)



Foto 2: Jardim Botânico da Ajuda, Lisboa, Portugal, montado pelo professor italiano de botânica
Vandelli em 1764, a convite do Rei D. José. O Jardim de Aromas, feito para os cegos, anuncia-
se desde o portão de entrada com o odor de manjerição e erva-cidreira
Fonte: Revista Atlantis, v. 01, 1998

Ainda hoje, os grandes jardins botânicos estão na Inglaterra, França (Foto 3) e Alemanha, países que permaneceram em evidência na escala mundial. Essa forte ligação do poder político e econômico com os jardins botânicos se explica justamente pela função de agrupar conhecimento científico e mais tarde tecnológico, pois o domínio no processo de colonização se deu, entre outros motivos, através do conhecimento das riquezas da região controlada.

Posteriormente, com a Revolução Industrial, a importância estratégica dos jardins botânicos foi reduzida à medida que a concepção dos valores mudaram, pois não se dependia mais exclusivamente do extrativismo e da comercialização dos produtos naturais.



Foto 3: *Jardins des Plantes, Paris, França, construído em 1576 por Luis XIII, como Jardim de Plantas Medicinais para o ensino. O Museu de História Natural e a riqueza científica tornaram-no um dos mais dinâmicos do gênero*

Fonte: Arneville, 1981

No entanto, já no século 20, percebe-se um novo impulso no desenvolvimento desses jardins. A ordem econômica do mundo começa a se preocupar com a questão ambiental, principalmente nos últimos 40 anos, não apenas pela devastação dos recursos naturais em si, mas também pelo que as áreas naturais poderiam oferecer à sustentabilidade das cidades como espaço de importância ambiental para equilibrar com o espaço construído, estendendo seu papel estratégico no planejamento urbano ao de instrumento de conscientização ambiental (*Estratégias dos Jardins Botânicos para a Conservação*, 1990). É a preocupação com o meio ambiente urbano, que fortalece a importância do jardim botânico como espaço livre e vegetado que deve ser considerado no planejamento da cidade. Desse modo, o domínio das informações que se detinha, através dos produtos extraídos das colônias entre os séculos 16 e 18, volta agora através do controle sobre as informações disponíveis nessas mesmas colônias – os países em desenvolvimento – uma vez que o avanço da tecnologia está diretamente associado ao poder econômico.

A importância do jardim botânico ressurgiu com base justamente neste aspecto, pois é através das pesquisas nele desenvolvidas que se pode obter a maioria das informações que são disseminadas e controladas por determinadas instituições localizadas nos países desenvolvidos.

Atualmente, os grandes centros de informação botânica no mundo estão na Inglaterra – Kew Gardens –, e nos EEUU – Nova York, Saint Louis e Chicago – (Shukla & Misra, 1989), que coordenam, de certa forma, os estudos desenvolvidos principalmente nas florestas tropicais, incluindo as do Brasil, fazendo parte inclusive do planejamento dessas cidades, como lugares incluídos nos roteiros turísticos e como parte integrante dos princípios do desenvolvimento sustentável.

Histórico da criação dos jardins botânicos no Brasil

Os primeiros jardins botânicos no Brasil (Quadro 1) surgiram a partir do final do século 18, com a finalidade de fornecer conhecimento sobre as possibilidades econômicas da flora local, já que o comércio português havia decaído frente à Holanda e à Inglaterra. (Segawa, 1996.)

Em 1798, no Pará, local estratégico em relação à Amazônia, foi criado e implantado o primeiro jardim botânico, em cumprimento à Carta Régia de 04 de novembro de 1796. Datam ainda do Brasil Colônia e do Império, entre os séculos 18 e 19, a criação de outros três jardins botânicos atendendo ao Aviso Régio de 19 de novembro de 1798 que foi dirigido às capitanias de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, além do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, instalado em situação especial. (Segawa, 1996.)

Quadro 1: Primeiros jardins botânicos criados no Brasil

1. Jardim Botânico de Belém no Pará, estabelecido em março de 1798
2. Jardim Botânico do Rio de Janeiro, estabelecido em 1808
3. Jardim Botânico de Pernambuco (ou o Jardim de Aclimação das Plantas Exóticas de Olinda ou Horto D'el Rey), instalado em junho de 1811
4. Jardim Botânico de Ouro Preto, em Minas Gerais, efetivado em setembro de 1825
5. Jardim Botânico de São Paulo (ou Jardim Botânico Imperial), criado em 1799, sem ter funcionado efetivamente como estabelecimento botânico, sendo inaugurado em 1825, e logo mudado para Jardim Público de São Paulo em 1838

Na Bahia foi implantado, em 1815, um passeio público com intenções botânicas, assim como ocorreu na cidade de Belém, em 1806 e posteriormente em Curitiba, em 1886. Apesar do Jardim Botânico do Pará ter sido o primeiro, a história dos jardins botânicos no Brasil – com finalidade científica – teve início com a da vinda da família real portuguesa em 1808 para o Rio de Janeiro, quando então foi criado, nesta cidade, um Jardim de Aclimação não apenas com fins de amenização e lazer. (Foto 4)

Mais uma vez nota-se a importância dos jardins botânicos nesse momento de domínio da economia pelos portugueses no século 18. Enquanto Portugal esteve à frente na economia mundial, tendo a sede do Império no Brasil, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro teve seu momento de glória enquanto espaço destinado ao lazer, amenização e centro científico.

Percebem-se influências tanto inglesas quanto francesas no traçado e concepção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A simetria, a demar-

Foto 4: *Chafariz do
Jardim Botânico do
Rio de Janeiro*
Fonte: Jardim Botânico
do Rio de Janeiro, 1992



cação do eixo central bem definido, a utilização da água para fins ornamentais, caracterizando o estilo francês, marcado pela expressão de poder, riqueza e rigidez na estrutura social. Por outro lado, uma certa flexibilidade do estilo inglês, tornando os caminhos e os corpos d'água curvilíneos e irregulares e tomando o partido dos conjuntos de árvores e espaços abertos existentes que enfatizam as linhas naturais da paisagem. Estas características podem estar diretamente relacionadas com a importância desses países, que exerceram influências culturais, de grande relevância em Portugal, na elaboração e implementação de projetos.

Nessa trajetória é importante registrar a forte relação que o jardim botânico teve com as transformações do cenário econômico mundial, pois sua atuação decaía na medida em que sua localidade – a capitania hereditária, no caso do Brasil – perdia destaque no cenário econômico nacional.

Os jardins botânicos brasileiros criados através da Carta Régia de 1796 e do Aviso Régio de 1798 não atenderam às expectativas, pois muitos deles foram utilizados ou criados como passeios públicos, já que não mantinham atividades científicas, e acabaram praticamente abandonados. Nota-se também que a variedade de denominações dadas aos jardins botânicos desta época – Horto Botânico, Jardim de Aclimação, passando por Passeio Público, apontam a mudança de funções que eles sofreram com o tempo, muitos deles talvez por não terem desem-

penhado funções botânicas bem definidas. No entanto, os objetivos traçados naquela época serviram de base para alguns desses jardins serem retomados posteriormente nas suas funções básicas e como parte integrante do contexto urbano. (Segawa, 1996.)

Dos jardins botânicos mencionados, o do Rio de Janeiro, possuindo 137 hectares (Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 1992), foi o que melhor desempenhou suas funções, visto as circunstâncias em que se encontrava, merecendo destaque ainda nos dias de hoje, tanto pelas atividades científicas quanto pela função de espaço de recreação e lazer. O de São Paulo, com 36 hectares, apesar de não ter desempenhado totalmente nem a atividade recreativa nem a botânica na época de sua criação, é dos únicos que ainda hoje é utilizado como jardim recreativo para a população de forma bastante intensa.

O de Ouro Preto foi praticamente esquecido. Já o de Olinda, ainda em parte preservado com 26,10 hectares, e que se pretende recuperar inicialmente 16,80 hectares (Projeto de Revitalização do Horto D'el Rey, Olinda – PE, 1996), é propriedade privada desde 1859, pois não exercia mais a função de jardim botânico, além desta cidade ter perdido para Recife a condição de capital de Pernambuco (Foto 5). O de Belém, o pioneiro dos jardins botânicos brasileiros, foi extinto sem deixar muitos vestígios.



Foto 5: Antigo poço do Jardim Botânico de Olinda, o Horto D'el Rey
Fonte: Prefeitura de Olinda, 1996

De acordo com Segawa (1996), o esforço da Coroa Portuguesa no final do século 18, em organizar no Brasil uma série de estabelecimentos botânicos, demonstra a iniciativa portuguesa por uma “política de fomento ao desenvolvimento de plantas úteis à economia lusa”

Segundo a relação da publicação da Rede Brasileira de Jardins Botânicos (1997) podem ser considerados jardins botânicos aqueles localizados nas ci-

dades de: Baurú-SP, Belo Horizonte-MG, Botucatu-SP, Brasília-DF, Caxias do Sul-RS, Curitiba-PR, Niterói-RJ, Paulínia-SP, Porto Alegre-RS, Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ, Santos-SP e São Paulo-SP.

Atualmente, os jardins botânicos de Curitiba, contando com aproximadamente 15 hectares, o do Rio de Janeiro (Foto 6) e de o São Paulo são os que merecem maior destaque por exercerem forte atrativo turístico.



Foto 6: *Jardim Botânico do Rio de Janeiro*
Fonte: autores



Jardim Botânico do Recife

A inexistência de um jardim botânico em Pernambuco perdurou por cerca de um século, desde que foi extinto o de Olinda em 1859, até a criação do Jardim Botânico do Recife.

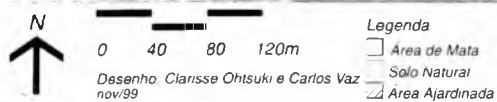
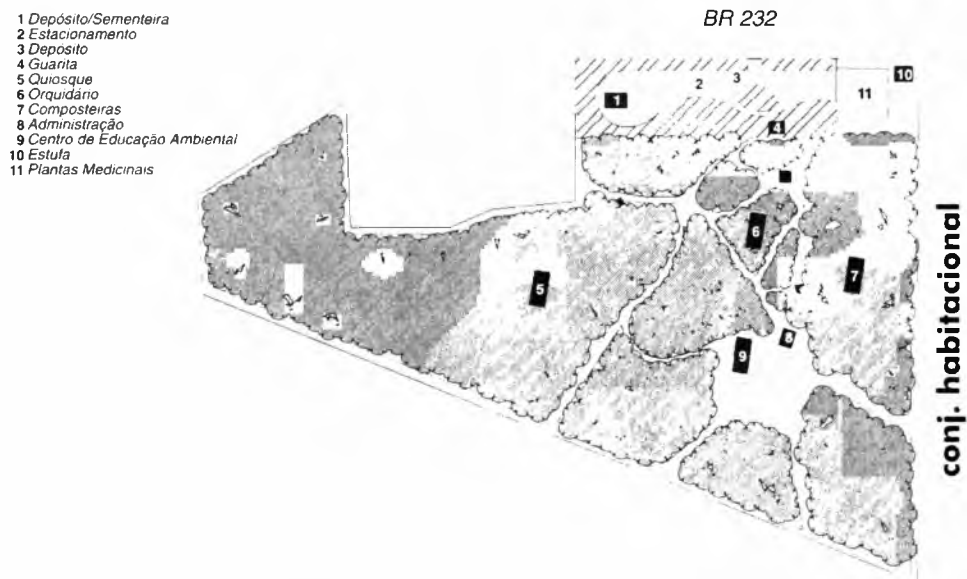
O Jardim Zoobotânico do Recife, que veio a tornar-se o atual Jardim Botânico do Recife, foi instituído em 1961, em parte da mata do Curado pertencente ao Instituto de Pesquisa Agropecuária do Nordeste – IPEANE, que doou essas terras à prefeitura do Recife em 1960. (Mesquita, 1997.)

Mapa 1: *Localização do Jardim Botânico no Recife*



Fonte: Mapa elaborado com base no mapa de zoneamento da lei de uso e ocupação do solo da cidade do Recife, 1996

Mapa 2: *Planta do Jardim Botânico do Recife*



Planta de Cobertura Vegetal
**Jardim Botânico
Recife/PE**

Fonte: Desenho elaborado com base na planta disponível no projeto de revitalização do Jardim Botânico do Recife, 1997

Na tentativa de incorporar aquele espaço à prática da ecologia urbana que vinha se desenvolvendo no planejamento do Recife, seguiu-se uma reformulação e, em 1979 ele passa a ser denominado Jardim Botânico do Recife, através do Decreto n. 11.341. Nesse momento, sob a administração do Departamento de Ecologia da Prefeitura da Cidade do Recife – PCR, define-se um programa de atividades que contempla as três principais funções dos jardins botânicos: conservação, pesquisa e educação ambiental. Propõem-se, de início, a conservação da vegetação nativa, restringindo-se aos limites do jardim botânico, isto é, *in situ*, sendo depois ampliada para outras atividades. Além disso, passa a fazer parte da Rede Brasileira de Jardins Botânicos – RBJB, e por conseguinte, da Botanic Gardens Conservation International – BGCI, sendo o único do Nordeste brasileiro reconhecido nacional e internacionalmente. (Mesquita, 1997.)

Contando com a área de 10,72 hectares, o Jardim Botânico do Recife localiza-se na porção sudoeste da cidade, incorporando-se à bacia hidrográfica do rio Tejipió, à margem da BR 232. Limita-se a leste com a Fundação de Amparo ao Menor – FAM e um conjunto residencial em construção, noroeste com a Composteira do Curado, ao norte com a faixa de domínio da CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco e a oeste com terrenos particulares e da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, que estão parcialmente ocupados por assentamentos de baixa renda. Dispõe também de infra-estrutura viária e de transporte no seu entorno.

Uma vez que o Kew Gardens, um dos maiores jardins botânicos do mundo, começou com 3,5 hectares, e hoje conta com aproximadamente 270 hectares (The Royal Botanic Gardens Kew, 1987), a questão da área torna-se irrelevante no caso do Jardim Botânico do Recife para que este tenha uma história de sucesso.

Com a Lei Estadual n. 9.989/1987, este espaço livre passou à condição de Reserva Ecológica Estadual, juntamente com 39 outras áreas. Recentemente, com a Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS, n. 16.176/1996, o Jardim Botânico do Recife unido às matas do Curado foi classificado como a Unidade de Conservação Municipal Jardim Botânico do Curado perfazendo um total de 113,66 hectares (Cadastro das Unidades de Conservação da Cidade do Recife, 1996). Além desta, 20 outras áreas foram classificadas como unidades de conservação num esforço municipal de proteger as áreas de relevante interesse ecológico.

O Jardim Botânico do Recife, hoje sob a administração da Secretaria de Planejamento Urbano e do Meio Ambiente – Seplama, abriga um pequeno remanescente de Mata Atlântica, detentor de riquezas de suma importância nos processos naturais e indispensáveis ao desenvolvimento sustentável. Foram catalogadas aproximadamente 80 espécies arbóreas, sendo em sua maioria visgueiros e palmeiras diversas, características de Mata Atlântica, que junto às restingas e aos manguezais, constituem a formação do sítio original e natural do Recife. (Cavalcanti, 1985.)

As principais funções desenvolvidas no Jardim Botânico do Recife são (Mesquita, 1997):

- Conservação (*in situ* e *ex-situ*): sementeiras de espécies nativas e medicinais, orquidário, arborização de logradouros com espécies nativas.
- Pesquisa: convênios e acordos (a partir de 1980) com as universidades, órgãos de pesquisa e fomento do governo e organizações não governamentais – ONGs, possibilitando estudos, pesquisas e experimentos e iniciando a montagem de coleções básicas para seu acervo técnico-científico.

Disto, resultaram um inventário das espécies vegetais do Jardim Botânico do Recife com herbário, carpoteca, xiloteca e biblioteca e exposição permanente sobre Mata Atlântica, além de um inventário e exposição sobre avifauna local e meliponários.

- Educação Ambiental: o Pólo de Educação Ambiental datando oficialmente de 1995/96, apesar de atuante a mais de 10 anos, atende alunos da rede escolar pública e privada, com visita guiada à Mata Atlântica e às instalações do jardim botânico, experimentos na oficina de reciclagem de papel, vídeos, teatros de marionetes, entre outras atividades ludo-educativas de interesse ambiental, recebe visitação de turistas, e oferece espaço de lazer contemplativo para os habitantes da cidade do Recife, além de ser sede do projeto vídeo – escola em conjunto com a ONG Auçuba e a PCR.

Hoje, o jardim botânico (Foto 7) apresenta um pátio de entrada com estacionamento e duas sementeiras, além da massa verde, entrecortada por alamedas e aléias, que conduzem a clareiras e às edificações, segundo um traçado espontâneo. A massa vegetal está comprometida

tanto pela falta de manutenção adequada, como parte de um projeto de revitalização que não constituiu prioridade política até então, como também por fatores externos, como a presença das propriedades no seu entorno, citadas anteriormente, além da existência de vários assentamentos populares e invasões nas proximidades. Os equipamentos, tais como o prédio da administração e os quiosques, encontram-se em precário estado de conservação, situados de modo aleatório no terreno e sem a sinalização necessária. (Foto 8) Além disto, a infraestrutura geral está bastante precária como, por exemplo, há falta de sanitários adequados, telefones públicos e lixeiras. A insuficiência de vigilância e de guias restringe o horário de visitação aos dias úteis e às visitas programadas com as escolas, apenas no turno da manhã. Além disso, a falta de sinalização nas vias de entorno dificulta o seu acesso.

O Projeto de Revitalização elaborado para o Jardim Botânico do Recife, pela Secretaria de Planejamento da PCR, em 1997, objetivou restaurar a importância do espaço e as funções primordiais, através da implantação da base física incluindo projetos de macrozoneamento e paisagismo, incentivo à pesquisa, e a ampliação das atividades de educação ambiental. A dinamização do Pólo de Educação Ambiental, hoje funcionando de forma bastante restrita, permitiria maior participação comunitária nas questões ambientais, evidentemente, como parte na intervenção mais ampla que infelizmente não foi realizada (Jardim Botânico – Projeto de Revitalização, 1997).

Visto que os critérios de preservação indicados para esta unidade de conservação abrangem o de refúgio da fauna e flora e de proteção da qualidade ambiental urbana, sua preservação torna-se necessária e indispensável. O fortalecimento das atividades de pesquisa científica e de educação ambiental possibilitará a sua integração em um futuro circuito ecoturístico da cidade, proposto pela Seplan, surgindo como ponto de partida.

Percebe-se que o Jardim Botânico do Recife não reflete uma tradição histórica e de uso como espaço livre junto à comunidade como ocorre nos casos de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, dificultando assim o seu empreendimento e o seu resgate. Apesar de ter sido criado em uma área remanescente de Mata Atlântica, com um uso conceitualmente bem definido, merece uma maior divulgação para que sua utilização seja efetivada e incorporada pela população da cidade.



Foto 7: *Jardim Botânico do Recife (acesso)*
Fonte: autores



Foto 8: *Jardim Botânico do Recife – Centro de Educação Ambiental*
Fonte: autores

Frente à necessidade de espaços livres de amenização e lazer, o jardim botânico pode constituir uma área bastante valiosa na estrutura urbana da cidade, oferecendo ao mesmo tempo um espaço de amenização para a comunidade e de espaço de visitação turística com uma função científica. A valorização dos espaços livres e vegetados, pertencentes a um sistema e dentro de uma hierarquia, leva a uma interpretação da cidade a partir desses elementos estruturadores para a identificação das localidades e da orientação no espaço. A conscientização da comunidade, no entanto, é papel decisivo no êxito deste processo, devendo ser parte do planejamento desses espaços.

Considerações finais

Às vésperas do século 21 estamos em busca de soluções para problemas de várias origens, entre os quais aqueles causados pelo empobrecimento biológico no nosso planeta, devido ao desrespeito do homem pela natureza (*Estratégias dos Jardins Botânicos para a Conservação*, 1990).

Segundo dados recentes, é nos trópicos onde existem as maiores taxas de biodiversidade no mundo, e onde ocorrem cerca de 2/3 das espécies vegetais. Em contrapartida, é onde existe a menor quantidade de jardins botânicos, estando estes na maioria em regiões temperadas. Só na Europa há cerca de 400 jardins botânicos, região onde comparativamente ocorre um menor número de espécies. Dos cerca de 1.500 jardins botânicos no mundo, apenas 50% estão aptos a exercer uma prática de conservação dentro dos padrões internacionais estabelecidos na *Estratégia dos Jardins Botânicos para Conservação* (1990).

Neste contexto, o Jardim Botânico do Recife revela-se bastante peculiar, pois se trata de um recorte de Mata Atlântica dentro do perímetro urbano da cidade, o que constitui seu cenário principal.

A chave de todo processo pode ser a associação dos aspectos econômico-científico e social em prol da recuperação da qualidade de vida nas cidades. Essas preocupações atuais precisam ser transformadas em ações, como no caso do Jardim Botânico do Recife, que mesmo tendo área reduzida, em conjunto com os demais espaços poderá contribuir

em favor das condições bioclimáticas locais e colaborar na educação ambiental para as novas gerações.

A manutenção de um espaço agradável, onde se possa ter acesso à informação científica em uma linguagem fácil, desde a importância da massa de vegetação existente em determinado local e o que se pode explorar a partir disso sem comprometer o ambiente natural, permite despertar a consciência das pessoas para a preservação das áreas verdes, além de oferecer um espaço de lazer e de educação para os habitantes do lugar e para os turistas.

BIBLIOGRAFIA

- ARNEVILLE, Marie-Blanche d' *Parcs et jardins sous le premier empire*. Paris: Jules Tallandier. 1981, 254p.
- CAVALCANTI, M. G. *Aspectos da vegetação da Mata do Jardim Botânico*. Recife, 1985. Monografia (Conclusão do Curso de Ciências Biológicas) – Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Pernambuco, 1985. 48f.
- ESTRATÉGIAS DOS JARDINS BOTÂNICOS PARA A CONSERVAÇÃO. (organizado pelo Prof. Dr. Heywood). Tradução por Patrícia de Oliveira Mousinho, Luis A. Pedreira Gonzaga & Dorothy Sue Dunn de Araújo. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 1990. 69 p. Tradução de: *The Botanic Gardens Conservation Strategy*.
- JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Salamandra & Imprinta, 1992. 33p.
- MACEDO, Silvio Soares. Espaços livres. *Paisagem e Ambiente Ensaio*. São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 7, p. 15-56, 1995.
- MESQUITA, Liana de Barros. *Análise do dossiê sobre o Jardim Botânico do Recife*. Recife: s. n., 1997. 17f. Parecer Técnico.
- NOVAIS, I. A. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1970. p. 72-88.
- RECIFE. (Cidade). Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental. *Cadastro de parques, praças e refúgios da cidade do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife. Seplama, 1996. 460f.
- _____. *Cadastro das unidades de conservação da cidade do Recife – Versão Preliminar*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife. Seplama, 1996. 120f.
- _____. *Jardim Botânico – Projeto de Revitalização*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental, 1997. 46f.
- _____. *Projeto de Revitalização do Horto D'el Rey, Olinda – PE*. Olinda: Prefeitura de Olinda – Seplama, 1996.
- REDE BRASILEIRA DE JARDINS BOTÂNICOS. Rio de Janeiro: s. n., 1997
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1996. 255p.
- SHUKLA, Priti, MISRA, Shital. *An introduction to taxonomy of angiosperms*. Calcutá: Vikas Publs, 1989, p. 27-58.

**Erika
Audet,
Ana Rita &
Marccus
Vinícius**

Aspectos da história dos jardins botânicos no mundo e no Brasil –
uma abordagem sobre o Jardim Botânico do Recife PE

SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1994. 243p.

THE ROYAL BOTANIC GARDENS KEW. *Souvenir Guide*. Londres: London her Majesty's stationery office, 1987. 59p.

VAN ZUYLEN, Gabriëlle. *Tous les Jardins du Monde*. Decouvertes Gallimard/Art de vivre. [S.l.]: Editoriale Libreria, 1997. 176p.

WOODHALL, David. Development within the urban fringe needs to operate on a sustainable level. *Landscap Design*. Londres, v. 274, p. 3, out. 1998.

* Este artigo originou-se do trabalho desenvolvido pela primeira autora na disciplina "Ordenamento e Expansão dos Espaços Livres Públicos em Cidades dos Trópicos", no 2º semestre de 1997 pelo mestrado em geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, tendo sido em parte apresentado no IV ENEPEA (Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil), realizado em Florianópolis-SC, outubro de 1998. Contou com o apoio em informações e material bibliográfico cedidos pelos técnicos da Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental da Prefeitura do Recife, em especial Liana Mesquita e Zulmira Macedo, tendo como orientadores os professores Ana Rita Sá Carneiro e Marccus Vinícius Alves.

As Antigas e as Novas Vilas de São Paulo:

Conceituação e Estudos de Caso

***Carlos Alberto da Silva Filho
Solange Moura Lima de Aragão***



**Carlos Alberto da Silva Filho –
engenheiro agrônomo, paisagista da Secretaria
Municipal do Verde e do Meio Ambiente de
São Paulo, mestrando da FAUUSP**

**Solange Moura Lima de Aragão –
arquiteta formada pela FAUUSP e
mestranda da FAUUSP**

PAISAGEM URBANA

As vilas, conjuntos de residências implantados no interior dos quarteirões, apareceram na cidade de São Paulo no início do século, época de sua expansão industrial e urbana. Se por várias décadas elas foram refutadas por serem destinadas à habitação popular e por não terem suas casas voltadas para a rua principal, hoje são consideradas ótima opção de moradia, sendo, aliás, vistas por muitos como ideal de moradia urbana.

Construídas entre 1890 e 1980, aproximadamente, as vilas reapareceram na cidade em 1994, quando foi aprovada a Lei n. 11.605, que criou a subcategoria de uso residencial R3-03. Mas as novas vilas, com uma ocupação espacial diferente, sob certos aspectos, das mais antigas, têm um outro significado tanto para a sociedade, como para o tecido urbano.

São Paulo started growing at the end of the last century, when it had an accelerated urban and industrial development. Then, a large number of dwellings, buildings and factories were built in it and its urban landscape was completely transformed.

Some groups of dwellings which were built around courtyards within the blocks, appeared in the city while it was on the increase. We call them "vilas". Each one has a narrow street that leads to a courtyard that can be used as parking or as a recreation place – mainly for the children. The architecture of each "vila" is a peculiar one, although there are some similarities between the houses of different "vilas".

These groups of dwellings were built in São Paulo from the last decade of the last century to the eighties, when the government considered necessary to cease the urban expansion. Nowadays, the "vilas" have been built again, but in a different way. Now, they are designed to the upper and middle classes and they have a new meaning to the society and to the urban space.

As Antigas e as Novas Vilas de São Paulo: Conceituação e Estudos de Caso

Introdução

Quem já passou por bairros como Pinheiros, Lapa, Perdizes, Jardim Paulista e Vila Mariana ou caminhou por determinadas ruas de São Paulo, deve ter notado que, muitas vezes, entre duas edificações há uma rua estreita que conduz a um pátio com casas idênticas ao fundo. Há vilas espalhadas por toda a cidade.

Se a princípio houve um certo preconceito quanto a se residir nesses espaços diferenciados existentes no interior das quadras, com o tempo as vilas passaram a ser consideradas excelentes opções de moradia para os paulistanos.

Contudo, a partir dos anos 60, foram criadas restrições em relação à abertura de novos loteamentos, objetivando-se conter a expansão da cidade. Se a implantação de vilas residenciais não foi legalmente impedida, esse tipo de empreendimento se tornou, aos poucos, economicamente inviável.

Nos anos 70, a legislação urbanística do município estabeleceu que todos os lotes deveriam ter frente para a rua oficial e, em 1981, essa legislação passou a incorporar as determinações federais para o parcelamento do solo. Assim, 40% da área do terreno deveria ser doada ao município (20% para ruas, 15% para áreas verdes e 5% para áreas institucionais). A partir de então, praticamente deixou-se de construir vilas na cidade de São Paulo.

Durante muitos anos a edificação de vilas permaneceu estagnada. Somente em 1994, com a aprovação da Lei n. 11.605 (que criou a subcategoria de uso residencial R3-03), passaram a ser favoráveis as condições para o retorno das vilas.

Os projetos dessas novas vilas têm sido desenvolvidos para terrenos vazios ou ocupados com uma única residência, com área superior a 1.000 m², em zonas de uso estritamente residencial, que abrigam significativa arborização tanto nos passeios como nos lotes. Razão pela qual esses bairros receberam a denominação de *bairros-jardins* e sua arborização decretada imune de corte no decreto (estadual) n. 30.443/89.

O modelo de implantação das novas vilas –, que tem se repetido em todos os projetos analisados pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes – Depave¹ tem causado significativa redução da vegetação arbórea desses bairros, com a conseqüente descaracterização do tecido urbano.

O objetivo desse trabalho é portanto, fazer uma análise do espaço e da arquitetura das novas vilas, considerando a influência do modelo de ocupação adotado a partir da Lei n. 11.605, sobre a vegetação, bem como das vilas antigas, construídas até meados do século.

Conceituação²

A palavra *vila* possui vários significados no nosso idioma, podendo designar desde uma povoação de categoria superior à de aldeia ou arraial e inferior à de cidade, até os palacetes cercados de jardins³

(1) o Depave é o órgão da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente responsável pela análise de projetos em áreas protegidas pelo Decreto n. 30.443/89

(2) Em *Higienópolis e arredores*, Sílvio Soares de Macedo coloca os conceitos de vila e viela:

“São os espaços organizados à semelhança das ruas, mas encontrados dentro das quadras, onde predominam espaços de uso particular. Esta situação lhes confere uma característica de espaços semipúblicos, pois seu uso se restringe, praticamente, aos seus moradores. (...)”

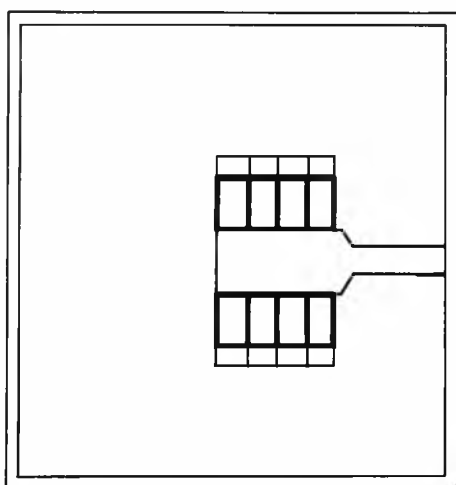
Vielas – ruas estreitas, cujo comprimento total não é superior ao de uma quadra (...). Funcionam quase como que pequenas vilas, delas se diferenciando pela volumetria construída, constituída geralmente de edificações de dimensões e arquitetura variadas, e pelo tratamento dos seus espaços igual ao das ruas, enquanto as vilas se organizam ao redor de pequenos pátios e corredores. (...)

Vilas – consistem, basicamente, em ruas estreitas que, adentrando o quarteirão, se abrem em um ou mais pátios, ao longo dos quais se edificam pequenas casas e sobrados geralmente destinados a aluguel. (p. 211-18.)

(3) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira.

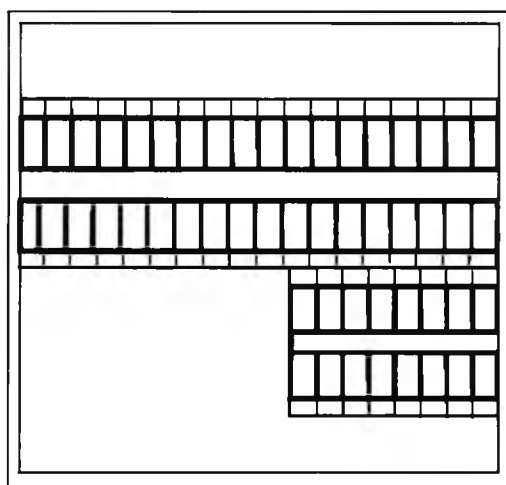
As vilas, aqui estudadas, são conjuntos de residências implantados no interior dos quarteirões. Cada vila possui uma rua estreita que se abre num pátio rodeado ou ladeado por casas geralmente de mesmo estilo arquitetônico que podem ser ou não geminadas. A maior parte de seus espaços livres de edificação é de caráter semipúblico, sendo utilizada basicamente pelos próprios moradores. Neles podem estar presentes elementos como árvores, arbustos, pérgolas, fontes, pisos diferenciados e luminárias. Mas, nem todas as vilas são dotadas de ornamentos. Muitas delas recebem um tratamento simples, semelhante ao das ruas.

Algumas vezes vielas e ruas sem saída são confundidas com vilas por possuírem uma forma de organização do espaço muito parecida, adentrando, da mesma forma, os quarteirões. A diferenciação se dá na existência ou não de um estilo arquitetônico dominante, na presença ou ausência do pátio e na largura e extensão de suas ruas, como podemos notar no esquema apresentado a seguir:



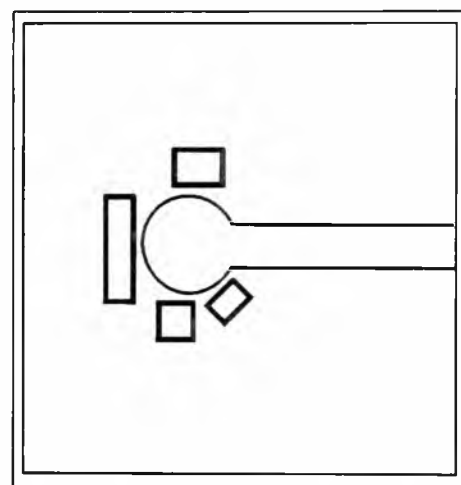
VILA

- Existência de pátio
- Casas de mesmo estilo arquitetônico
- Variação na largura da rua
- Não atravessa a quadra
- Rua estreita



VIOLA

- Não possui pátio
- Casas de mesmo estilo arquitetônico ou não
- A largura da rua não varia
- Pode atravessar a quadra
- Rua estreita



RUA SEM SAÍDA

- Pode possuir ou não praça de retorno
- Casas de estilo arquitetônico variado
- A largura da rua não varia
- Rua de largura comum

Assim para que um conjunto no interior de uma quadra seja considerado vila é preciso que seja composto por uma rua estreita que se alarga conformando um pátio – mas não atravessa o quarteirão – por casas de mesmo estilo arquitetônico.

As vilas e a cidade

As vilas surgiram em São Paulo na época da sua expansão industrial e urbana, quando as casas para aluguel se tornaram um investimento rentável para os empreendedores. Nesses tempos elas não eram muito valorizadas, havendo um certo preconceito quanto a se residir nesses conjuntos de residências em primeiro lugar porque muitos deles eram destinados à habitação dos trabalhadores (a diferença entre as vilas operárias e estas vilas que estamos estudando é que aquelas eram construídas pelos industriais ou a eles pertenciam e estavam implantadas nas proximidades das indústrias, enquanto estas eram erguidas por pessoas que tinham capital extra para aplicações e viam nas casas para aluguel uma fonte de renda – ou mesmo por grandes investidores que procuravam maior estabilidade que a proporcionada por aplicações em produtos agrícolas. Há ainda diferenças na tipologia e no tamanho: as vilas operárias ocupavam áreas maiores e além das casas tinham uma certa infra-estrutura, contando também com creches, escolas, armazéns e igreja. As outras vilas ocupavam terrenos que restaram quando do retalhamento das quadras, no interior dos quarteirões)⁴. Em segundo lugar, porque o ideal de moradia urbana era o palacete ajardinado, a casa isolada das divisas do lote com frentes para a rua, expressando o êxito econômico e profissional do proprietário⁵

Com o crescimento vertiginoso e desordenado da cidade e a falta de segurança dele decorrente, as vilas passaram a ser valorizadas. Tão seguras quanto um edifício de apartamentos, já que o pátio, do qual as crianças se apropriaram como se fosse extensão de suas casas, está sempre vigiado pelos moradores (muitas vilas possuem hoje portão e guarita na entrada), e por proporcionarem o conforto de uma casa, as vilas são vistas como ótima opção de moradia.

Se o crescimento das cidades tornou vantajoso o “morar em vilas” trouxe também conseqüências para alguns conjuntos já existentes. A construção de altos edifícios de apartamentos em terrenos vizinhos aos das vilas reduziu sua qualidade ambiental, uma vez que diminuiu a insolação e impediu a circulação do ar. Muitas vilas próximas à avenida

(4) Algumas vilas operárias não tendo grandes dimensões assemelhavam-se muito a outras vilas e são hoje ocupadas por pessoas da classe média.

(5) HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 247

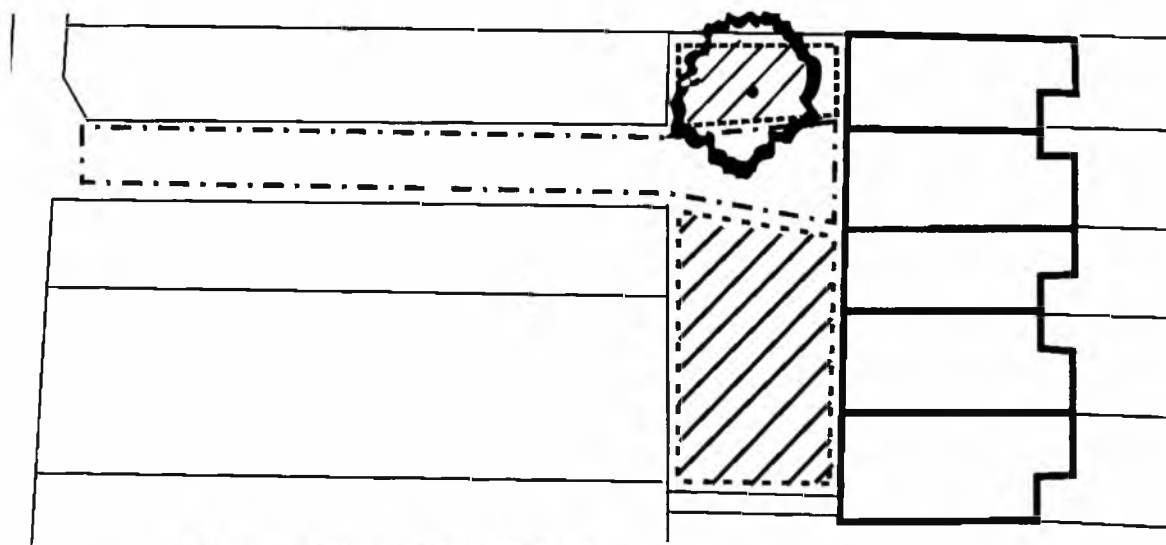
Paulista e à região central encontram-se nessa situação, rodeadas por edifícios, o que não diminui o seu valor. Nelas encontramos uma forma de implantação e uma arquitetura que persistem apesar das constantes transformações da paisagem urbana.

A nálise do espaço e da arquitetura das vilas

A rua da vila: espaço de transição

Em determinados bairros de São Paulo como Vila Mariana, Pinheiros ou Cerqueira César, é comum encontrarmos vilas espalhadas por muitos de seus quarteirões. No entanto, raras vezes conhecemos uma ou duas vilas desses lugares. Podemos observá-las do exterior, mas isso não nos dá uma idéia clara e definida da posição de suas casas, da vegetação existente, do desenho do piso e dos canteiros ou dos elementos presentes em seus espaços internos, de uso comum, livres de edificação.

Entre a vila (mais especificamente o pátio) e a rua, há uma rua estreita, um espaço de transição que separa o que é público daquilo que é considerado semipúblico ou privado. A própria extensão e o fato de ser mais estreita que a rua comum e ladeada por muros ou edificações, limitam o ângulo de visão do observador/pedestre. Este conseguirá ver uma pequena faixa da vila (que pode compreender um muro com fontes ou arbustos, uma parte de residências, uma ou outra árvore...) e poderá supor que existe um pátio no fim do percurso.



O que o observador/pedestre vê

O que o observador/pedestre só verá se atravessar a rua estreita

Em alguns casos a rua estreita, tendo menor extensão e pequena variação na largura torna o espaço muito semelhante ao de uma viela, sendo, portanto, possível visualizar seus espaços internos e sua arquitetura.



*Vila na rua Ministro
Jesuino Cardoso
Fonte: Solange Aragão*

Esse espaço de transição, que liga o pátio à rua, diminui o acesso de pessoas desconhecidas, pois transmite a sensação de espaço não público. A existência de portais e portões à entrada da vila só vem a acentuar essa noção de que o lugar não nos pertence.

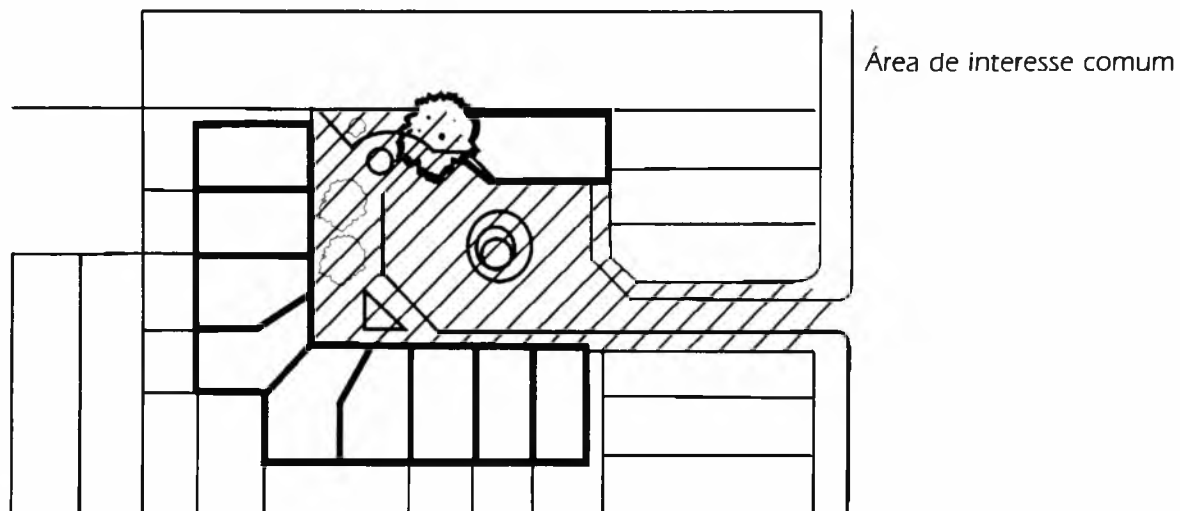


*Portal de entrada da vila na
rua Teixeira de Carvalho:
separação entre cidade e vila;
o exterior e o interior.
Na rua estreita, o espaço
de transição
Fonte: Solange Aragão*

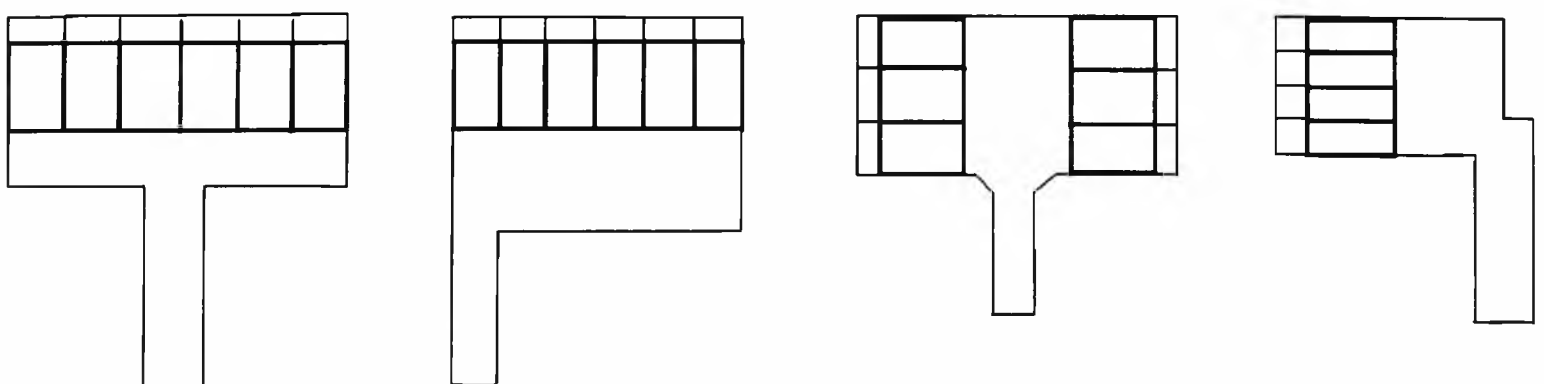
O pátio: características e usos

Da mesma forma que construções estruturam praças, numa vila as casas estruturam o pátio. Por isso a necessidade de se pensar na disposição das residências da melhor forma possível, criando-se espaços agradáveis com insolação e ventilação adequadas.

Poderíamos dizer que o pátio é o espaço livre de edificação de maior importância na vila. Nele as crianças irão brincar, conversar e jogar bola e os adultos poderão trocar idéias e discutir os problemas comuns aos moradores. O pátio fica assim destinado ao lazer, à contemplação e à sociabilidade. Esta é favorecida pelo fato de não estarem distantes as residências umas das outras e de estarem voltadas para o pátio – área de interesse comum.



Normalmente os pátios formam um L ou um T com a rua⁶, ou são um pequeno alargamento desta, ou ainda “corredores” desencontrados.



Esquema de disposição dos pátios

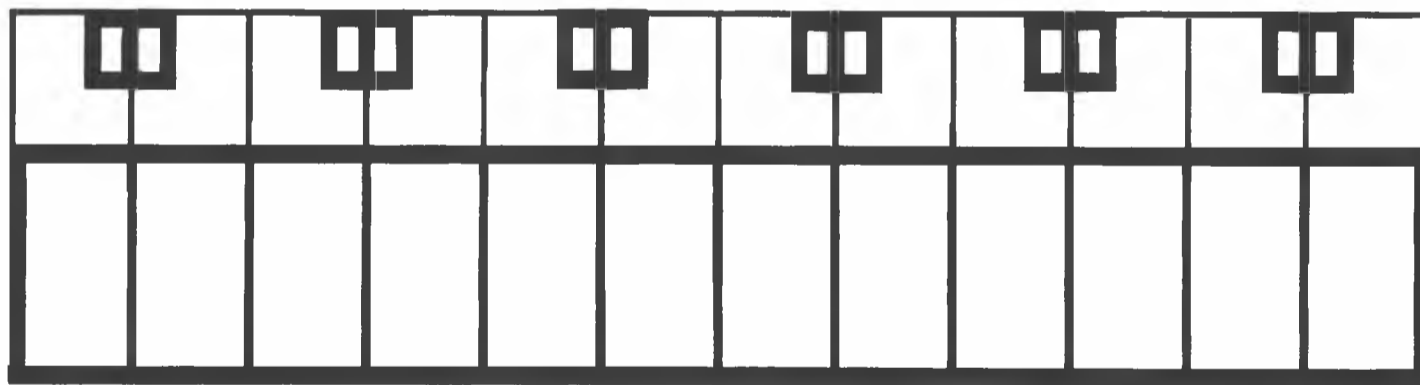
(6) Ver DIMARCO, Anita Regina. De construções populares a sinônimo de status. *Revista Projeto*. São Paulo, mar. de 1985.

Alguns não recebem nenhum tratamento, chegando a assemelhar-se a simples estacionamentos. Por outro lado há aqueles que apresentam elementos que evidenciam uma certa preocupação com a qualidade do espaço: árvores – que contribuem como o sombreamento; luminárias – que dão destaque a detalhes arquitetônicos e paisagísticos; pergolados – que criam locais acolhedores; fontes – que rememoram outros tempos; canteiros – que produzem cores e texturas diferenciadas; e pisos – que criam harmonia ou contraste com a arquitetura.

Pela composição dos detalhes distingui-se a vila. Daí os espaços livres de edificação requererem (e merecerem) os mesmos cuidados dos espaços internos. Se bem projetados, serão tão utilizados quanto estes.

Arquitetura: implantação e traçado

Grande parte das casas de vila foi implantada segundo o padrão tradicional (dos tempos coloniais). As casas geminadas, colocadas lado a lado, construídas no alinhamento do lote, definem o limite do pátio – como antes definiam as casas o limite da rua. Possuem ainda a testada pequena, mas já não têm quintais de grande extensão⁷ Estes, ao contrário, são bastante reduzidos e muitas vezes comportam uma pequena edícula.

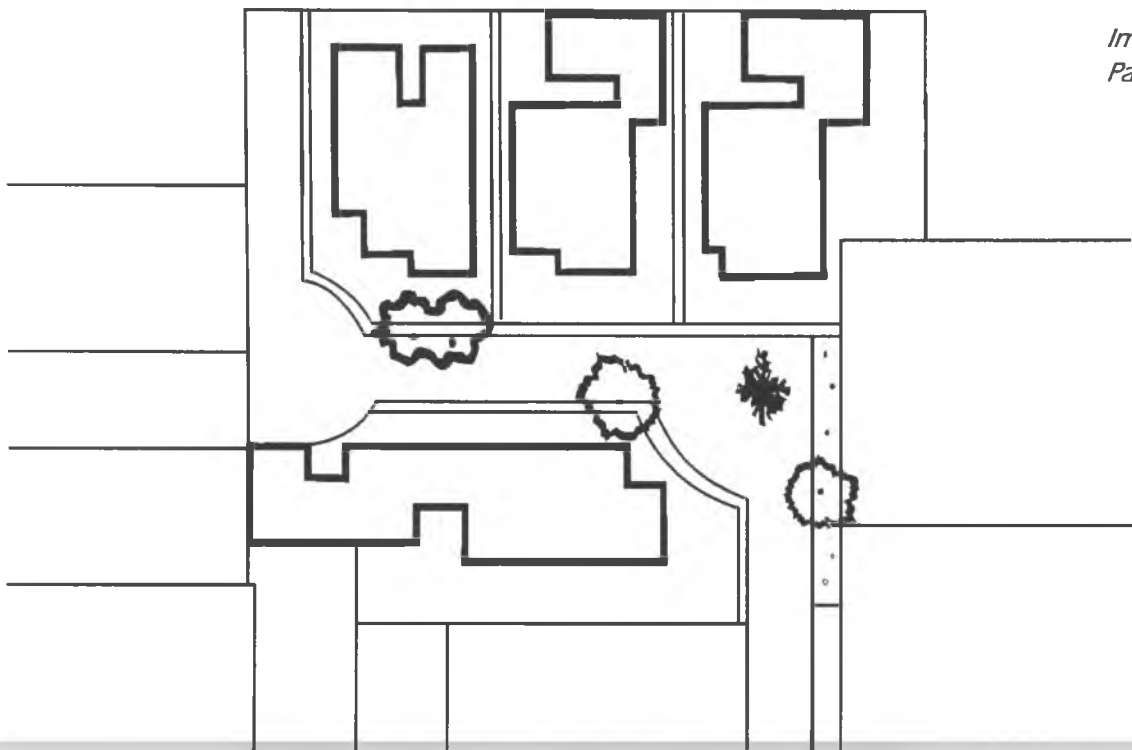


Esquema de implantação nos lotes comuns às vilas

Há algumas variações, ou exceções, nas formas de implantação. Algumas vilas têm suas casas com recuo frontal onde existe um pequeno jardim, como na situada à avenida Paes de Barros, na Mooca. Outras,

(7) In: *Quadro da arquitetura no Brasil*, o arquiteto historiador Nestor Goulart Reis Filho coloca as características da implantação e da arquitetura das residências nos tempos coloniais.

mais raras, têm suas casas isoladas das divisas do lote e do pátio por muros baixos. A presença de jardins, ainda que mínimos, à frente das residências, ou o fato destas estarem isoladas das divisas dos lotes, mostram a intenção de se levar às vilas algumas características presentes nas casas mais ricas da sociedade paulistana desde fins do século passado. Em outros casos, como a vila na rua Turiassu, os jardins foram substituídos por garagens, assemelhando-se assim a implantação a dos sobrados de classe média, espalhados pela cidade.



*Implantação: vila na rua
Padre João Manoel*

*Vila na rua
Padre João Manoel*
Fonte: Solange Aragão





Vila na rua Turiassu
Fonte: Solange Aragão



Vila na avenida Paes de Barros, na Mooca
Fonte: Solange Aragão

Se por um lado, o esquema de implantação se repete, o mesmo não podemos dizer do partido adotado. Para analisar a arquitetura de uma vila precisamos considerá-la separadamente, atentando para o lugar e a época em que foi construída. Cada vila possui um traçado arquitetônico peculiar, embora seja possível encontrar certas semelhanças no material utilizado, na presença de elementos nacionais e europeus e em detalhes de fachadas e plantas.

Como na implantação, na fachada também subsiste a herança colonial, ainda que apareçam os primeiros traços simples da arquitetura moderna: linhas retas e, em alguns casos, platibandas escondendo os telhados. Nos sobrados, a assimetria na disposição dos vãos: a porta (no térreo) não está no centro, mas ao lado da janela. Em alguns casos, tenta-se criar uma simetria na composição de duas fachadas.



Vila na rua Tabapuã
Fonte: Solange Aragão



Vila na rua Franco da Rocha
Fonte: Solange Aragão

A existência de pequenos beirais, a cumeeira paralela ao pátio, as janelas de parapeito e as sacadas são outros elementos freqüentes na arquitetura das vilas que remontam os tempos coloniais. Aliás, os balcões ou sacadas são, quase sempre, elementos adicionais às fachadas colocados pelos próprios moradores na tentativa, talvez, de resgatar o contato com o exterior (não mais com a rua, mas com o pátio da vila).



Vila na alameda Lorena
Fonte: Solange Aragão



Vila na alameda Ministro Rocha Azevedo
Fonte: Solange Aragão



Vila na rua Conselheiro Rodrigues Alves
Fonte: Solange Aragão

Os nichos, tão comuns nas cidades brasileiras de outrora, aparecem nas paredes de algumas vilas, vazios e sem uso, embora possuam valor estético.

Há ainda duas características da arquitetura das vilas paulistas que se destacam. Em primeiro lugar, a diversidade de cores. As casas pintadas com cores diferentes umas das outras sem romper a harmonia do conjunto denotam o desejo de cada morador em possuir uma casa personalizada – o que não acontece em determinadas vilas mais antigas, as quais, sem terem passado por grandes alterações, mantêm uma mesma cor em todas as edificações.



Vila na avenida Lins de Vasconcelos
Fonte: Solange Aragão



Vila na rua da Consolação
Fonte: Solange Aragão



Vila na alameda Ministro Rocha Azevedo
Fonte: Solange Aragão



Vila na rua Pamplona
Fonte: Solange Aragão



Vila na rua Padre João Manoel
Fonte: Solange Aragão

Outra particularidade das vilas paulistas é a forte influência da arquitetura européia – que se interpõe aos traços da arquitetura tradicional brasileira.

Na Vila Inglesa, na rua Mauá, que data da primeira década deste século – patrimônio arquitetônico da cidade, tanto estão presentes as telhas capa-canal, a cumeeira paralela à rua da vila, os alpendres com colunas de secção quadrangular, as janelas de verga reta misturadas às vergas com movimento e corpos elevados (tipo “camarinha”), como os tijolos aparentes, as empenas na fachada principal e esquadrias – que sempre são retas, independentemente do movimento da verga, tipicamente ingleses.



Vila Inglesa
Fonte: Solange Aragão

Na Vila Cândida, de 1928, localizada na rua Teodoro Sampaio, além dos beirais, das janelas de verga reta, da disposição de portas e janelas e dos nichos há colunas jônicas. Seu portal de entrada neoclássico, possui uma espécie de “brasão” e está, aparentemente, apoiado em colunas toscanas.



*Vila Cândida: o portal preservado desde 1928
pelos moradores*
Fonte: Solange Aragão



Vila Cândida: a mistura de elementos na fachada
Fonte: Solange Aragão

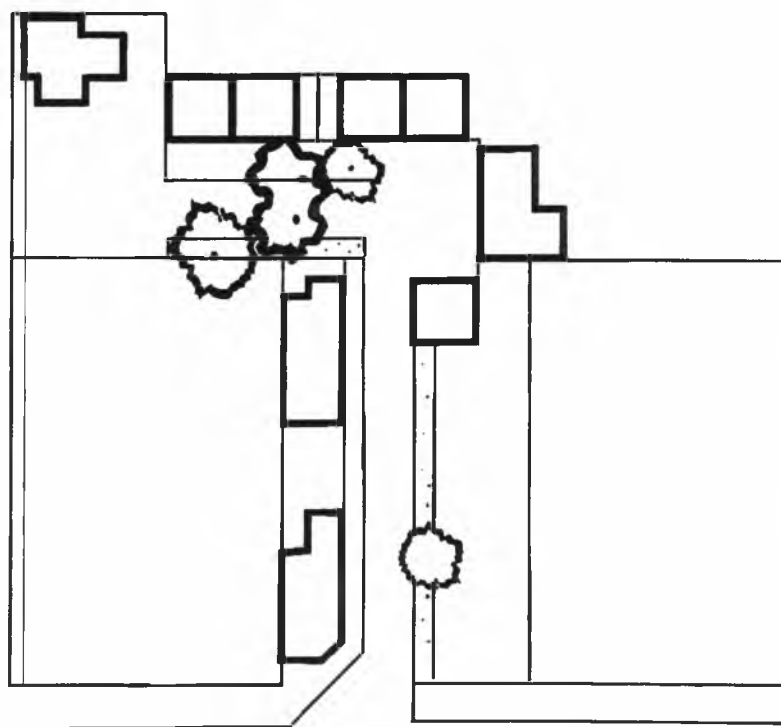
A vila na rua Vitorio Camilo (década de 30) parece ter uma arquitetura única em São Paulo. Arcos duplos – em colchete, nas portadas; colunas torsas; tijolos aparentes; telhas capa-canal sobre as portas; janelas retangulares e janelas com arco pleno; e sacadas atestam o estilo florentino na vila.



Vila na rua Vitorio Camilo
Fonte: Solange Aragão

Essa tendência de colocar motivos não brasileiros nas fachadas foi constante por várias décadas – e talvez seja ainda hoje quando são construídas as “novas vilas”, segundo moldes e padrões de outros tempos, ou norte-americanos atuais.

Mas, em certos casos, existiu uma única linha projetual, como na vila na rua Piauí (da década de 20). Construída em estilo art déco, com linhas retas, vitrais e metais, tem sua singularidade na utilização de argamassa com granilite.



Vila na rua Piauí
Fonte: Solange Aragão

Quase 10 anos depois (1936), ergueu-se na alameda Ministro Rocha Azevedo a vila projetada pelo arquiteto Flávio de Carvalho, inovadora e “moderna” na utilização das linhas retas, no pé-direito duplo na sala e no solário em parte da cobertura.

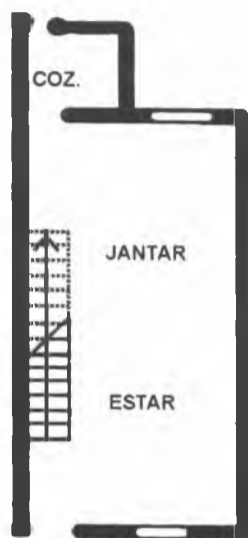
Independentemente do partido arquitetônico, quanto ao número de pavimentos das casas de vilas, em São Paulo predomina o sobrado, havendo uma ou outra vila com casas térreas, como o Jardim Aurélia, na rua Tabapuã.



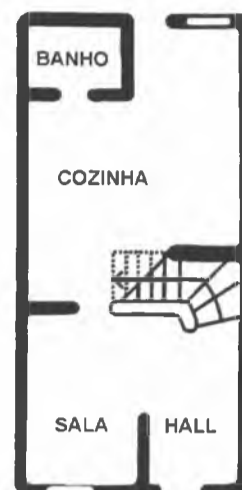
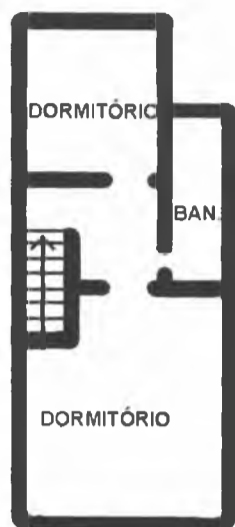
Jardim Aurélia
Fonte: Solange Aragão

No desenho da planta também não há muitas variações: sala e cozinha no térreo; dormitórios e sanitários no pavimento superior⁸. Algumas das mais antigas têm o problema de só possuir um sanitário no térreo, causando certo transtorno aos usuários.

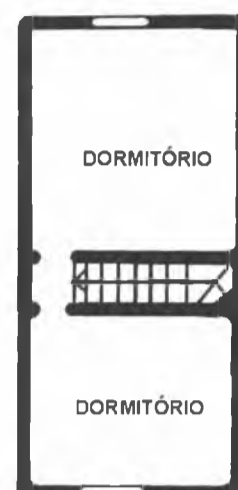
(8) Em alguns casos há um *hall* de entrada e a sala está dividida em estar e jantar, havendo também, além da cozinha, uma pequena despensa. Normalmente há uma edícula no quintal, onde pode existir um “quarto de empregada” hoje com outros usos.



Vila na alameda Ministro Rocha Azevedo



Vila Cândida



Com características européias ou soluções brasileiras na fachada, na planta e nos detalhes, a arquitetura das vilas, enquanto espaço construído e enquanto “parede” dos espaços livres de edificação, tem papel importante na qualificação estético funcional do projeto, sendo ela sua identidade. É a arquitetura que irá definir, conjuntamente com o desenho do pátio, se o projeto é moderno, eclético ou se possui linha projetual própria.

A legislação

No fim do século passado e início deste século, com a industrialização e o aumento da demanda por moradias, houve um incentivo à construção de casas populares. Para fazer frente a essa demanda, a legislação municipal permitia loteamentos com características específicas, que favoreciam a propagação das vilas.

Data de 1897 a Lei n. 315, através da qual a Câmara Municipal autoriza o Intendente de Polícia e Higiene a contratar serviços para a construção de 2.000 casas, formando vilas operárias⁹. A Lei n. 553, de 1907, autoriza o prefeito a contratar a construção de casas, vilas operárias e núcleos coloniais¹⁰.

(9) Ver BENCLOWICZ (1989), p. 118.

(10) Id., ibid., p. 221.

O Código de Obras "Arthur Saboya" Lei n. 3.427/29, estabelece normas para a implantação de vilas:

Art. 749 – Quando se tratar da construção de casas de caráter essencialmente popular, o retalhamento das quadras ou das porções de terrenos, já servidas por vias públicas, ou referentes a novos arruamentos, obedecerá às disposições adiante estabelecidas.

Art. 750 – A subdivisão poderá ser feita por simples passagens, com a largura mínima de 4 m, e com declividade não superior a 15%.

1 – O comprimento dessas passagens não poderá exceder a 200 m.

2 – As passagens podem atravessar as quadras ou porções de terreno de rua a rua ou não. No primeiro caso terão, em ponto intermediário das extremidades, salvo quando forem de menos de 125 m de extensão, uma praça de manobra de veículos, de 8 m de largura, no mínimo, por 20 m de comprimento no mínimo. No segundo caso deverão ser terminadas por praças de manobra, cujas dimensões mínimas serão de 12 m de diâmetro, se a forma for circular, ou de dimensões equivalentes se outra for a forma adotada.

3 – O eixo maior da praça intermediária deverá de preferência coincidir com o eixo das passagens.

4 – Essas passagens não poderão ser utilizadas para o tráfego de veículos em geral, mas somente para os que se destinarem a servir as habitações nelas localizadas.

Art. 751 – No interior das quadras, ou das porções de terrenos retalhados, será sempre estabelecida uma parte ajardinada, com a superfície mínima de 5% da área subdividida.

Parágrafo Único - As áreas de praças de manobra a que se refere o parágrafo segundo do artigo 750 poderão ser computadas nas porcentagens estabelecidas neste artigo.

A Lei n. 7.805/72, do parcelamento, uso e ocupação do solo, e a Lei n. 8.226, código de edificações da cidade, revogaram o Código de Obras Arthur Saboya e criaram restrições que impediram, ou tornaram inviável aos empreendedores, a construção de vilas. A obrigatoriedade de to-

dos os lotes, abertos a partir da vigência da lei, terem frente para uma rua oficial, impediu a implantação de vilas nos moldes tradicionais, aproveitando os interstícios das quadras.

Durante anos a construção de vilas permaneceu estagnada; as novas vilas vão surgir após a aprovação da Lei n. 11.605/94, de autoria do executivo, que criou a subcategoria R3-03 Conjunto Residencial-vila. Essa lei, concebida inicialmente como um instrumento do executivo para baratear o custo de implantação de habitações populares¹¹ foi apropriada pelo mercado imobiliário como um instrumento de adensamento de bairros de classes média e média alta, onde a construção de edifícios multifamiliares não é permitida pela legislação.

O parágrafo único do artigo primeiro da Lei 11.605/94 define assim as vilas:

Art. 1º (...)

Parágrafo único – O conjunto residencial horizontal do tipo R3-03 é aquele constituído por unidades habitacionais isoladas, agrupadas, geminadas ou superpostas, em condomínio, sendo permitido nas zonas de uso que admitam o uso residencial.

O número de unidades que determinado lote comporta é calculado, baseado no inciso I do art. 2º, através da divisão da área do lote pelo lote mínimo da zona de uso (para as zonas de uso Z1, Z14, Z15 e Z8 - 100). Somente os recuos de frente com relação aos logradouros públicos precisam ser respeitados e a reserva de espaços para arborização se restringe a 5 m² por unidade habitacional, inferior aos 7,7 m² exigidos pela legislação para Conjuntos Habitacionais de Interesse Social (conjuntos verticais) e aos 5% estabelecidos pelo Código de Obras Arthur Saboya para as vilas antigas.

(11) Informação de técnicos que trabalharam na Cohab, no período de elaboração do projeto para a lei das vilas.

s bairros-jardins

Entre os anos de 1984 e 1985 a Secretaria Municipal do Planejamento de São Paulo – Sempla implantou o Cadastro da Vegetação Significativa do Município de São Paulo, que deu origem à publicação *Vegetação significativa do município de São Paulo*, de 1988.

Um decreto estadual de 1989 (Decreto 30.443/89) tornou a vegetação mapeada e descrita nessa publicação *Patrimônio ambiental e imune ao corte*.

Os projetos das novas vilas, implantadas após a Lei n. 11.605/94, têm sido desenvolvidos para terrenos vazios ou ocupados com uma única residência, com área superior a 1.000 m², em bairros classificados pela “Vegetação significativa do município de São Paulo” como bairros-jardins. A classificação se deve à significativa arborização existente tanto nas vias como nos lotes, arborização essa que tem sido totalmente desconsiderada nesses projetos de vilas.

Esse modelo de implantação, que se tem repetido em todos os projetos analisados pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes – Depave tem causado significativa redução da vegetação arbórea desses bairros, com a conseqüente descaracterização do tecido urbano.

Para desenvolver uma análise da influência sobre a vegetação dos bairros-jardins, do modelo de ocupação adotado para as vilas geradas a partir da Lei n. 11.605/94, foi adotado como caso de referência o conjunto *The Buckingham Private Houses*, que vem sendo implantado no bairro Jardim Cordeiro, zona sul da capital, e que é um exemplo representativo do modelo adotado para os projetos das novas vilas.

tecido urbano

O bairro Jardim Cordeiro está localizado no distrito de Santo Amaro, na encosta esquerda do vale do córrego Cordeiro¹² afluente do rio Pinheiros.

(12) O córrego Cordeiro foi retificado e canalizado, e sobre ele, no trecho do Jardim Cordeiro, foi implantada a avenida Prof. Vicente Rao.

**Carlos
Alberto
&
Solange
Moura**

As antigas e as novas vilas de São Paulo:
conceituação e estudos de caso

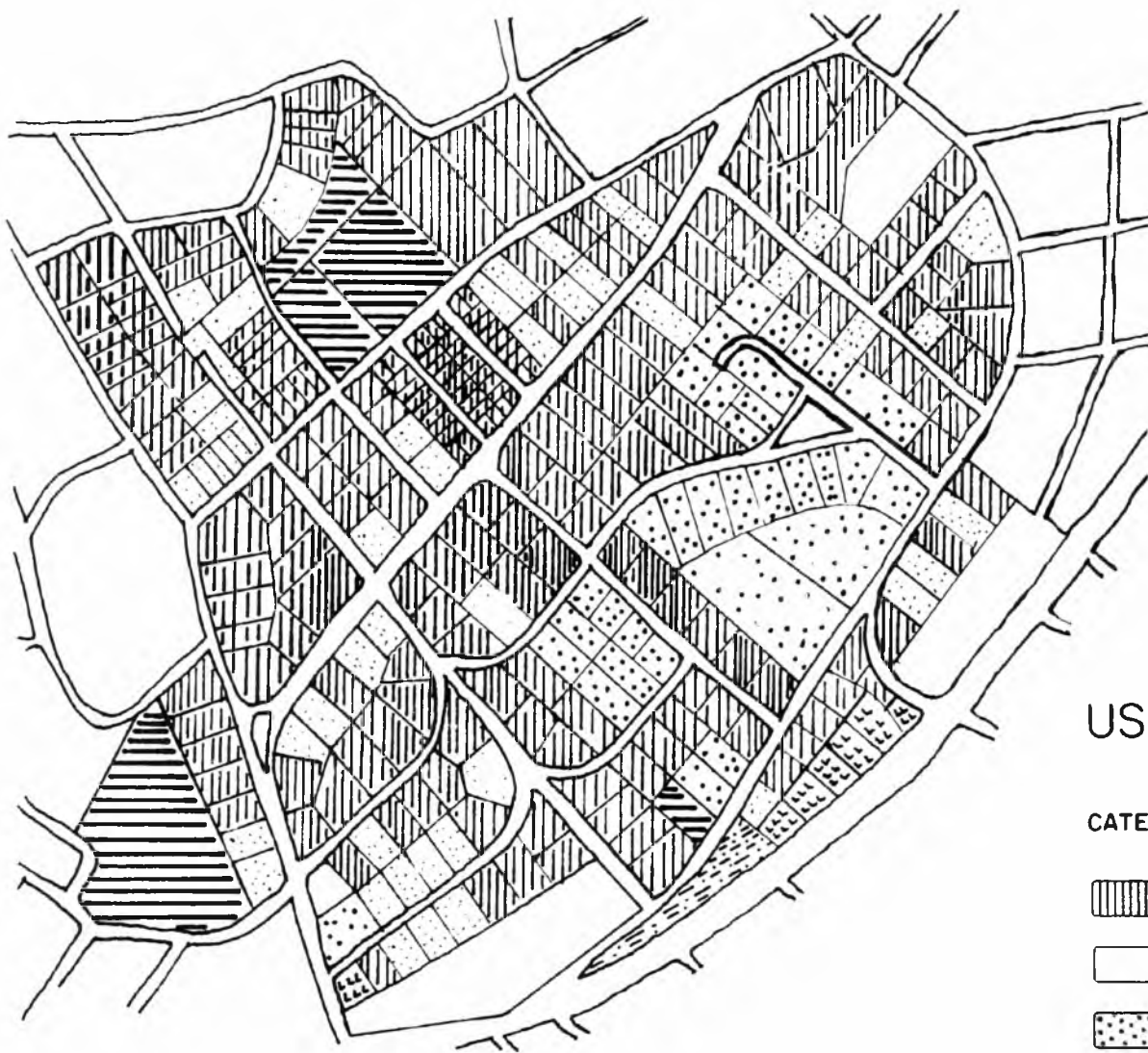
É formado por loteamentos de dimensões e épocas diversas, cujas ruas têm seus traçados, em boa parte, acompanhando o relevo natural. Alguns loteamentos, com ruas sem saída, foram fechados, totalmente ou em parte, formando condomínios fechados, muito semelhantes às atuais vilas.



Carta dos loteamentos que formaram o bairro Jardim Cordeiro








As quadras são irregulares e os lotes de dimensões diversas são ocupados predominantemente por residências unifamiliares, de dois a três pavimentos (uso residencial de baixa densidade), de classes média e média alta. Os edifícios estão localizados no centro do lote, com recuos estabelecidos pela legislação de uso e ocupação solo em vigor à época de suas construções.

Os recuos frontais são destinados para o abrigo de automóveis e implantação de jardim e os de fundo destinados para jardim e lazer.



USO DO SOLO

CATEGORIAS DE USO

-  RESIDENCIAL UNIFAMILIAR
-  RESIDENCIAL VILA
-  RES. VILA EM IMPLANTAÇÃO
-  COMERCIAL
-  INSTITUCIONAL
-  ÁREA VERDE PÚBLICA
-  TERRENO DESOCUPADO

Carta de uso do solo
Fonte: Fotogr. aérea BASE S.A.

O sistema de espaços livres é principalmente constituído pelos espaços privados dos jardins, bem arborizados em sua maioria, e demais recuos descobertos e pelos lotes não ocupados, ainda em grande número. Os espaços livres públicos são constituídos principalmente pelas vias de circulação, ladeadas por "calçadas verdes" (*rua-jardim* – Macedo, 1995). As áreas destinadas a áreas verdes públicas estão concentradas em duas áreas, que juntas somam mais de 30.000 m², consequência da legislação de parcelamento do solo em vigor na época dos loteamentos que desobrigava a destinação de áreas para áreas verdes em loteamentos com área igual ou inferior a 40.000 m² ¹³. Essas duas áreas verdes, localizadas na encosta esquerda de um córrego contribuinte do córrego Cordeiro e separadas pela rua Breves, são utilizadas atualmente como depósito de material de construção pela Administração Regional de Santo Amaro, não havendo, portanto, nenhuma área verde¹⁴ efetivamente implantada em todo o bairro.

A vegetação arbórea, importante elemento na caracterização desse tecido urbano, é parte de um contínuo três vezes maior que o Parque do Ibirapuera, que se estende sobre a Chácara Flora e parte do bairro Alto da Boa Vista.

(13) O Ato 663 de 1934, que aprova a consolidação do Código de Obras Arthur Saboya, foi a norma legal que regulamentou o parcelamento do solo no município de São Paulo até 1972, quando é aprovada nova lei municipal de parcelamento, uso e ocupação do solo.

(14) A Lei n. 10.676/88, que aprova o Plano Diretor em vigor, define área verde como:
Art. 34

§ 1º - São consideradas áreas verdes e como tal incorporam-se ao Sistema de Áreas Verdes do Município, dentre outras:




a) todos os parques públicos, praças, jardins e, ainda, as áreas verdes ligadas ao sistema viário;
b) todos os espaços livres e áreas verdes de arruamentos e loteamentos existentes, bem como áreas verdes de projetos a serem aprovados.



Carta de ocupação do solo
Fonte: Fotogr. aérea BASE S.A.

OCUPAÇÃO DO SOLO

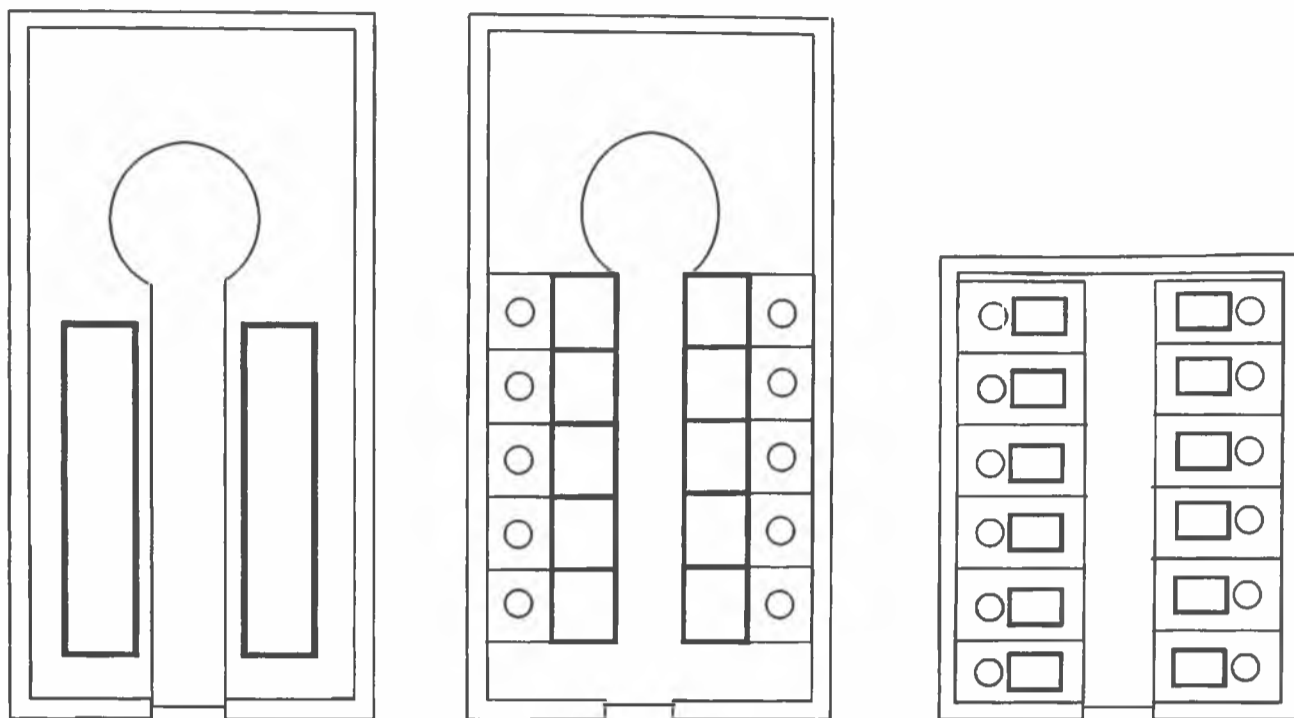
TIPOS DE OCUPAÇÃO

-  ESPAÇO EDIFICADO
-  ESPAÇO LIVRE REVESTIDO COM VEGETAÇÃO
-  ESPAÇO LIVRE OCUPADO PELO SIST. VIÁRIO



modelo adotado para as novas vilas e o Conjunto The Buckingham

As novas vilas são cercadas por muros com entrada única e guarita. Suas casas são em alguns casos geminadas, em outros isoladas, e em outros ainda, inseridas em conjuntos residenciais de três pavimentos e quase sempre seguem o esquema de uma rua central, em substituição ao pátio, com alargamento ou não no final, e casas paralelas. Têm implantação tradicional, com casas paralelas ao limite do lote e, na arquitetura, a influência européia e norte-americana.



Esquema de implantação das novas vilas

Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 de out. de 1996. Imóveis, p. 13.

As novas vilas não possuem mais a rua estreita – espaço de transição, e estão completamente separadas da rua, funcionando como pequenos condomínios horizontais que trazem uma nova significação às vilas.

O The Buckingham é um projeto representativo do modelo de ocupação das novas vilas, tanto na distribuição espacial e no atendimento aos padrões urbanísticos estabelecidos pela legislação, como na influência negativa sobre a vegetação arbórea dos bairros jardins.

O projeto foi desenvolvido para uma área de 10.246 m² entre as ruas Heron Domingues, Dr. Francisco Malta Cardoso e Urias de Figueiredo, anteriormente ocupada por uma residência unifamiliar. A área construída, incluindo a área de lazer, representava pouco mais de 10% da área total, sendo o restante ocupado por uma grande área recoberta por vegetação arbórea.

A área foi dividida em 24 “lotes”, dispostos nas laterais e no centro do terreno. As residências, sobrados unifamiliares, estão projetadas no centro dos “lotes” como é o padrão do bairro. Uma rua única contorna o condomínio e como área verde de uso comum foram projetados canteiros de pouco menos de 10 m² na frente de cada residência e áreas fragmentadas na entrada do condomínio, que juntas somam 76 m².



R. Heron Domingues

R. Dr. Francisco Malta Cardoso



Tipo A



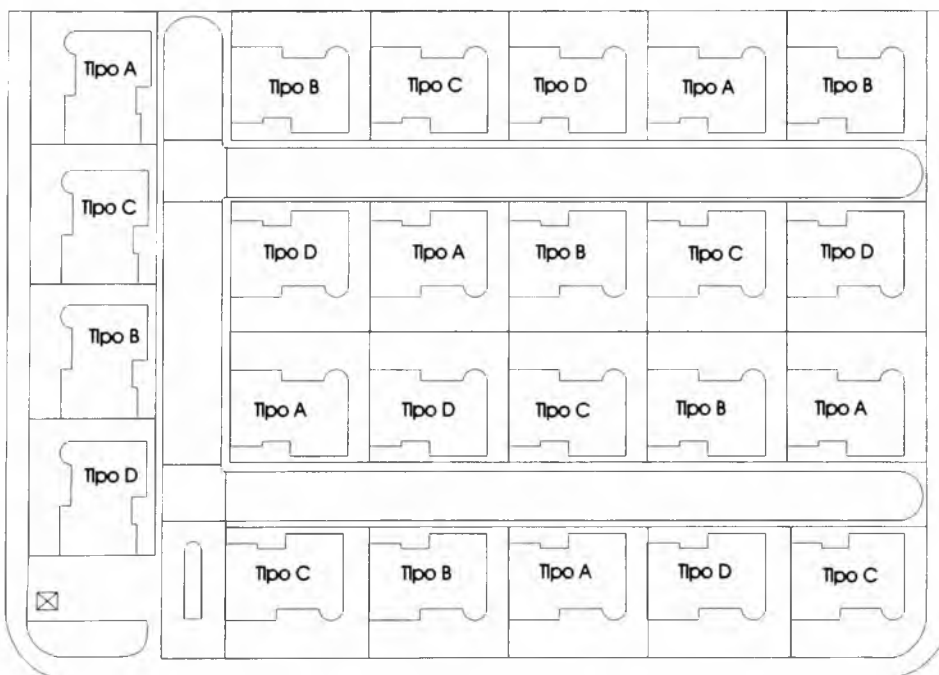
Tipo B



Tipo C



Tipo D

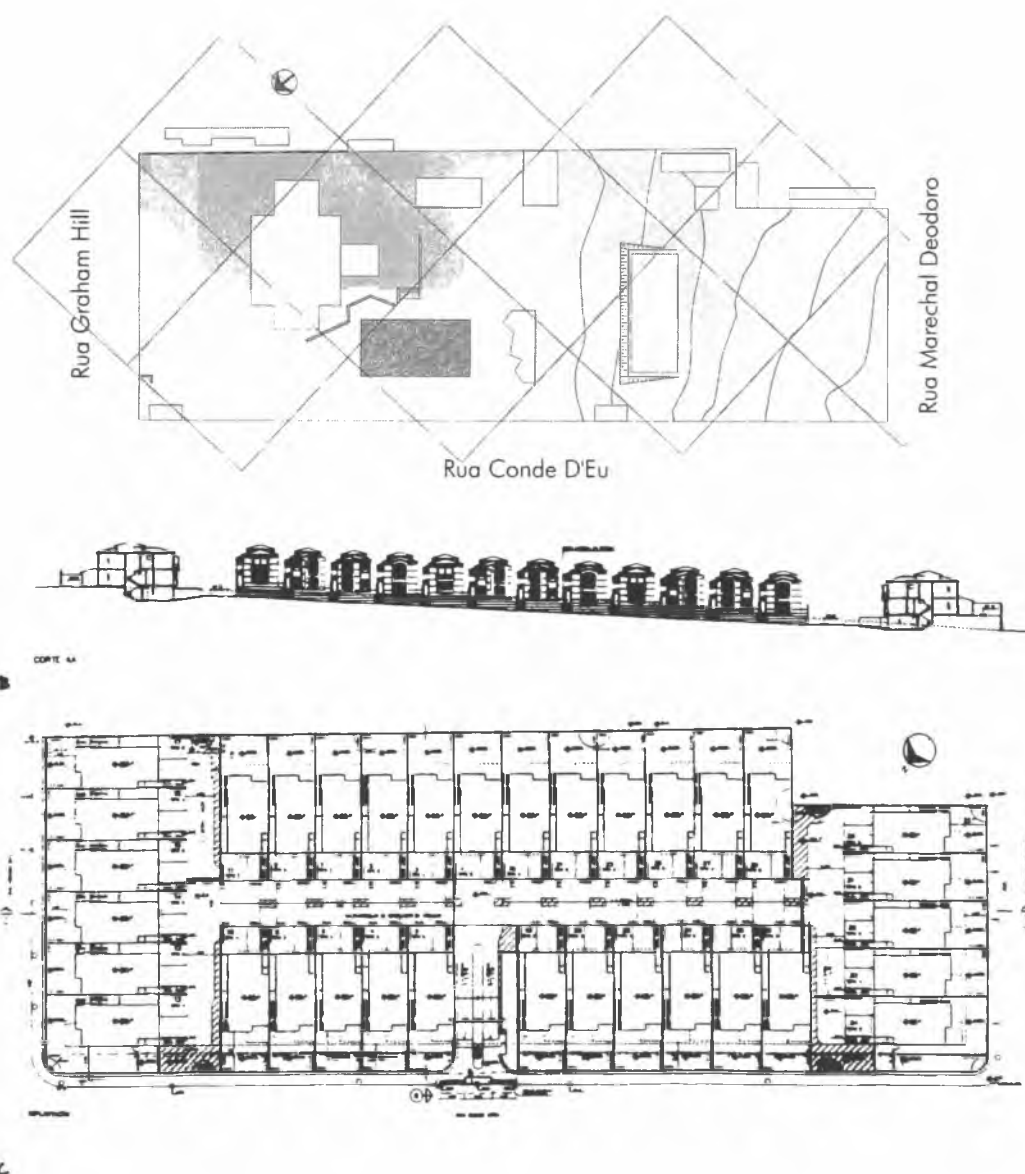


Conjunto The Buckingham Private Houses

Fonte: Arq. da "Comissão Permanente para Análise de Processos Relativos à Lei n. 10.365/87" do Depave

Os recuos de frente são destinados para o abrigo de automóveis e jardim, e os recuos de fundo são destinados para lazer e jardim. Nesse aspecto a ocupação também repete o padrão do bairro, diferindo deste por serem os abrigos subterrâneos e os jardins implantados sobre as lajes desses abrigos.

O pátio, característica das antigas vilas, não existe, sendo o sistema de espaços livres dentro da vila formado pelos recuos das edificações e pelas vias internas de circulação. As áreas verdes, dispostas de forma fragmentada, não configuram um espaço de encontro/lazer de uso coletivo e tão pouco permitem a formação de um contínuo de vegetação. Esse modelo de ocupação se repete, com variações, em todos os projetos de vila analisados pelo Depave, como pode ser visto nas figuras que seguem.



Projeto de vila à rua Conde D'Eu X rua Marechal Deodoro X rua Graham Bell
Fonte: Arq. da "Comissão Permanente para Análise de Processos Relativos à Lei n. 10.365/87"
do Depave

O termo “lotes” foi utilizado anteriormente em substituição ao termo “unidades residenciais” empregado na legislação em vigor, porque acreditamos que as novas vilas caracterizam um parcelamento do solo, que dispensa o empreendedor de destinar áreas para o viário público (20%), áreas verdes públicas (10 - 15%) e áreas institucionais (5%), como determina a atual legislação.

Define a legislação de parcelamento do solo em vigor¹⁵.

Art. 1º – Para efeitos da aplicação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, para fins urbanos, as seguintes expressões ficam assim definidas:

I – Gleba é área de terra que não foi objeto de loteamento ou desmembramento.

(...)

IV – Loteamento é a subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

(...)

VII – Lote é a área resultante de loteamento, desmembramento ou desdobro, com pelo menos uma divisa lindeira à via de circulação.

VIII – Via de circulação é o espaço destinado à circulação de veículos ou pedestres, sendo que:

a. via oficial de circulação de veículos ou pedestres é aquela aceita, declarada ou reconhecida como oficial pela prefeitura;

b. via particular de circulação de veículos ou pedestres é aquela de propriedade privada, mesmo quando aberta ao uso público.

(15) Lei Municipal n. 9.413, de 30 de dezembro de 1981– Dispõe sobre o parcelamento do solo no município de São Paulo e dá outras providências.

Portanto, dois aspectos formais fazem com que a vila não possa ser caracterizada como um loteamento: o fato de se implantarem em áreas alvo de loteamentos anteriores e o fato das vias não serem aceitas, declaradas ou reconhecidas pela prefeitura.

O conceito de gleba não está presente na legislação que antecedeu a atual¹⁶, que define loteamento como *“o retalhamento do terreno em lotes, que terão frente para via oficial de circulação de veículos”*. Ao compararmos projetos de pequenos loteamentos que deram origem ao bairro Jardim Cordeiro (ver carta dos loteamentos que formaram o Jardim Cordeiro) com o projeto do The Buckingham, não encontramos diferenças estruturais entre eles. Esses loteamentos, vale repetir, foram implantados sob uma legislação de parcelamento do solo que desobrigava a destinação de áreas verdes nos projetos de loteamento com área igual ou inferior a 40.000 m², que sugere um retrocesso da atual legislação na questão das áreas verdes. Vale igualmente repetir que nem o mínimo de 5% para áreas ajardinadas estabelecido pelo Código de Obras Arthur Saboya está contemplado no corpo da nova lei.

Desobrigando o empreendimento ou o empreendedor de destinar áreas para áreas públicas, a legislação permite a implantação de maior número de habitações num mesmo terreno e conseqüentemente reduz o custo da unidade habitacional. Esse era o objetivo inicial do projeto de lei, concebido para habitações populares dentro de uma gestão municipal (1989-1992) comprometida com a solução da questão habitacional da população de baixa renda. Tal legislação, no entanto, vem sendo aplicada em bairros-jardins para a construção de conjuntos residenciais para população de classe média e classe média alta.

Para ambos os casos, habitação de interesse social e habitação para classe média, a validade da proposta deve ser questionada, se assumirmos como pressuposto a necessidade da existência de áreas verdes, de uso direto e indireto, dentro da trama urbana.

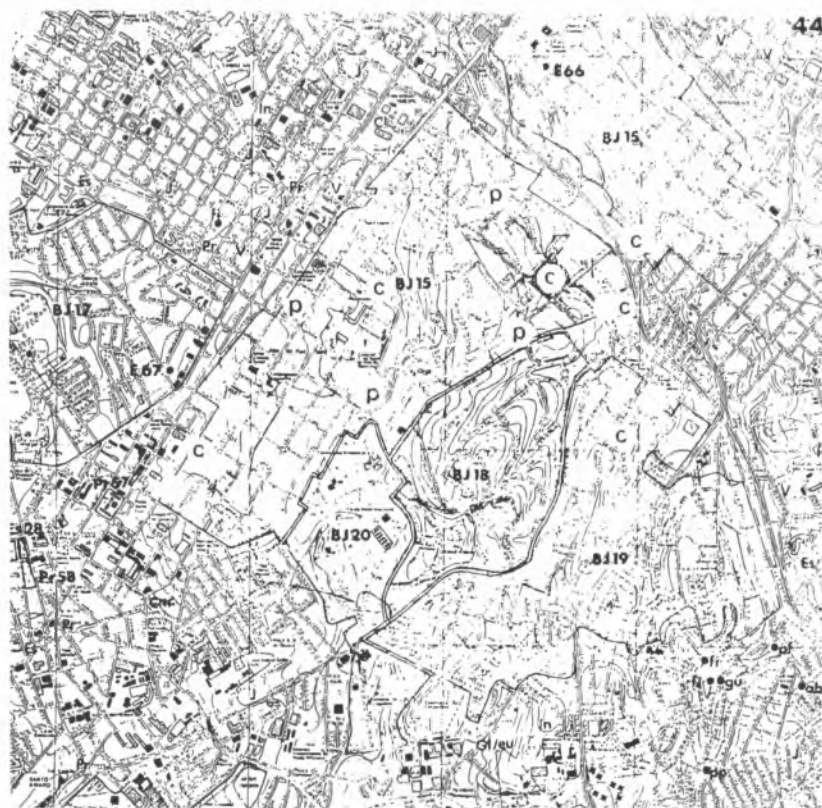
(16) Lei Municipal n. 7.805, de 1º de novembro de 1972 – Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do município de São Paulo, e dá outras providências.

A concepção de pseudoloteamentos sem destinação de áreas públicas, para abrigar conjuntos habitacionais de interesse social, significa assumir que as *populações de baixa renda* não necessitam de áreas verdes. Se é assumido que essas populações necessitam desses espaços e ao mesmo tempo é implementada legislação como a analisada, significa que está sendo transferida para a conta das áreas verdes o barateamento da unidade habitacional, uma vez que restará à municipalidade a desapropriação de áreas para a implantação de áreas verdes. Estando próximas ao conjunto habitacional as áreas a serem desapropriadas, a municipalidade pagará um valor pela unidade de área maior que aquele que seria pago antes da construção do conjunto, valorização essa promovida pela infraestrutura implantada pela própria municipalidade para a implantação do conjunto. Para se ter uma avaliação precisa do que é mais vantajoso para a municipalidade, seria necessário retomar a questão dos índices de áreas verdes, consideradas as diferentes categorias de áreas verdes, contrapondo o custo de implantação desses mínimos de áreas verdes ao custo de implantação da habitação mínima, esta já claramente definida na legislação.

Análise semelhante deve ser feita para implantação das vilas em áreas de cobertura arbórea densa e consolidada, como nos bairros-jardins. A não destinação de áreas públicas de forma geral, e de áreas verdes em particular, ao impedir a manutenção da vegetação existente, nega a importância dessa vegetação para o entorno e para a cidade e impede a abertura de áreas verdes em bairros delas desprovidos, formados sob uma legislação de parcelamento do solo concebida em época de áreas verdes abundantes no município e que perdurou por 38 anos, não se adequando ao rápido crescimento da cidade.

A influência das novas vilas sobre a vegetação e a legislação de proteção da vegetação

O modelo de vilas descrito já exhibe exemplos concretos de sua influência negativa sobre a vegetação dos bairros-jardins. Os projetos implantados e em implantação no próprio bairro e nos bairros vizinhos alteraram significativamente o perfil do terreno e eliminaram praticamente toda a vegetação ali existente.







Levantamento de projetos de vilas em alguns bairros-jardins da zona sul de São Paulo

O bairro Jardim Cordeiro possui ainda muitos terrenos desocupados que abrigam vegetação arbórea significativa, cuja ocupação por esse modelo de vilas causaria considerável redução na vegetação do bairro. Para a visualização da redução da cobertura arbórea do bairro, é feita uma simulação de ocupação dos terrenos vazios com projetos de vilas, que repetem o modelo aqui descrito.



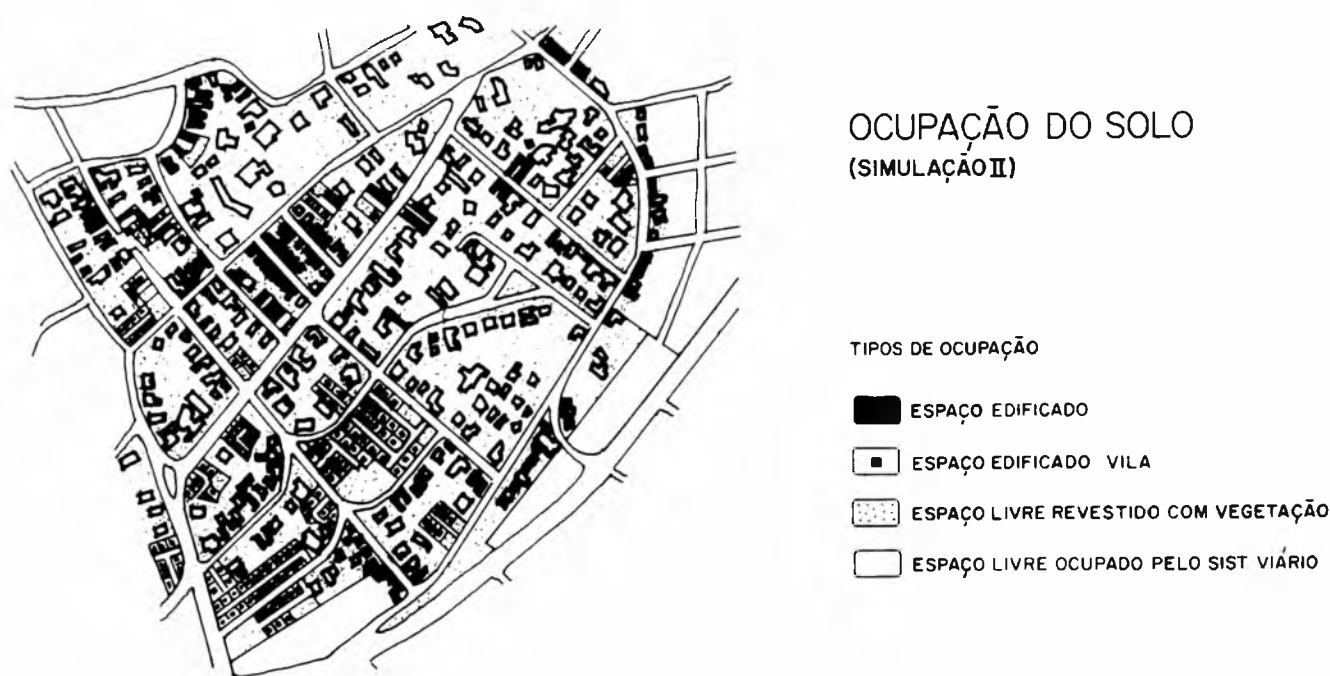
**OCUPAÇÃO DO SOLO
(SIMULAÇÃO I)**

TIPOS DE OCUPAÇÃO

-  ESPAÇO EDIFICADO
-  ESPAÇO EDIFICADO VILA
-  ESPAÇO LIVRE REVESTIDO COM VEGETAÇÃO
-  ESPAÇO LIVRE OCUPADO PELO SIST. VIÁRIO

Simulação da reprodução do modelo das novas vilas sobre lotes desocupados
Fonte: Fotogr. aérea BASE S.A.

Uma simulação de ocupação dos terrenos por vilas, agora aplicando a legislação de proteção da vegetação, é feita a seguir, para a visualização do alcance da legislação como instrumento para minimizar o impacto da implantação sobre a vegetação.



Simulação da reprodução do modelo das novas vilas sobre os lotes desocupados do Jardim Cordeiro com a aplicação da legislação de proteção da vegetação

Fonte: Fotogr. aérea BASE S.A.

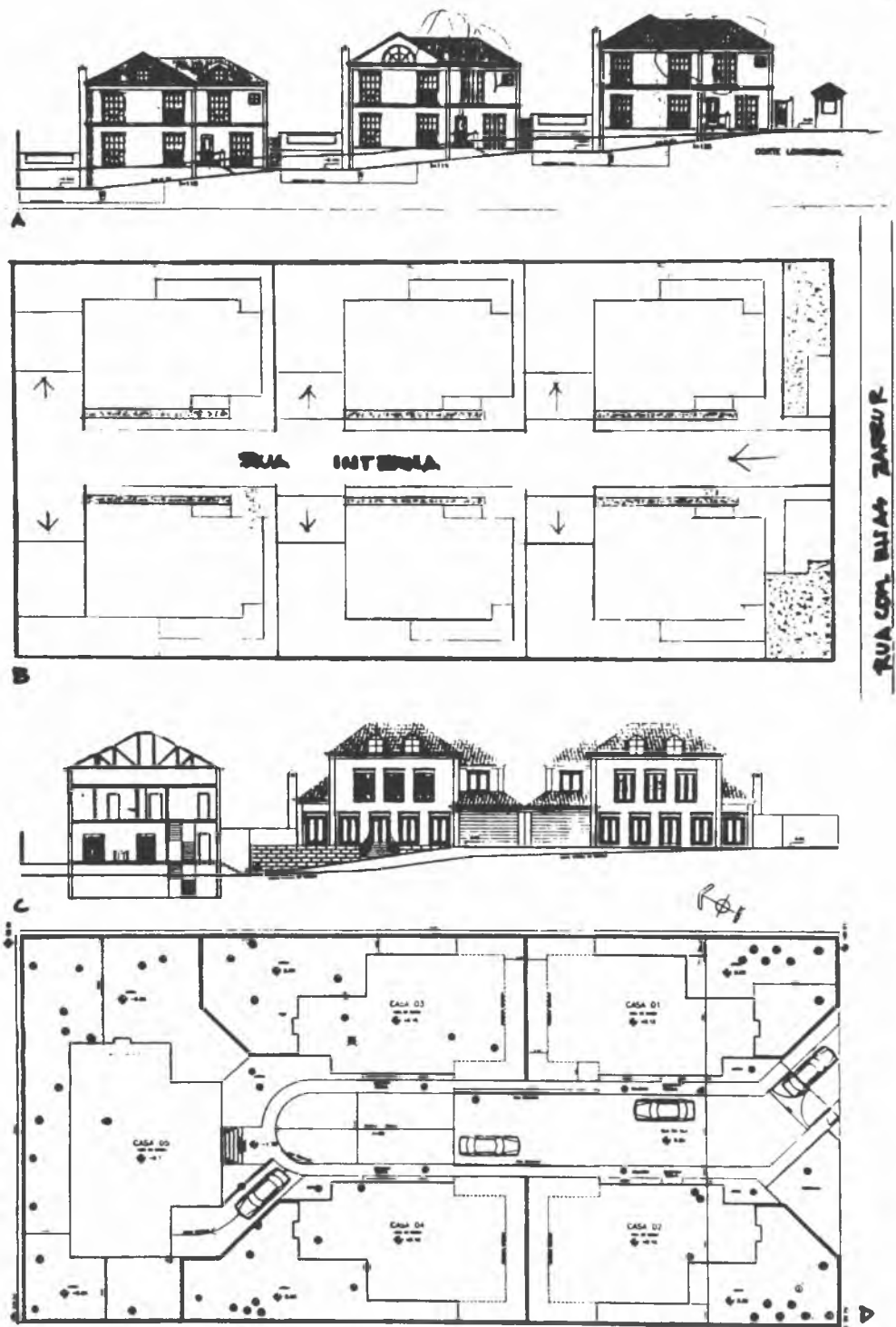
A Lei n. 10.365/87¹⁷ estabelece que os projetos de edificação em áreas revestidas, total ou parcialmente, por vegetação de porte arbóreo deverão ser submetidos à apreciação do engenheiro agrônomo responsável, antes da sua aprovação pela Secretaria Municipal da Habitação ou pela Administração Regional. Estabelece ainda que órgão competente poderá exigir alterações de projeto quando forem comprovadas interferências negativas na vegetação a preservar.

Baseado nessa legislação e no Decreto 39.743/94¹⁸, foi solicitada pelo Depave, órgão da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente responsável pela análise técnica de projetos que interfiram com a ve-

(17) Lei Municipal n. 10.365, de 22 de agosto de 1987 – Disciplina o corte e a poda da vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências.

(18) Através do Decreto n. 39.743/94, o governo do estado de São Paulo transferiu, parcialmente, a competência de apreciar e autorizar a remoção da vegetação protegida pelo Decreto n. 30.443/89 para a autoridade municipal de meio ambiente da capital.

getação protegida pelo Decreto 30.443/89, a adequação do projeto de vila desenvolvido para um terreno da rua Comendador Elias Zarzur, Alto da Boa Vista. O objetivo da adequação do projeto foi a preservação de um maciço arbóreo, o mais significativo, localizado nos fundos do terreno. Para tanto, foi suprimida uma residência e uma outra teve sua posição inicial alterada.



Projeto de vila na rua comendador Elias Zarzur: projeto inicial e projeto modificado
Fonte: Arq. da "Comissão Permanente para Análise de Processos Relativos à Lei n. 10.365/87"
do Depave

No caso específico do Residencial Buckingham, o projeto, após a sua aprovação pelo órgão competente, foi analisado pelo Depave, que estabeleceu a preservação de um maciço arbóreo, equivalente a aproximadamente 15% da área do terreno, em função da existência de uma nascente no terreno e da vegetação ser declarada patrimônio ambiental. Em semelhança ao projeto anterior, o maciço preservado abrigava a vegetação arbórea mais significativa do terreno e pela sua localização permitia a implantação de um espaço de lazer de uso comum, o que não foi possível no projeto da rua Com. Elias Zarzur.

São os dois casos descritos, exemplos do alcance da legislação de proteção da vegetação como instrumento eficaz para conter a reprodução, ao menos nas áreas com cobertura arbórea, desse modelo de ocupação, preservando a vegetação existente e criando espaços livres não contemplados nesse modelo de ocupação.

No entanto, a maioria das vilas implantadas e em implantação em bairros-jardins não tiveram seus projetos analisados pelo Depave, não sendo possível a adequação dos projetos, de forma a compatibilizar a ocupação com a preservação da vegetação. A eficácia desse instrumento, condicionada que está à efetiva aplicação da legislação em seus aspectos preventivos e corretivos, é nessas situações nula. É igualmente nula ou quase nula, a eficácia desse instrumento quando aplicado de forma pontual, sem considerar as relações entre a vegetação a ser protegida e seu entorno e a cidade ou sem considerar a preservação da vegetação como um ato de desenhar a cidade, através do desenho de seus vazios.

No que diz respeito aos aspectos preventivos, a capacitação dos técnicos para a correta interpretação da legislação e para a análise consequente dos projetos deve ser a preocupação primeira. No que diz respeito aos aspectos corretivos, a fiscalização das medidas estabelecidas após a análise dos projetos, é questão de primeira grandeza.

É através da ação punitiva que é possível a reparação, ainda que parcial, do dano causado e a adoção de uma postura mais consequente dos infratores potenciais.

O Conjunto The Buckingham, ao não observar a reserva de área estabelecida pelo Depave e após denúncia da população local, teve sua construção embargada pela Promotoria de Meio Ambiente da capi-

tal, que está movendo uma ação contra os empreendedores por corte irregular de vegetação protegida. Essa ação, em função do seu resultado, pode se tornar um exemplo da eficácia da ação punitiva, tanto para reparação do dano, como para coibir ações inseqüentes de outros empreendedores.

É importante salientar a importância da ação fiscalizadora da população, ao cobrar a regularidade do empreendimento e denunciar a não observação das normas estabelecidas. Ações desse tipo são possíveis de ser praticadas por uma sociedade informada dos seus direitos, e portanto no pleno exercício de sua cidadania.

Conclusão

Na tentativa de sintetizar o que se buscou demonstrar através da discussão aqui desenvolvida, as seguintes conclusões podem ser listadas:

a) Vilas são conjuntos de residências ao redor de um pátio, localizados no interior das quadras, ligados à rua por uma rua estreita, cujas casas possuem um estilo arquitetônico predominante.

b) Surgiram na cidade no início do século e praticamente deixaram de ser construídas na década de 80 em decorrência da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo vigente no período.

c) As vilas antigas foram projetadas para atender a demanda por habitação das classes operárias e construídas em bairros pouco valorizados da cidade.

d) As novas vilas são projetadas para as classes média e média alta e construídas em bairros valorizados e providos de infra-estrutura consolidada, evidenciando a transformação do imaginário social.

e) Há diferenças estruturais significativas entre as vilas antigas e as novas, como a ausência do pátio e do espaço de transição (rua estreita). Por estarem implantadas em lotes voltados para vias oficiais, as novas vilas perdem a característica de conjunto residencial de interstícios de quadra, caracterizando-se por condomínios horizontais, que negam a rua.

f) O modelo das vilas implantadas com base na Lei n. 11.605/94 interfere de forma negativa na vegetação dos bairros-jardins, onde estão sendo implantadas em grande número, a ponto de descaracterizar o tecido urbano.

g) A legislação de proteção da vegetação, quando aplicada efetivamente, é instrumento eficaz para conter a reprodução desse modelo de ocupação.

h) A aplicação efetiva da legislação de proteção da vegetação é dependente do saneamento das deficiências internas do poder público, como as deficiências de comunicação e capacitação técnica, e da efetiva inserção da população no processo.

i) A efetiva inserção da população na aplicação da legislação de proteção da vegetação está condicionada ao grau de informação da população.

B I B L I O G R A F I A

BENCLOWICZ, Carla Milano. *Prelúdio modernista: construindo a habitação operária em São Paulo*. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

BERARDI, Maria Helena Petrillo. *História dos bairros de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura (Município), 1981. 171p., v. 4.

BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

CHING, Francis D. K. *Architecture: form, space & order*. Nova York: Van Nostrand Reinhold Company, 1979.

DIMARCO, Anita Regina. De construções populares a sinônimo de *status*. *Revista Projeto*. São Paulo, n. 73, mar. 1985.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *A cidade e as áreas verdes*. São Paulo: Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município de São Paulo, 1979. 185p.

MACEDO, Sílvio Soares. *Higienópolis e arredores*. São Paulo: Pini, 1987.

_____ Espaços livres. *Paisagem e Ambiente – Ensaios*, n. 7, São Paulo: FAUUSP, 1995.

MARX, Murilo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. 151p.

_____ *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1988.

- MARX, Murilo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel/Ed. da Universidade de São Paulo, 1991. 143p.
- NICHOLS PUBLISHING COMPANY. *An introduction to housing layout*. Nova York, 1978.
- PASSOS, Maria Lúcia P. F. *Evolução urbana da cidade de São Paulo*. São Paulo: Eletropaulo-Eletricidade de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura, 209 p., v. 1, 1989.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- SÃO PAULO (cidade) Secretaria Municipal do Planejamento – Sempla. *Coletânea das leis de parcelamento, uso e ocupação do solo*, fasc. 1, 5, 6, 21 e 43. São Paulo: SEMPLA.
- SÃO PAULO (cidade) SEMA/SEMPPLA. *Vegetação significativa do município de São Paulo*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente (Estado)/Secretaria Municipal do Planejamento. 1988.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Nobel/Fapesp, 1996. 225p.
- SMITH, Robert. Arquitetura civil do período colonial. *Revista do PHAN*, n. 17, p. 27-125, 1969.
- SOUZA, Eleodora. As vilas na história da evolução socioeconômica do país. *Revista Projeto*. São Paulo, n. 73, mar. 1985.

LEGISLAÇÃO

- Lei n. 2.611, de 20 de junho de 1923 – Proíbe a abertura de vias de comunicação, em qualquer perímetro do município, sem prévia licença da prefeitura.
- Ato n. 663, de 10 de agosto de 1934 – Aprova a consolidação do Código de Obras “Arthur Saboya” (Lei n. 3.427, de 19 de novembro de 1929) abrangendo todas as disposições constantes de leis e atos, em vigor nesta data, referentes a construções, arruamentos, etc.
- Lei n. 10.365, de 22 de setembro de 1987 – Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências.
- Decreto n. 26.535, de 03 de agosto de 1988 - Regulamenta a Lei n. 10.365, de 22 de setembro de 1987, que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências.
- Lei n. 11.605, de 12 de julho de 1994 – Dispõe sobre a criação da subcategoria de uso residencial R3-03, conjunto residencial – vila, e dá outras providências.
- Decreto n. 34.740, de 12 de julho de 1994 – Regulamenta a Lei n. 11.605, de julho de 1994, que cria a subcategoria de uso R3-03, conjunto residencial horizontal – vila, e dá outras providências.

ARQUIVOS CONSULTADOS

- Arquivo da Secretaria Municipal da Habitação de São Paulo – SEHAB/CASE.
- Arquivo da Comissão Permanente para análise de processos relativos à Lei n. 10.365/87, do Departamento de Parques e Áreas Verdes – SVMA/Depave.

BASE CARTOGRÁFICA E LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO

- Sistema Cartográfico Metropolitano/Emplasa. Escala 1:10.000.
- BASE S.A. Escala 1:25.000, março/94.

Conjunto Residencial

Rubem Berta: Ordem Projetual e
Transformações Morfológicas*

Décio Rigatti



**Arquiteto, professor do Departamento
de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul – FAU/UFRGS, doutor pela
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo – FAUUSP**

PAISAGEM URBANA

RESUMO

Este trabalho pretende descrever de forma sistemática os mecanismos de transformações físicas implementadas pelos moradores de um conjunto residencial padrão Cohab de Porto Alegre/RS, buscando compreender não apenas de que modo as alterações são implementadas, mas e principalmente, como as ações individuais definem uma estrutura global diferente daquela proposta por um projeto e, também, quais são as recorrências morfológicas utilizadas pela população que são encontradas tanto no interior do conjunto em análise como em outros conjuntos desse tipo.

ABSTRACT

This paper intends to make a systematic description of the mechanisms of urban transformation used by the dwellers of a housing estate built up in Porto Alegre/RS in order to understand not only how spatial changes take place within the estate, but mainly how individual interferences build a new overall structure when compared to the original layout. In addition, it is sought to identify morphological regularities which can be found in this particular housing estate and in many others of this sort as well.

Conjunto Residencial

Rubem Berta: Ordem Projetual e Transformações Morfológicas*

Introdução

O presente trabalho é parte de um todo maior, que corresponde à tese de doutorado recentemente submetida ao curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, a qual discute as transformações morfológicas implantadas por moradores de conjuntos residenciais em dois níveis: as transformações físicas propriamente ditas e os significados dessas interferências para o uso social do espaço urbano¹

Os procedimentos adotados são especialmente aplicados no Conjunto Residencial Rubem Berta, de padrão Cohab localizado em Porto Alegre/RS e, eventualmente, utiliza-se um conjunto de origem semelhante construído na Grande São Paulo como apoio para algumas comparações.

(1) RIGATTI, Décio. *Do espaço projetado ao espaço vivido: modelos de morfologia urbana no Conjunto Rubem Berta*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

A discussão principal efetuada aqui se prende particularmente ao primeiro nível de investigação das transformações morfológicas efetuadas pelos moradores do Conjunto Residencial Rubem Berta, qual seja o exame detido do processo de transformação física porque passou o conjunto a partir da ocupação, de um espaço originado de um projeto unitário até um período recente.

Apesar da ênfase a ser apresentada aqui, é importante situar este trabalho no âmbito das políticas públicas da habitação, ao mesmo tempo que o referenciamos ao conjunto maior representado pela tese propriamente dita.

As transformações espaciais implementadas pela população dos conjuntos habitacionais populares, em sua maior parte construído de acordo com princípios modernistas baseiam-se, em geral, na utilização das seguintes medidas:

- a) aumento da área construída;
- b) parcelamento e ocupação dos espaços previstos como livres de edificações, num processo de privatização dos espaços públicos;
- c) re-hierarquização dos espaços públicos através do seu redesenho, seguindo padrões espaciais distintos dos propostos.

Particularmente no que se refere aos espaços livres de edificação de uso público, sempre vastos neste tipo de concepção, sua ocupação parece ocorrer no sentido de eliminar áreas livres residuais, de difícil uso, não apenas por falta de um projeto específico, mas fundamentalmente, por questões de ordem relacionais propriamente ditas.

A hipótese geral é que a aplicação de princípios de organização espacial modernistas para a solução genérica de conjuntos habitacionais padrão Cohab tem-se mostrado incapaz de propor morfologias que, no seu processo de uso e ocupação, atendam às expectativas construídas socialmente pelas populações moradoras do que seja um espaço inteligível e favorável ao desempenho de sistemas de práticas sociais particulares. Esta incapacidade manifestasse, com o passar dos anos, por uma total descaracterização das concepções originais, a partir de transformações espaciais realizadas pela população desses conjuntos. São transformações não só de

caráter quantitativo, mas fundamentalmente, de estrutura dos modelos espaciais em estudo.

As questões então formuladas estão indicadas a seguir:

I) O projeto modernista não cumpre certas regras básicas de organização espacial, pelo menos para uma parcela da população brasileira enquadrada nos padrões Cohab. Essas regras são de caráter compositivos e relacionais e dizem respeito a questões como densidade de ocupação, continuidades e descontinuidades espaciais, níveis de fragmentação do espaço, caracterização de diferenciações locais, estrutura de relação das partes ao sistema global, entre outras.

II) As regras de organização espacial introduzidas pelos moradores são utilizadas para produzir, além de padrões espaciais, locais novos, um padrão global mais inteligível, a partir das intervenções individuais. Isto significa que, mesmo que as transformações físicas implementadas sejam feitas de forma individualizada, obedecem a certos princípios relacionais que garantem a construção de um padrão global de relações espaciais e sociais buscado pela população, sem a perda da noção do sistema em seu conjunto.

III) A utilização dos mecanismos de transformações morfológicas do conjunto residencial Cohab tendem a reproduzir as estruturas vigentes em tecidos urbanos tradicionais, não por uma mera tentativa de cópia de modelo, mas porque esses tecidos, em geral, apresentam morfologias nas quais estão presentes as qualidades originadas da utilização das regras de organização do espaço acima mencionadas.

IV) Os mecanismos de transformação física, utilizados nos conjuntos residenciais, são bastante semelhantes entre si e as morfologias urbanas resultantes, apesar das suas peculiaridades, apresentam aspectos estruturais que são recorrentes.

Quanto ao estudo de caso, o Conjunto Rubem Berta é investigado:

a) a partir do seu projeto, ou seja, do espaço tal como foi idealizado e entregue para a população residente;

b) pela situação verificada em 1995, 9 anos após o início da sua ocupação.

O período compreendido neste trabalho permite o resgate das modificações que são implementadas no conjunto como um processo em andamento. Assim, mesmo que as intervenções continuem a ocorrer, pode-se verificar o que o conjunto como um todo tende a ser, mantidos os padrões espaciais utilizados até então.

A comparação das singularidades do Conjunto Rubem Berta com outras realidades semelhantes permite a identificação dos aspectos invariantes presentes nas reformulações espaciais dos conjuntos residenciais. Assim, pode-se compreender de forma mais clara as incoerências estruturais do projeto, não como o desenho particular que deu origem ao Rubem Berta, mas fundamentalmente, como uma maneira generalizada de pensar a organização do espaço urbano, largamente utilizada no Brasil.

Considera-se que, com a compreensão dos mecanismos pelos quais o espaço urbano é construído, não apenas para o Conjunto Rubem Berta, mas de uma forma mais geral, é possível estabelecer um novo patamar, tanto para a crítica arquitetônica, quanto nas proposições de caráter urbano, nos quais são mobilizadas uma enorme quantidade de recursos financeiros e de trabalho humano.

É na busca da compreensão dos mecanismos de estruturação espacial e das modalidades de relações existentes entre morfologia urbana e processos de uso e apropriação do espaço que reside o núcleo do debate no qual se considera a dimensão espacial da sociedade e a dimensão social do espaço.



Conjunto Rubem Berta

A criação do Conjunto Residencial Rubem Berta é fruto de um longo processo, já no interior do período de crise, tanto do BNH quanto da própria Cohab/RS, responsável pelo conjunto, sendo um dos seus últimos empreendimentos de porte em Porto Alegre. Esta situação de crise manifesta-se, no caso do Conjunto Rubem Berta, nas dificuldades de manter o ritmo das obras. De um ritmo relativamente rápido no início da construção no final da década de 70, este passa a se arrastar até o impasse que culminou com sua invasão em 1987.

O conjunto localiza-se no limite leste do território do município de Porto Alegre, próximo à divisa com o município de Alvorada. Este setor leste de Porto Alegre era um dos locais onde se podia encontrar remanescentes de áreas livres de grande porte para a implantação de empreendimentos habitacionais de vulto, como o em questão.

Historicamente, constitui-se numa região que passa de uma estrutura fundiária de fazendas, para chácaras de produção leiteira e, antes de serem incorporadas como áreas urbanizadas, usualmente passam por um período onde permanecem como vazios urbanos, em mãos de um pequeno número de grandes proprietários fundiários, normalmente com fins especulativos.

O entorno do conjunto, a leste e sul, compunha-se de áreas ainda livres; ao norte, encontram-se habitações individuais que ocupam loteamentos mais antigos na forma de lotes de terra; a oeste, encontra-se o Conjunto Jardim Leopoldina, construído um pouco antes que o Rubem Berta (Figura 1).

A área do terreno é de pouco mais do que 56 hectares e tem como principal acesso a avenida Baltazar de Oliveira Garcia que, conectando-se com a avenida Assis Brasil, pela avenida Martim Felix Berta, um dos limites da gleba, forma um dos principais corredores de ligação ao centro da cidade e uma das vias orientadoras do processo de crescimento urbano radial de Porto Alegre a partir da península, onde se localiza o centro e o núcleo inicial de formação da cidade (Figura 2).

O projeto implantado foi dimensionado para abrigar cerca de 20.000 pessoas em 4.992 unidades distribuídas em 39 núcleos de quatro blocos de edifícios, cada um deles contendo 32 apartamentos, totalizando 128 apartamentos por núcleo.

Cada bloco, construído com estrutura autoportante de blocos de concreto expandido², é composto de um apartamento de um dormitório, seis apartamentos de dois dormitórios e um apartamento de três dormitórios em cada pavimento.

(2) A opção adotada em termos estruturais tem dificultado as alterações internas dos apartamentos, embora essas alterações ocorram com frequência e, em alguns casos, com comprometimento da estrutura dos blocos. A opção em termos de material, por sua vez, tem levado a maior parte dos moradores a revestir as paredes externas de seus apartamentos para amenizar os efeitos do excesso de calor absorvido.

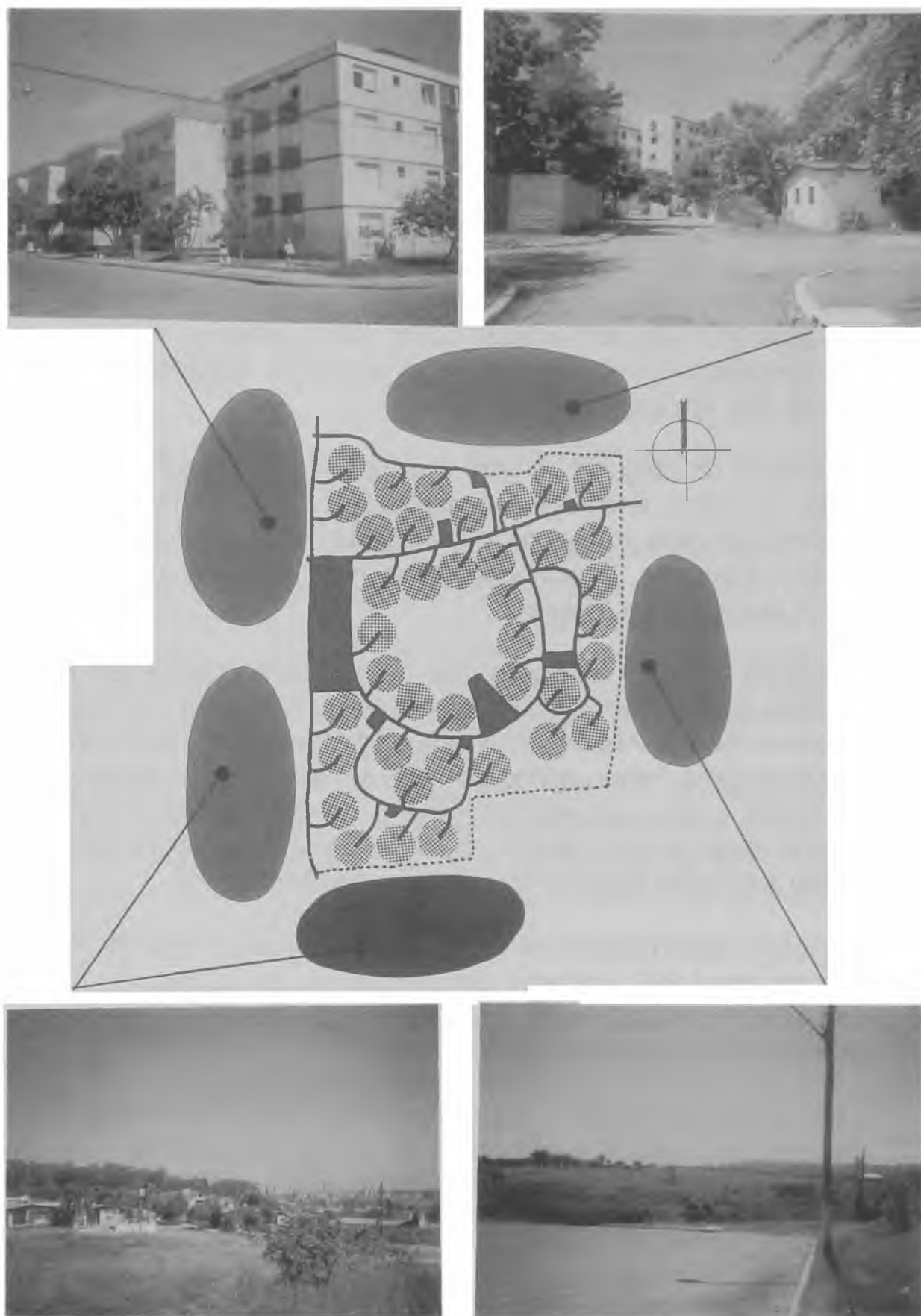


Figura 1: *Esquema do Conjunto Rubem Berta com as condições de ocupação encontradas no seu entorno*

Fonte: cedida pelo autor

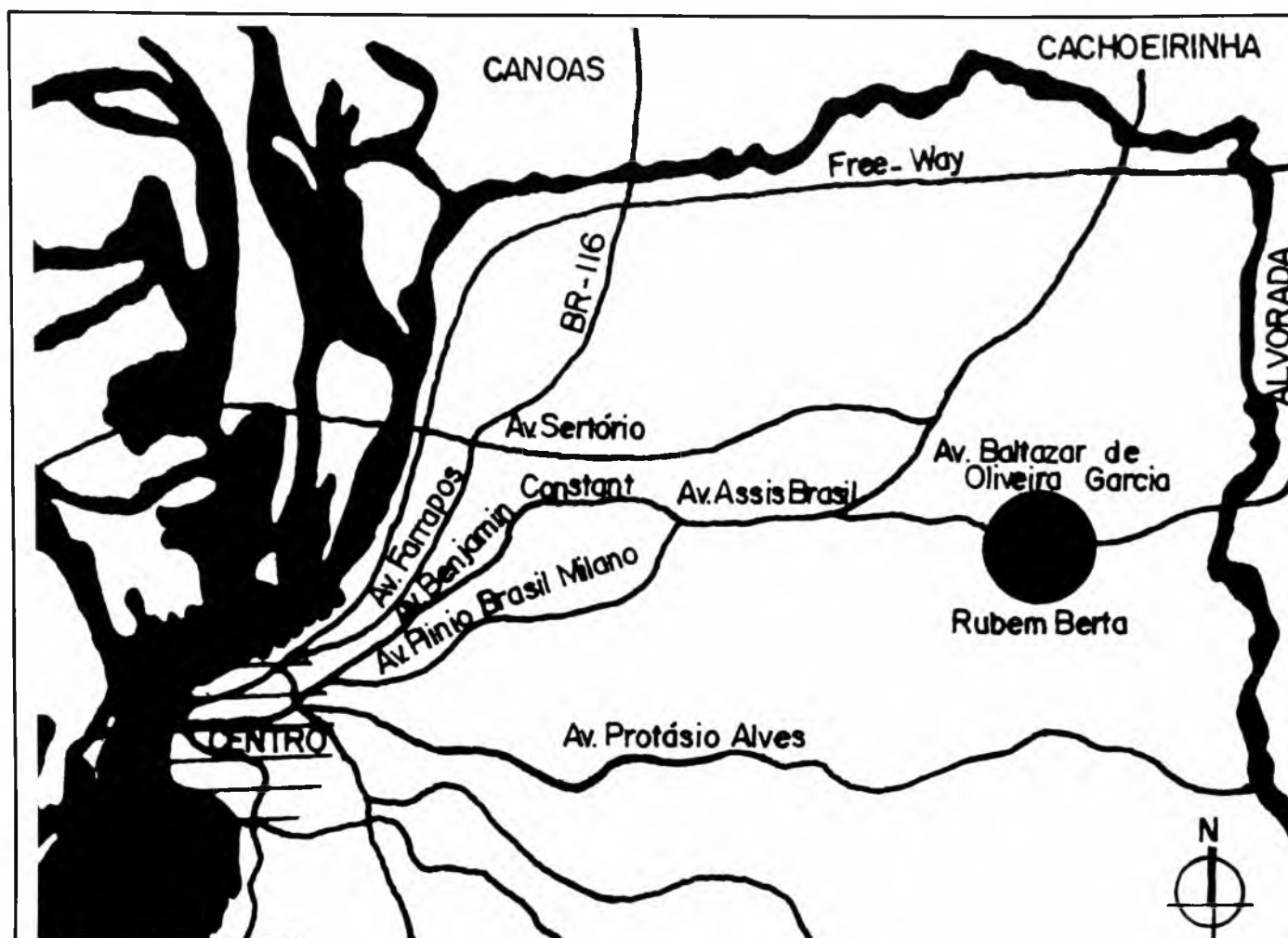


Figura 2: Localização do Conjunto Rubem Berta e principais acessos
Fonte: cedida pelo autor

Além das moradias, o projeto previa a instalação de uma série de serviços e equipamentos como escola, pequeno comércio, centro comunitário, centro de saúde, posto policial, o tratamento das áreas livres para lazer e recreação e a instalação de infra-estrutura de água, esgoto sanitário e energia elétrica.

A fase de construção é extremamente longa. Inicia-se no final da década de 70 e prossegue mesmo após a invasão, em 1987. Em material publicado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 1980, para divulgação do novo plano diretor aprovado no ano anterior, pode-se observar que, já então, todos os blocos e núcleos estão em alguma fase da obra, alguns mais completos, outros menos (Figura 3).

Este empreendimento seguiu a forma tradicional pela qual, para cada empreendimento em realização, a Cohab/RS abria inscrições aos interessados na aquisição dos imóveis e que tivessem condições de cumprir as



Figura 3: *Estágio da construção do conjunto, pouco tempo após o início da obra*
Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA

exigências deste programa vinculado ao SFH, tanto em termos de renda mínima e máxima, como de outros aspectos relativos à sua situação frente, por exemplo, à propriedade de imóveis no município.

A partir dessas inscrições era procedido um sorteio público das unidades entre os inscritos e, com isto, cada apartamento possuía um destinatário conhecido de antemão, cujo nome fazia parte de listagem publicada pelo *Diário Oficial do Estado*.

No início de 1986, 10 dos 39 núcleos de moradia estavam concluídos e os 29 restantes encontravam-se em diversas fases de construção.

Os núcleos concluídos encontram-se, todos, no setor norte do conjunto, separado do restante por uma larga avenida que corta a área no sentido leste-oeste.

No entanto, apesar de concluídos, todos os apartamentos do setor norte permaneceram sem ocupação, aguardando a conclusão do restante do conjunto.

Após uma ameaça de invasão, a Cohab/RS decide convocar os titulares dos apartamentos do setor norte, finalmente habitado no final de 1986.

O restante do conjunto permanece com um ritmo lento de obras. A empresa construtora, com a finalidade de concluir os núcleos ainda inacabados, passa a exigir um reajuste dos valores contratados, considerando-os defasados pela inflação, junto à Caixa Econômica Federal, agente financeiro envolvido na obra. Cria-se um impasse, e a CEF retira-se das negociações.

Com a instabilidade gerada por esta situação de insegurança frente à conclusão do conjunto, em 21 de abril de 1987 os 29 núcleos inacabados são invadidos e todos seus apartamentos ocupados (Figura 4).

Nesta invasão tomaram posse dos apartamentos pessoas inscritas e pessoas estranhas ao processo todo, pessoas sem moradia e proprietários de habitações nos bairros próximos ao conjunto. Neste período ninguém deixava seu apartamento sem vigilância sob risco de tê-lo invadido por outros.

A Cohab/RS inicia um processo de negociação com os invasores, cadastrando-os já no dia seguinte à invasão e, no final de 1987, alguns meses após ter início, os imóveis invadidos foram regularizados (Figura 5).

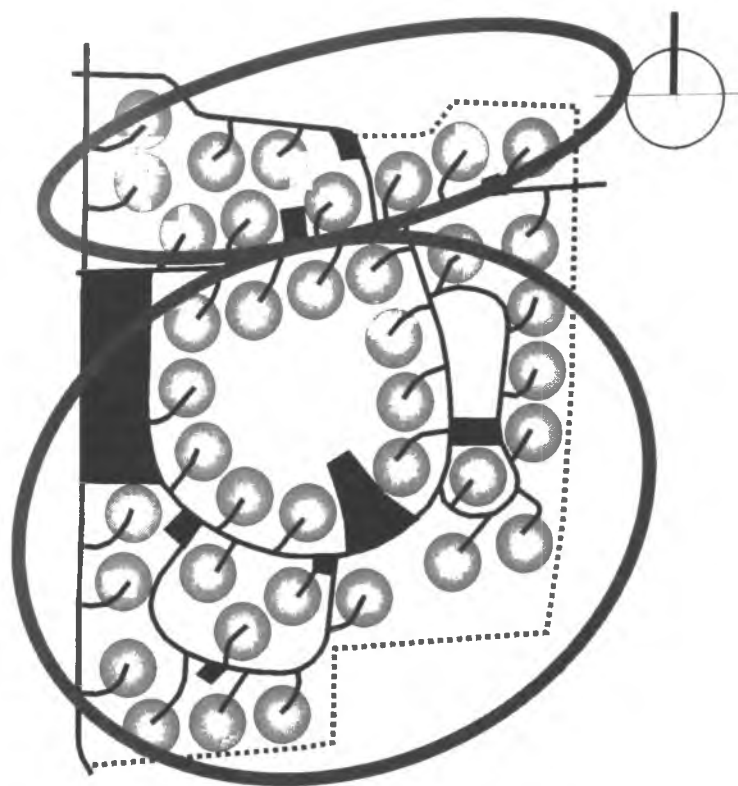


Figura 4: Setor ocupado regularmente – área marcada em cima – e setor invadido – área marcada embaixo
Fonte: Arquivo Décio Rigatti



Figura 5: Processo de cadastramento dos invasores de apartamento para futura regularização
Fonte: Arquivo Zero Hora

Nesta ocasião, os invasores que não tinham condições de assumir o financiamento, vendiam as chaves e saíam dos apartamentos.

Após este processo estabilizado no final de 1987, os moradores iniciaram as melhorias na área, tanto do ponto de vista material como no tocante à redução da marginalidade presente.

Segundo o acordo feito entre os novos proprietários e a Cohab/RS, os moradores assumiam os apartamentos no estado em que se encontravam, ficando responsáveis pelos acabamentos internos necessários. Já a Cohab/RS ficaria responsável pela conclusão da parte externa dos blocos e pela construção dos equipamentos complementares, tarefa que, segundo os moradores, jamais foi executada pela instituição.

A situação dos núcleos invadidos permaneceria precária por bastante tempo ainda. Ficam sem instalação de água potável por mais de 1 ano e o abastecimento era feito através de redes clandestinas que supriam torneiras públicas. Da mesma forma, a rede de energia elétrica era precária e também clandestina. A regularização foi feita tempos depois com recursos arrecadados pelos próprios moradores.

As condições de precariedade, basicamente por iniciativa dos moradores, paulatinamente passam a apresentar melhorias à custa de investimento próprio, trabalho braçal, organização política, reivindicações junto aos setores públicos responsáveis pelos diversos serviços requisitados e trabalhos de conscientização internos ao conjunto como, por exemplo, para a organização da disposição do lixo para coleta que, no início, era simplesmente jogado das janelas dos apartamentos, espalhando-se pelas áreas livres ao redor dos blocos.

Também através da mobilização da população foram conquistadas a unidade sanitária, a creche, o transporte coletivo, a iluminação pública, etc. Parte da pavimentação de vias para a passagem de transporte coletivo foi feita por iniciativa dos moradores, os quais pagaram os calceteiros com dinheiro do próprio bolso, já que as empresas de ônibus se recusavam a percorrer vias não pavimentadas.

A saída dos invasores que não dispunham de recursos para assumir o financiamento junto à Cohab/RS deu origem a outro processo interno vivenciado pelo conjunto que é o da ocupação de áreas públicas destinadas pelo projeto como praças, *playgrounds* ou simplesmente áreas verdes.

A invasão das áreas públicas deu-se, portanto, desde o início da ocupação do conjunto e, hoje, representa parte substancial da ocupação da área.

Pode-se identificar dois tipos distintos de invasores de áreas públicas:

a) Os moradores de apartamentos dos núcleos residenciais, os quais se utilizam de parte do espaço público próximo aos blocos para a construção de garagens e churrasqueiras ou simplesmente como pátios. Muitos moradores construíram seus estabelecimentos de comércio: fruteiras, armazéns, armarinhos, supermercados, bares, restaurantes, lanchonetes, açougues, lojas de confecções, lojas de calçados, sorveterias, bazares, etc.; indústrias: serralherias, confecções, calçados, padarias, etc.; e serviços: fotógrafos, sapatarias, barbearias, cabeleireiros, imobiliárias, escritórios contábeis, etc., ao longo das vias principais do conjunto, em áreas previstas como públicas pelo projeto e que, embora tidas como residuais, são consideradas propriedades relacionadas aos núcleos de moradia (Figura 6).



Figura 6: Trecho de via principal do conjunto, cuja frente foi inteiramente ocupada com estabelecimentos comerciais e de serviços por moradores do Rubem Berta

Fonte: cedida pelo autor

b) Antigos invasores de apartamentos que não assumiram o financiamento junto à Cohab/RS e pessoas externas ao processo todo,

da mesma forma, ocupam áreas destinadas pelo projeto a áreas públicas, principalmente praças e áreas livres nos limites da gleba e outras nos interstícios dos núcleos, destituídas de identificação de forma e responsabilidade de manutenção e, ao mesmo tempo sendo consideradas resíduos sem utilidade. Neste caso, a maior parte das novas edificações destina-se a moradias e estabelecimentos de comércio e serviço (Figura 7).



Figura 7: Exemplo de ocupação de áreas previstas como verdes pelo projeto
Fonte: Arquivo Décio Rigatti

Este processo, no entanto, é visto pelos moradores de apartamentos de forma conflitiva. Quando feita por não morador de algum apartamento do conjunto, a invasão é considerada negativa, por produzir uma favelização do conjunto. Além disso, essa ocupação está trazendo alguns problemas para o conjunto como um todo, principalmente pela ocupação de áreas sobre redes públicas de infraestrutura, inviabilizando sua manutenção.

Os comentários dos moradores dos núcleos parecem sugerir que quem mora em algum apartamento possui mais direito que um não morador a invadir espaços públicos. Para estes, a invasão é 'normal' e 'natural' Para os outros é 'patológica'



projeto do Conjunto Rubem Berta

A ocupação do Conjunto Rubem Berta, desde 1986, corresponde à introdução na área do assentamento de um fenômeno que ultrapassa o simples ato de tomada de posse de uma moradia e, a partir daí, da origem de um processo de uso e do estabelecimento de relações sociais que fazem com que matéria e espaço ganhem vida.

Juntamente com esse processo existe um outro, de fundamental importância para a compreensão das modalidades de construção social do espaço, que é o da transformação simultânea do espaço físico do conjunto, fazendo com que a relação espaço/uso/relações socioespaciais esteja em constante transformação.

Este fenômeno toma por base uma morfologia fornecida à população pela implantação de um projeto unitário onde, além da habitação, estão definidos os espaços livres de uso público que servirão de mediadores das condições gerais das relações espaciais observadas no interior do assentamento e das relações sociais produzidas no espaço pelo seu uso e apropriação (Figura 8).

A organização espacial proposta pelo projeto do Conjunto Rubem Berta consiste, em linhas gerais, na disposição de uma solução padrão dos edifícios ou grupo de edifícios residenciais sobre o terreno, unificados a partir de um sistema hierarquizado de vias e, principalmente, por espaços livres de uso público, denominados genericamente como “áreas verdes”

O princípio geral da concepção baseia-se numa particular interpretação do conceito de cidade modernista e, sucintamente, caracteriza-se:

a) pela implantação de edifícios isolados no interior de uma ampla área aberta;

b) por uma independência do sistema de percursos em relação às edificações, fazendo com que a acessibilidade aos diversos pontos do conjunto possa efetuar-se sem que se leve em consideração o sistema de percursos presentes no projeto;



Figura 8: Projeto do Conjunto Rubem Berta, redesenhado a partir das plantas fornecidas pela Cohab/RS
 Fonte: cedida pelo autor

c) pela distribuição rigorosa das atividades em áreas de uso específico, sendo que há uma tentativa de rompimento dessa situação pela distribuição de algumas atividades não residenciais dispersas no conjunto sem no entanto, serem utilizadas de forma mais clara como elementos de composição urbana;

d) por possuir todo o espaço livre de edificação francamente acessível a qualquer pessoa, seja ela moradora ou estranha, fazendo com que o controle espacial seja difícil e difuso;

e) por dispor de espaços livres não utilizados pelo sistema de percursos com fraca caracterização e definição espacial, em função tanto da concepção de espaço urbano adotada, como da tipologia dos edifícios residenciais;

f) pela implantação feita de modo a que não se percebam condicionantes de ordem topográfica: o terreno é quase idealizado e serve como base para uma geometria apenas possível num terreno plano e contínuo, dentro do que Gropius denomina de "*tipo ideal de localização humana*"³, tão caro aos princípios modernistas.

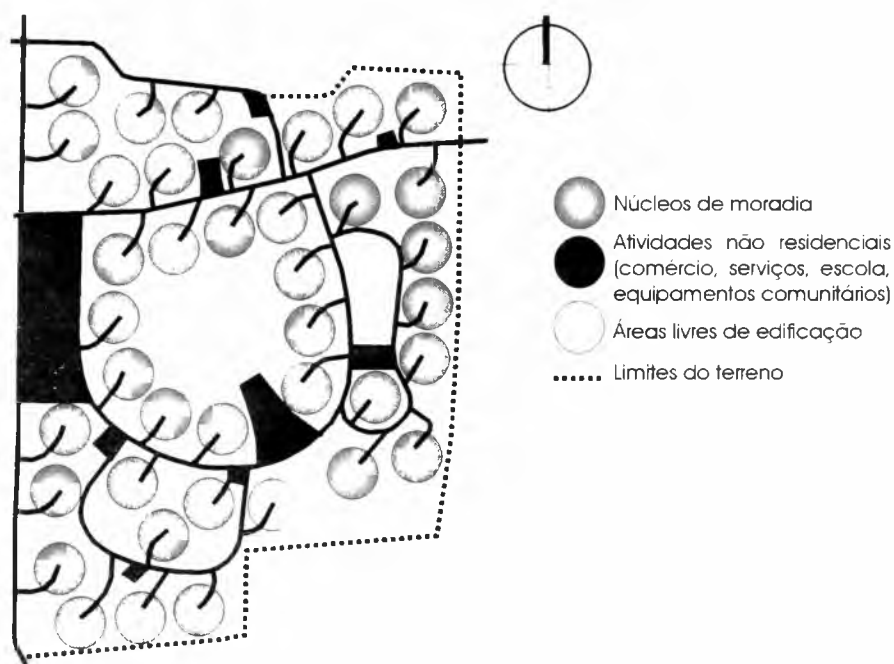


Figura 9: Esquema do projeto do Conjunto Rubem Berta com a distribuição dos núcleos residenciais e das outras funções

Fonte: cedida pelo autor

O projeto apresenta, além dos prédios residenciais, algumas outras atividades distribuídas no terreno, como o pequeno comércio e atividades culturais. Próximo do cruzamento da avenida Martim Felix Berta com a avenida A, concentra-se um comércio e serviço um pouco mais especializado como mercado, unidade de atendimento infantil, ambulatório, posto policial e centro comunitário (Figura 9).

(3) Conforme citado em: CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 21.

Congruente com a idéia de possibilitar uma relativa autonomia ao conjunto e atendendo às premissas relacionadas com conjuntos residenciais pelo Sistema Financeiro da Habitação – SFH à época, são propostas também escolas, *playgrounds*, áreas esportivas e creches.

No caso da área de lazer, embora praticamente toda área não-edificada seja de uso público, o projeto propõe uma hierarquia de áreas de recreação, na forma tradicional da distinção de diferentes espaços para diferentes faixas etárias, indo desde um grande número de pequenos *playgrounds*, dispersos por toda a área, até a criação de um amplo parque central com área esportiva.

A organização espacial do projeto é baseada num procedimento comum a soluções modernas⁴, com a utilização de um esquema de agregação de elementos de complexidade crescente, do edifício ao conjunto, na seguinte ordem:

- a) edifício;
- b) bloco;
- c) módulo;
- d) núcleo;
- e) conjunto.

Isto significa que, no Rubem Berta, edifícios compõem um bloco; blocos formam um módulo; módulos compõem um núcleo; e a distribuição dos núcleos forma o conjunto.

O bloco padrão de apartamentos é composto de três prédios de quatro pavimentos, unificados por duas caixas de escada, que fazem a ligação dos prédios diretamente para o espaço exterior (Figura 10).

Em cada bloco são encontrados, desde o térreo, apartamentos que variam em área e número de dormitórios, da seguinte forma:

- a) um apartamento do tipo A, o qual possui um dormitório, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, com área total de 27,32 m²;

(4) Por esse procedimento, avaliam-se os elementos funcionais mínimos; os elementos mínimos de agregação que geram os elementos máximos de agregação, conforme pode ser examinado, por exemplo, In: BENEVOLO, Leonardo; MELOGRANI, Tommaso; LONGO, Giura. *La proyectación de la ciudad moderna*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1978.

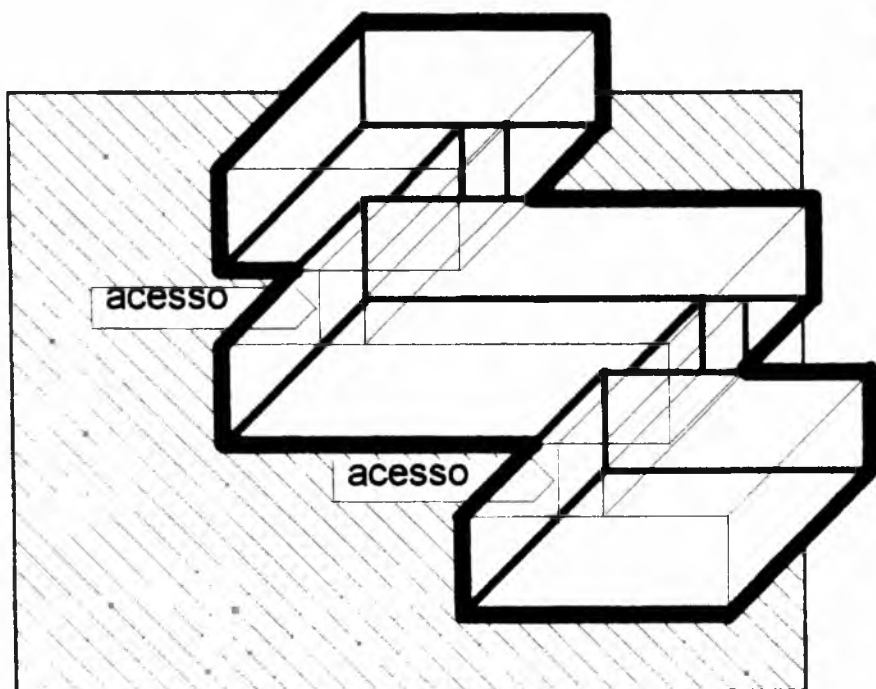


Figura 10: O bloco padrão de apartamentos
agrega três edifícios e forma a unidade
morfológica do conjunto

Fonte: Arquivo Décio Rigatti

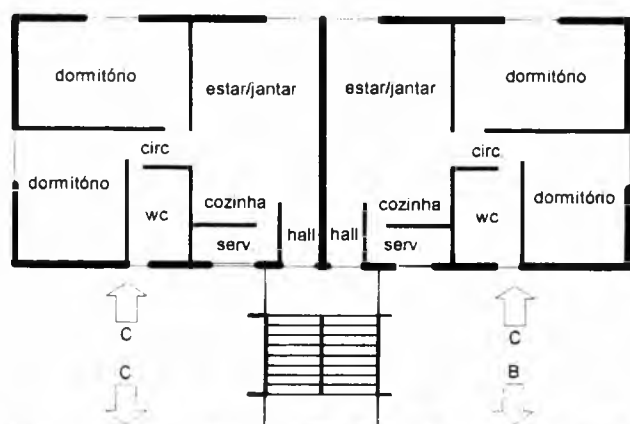
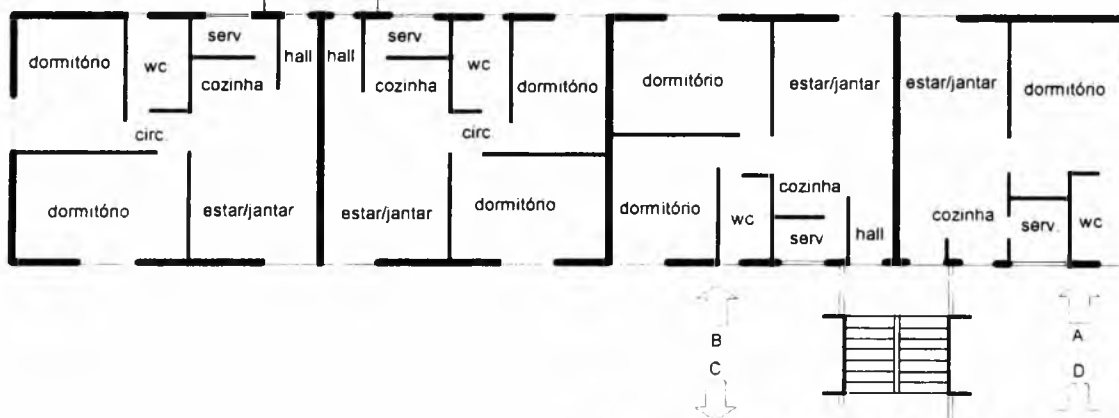


Figura 11: Planta-baixa de um
bloco de moradia, com a
identificação dos tipos de
apartamentos e seus acessos

Fonte: cedida pelo autor



b) dois apartamentos do tipo B, que possuem dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, com área total de 35,86 m²;

c) quatro apartamentos do tipo C, composto pelos mesmos compartimentos do tipo B e possuem a mesma área útil de 35,86 m²;

d) um apartamento do tipo D, o qual corresponde às unidades com três dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, com área total de 45,50 m² (Figura 11).

Embora se trate de moradia popular, as áreas propostas para os compartimentos não estão muito fora dos padrões propostos pelo Código de Edificação de Porto Alegre vigente à época do projeto, de 12 m² para o dormitório principal; 9,00 m² para os demais dormitórios; 12,00 m² para sala de estar⁵.

O dormitório dos apartamentos tipo A possui área de 9,00 m²; os dos tipos B e C, um de 9,00 m² e outro de 7,50 m²; os do tipo D, dois com 9,00 m² e o terceiro com 7,50 m².

Cada circulação vertical permite o acesso a quatro apartamentos, dois de cada lado. Isto representa, na prática, para o edifício central, a sua divisão em duas partes: numa, dois apartamentos de uma extremidade são conectados pela caixa de escada comum aos dois apartamentos do edifício de cima; os outros dois apartamentos localizados na outra extremidade ligam-se pela circulação vertical, ao edifício de baixo. Desta forma, são modificadas as relações aparentes sugeridas pelo projeto.

O rebatimento lateral de dois blocos-padrão dá origem ao que o projeto denomina de módulo, o qual é formado pelo espaço de um semicírculo de 40,00 m de raio, no interior do qual se encontram os dois blocos e seus acessos (Figura 12).

(5) Mesmo os apartamentos de empreendimentos recentes para a classe média de Porto Alegre, principalmente no que se referem aos dormitórios e compartimentos de serviço, como cozinha, área de serviço, dependência de empregada, não se afastam muito desses padrões de área, conforme depreende-se de lançamentos imobiliários como os que constam da revista *Indicativo de imóveis de Porto Alegre*, n. 2, nov./dez. 1996, Porto Alegre: DSB Editora Ltda.

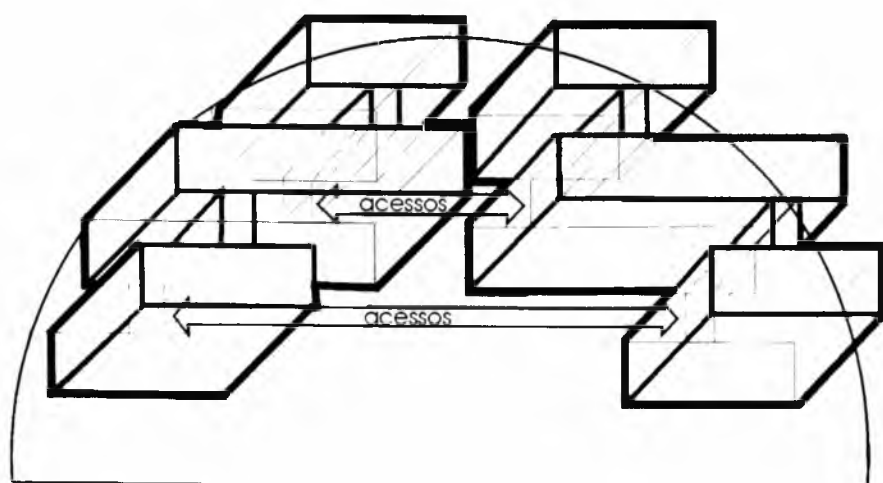


Figura 12: *O módulo, originado do rebatimento lateral de um bloco de apartamentos*
Fonte: cedida pelo autor

O núcleo, por sua vez, é formado pelo rebatimento de um módulo, completando a outra metade da circunferência, o que define uma área por núcleo de aproximadamente meio hectare (Figura 13).

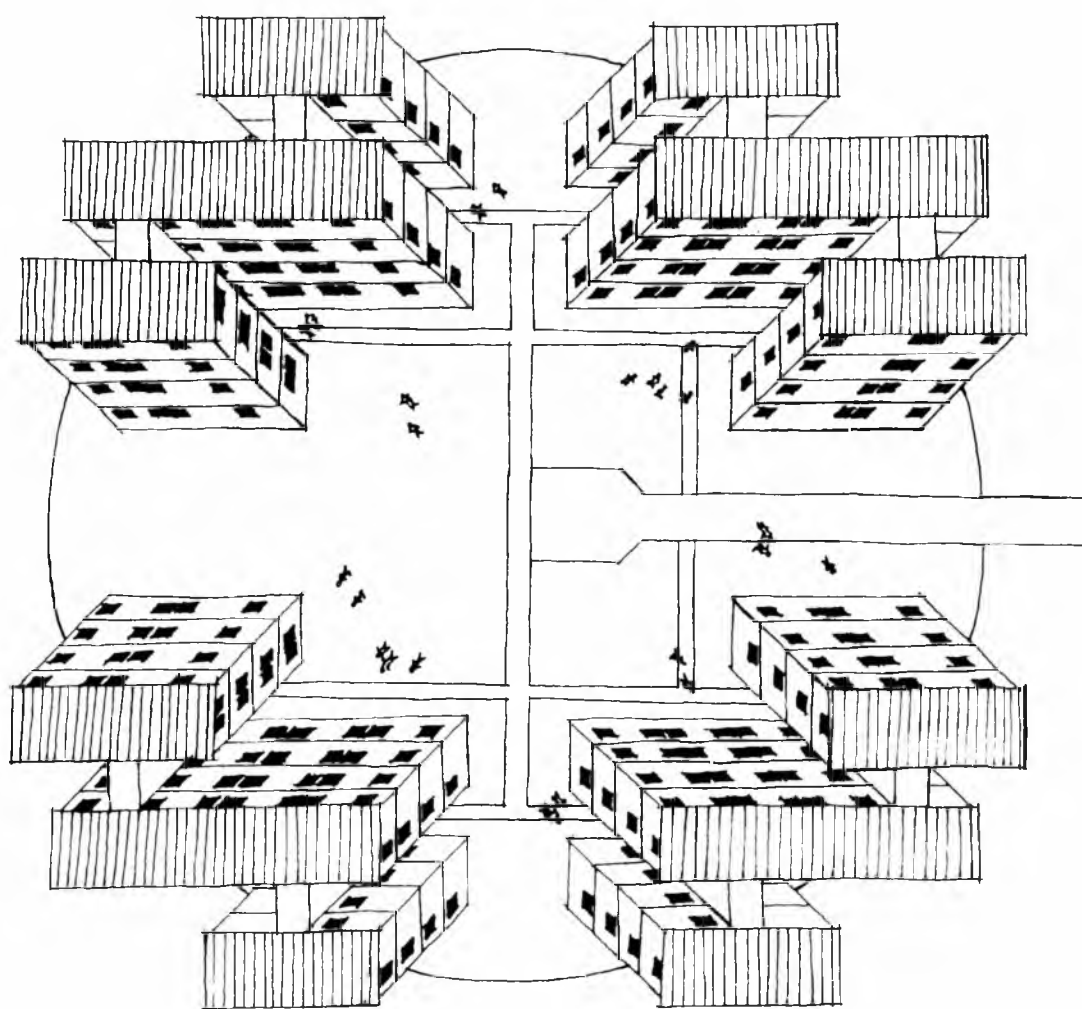


Figura 13: *O núcleo, unidade espacial de projeto na escala urbana, surge de rebatimentos sucessivos de unidades menores*
Fonte: cedida pelo autor

O módulo, formado por um semicírculo e o núcleo formado pelo seu rebatimento, são propostos como unidades espaciais quando, na verdade, em grande parte não passam de uma abstração quando comparados com as possibilidades concretas de circulação e movimento geradas pelo desenho, ou seja, das permeabilidades definidas pelas barreiras e impedimentos ao movimento das pessoas, correspondentes às edificações de cada um dos blocos que formam cada núcleo do conjunto.

Todos os núcleos são dispostos ao longo do terreno mantendo constante sua inclinação em relação à orientação norte-sul, fazendo com que todos os núcleos sejam exatamente paralelos entre si, independentemente de sua localização na área, o que favorece a insolação dos blocos (Figura 14).

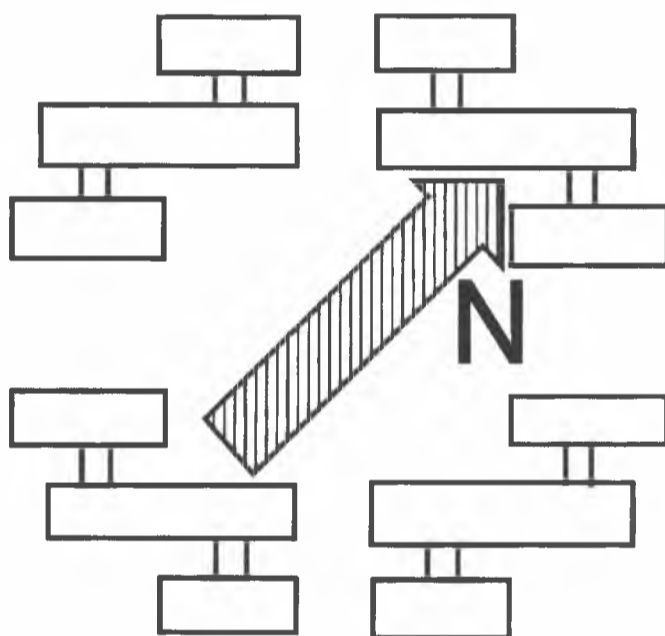


Figura 14: *Orientação constante dos núcleos em relação ao norte*
Fonte: cedida pelo autor

Espaços livres de edificação

No que se refere aos espaços abertos francamente apropriáveis pelas pessoas e que constituem o que denominamos simplesmente de espaços públicos⁶, as modalidades de agregação dos edifícios, blocos, módulos e núcleos geram uma gama de diferentes lugares

(6) Nos espaços públicos avaliados estão incluídas as áreas relativas ao sistema de vias proposto pelo projeto.

urbanos, ou seja, os espaços que são mais ou menos conformados pelos seus enquadramentos por barreiras físicas, caracterizando as propriedades tanto geométricas, como área e perímetro, como topológicas de cada um deles no interior de um sistema. No caso do Projeto do Conjunto Rubem Berta, as barreiras físicas correspondem, via de regra, aos perímetros dos edifícios. Chamamos de *lugares* exatamente por se constituírem num certo espaço unitário, do ponto de vista do que se pode controlar de maneira homogênea no seu interior. Desta forma, o conjunto dos espaços abertos livres de edificação de um sistema espacial pode ser examinado, também, do ponto de vista da individualidade de suas partes, ou seja, dos diversos lugares existentes, colocados em relação num conjunto mais amplo.

Observa-se o contínuo de espaços públicos para o conjunto da área, o qual define a configuração proposta pelo projeto (Figura 15).

Este contínuo é formado por uma série de espaços que possuem peculiaridades próprias quanto às suas dimensões e tipos de relações espaciais que possibilitam.

Em linhas gerais, os espaços públicos no Conjunto Rubem Berta podem ser classificados como:

- a) os que ocorrem no interior de cada um dos núcleos de habitação;
- b) os que são formados pela agregação de núcleos que se confrontam numa mesma via;
- c) os que são formados pelas relações entre núcleos adjacentes;
- d) os que são formados entre os núcleos e as linhas de divisa do terreno;
- e) e o parque central.

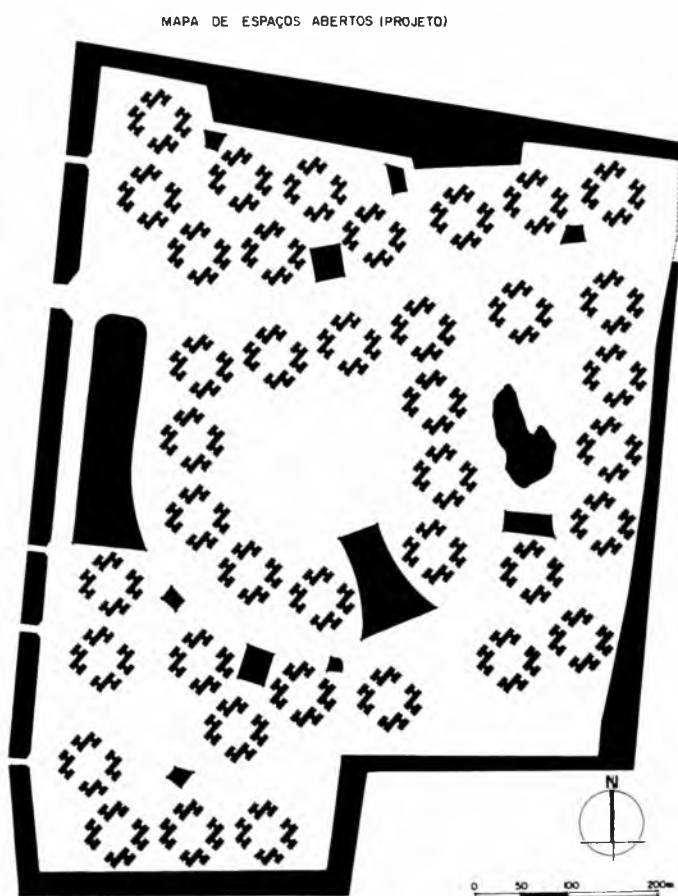


Figura 15: Planta de espaços públicos – em branco – do projeto do Conjunto Rubem Berta e dos espaços privados – em preto

Fonte: cedida pelo autor

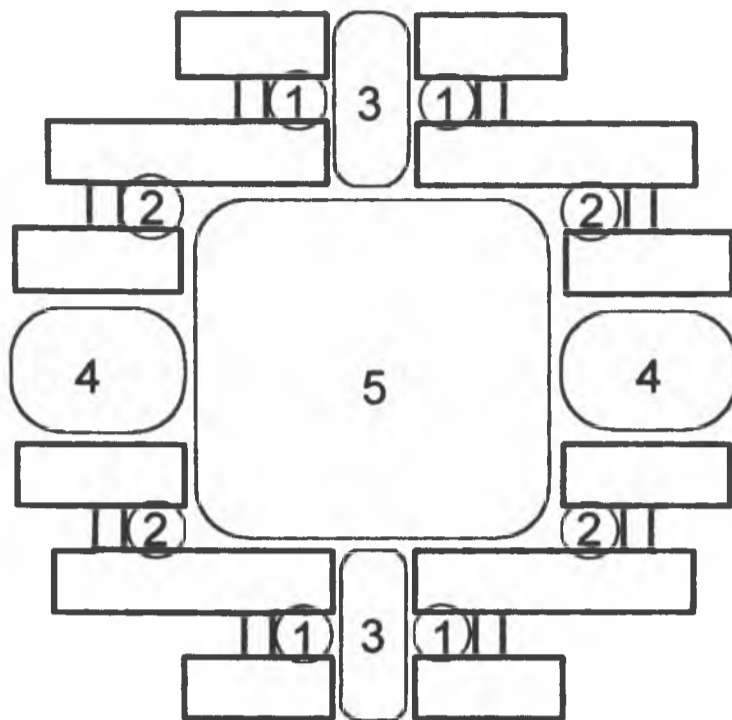


Figura 16: Tipo de espaços públicos no interior de um núcleo de moradia

Fonte: cedida pelo autor

Os tipos distintos de espaços públicos que podem ser identificados no interior de cada núcleo estão indicados a seguir (Figura 16):

a) Quatro espaços do tipo "1" onde é localizada metade das portas de entrada dos edifícios. Para se ter acesso a este espaço é necessário utilizar-se, necessariamente, de um espaço intermediário, do tipo "3"

b) Quatro espaços do tipo "2" nos quais é localizada a outra metade das portas de entrada dos edifícios, conectando metade dos apartamentos de cada núcleo. Embora em termos de sua geometria e área, apresentem as mesmas características dos

espaços do tipo "1" foram considerados em separado, em função de propriedades distintas em termos de relações espaciais. Para chegar a esses lugares é necessário passar obrigatoriamente pelo espaço central do núcleo e por espaços de transição, dos tipos "3" ou "4" dependendo do eixo de rebatimento utilizado. Esse é, portanto, um espaço menos acessível do que os demais.

c) Dois espaços do tipo "3" que separam os blocos no eixo dos rebatimentos laterais. Além disto, estas passagens possibilitam a ligação com outros núcleos e áreas diversas do conjunto. Servem de ligação com os espaços do tipo "1" funcionando, desta forma, como espaços de transição necessária para o acesso à metade dos apartamentos do núcleo.

d) Dois espaços do tipo "4" de separação entre blocos distintos no eixo longitudinal de rebatimento. Como elo de conexão entre o interior e o exterior dos núcleos, esses possuem algumas características semelhantes aos espaços do tipo "3" No entanto, possuem dimensões diferenciadas. Configuram-se como corredores de acesso à área central do núcleo, sem terem nenhum acesso a apartamentos.

e) Um espaço do tipo "5", a área central do núcleo, onde cruzam os eixos de simetria dos rebatimentos dos blocos. Possui uma área mais avantajada, aproximadamente quadrada. É um espaço de transição obrigatório para quem entra nos blocos pelos espaços do tipo "2" mas não para os do tipo "1" pela possibilidade de utilização apenas do espaço "3" como ligação com o exterior. Se fosse possível garantir a rigidez proposta pelo projeto para acessos, no entanto, este espaço seria passagem obrigatória para qualquer movimento de ou para o núcleo, uma vez que a proposta de acesso ao núcleo é feita pela ligação de uma via externa, até a área central, passando por um dos espaços do tipo "4". Esse pátio central reflete a idéia básica de servir como centro de ligação entre os quatro blocos formadores do núcleo e, desta forma, como centro das relações sociais do núcleo.

Vistos a partir do exterior, os espaços mais acessíveis ao interior dos núcleos são os dos tipos "3" e "4" os menos acessíveis são os do tipo "2" em situação intermediária ficam os do tipo "1" e a área central (Figura 17).

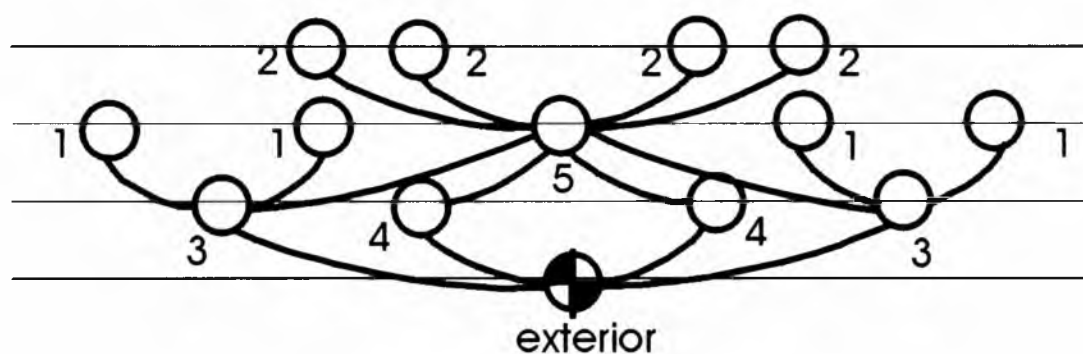


Figura 17: Vistos a partir do exterior, o gráfico representa a posição relativa de cada tipo de espaço público do núcleo – cada um dos círculos – no conjunto de espaços avaliados: os do tipo 2 são os mais distantes ou profundos e os dos tipos 3 e 4, os mais próximos ou rasos em relação ao exterior
Fonte: cedida pelo autor

Percebe-se de forma clara que aquela lógica interna que parece nortear a solução dada aos núcleos esfacela-se quando se passa a examinar os espaços públicos externos aos mesmos. Pode-se identificar, como mais recorrentes, as situações indicadas nos itens de *a* a *d*, a seguir:

a) Espaços formados entre núcleos que se confrontam ao longo de uma mesma via, como a exemplificada na Figura 18.

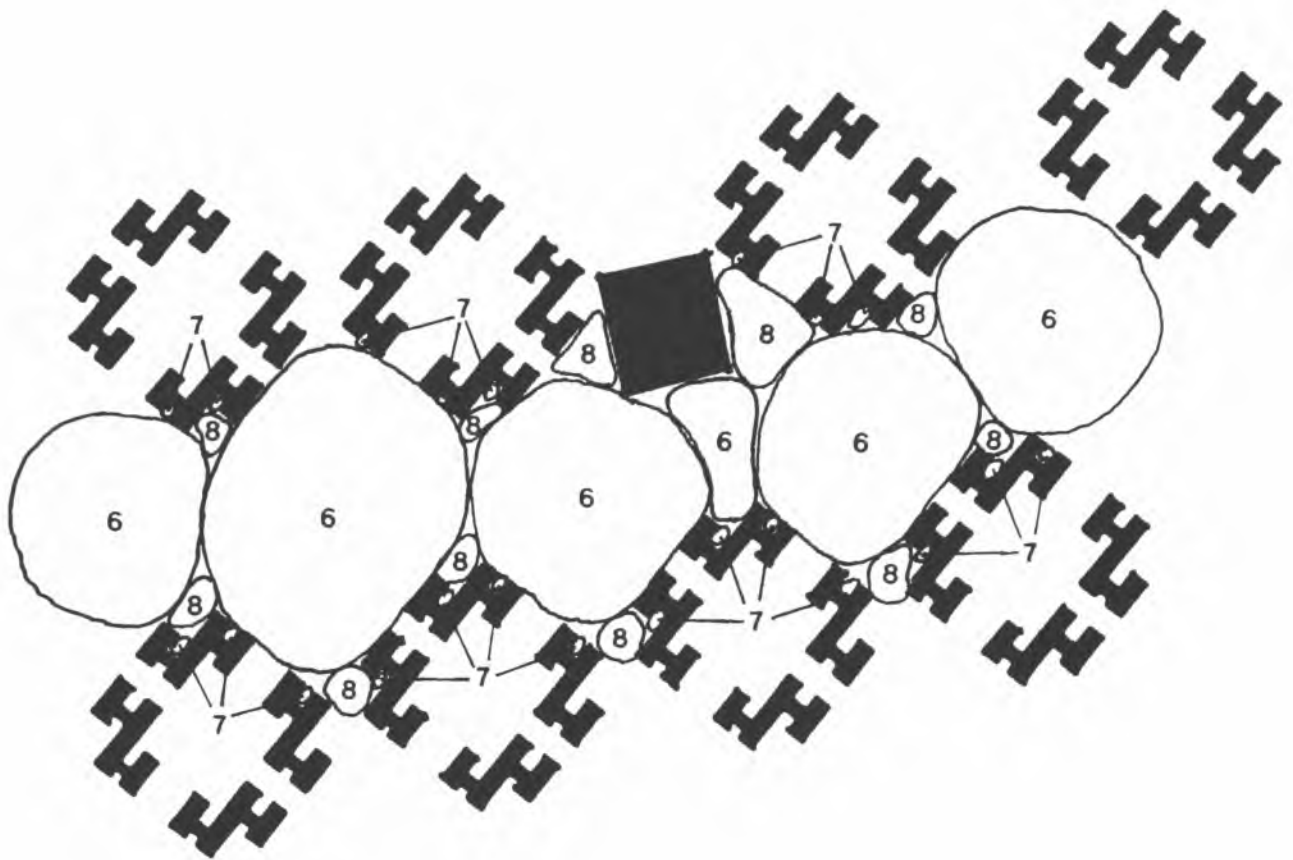


Figura 18: Situação típica de formação de espaços pela distribuição dos núcleos ao longo de uma mesma via

Fonte: cedida pelo autor

Esquemáticamente, a partir do eixo da via, esta situação poderia ser caracterizada pela forma de um colar de contas onde o fio representa a via, e as contas, de diversas formas e tamanhos, referem-se aos espaços abertos (Figura 19).

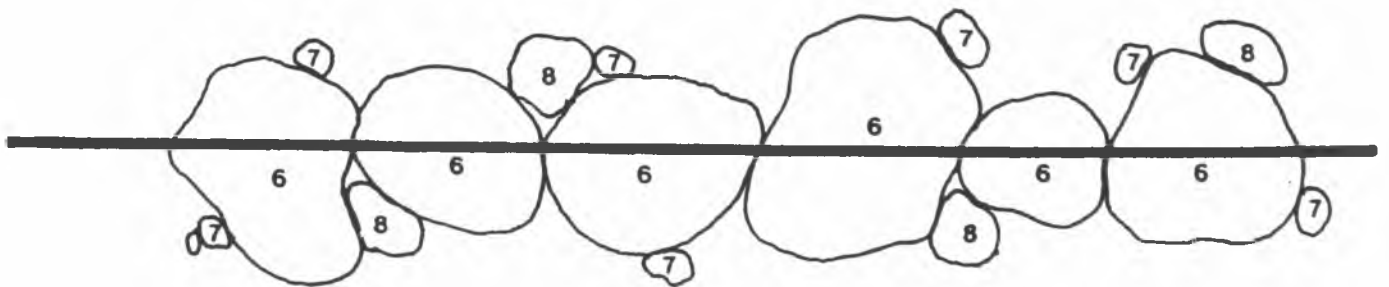


Figura 19: Esquema do tipo de conformação de espaços públicos ao longo de uma mesma via, assim como proposto pelo projeto do conjunto

Fonte: cedida pelo autor

Os espaços do tipo “6” são aqueles formados pelos afastamentos frontais dos núcleos, ao longo da via. Esses também são, via de regra, destituídos de qualquer acesso a edifícios e, quando ocorrem, devem-se às atividades não residenciais, como no exemplo ilustrado. A forma de cordão de contas ao longo da via ocasiona a formação de um grande número de espaços diferentes que constantemente abrem-se e fecham-se, contornando as reentrâncias dos edifícios que formam os núcleos. Em alguns casos, como no exemplo acima, o afastamento entre os núcleos ao longo da via assume distâncias bastante significativas, com variações entre um afastamento menor, de 50 m, a um afastamento maior, de 80 m, o que fornece, para uma área residencial, uma escala de certa monumentalidade dos lugares urbanos.

Identifica-se o que será uma constante ao longo do perímetro exterior de todos os núcleos: uma série de espaços de mesma forma e área, chamados de “7” formados pelas reentrâncias dos edifícios. Esses espaços externos possuem uma diferença fundamental com relação aos de dimensão semelhante, encontrados no interior dos núcleos, que é o fato de estes últimos serem passagem para o acesso aos blocos. Já os externos constituem-se em reentrâncias sem função, a não ser a de manter a geometria do bloco e do núcleo.

Os espaços “8” são os formados pelos afastamentos laterais dos núcleos, muitos deles funcionando como elementos intermediários para acesso aos espaços “7”. Sua geometria e área são extremamente variáveis, muito embora em alguns casos perceba-se uma repetição, em função da movimentação da inclinação comum aos núcleos e dos afastamentos entre eles.

b) Espaços formados pela relação lateral de núcleos entre si – nesta situação, os espaços não se diferenciam muito daqueles já examinados, alterando-se apenas em tamanho e geometria, dependendo dos afastamentos encontrados entre os núcleos considerados (Figura 20).

Percebe-se, no desenho, que as características básicas comentadas para o caso anterior também são identificadas aqui. Os oito espaços “7” externos a cada um dos núcleos permanecem como um tipo constante em número, geometria e área. Já os espaços “8” que são os que dependem de aspectos como posição relativa entre os núcleos, são variados em forma e tamanho. Em algumas situações, como na inflexão de vias mostrada aqui, podem ocorrer espaços mais

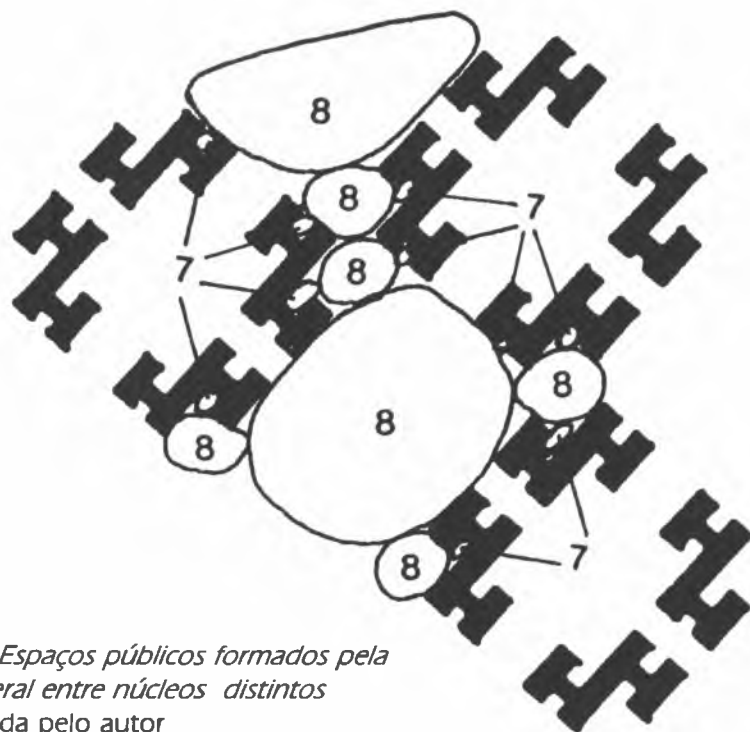


Figura 20: *Espaços públicos formados pela relação lateral entre núcleos distintos*
Fonte: cedida pelo autor

avantajados, com mais de 2.000 m² de área. O mais comum, no entanto, são áreas em torno dos 150 m². Neste caso, mantida a alteração de escala, a situação de percepção dos espaços é bastante semelhante ao que se expôs no caso anterior, uma vez que, movendo-se por entre núcleos, cruza-se por espaços que se abrem e se fecham, à medida que são percorridos.

c) Uma terceira situação é a que se refere aos espaços abertos gerados pela implantação dos núcleos nos limites da área. Nesta situação, parte dos espaços apresentam como um dos seus limites, cerca ou muro de divisa do terreno (Figura 21).

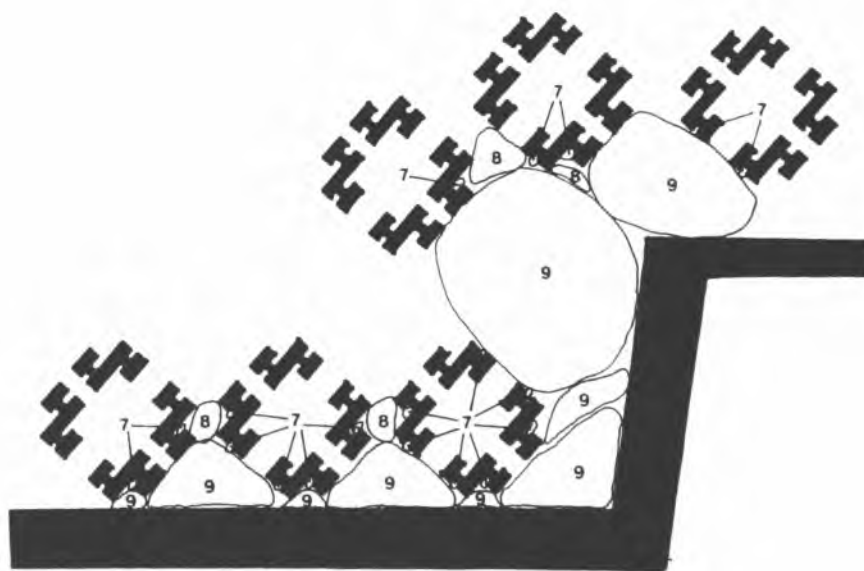


Figura 21: *Exemplo de espaços gerados ao longo dos limites do terreno*
Fonte: cedida pelo autor

Nesta situação, existe apenas a relação dos núcleos entre si, lateralmente. Em função da sua inclinação, os núcleos se aproximam nos seus vértices e, pela forma proposta de acesso ao núcleo, os limites da área funcionam como fundos.

Percebe-se que o sistema de repetição, não apenas do núcleo enquanto grupo de edifícios, mas da sua disposição no terreno e das relações entre eles, tende a gerar também a repetição nos tipos de espaços abertos produzidos, tanto em geometria como em área.

Neste caso, observamos espaços "7" como nas outras situações examinadas, uma vez que estes espaços são originados não propriamente de relações entre núcleos distintos ou linha de divisa, mas por propriedades formais do próprio bloco. Os espaços "8" nos núcleos mais ao sul, são idênticos em forma e área com cerca de 330 m²

Já os espaços "9" formados pelas relações dos núcleos com as linhas de divisa, também repetem forma e área ao longo de um mesmo limite do terreno, alterando-se quando este sofre inflexão.

Os espaços maiores nesta situação chegam a quase 7.000 m² o que equivale, em área, a um grande número de praças de vizinhança de Porto Alegre. Os menores possuem cerca de 150 m², o que é bastante reduzido para um espaço livre de edificação de uso público.

A inexistência de qualquer acesso aos edifícios, através de espaços "9" nem de nenhuma forma de ligação entre núcleos distintos, de acordo com o projeto, tende a tornar esses espaços um tanto quanto isolados e com muita dificuldade de serem utilizados de forma plena pelos moradores.

Em termos da apreensão dos espaços formados, para uma pessoa em movimento, mantém-se o que foi observado para as outras situações, isto é, o espaço público é apreendido como uma série de espaços que se abrem e se fecham ao longo de um mesmo eixo de circulação.

d) O parque central é um espaço extremamente diferenciado dos demais e localiza-se no centro geométrico da composição. É formado pelos fundos dos núcleos e da escola dispostos ao longo do anel viário formado pela rua A. A área de quase 4,5 ha do parque central é constituída em grande parte por um único lugar urbano. Descontados os acessos pela rua A e alguns fracionamentos nas

proximidades dos edifícios, o espaço central do conjunto chega a expressivos 3,18 ha de área unificada (Figura 22).

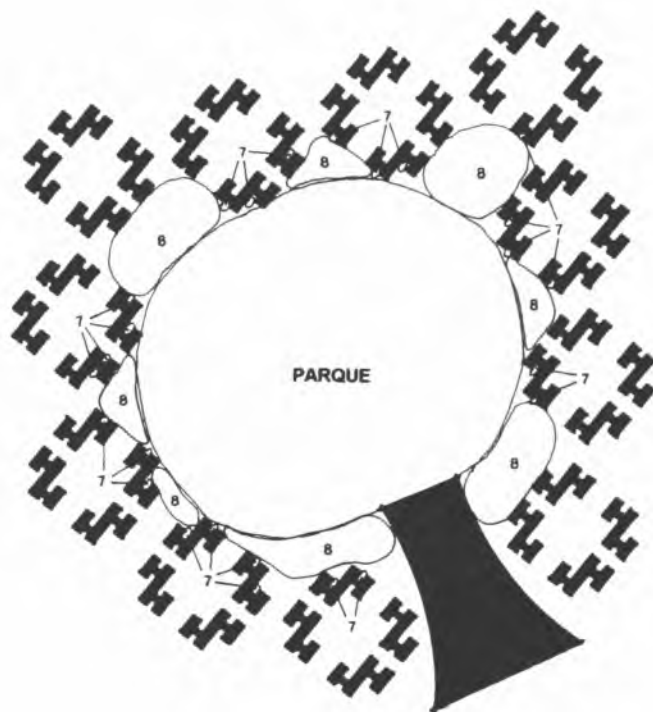


Figura 22: O grande espaço unitário do parque central, tal como proposto pelo projeto
Fonte: cedida pelo autor

As funções a serem desempenhadas pelo parque como um todo e que, segundo o projeto, deveria constituir-se no centro da sociabilidade da área, conflitua-se com a solução espacial adotada, em função de aspectos como o acesso a partir do sistema viário principal e da relação proposta com os núcleos residenciais. Por um lado, fica uma área um tanto quanto encravada no conjunto. Por outro lado, pela sua localização nos fundos dos núcleos, não há uma valorização deste espaço compatível nem com o papel a ele destinado pelo projeto, nem com sua dimensão.

Através das modalidades aqui expressas, o Projeto do Conjunto Rubem Berta possui 80,44% da sua área total ocupados por espaços abertos de uso público e 19,56% por espaços privados, estes correspondendo aos edifícios e às áreas não residenciais.

Observa-se que as áreas propostas pelo projeto como áreas de lazer e recreação na forma de *playgrounds*, canchas polivalentes e o próprio parque central são implantadas no interior dos espaços públicos descritos acima, em partes das áreas verdes do conjunto.

Estas áreas não se constituem, em si, tipos peculiares de espaços livres de edificação de uso público.

O sistema viário

O sistema viário proposto pelo Projeto do Conjunto Rubem Berta tem por base uma clara hierarquização dos seus elementos, refletindo-se no dimensionamento de cada tipo de via, para veículos ou para pedestre.

O sistema viário é proposto basicamente como um sistema fechado onde, com exceção da avenida Martim Felix Berta, preexistente, limite oeste do conjunto e principal ligação da área com o restante da cidade, e a rua D, limite norte, apenas a avenida A, perpendicular à avenida Martim Felix Berta, na extremidade leste da área, prevê uma espera de conexão com uma via projetada. Os demais limites do conjunto são bloqueados, sem nenhuma previsão para futuras conexões com o entorno. Com isto, a idéia de que a área, sob diferentes escalas projetuais, é proposta como um enclave urbano, adquire fortes argumentos.

O sistema viário interno parte de uma avenida principal A, única a ser ligada com o exterior, com um anel ao sul formado pela rua A e mais dois anéis, ruas B e C, que se ligam à rua A. Ao norte da avenida A, há a rua D que liga a avenida A com a avenida Martim Felix Berta, cortando o limite norte da área. A avenida A também separa o setor que foi comercializado, ao norte, do setor invadido, ao sul (Figura 23).

A partir da avenida A e das ruas A, B, C e D, são feitos os acessos principais aos núcleos, através de um *cul-de-sac* que permite a circulação de veículos até o interior do pátio central do núcleo. A partir deste acesso principal, são feitas as conexões com os blocos de moradia por duas circulações secundárias de pedestre, perpendiculares ao *cul-de-sac*. Destas circulações partem outras, de nível local, fazendo as ligações com as portas de entrada dos blocos.

Subjacente ao sistema viário proposto, há uma forte noção hierárquica, que busca na definição precisa das funções das circulações e nos seus rebatimentos dimensionais, uma forma de organização e de uso do espaço que funciona como uma árvore⁷ nos tradicionais esquemas modernistas (Figura 24).

(7) De acordo com o discutido em Alexander (1966).

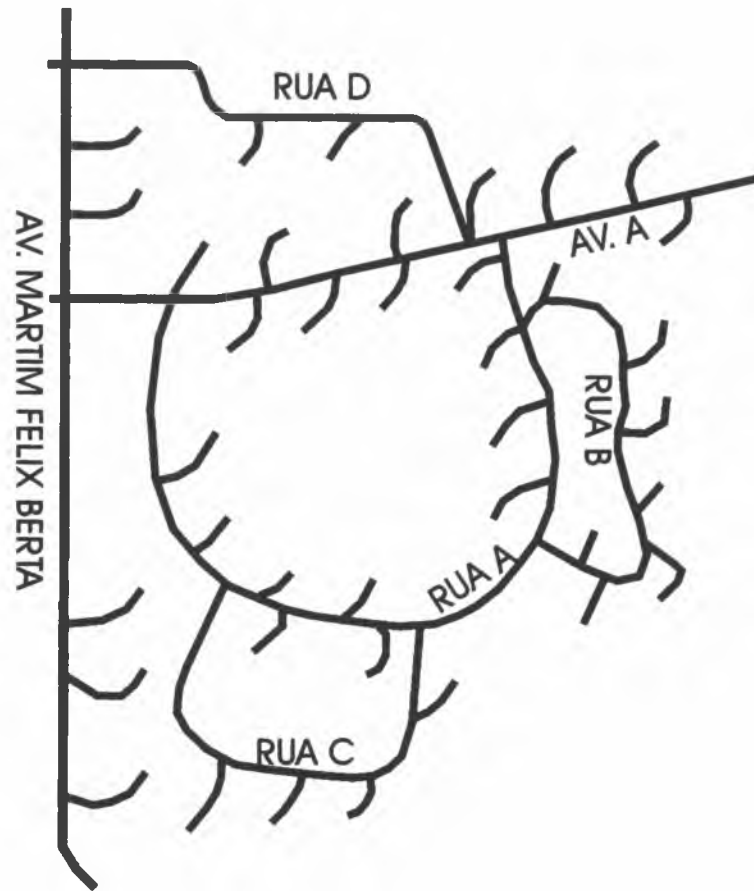


Figura 23: *Esquema do sistema viário com circulação de veículos no projeto*
Fonte: cedida pelo autor

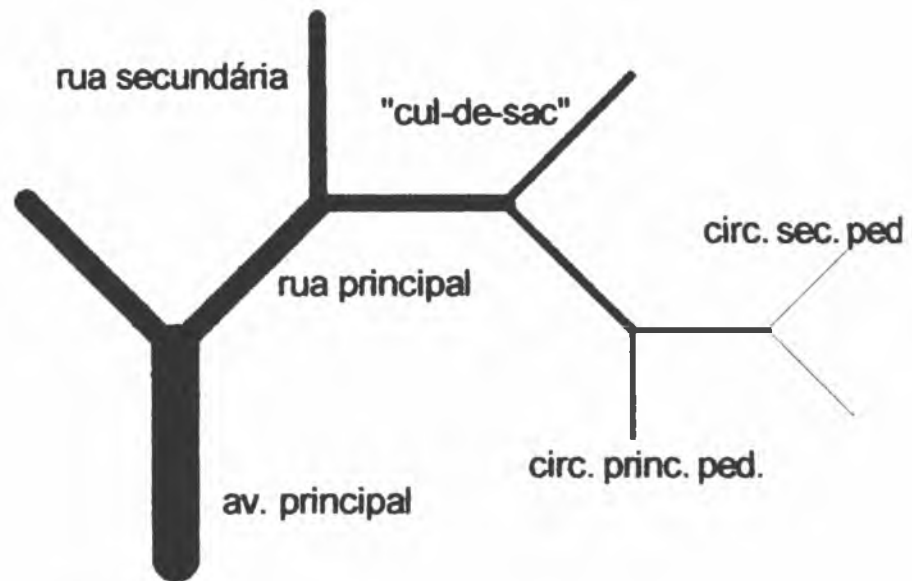


Figura 24: *Esquema de hierarquia, dimensionamento e articulações das vias propostas pelo Projeto do Conjunto Rubem Berta*
Fonte: cedida pelo autor

Em relação ao dimensionamento das diversas vias de circulação, temos as seguintes características indicadas a seguir.

a) Avenida principal, A, com 30 m de largura total, que para os padrões de Porto Alegre só encontra similares nas avenidas perimetrais implantadas nos últimos tempos e em algumas avenidas principais (Figura 25).

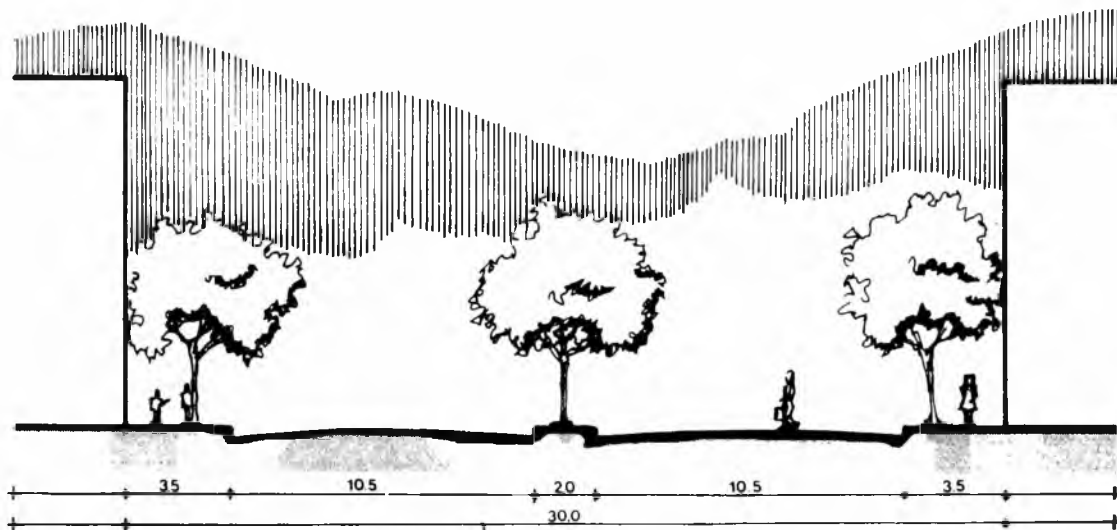


Figura 25: Perfil transversal da avenida A
Fonte: cedida pelo autor

b) Rua principal, A, possui 20 m de largura total, o que representa um gabarito que pode ser encontrado na cidade de Porto Alegre em vias de relativa importância, não só local como globalmente (Figura 26).

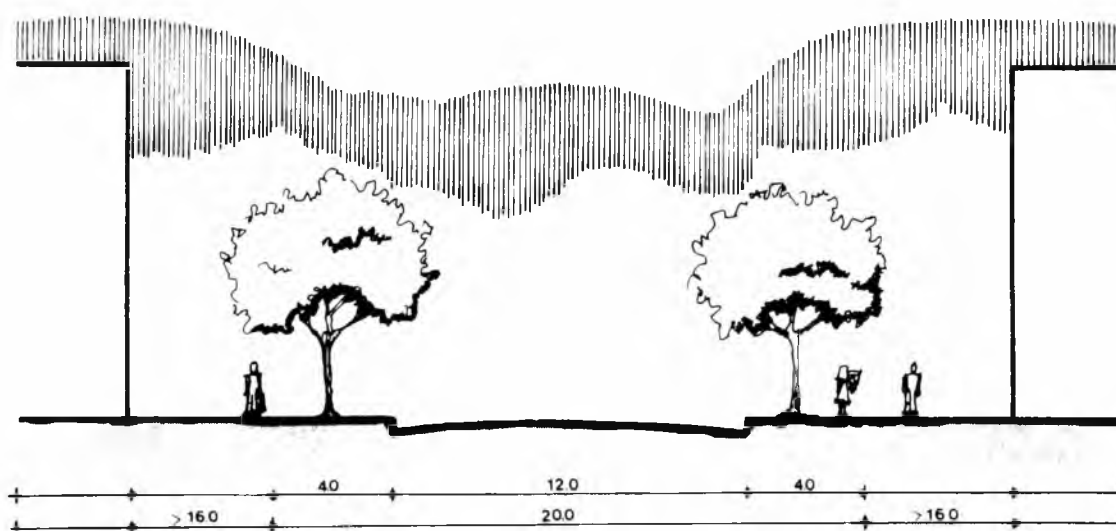


Figura 26: Perfil transversal da rua principal A
Fonte: cedida pelo autor

c) Ruas secundárias, B, C e D, com uma largura total de 12 m, com um caráter mais limitado em comparação com as demais do conjunto e mesmo com as vias usuais no interior de áreas residenciais da cidade. Seu perfil não prevê área para estacionamento em nenhuma de suas laterais e os passeios são bastante reduzidos, dificultando e até impedindo uma conveniente arborização (Figura 27).

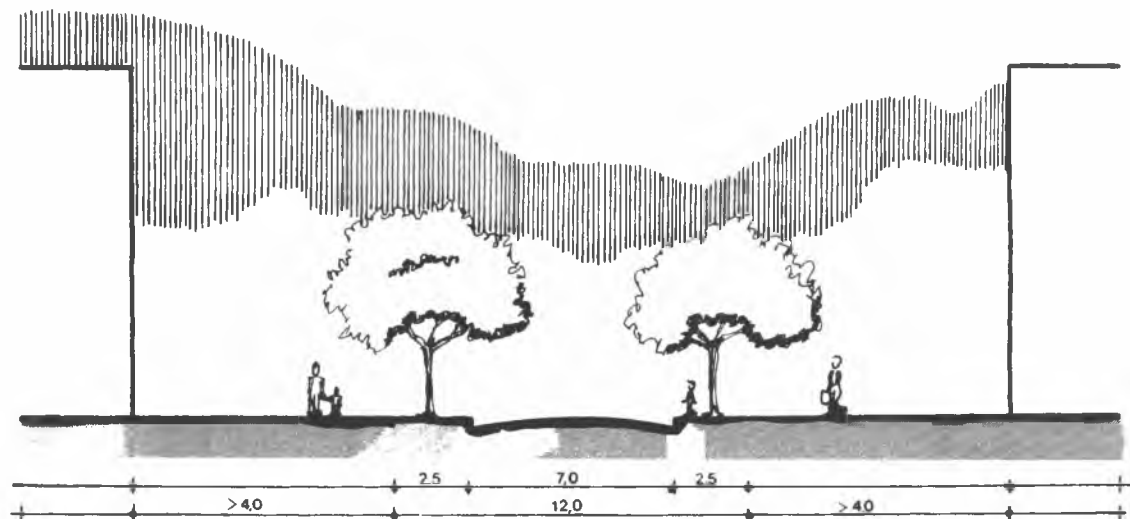


Figura 27: Perfil transversal das ruas secundárias B, C e D
Fonte: cedida pelo autor

d) O *cul-de-sac* constitui-se num acesso ao interior de cada núcleo, a partir de vias de hierarquia superior. Consiste numa faixa de rolamento de 4,00 m de largura que dá para uma área de retorno de 8,00 m de largura. É, portanto, uma via de circulação restrita, sendo sem saída para veículos. (Figura 28)

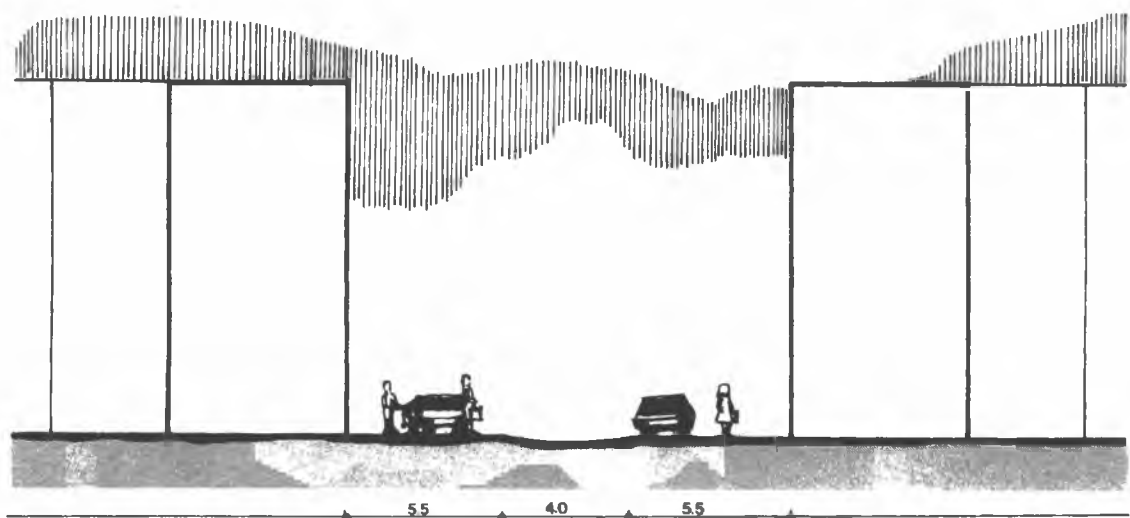


Figura 28: Perfil transversal do cul-de-sac
Fonte: cedida pelo autor

O *cul-de-sac* serve como elemento através do qual cada núcleo é anexado a uma estrutura mais global, representada pelas vias principais e secundárias propostas, de tal forma que o núcleo fique com uma inclinação de 35° em relação ao traçado viário, com algumas modificações nos casos em que a via assume um desenho mais circular. Essa solução parece estar relacionada com aspectos de conforto ambiental, já que todos os núcleos possuem exatamente a mesma relação com a orientação solar, com o norte paralelo à diagonal dos núcleos (Figura 29).

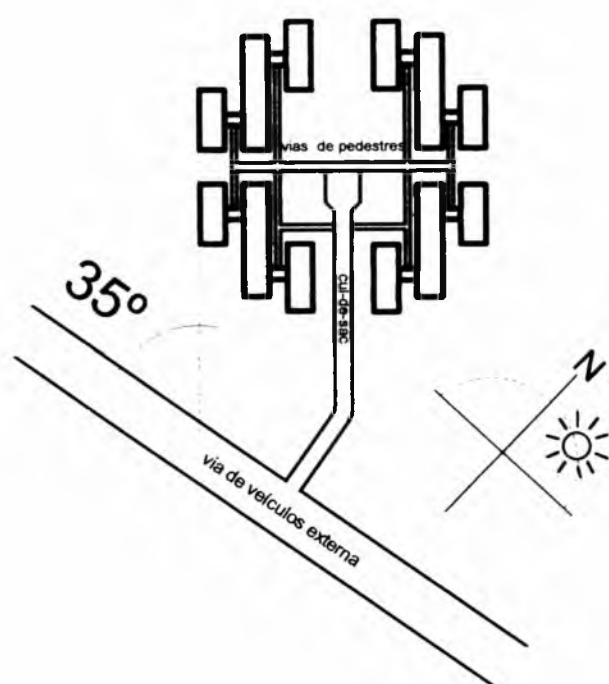


Figura 29: *Relação dos módulos com a orientação solar*
Fonte: cedida pelo autor

Com esta opção de projeto, a ordem espacial imposta é relativamente sensível ao traçado de vias, e as adaptações às peculiaridades do traçado são, via de regra, absorvidas pelo *cul-de-sac* de acesso ao núcleo, ficando ele mais ou menos inclinado em relação à via, mais curto ou mais extenso, dependendo da distância gerada.

e) Com apenas um caso, na ligação da avenida Martim Felix Berta à rua A, há a passagem de pedestre, com 6 m de largura, conforme exigem as normas da cidade. Seu uso poderia ser questionado num sistema espacial aberto e permeável como o proposto, mas indica ser um reforço das idéias que confundem ordem com estrutura (Figura 30).

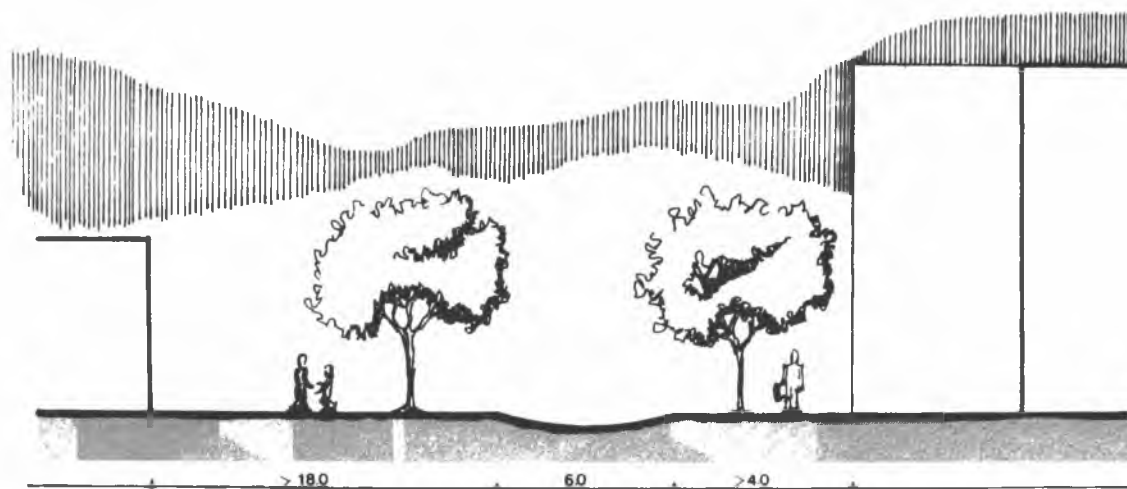


Figura 30: Perfil transversal da passagem de pedestres
Fonte: cedida pelo autor

f) A circulação principal de pedestres no interior do núcleo possui uma largura de 2,00 m e liga o *cul-de-sac* às circulações secundárias de pedestres (Figura 31).

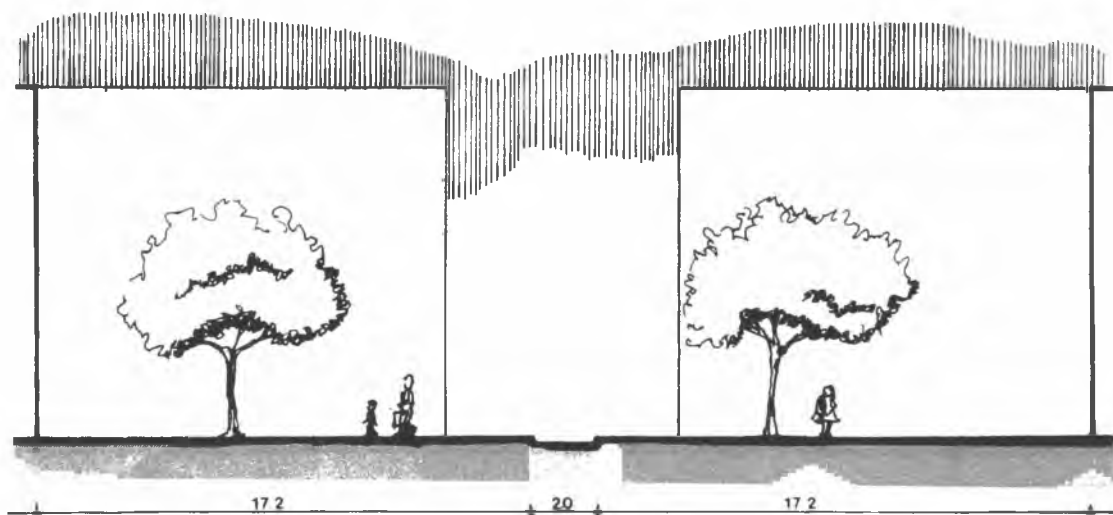


Figura 31: Seção transversal da circulação principal de pedestres
Fonte: cedida pelo autor

g) A circulação secundária de pedestres no interior do núcleo constitui-se numa faixa de 1,20 m de largura que dá acesso às entradas dos edifícios e é o último elo na hierarquia viária do conjunto (Figura 32).

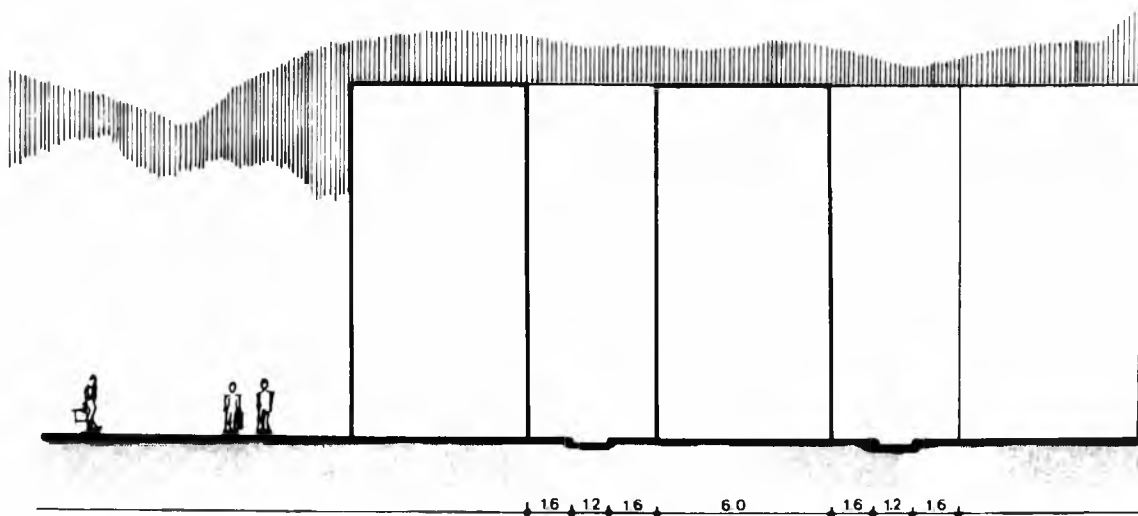


Figura 32: *Seção transversal da circulação secundária de pedestres*
Fonte: cedida pelo autor

O sistema viário interno é proposto como forma de viabilizar a implantação dos núcleos, segundo os princípios expostos anteriormente, e assume a forma de alguns anéis, seguindo também uma estrutura hierárquica que se reproduz também nas suas dimensões.

A solução adotada para o estacionamento dos veículos dos moradores ou visitantes prevê a utilização de áreas de estacionamento em bolsões ao longo das vias de veículos e, em três casos, em áreas de estacionamento internas, separadas do sistema viário, como pode ser identificado na Figura 8. Essa solução pressupõe, primeiro, que nessa faixa de renda o número de proprietários de veículos é muito reduzido; segundo, considera que para esse tipo de população as soluções adequadas são sempre as coletivas⁸. A proposta executada pode ter sido originada ou da má leitura dos hábitos de vida de populações de estratos inferiores de

(8) A coletivização de certos equipamentos foi adotada em um grande número de proposições de moradias para classes trabalhadoras, principalmente desde o século 19, nas formas dos utopistas como em Owen e Fourier e, posteriormente, em diversas propostas de edifícios autônomos modernistas, como a unidade de habitação de Le Corbusier, e nas soluções revolucionárias totalitárias que coletivizavam compulsoriamente atividades como cozinhar, lavar roupa, fazer as refeições, entre outras. É comum, também, a coletivização de certos equipamentos em habitações coletivas, num período em que tanto culturalmente quanto por questões de custo, o uso comum era a forma de viabilizá-los.

renda, ou da idéia de que os hábitos e expectativas dessa população possam ou devam ser modificados de acordo com soluções advindas de uma lógica projetual que acaba mostrando-se estranha aos usuários.

A solução adotada para o veículo privado no desenho do conjunto, tanto em termos do sistema viário propriamente dito como em relação à solução de problemas específicos como, por exemplo, o estacionamento, afetou de forma significativa as reformulações posteriores.

Os carros dos moradores do Rubem Berta, na idéia consolidada no projeto, deveriam ser estacionados ao ar livre, distantes da moradia, e fora de qualquer forma possível de controle. A população, no entanto, demonstrou um comportamento bem distinto a este respeito, buscando um controle maior em soluções individualizadas.

Situação em 1995

A avaliação dos espaços do conjunto, 9 anos após sua ocupação, mostra uma configuração bastante modificada em relação à do projeto, como se depreende das análises que se seguem (Figura 33).

Neste momento, é visível uma alteração importante nas áreas que circundam o Conjunto Rubem Berta e que repercute no seu interior. As áreas a leste e a sul do conjunto, até então vagas, passam a ser objeto de ocupação. Uma das principais intervenções nessas áreas é feita através de um projeto oriundo do Departamento de Habitação – DEMHAB, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e destinado fundamentalmente para o reassentamento de favelas localizadas em áreas de risco ou para a desocupação de algumas outras áreas ocupadas clandestinamente na cidade. Dentre essas áreas, uma das mais conhecidas era a favela denominada de Vila Tripa⁹ a qual foi

(9) Trata-se de uma das mais antigas favelas de Porto Alegre, que se desenvolvia ao longo de uma estreita faixa de terra, numa das laterais da avenida Sertório, uma das mais movimentadas da cidade, situada na zona norte do município. Os riscos constantes e a ocorrência freqüente de acidentes envolvendo moradores da favela fez com que, finalmente, a população fosse removida para as proximidades do Conjunto Rubem Berta e a área limpa.

totalmente removida do seu local de origem para as imediações do Conjunto Rubem Berta, praticamente nos limites da cidade de Porto Alegre com o município de Alvorada, dando início a um paulatino processo de rompimento do isolamento até então verificado pelo conjunto (Figura 34).



Figura 33: *Planta de espaços públicos – em branco – e dos espaços privados – em preto – do Conjunto Rubem Berta em 1995*
Fonte: cedida pelo autor



Figura 34: *Início da ocupação da nova Vila Tripa, vendo-se ao fundo, à direita, uma parte do Conjunto Rubem Berta*
Fonte: Arquivo Zero Hora

Com isto, surgem novas ligações da área com seu entorno:

- a) a avenida A, além de se ligar com o exterior, a oeste, passa a estender-se para a nova área residencial, a leste (Figura 35);
- b) outra via de ligação do conjunto com o novo assentamento é criada no limite leste (Figura 36);
- c) uma nova ligação a leste surge, próxima da avenida A (Figura 37);
- d) na área mais ao sul, principalmente através de ligações informais, também são criados acessos entre o conjunto e o entorno, por trilhas que cruzam áreas vagas (Figura 38).

Figura 35: *Nova ligação do conjunto, pela extensão da avenida A, a leste*
Fonte: PMPA



Figura 36: *Outro exemplo de abertura de novos contatos com áreas periféricas ao conjunto, também a leste*
Fonte: PMPA





Figura 37: Na mesma lateral leste do conjunto, outra nova ligação une áreas vizinhas que, até então, estavam bloqueadas
Fonte: PMPA



Figura 38: Ligações informais no interior de áreas vagas e acidentadas entre o conjunto e a Nova Tripa, ao sul
Fonte: PMPA

Rompe-se, desta forma, mesmo que de modo incipiente, a extrema segregação espacial vivida pelo conjunto. Essa maior integração verifica-se, também, na ampliação da utilização dos estabelecimentos de comércio e serviços, dos serviços públicos de saúde, de educação e de transporte do Rubem Berta, os quais passam a ser compartilhados com a população do entorno.

As intervenções efetuadas redefinem as relações dos blocos de cada núcleo com o espaço livre de edificações, através de um processo de privatização dos espaços abertos de uso público, assim destinados pelo projeto. Efetiva-se uma alteração radical nessa relação, e os blocos são afastados do contato e escrutínio do espaço público, através da utilização de dois procedimentos básicos simultâneos:

- a) a construção de novas edificações, interpostas entre os blocos e novo espaço público;
- b) o cercamento e/ou muramento de áreas públicas.

A nova unidade espacial que surge é muito mais centrada na idéia do bloco em si do que propriamente no núcleo. Como base da ordem espacial do projeto, o núcleo é completamente destruído aqui. Os blocos se agrupam entre si de diversas maneiras, com diferentes números de blocos agregados e de núcleos envolvidos, formando unidades espaciais distintas umas das outras e semelhantes a quarteirões tradicionais (Figura 39).

Por outro lado, um grande número de blocos constituem-se, isoladamente, pelos processos de afastamento do espaço público mencionados, em centros de novas unidades espaciais (Figura 40).

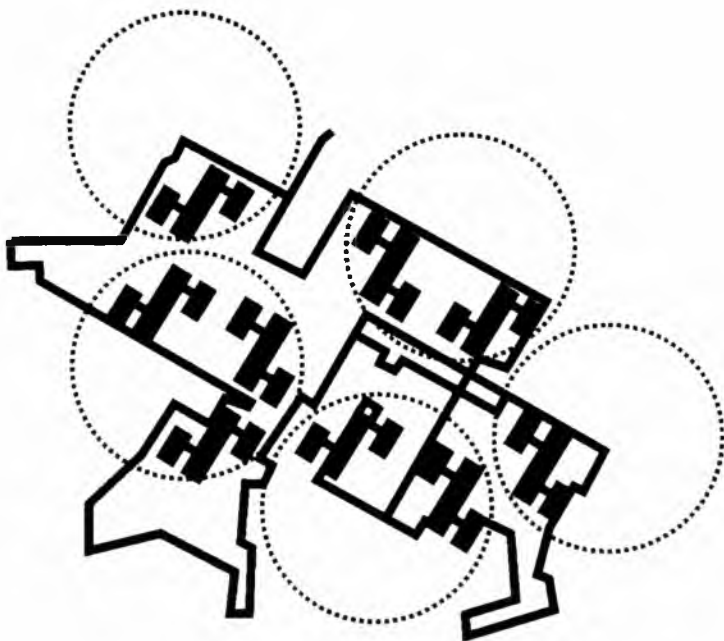


Figura 39: O bloco de moradias como nova unidade espacial da reformulação física, no exemplo, vinculando-se a outros de mesmos ou diferentes núcleos
Fonte: cedida pelo autor

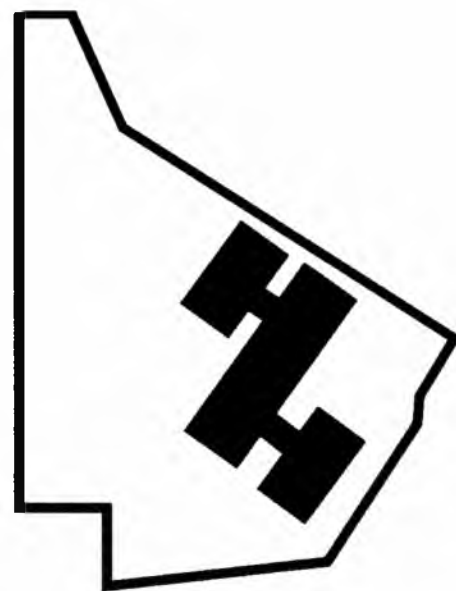
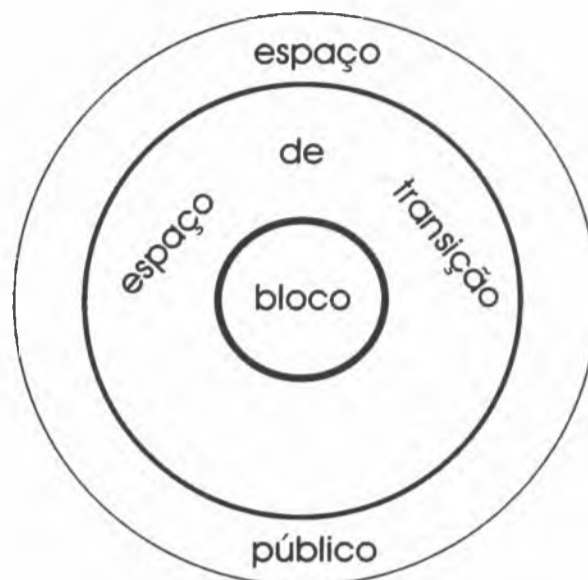


Figura 40: Bloco isolado pelas alterações físicas
Fonte: cedida pelo autor

Esses exemplos mostram o que será a tônica da reformulação espacial que consiste na separação dos blocos do espaço público (Figura 41).

Figura 41: *Representação esquemática do processo de transformação espacial, a partir do bloco residencial*
Fonte: cedida pelo autor



Através dessa modalidade de organização são criadas, no interior do que poderíamos denominar de quarteirão, uma série de áreas de uso restrito utilizadas para a individualização de cada um dos novos quarteirões (Figura 42).

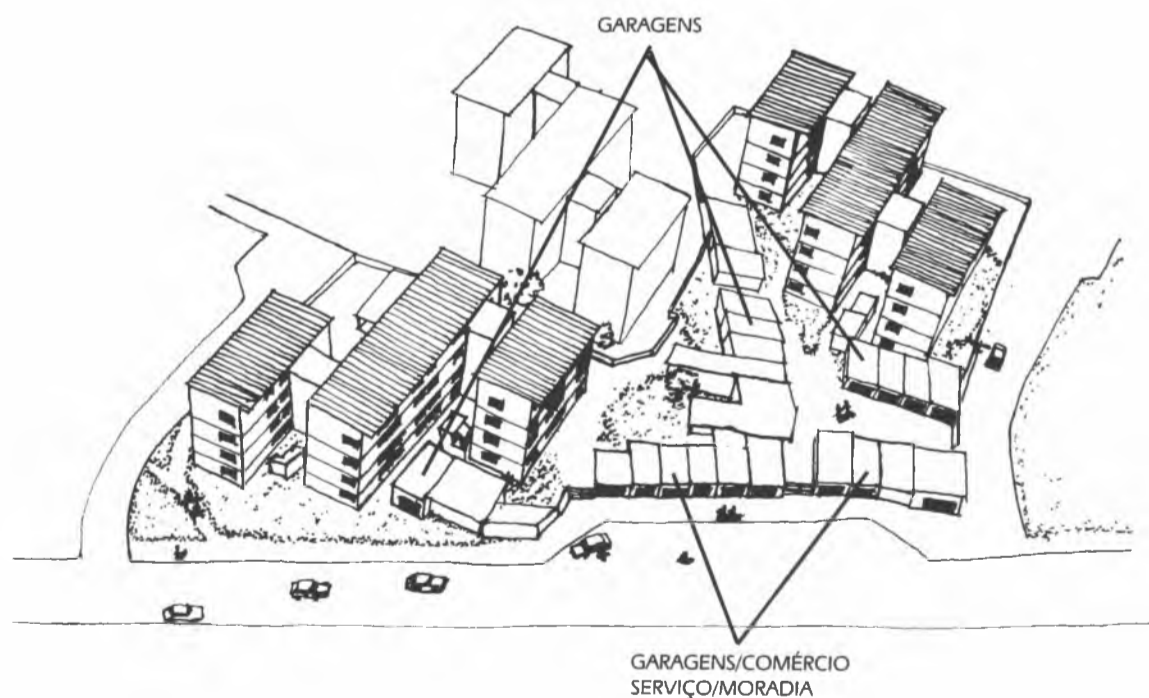


Figura 42: *Tipo de novos quarteirões formados pela intervenção dos moradores, agregando blocos de diferentes módulos*
Fonte: cedida pelo autor

Parte do espaço tomado das áreas públicas livres de edificação nos interstícios entre os blocos é utilizada para a construção de garagens ou novas moradias, bem como de outras atividades não previstas no projeto, como templos religiosos. O exemplo dado para a área residencial mostra uma solução freqüentemente adotada, que consiste na construção de garagens com acesso pelo interior do quarteirão e, também, dependendo da situação, com frente diretamente voltada para a via pública, neste caso delimitando parte do quarteirão. Muitas dessas edificações, embora com aparência de garagem, servem como moradias ou como pequeno comércio e serviço, num processo de invasão das áreas públicas que ocorre, de forma mais limitada, entre os blocos e núcleos e, em outras situações, de forma mais ampla, com a geração de verdadeiras subáreas dentro do conjunto.

O exemplo ilustra também outros aspectos bastante freqüentes. Primeiramente, mesmo que o espaço interno pareça ser composto pela junção ou agregação de dois blocos distintos, ambos pertencentes a núcleos diferentes, na verdade as garagens construídas no interior do quarteirão separam os blocos entre si, não havendo conexão entre eles pelos espaços livres internos. É como se cada bloco estivesse no interior de um lote, com as garagens atuando como limites de fundos.

Em segundo lugar, percebe-se que boa parcela da área livre interna ao quarteirão é consumida como circulação e como área de manobra de veículos para acesso às garagens. Outros tipos de áreas livres internas ao núcleo, cujo tratamento e qualidade variará de quarteirão a quarteirão, são os pátios e/ou jardins. A estes últimos é demonstrada uma maior preocupação em pequenos espaços, principalmente nas proximidades da entrada do edifício (Figura 43).

É visível que as novas edificações destinadas a garagens resolvem necessidades bastante elementares da vida das pessoas do lugar. Uma delas diz respeito ao controle, de preferência individual, dos carros particulares e que, como tendência, é feito no interior dos quarteirões.

Outra necessidade resolvida pela garagem é a disponibilidade de espaço para guarda de objetos em geral, como ferramentas, materiais diversos, móveis fora de uso, etc., que os apartamentos não têm condições de abrigar.



Figura 43: *Exemplos de melhor tratamento dado a espaços livres de edificação localizados no interior dos novos quarteirões, especialmente nos acessos aos blocos*
Fonte: cedida pelo autor

A outra necessidade suprida pela garagem é de ordem mais cultural para esta região do país e lida com a disponibilidade de local protegido para fazer churrasco. É comum, na estrutura das garagens, a visão do volume das chaminés das churrasqueiras. A ocasião do churrasco, no Rio Grande do Sul, é tanto o momento da confraternização da família como da reunião com amigos. O que se percebe é que este elemento cultural é visto como uma necessidade, não só aqui, como para qualquer classe social. Mesmo em prédios de apartamentos de classe média e alta, as sacadas com churrasqueiras são pontos importantes para a sua comercialização. A população do Conjunto Rubem Berta incorporou esta necessidade, não só individual como social, ao espaço tornado disponível pela construção das garagens (Figura 44).



Figura 44: À direita, um limite de quarteirão, inteiramente definido por garagens com churrasqueiras, visíveis pelas suas chaminés
Fonte: cedida pelo autor



Figura 45: Exemplo de ampliação de apartamento térreo, estendendo-se para andares acima. Neste caso, além da área construída, foi privatizada uma área de pátio de acesso exclusivo desta unidade, além de garagem privativa
Fonte: cedida pelo autor

Outra situação encontrada em todo o conjunto consiste na ampliação da área construída de apartamentos localizados no pavimento térreo (Figura 45).

Desta forma, esses apartamentos são, na prática, separados do bloco de onde se originaram: possuem entrada própria, muitas vezes garagens privativas e jardins, chegando a duplicar a área útil da unidade e assemelhando-se a uma habitação unifamiliar com parte de sua área construída incrustada num edifício de habitação coletiva.

Às vezes, mesmo não ampliando a área construída, muitos moradores de apartamentos térreos tomam uma porção de área pública, tratando-a como pátio, garagem, jardim e até como horta, muitas vezes criando entradas para as moradias separadas das do bloco (Figura 46).

Em suma, as transformações espaciais verificadas para o geral do conjunto são baseadas:

a) na redefinição espacial do espaço público e privado, tendendo à formação de espaços de transição semiprivativos no interior dos quarteirões;

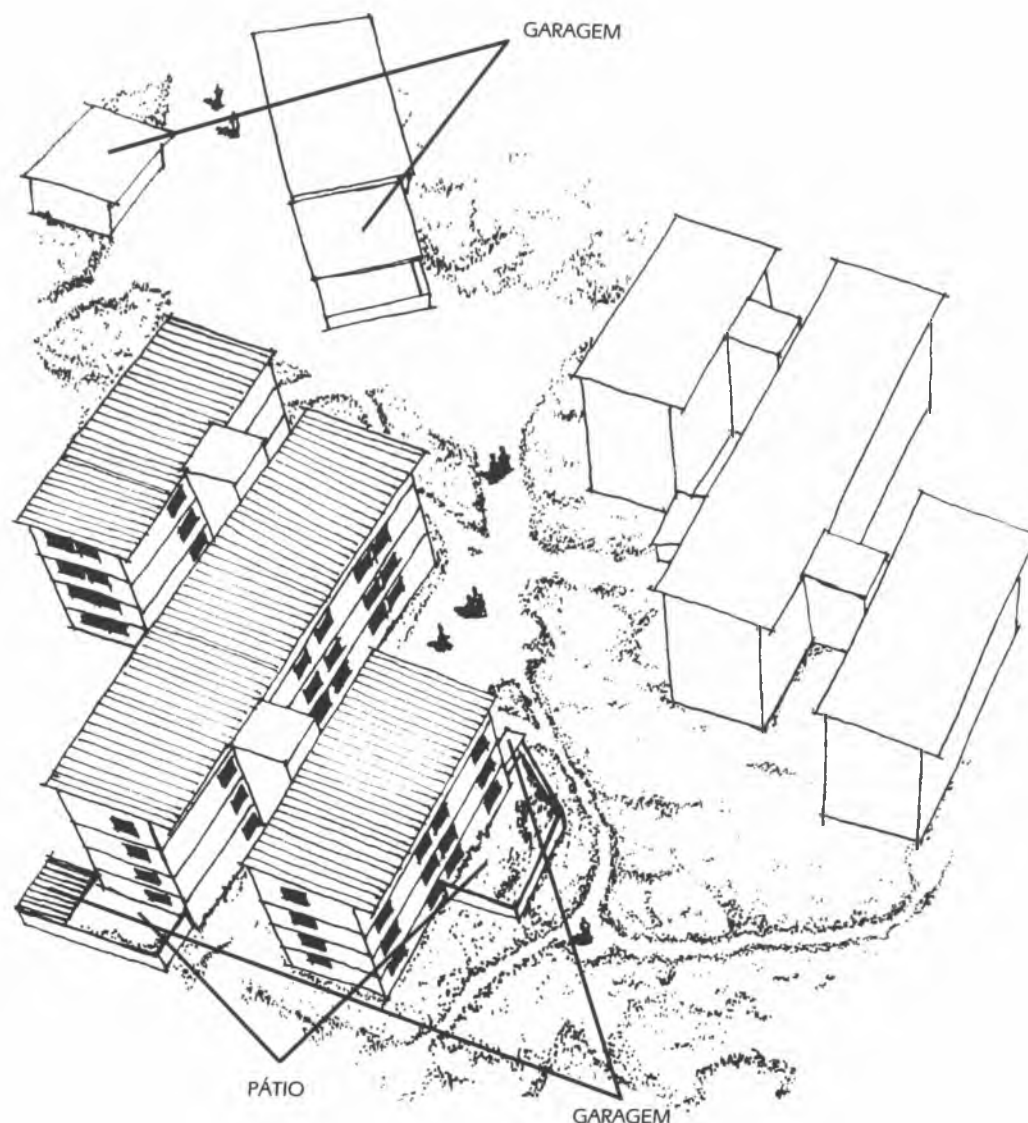


Figura 46: Exemplo de privatização de espaço público para a ampliação de área de uso exclusivo do apartamento térreo
Fonte: cedida pelo autor

b) na geração de elementos novos construídos como garagens, moradias e pequeno comércio e serviço, com acesso efetuado tanto internamente ao quarteirão, como diretamente pela via pública, sendo esta última modalidade utilizada em especial para abrigar moradia, comércio e serviço;

c) na utilização de muros e cercas como elementos de separação do espaço externo e interno do quarteirão, por onde se efetuam os novos acessos entre espaço público e espaços de transição para a entrada do edifício de habitação;

d) na ampliação da área construída de unidades habitacionais localizadas no térreo dos blocos;

e) na apropriação de porções do espaço público para a criação de pátios privativos de apartamentos térreos.

Através desses mecanismos, a proporção de espaço público sobre a área total do conjunto passa dos 80,44% existentes originalmente para 45,38%, o que representa uma incorporação extremamente significativa de área anteriormente pública, como área agora privada, demonstrando que o processo de transformação da morfologia do conjunto promove uma reversão dos valores: enquanto o espaço de uso público é reduzido quase à metade, o espaço privado é praticamente triplicado.

O processo de transformações espaciais examinado, apesar de ocorrer no conjunto como um todo, apresenta-se com intensidade distinta, nos diferentes setores norte, central e sul (Figura 47).

Setor norte

Esse é o setor que foi comercializado regularmente e é composto pelos 10 núcleos localizados entre a avenida A e o limite norte da área e ambas as frentes da avenida A. Estes núcleos foram os únicos completamente concluídos antes da ocupação. Este fato explica porque neste setor o processo de alterações morfológicas ocorre antes que nos demais (Figura 48).

Através dos mecanismos de transformação espacial descritos, este setor é onde se verificam alterações em mais larga escala, modificando de forma radical a morfologia proposta pelo projeto, não apenas em termos do que acontece nos espaços privatizados das áreas públicas, mas com eles em si, responsáveis que são pela estruturação do sistema de acessibilidade entre as diversas áreas do conjunto como um todo. Além disso, foram introduzidas signi-

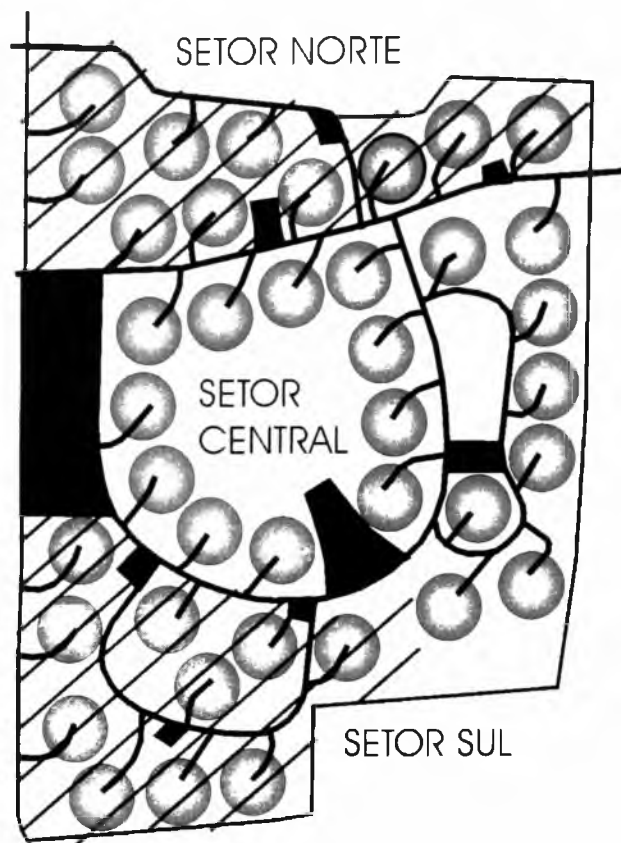


Figura 47: Setores diferenciados quanto ao grau de transformações espaciais
Fonte: cedida pelo autor

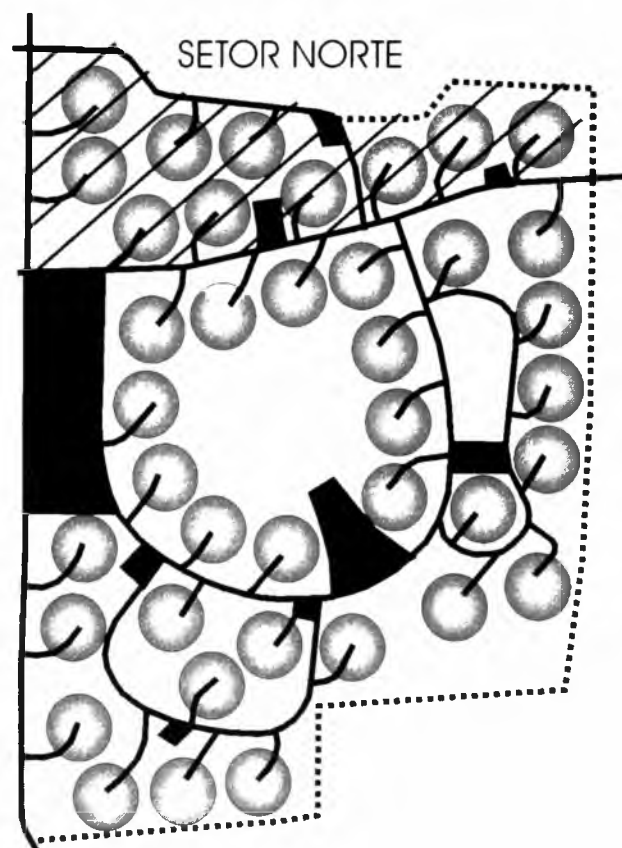


Figura 48: O setor norte do conjunto
Fonte: cedida pelo autor

ficativas mudanças no que diz respeito às características funcionais do setor.

O aspecto mais notável é como a densificação da ocupação dos espaços abertos de uso público previstos pelo projeto, tanto nos interstícios formados entre os núcleos bem como no interior de cada núcleo, dá lugar a uma estrutura física bastante diferenciada daquela original.

A organização de novas unidades espaciais, seguindo os princípios enunciados e executada de forma individualizada pela população, promove a formação de uma série de novos quarteirões. À medida que se constroem novas edificações e cercam-se áreas antes públicas, novos alinhamentos e confrontações com o espaço público são gerados. Esses quarteirões, quando justapostos a outros contíguos, formam uma rede de vias e largos bastante semelhante ao que é verificado nos tecidos tradicionais. Desta forma, e pelas modalidades de agregação de blocos para a formação dos quarteirões, praticamente desaparece qualquer vestígio da ordem espacial imposta originalmente.

Percebe-se, por outro lado, que o novo sistema viário, no seu desenho, é consideravelmente condicionado pelo sistema implantado a partir do projeto, o qual, através de mecanismos de extensão e redimensionamento, formará a base dos novos percursos (Figura 49).

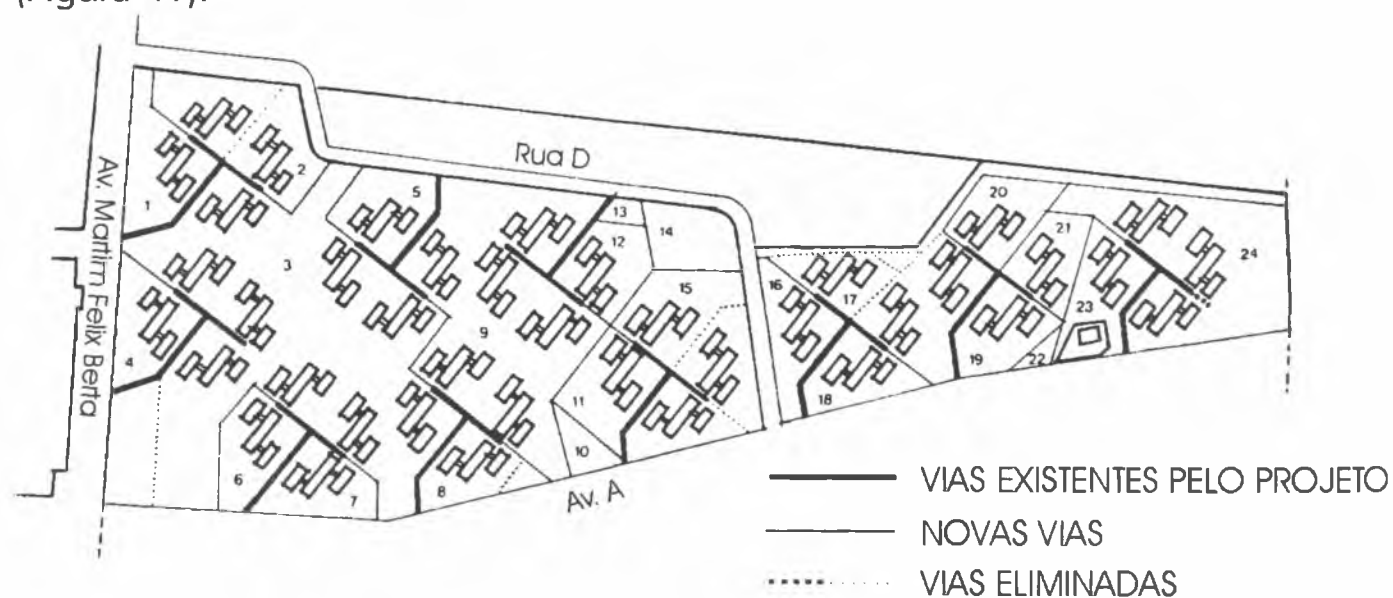


Figura 49: Transformações do sistema de vias – de veículos ou não – ocorridas no setor norte do conjunto. Os números identificam os novos quarteirões
Fonte: cedida pelo autor

De forma constante, são utilizados no novo sistema viário, os *cul-de-sac* de acesso aos antigos núcleos, mais a ligação ortogonal a este destinada a pedestres, que cruza o meio do núcleo e a partir da qual se procedia o acesso aos blocos. As vias novas, nos sete núcleos à esquerda da rua D, utilizam-se de prolongamentos dessa ligação para a criação de novas conexões com o sistema viário periférico como a avenida Martim Felix Berta, avenida A e rua D e, desta forma, delimitando os novos quarteirões. Já no caso dos três núcleos à direita da rua D, além dos trechos do projeto que são aproveitados, as novas vias são constituídas de prolongamentos tanto do *cul-de-sac* quanto da ligação ortogonal.

Assim, na parte à esquerda da rua D, o cruzamento interno básico é em forma de "T" o que freqüentemente implica mudança de direção e, à direita, ocorre também o cruzamento interno em forma de cruz, o que implica que o movimento pode se dar tanto pela mudança de direção quanto pela sua continuidade.

O sistema de circulação presente neste setor permite a identificação de duas modalidades distintas de uso (Figura 50):

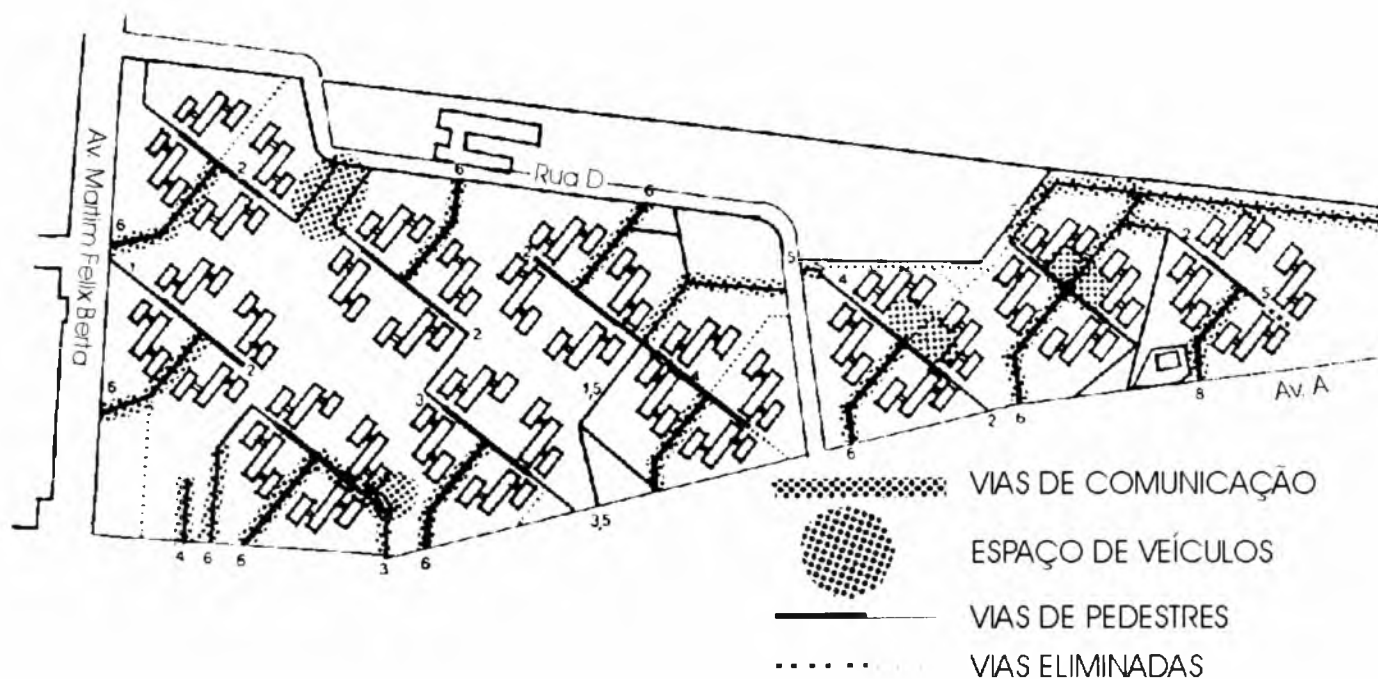


Figura 50: Áreas de circulação veicular e de pedestres no setor norte do conjunto. Os números indicam a dimensão da seção transversal de cada trecho, resultante das modificações efetuadas pelos moradores

Fonte: cedida pelo autor

a) Vias de circulação de veículos e pedestres – as vias que permitem a entrada de veículos ao interior do setor, a partir das vias principais periféricas correspondem, via de regra, aos *cul-de-sac* previstos pelo projeto. Todos eles são mantidos como acesso principal aos quarteirões. Os limites dos quarteirões definem um novo perfil para estas vias, comparativamente àquela presente no projeto. Geralmente, é mantida a faixa de rolamento de 4,00 m e é acrescido um passeio de 1,00 m de largura de cada lado, dando uma seção transversal de 6,00 m (Figura 51).

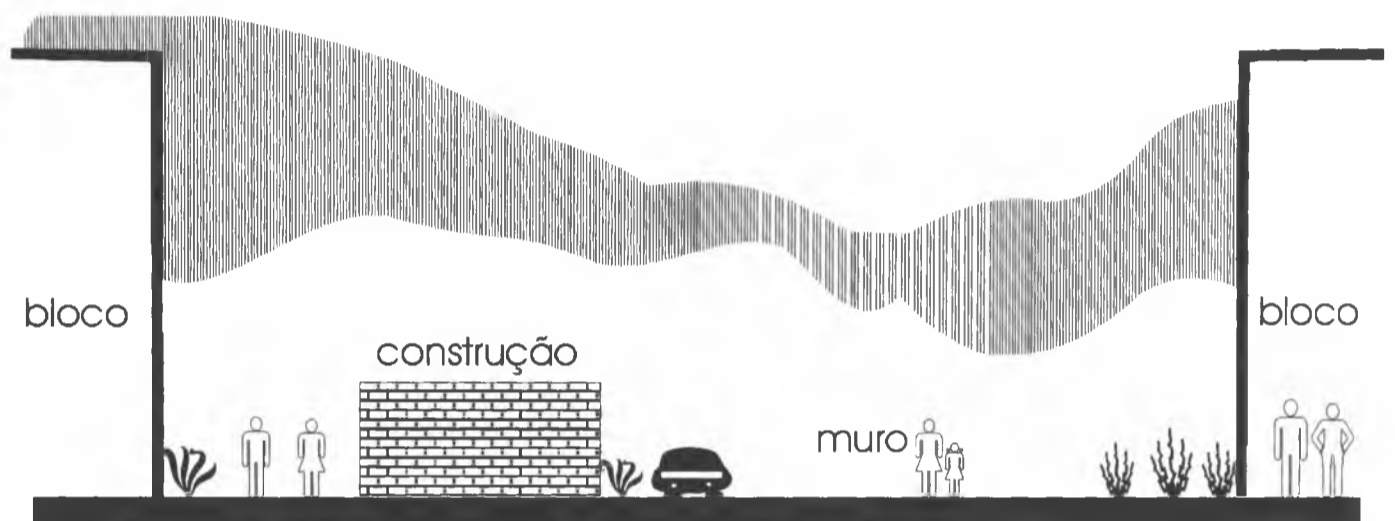


Figura 51: A nova seção transversal da cul-de-sac é caracterizada por uma maior proximidade entre as barreiras edificadas e delimitação mais precisa do seu perfil
Fonte: cedida pelo autor

A praça de retorno original é diluída nas alterações e apenas em poucos casos é mantida pelas novas delimitações feitas por edificações, muros e cercas. Os largos assim formados servem como acesso às entradas das garagens situadas no interior dos quarteirões ou ao longo do percurso dessa via. As vias novas utilizadas para circulação de veículos, embora tendam a manter a largura de 6,00 m, possuem um gabarito mais variável, podendo-se encontrar vias de 3,00, 4,00 e 5,00 m de largura total. Apesar da inclusão de novas vias para veículos, o sistema de circulação interna continua sendo bastante limitado: em apenas um quarteirão, ao longo da avenida A é possível contorná-lo totalmente de carro; em apenas uma situação, duas ruas periféricas podem ser diretamente ligadas, permitindo o trânsito de veículos. Pode-se inferir que, neste setor, as vias são utilizadas muito mais para dar acesso do que permitir circulação num sentido mais amplo (Figura 52).

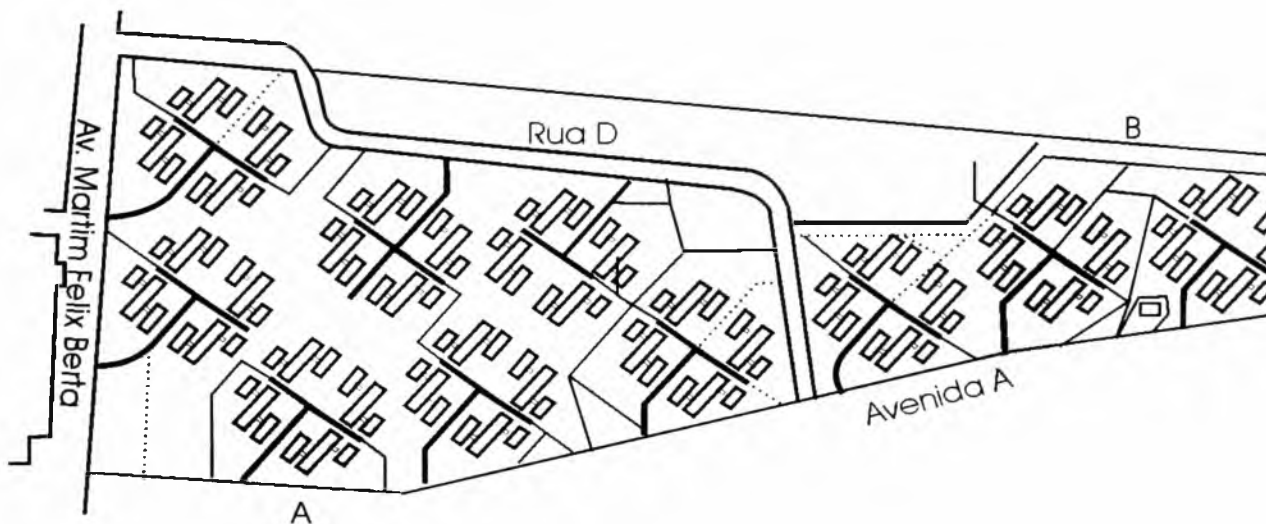


Figura 52: Em "a", único exemplo de quarteirão possível de ser contornado por veículos. Em "b", único exemplo de conexão entre duas ruas externas no setor norte
Fonte: cedida pelo autor

b) Vias de pedestre – as vias que recebem movimento exclusivo de pedestres neste setor possuem um gabarito variado e, em alguns casos, constituem-se em espaços de ligação formados pelos interstícios de blocos distintos. No geral, são formados por caminhos bem delimitados pelos limites de muros, cercas ou construções. Percebe-se que os caminhos originais e seus prolongamentos tendem a manter as seções transversais indicadas pelo projeto. Assim, o mais comum são vias de pedestres com 2,00 m de largura. Ocorrem, também, percursos mais estreitos com até 1,00 m e outros mais largos, com 2,50, 3,00, 4,00 e até 5,00 m. Embora esses caminhos tendam a seguir o dimensionamento proposto pelo projeto, é importante ressaltar as diferenças espaciais de vias que são apenas um passeio no interior de extensos espaços abertos, como no projeto, e esses mesmos passeios confinados pelas alterações físicas impressas no conjunto como encontrado na presente situação. De um caminho em espaço aberto, passa-se agora para uma situação de corredores urbanos.

Outro aspecto fundamental na transformação espacial deste setor é no tocante às novas formas de conexão das entradas dos edifícios com o espaço público. Pela implantação original, todos os acessos são feitos diretamente do edifício para o espaço público. Com o afastamento dos blocos na nova situação, esses acessos passam a ocorrer em espaços de transição entre o espaço público e os espaços abertos privatizados e incluídos no interior dos novos quarteirões.

Com isto, do ponto de vista do espaço público, as transições público/privado são dispostas linearmente ao longo das vias o que, também neste aspecto, aproxima a nova morfologia das morfologias tradicionais. Muitas vezes, uma única transição passa a ser comum a mais de um bloco.

Importante característica da nova morfologia neste setor é que o adensamento com edificações novas e as alterações de uso obedecem a uma lógica verificada na cidade tradicional, qual seja, tende-se a ocupar linearmente e com atividades não-residenciais as vias de maior importância. Ao longo da avenida A, por exemplo, em ambos os lados, concentram-se inúmeras edificações novas onde se instalam: pequeno comércio, como o de alimentação, bazares, papelarias, confecções, ferragens, armarinhos, sorveteria, bares; atividades de serviço como imobiliárias, cabeleireiros, barbearias, oficinas mecânicas e pequenas indústrias, como serralherias.

Consolida-se, no setor norte em 1995, uma série de quarteirões novos, criados não a partir dos blocos residenciais, mas pela ocupação de áreas livres remanescentes para moradia e pequenos negócios. Embora não seja este o setor onde se encontra exemplos mais significativos, em termos de tamanho de área ocupada, alguns casos podem ser observados (Figura 53).

Nessas áreas são freqüentes as edificações na forma de sobrados, com o térreo quase sempre utilizado para comércio ou serviços, dependendo da localização relativa em relação ao conjunto.

Com as reformulações introduzidas mais recentemente, é praticamente inexistente, neste setor, o contato direto com blocos isolados tal como proposto originalmente.

Com as modificações introduzidas pela população, a área ocupada pelos espaços públicos neste setor passa dos 84,50% propostos originalmente, para 32,38% em 1995.

Depreende-se que no setor norte o processo de privatização de áreas públicas é mais intenso que no conjunto como um todo e praticamente quatro vezes superior ao da situação original aproximando-se, neste particular, ao verificado na área central de



Figura 53: *Quarteirão no setor norte formado inteiramente por edificações novas, sem a participação de blocos de moradia, em área deixada livre pelo projeto*
Fonte: PMPA

Porto Alegre, densamente ocupada que, em 1991, possuía 35,21% de sua área como pública¹⁰

Percebe-se que as intensas modificações na ocupação restringem de forma considerável a possibilidade de novas apropriações dos espaços ainda públicos.

Setor central

Neste setor, estão compreendidos: os 11 núcleos presentes no interior do anel viário da rua A; os sete núcleos localizados ao longo da rua B; um núcleo ao sul, originalmente com acesso pela rua C, e um núcleo na extremidade leste, originalmente com acesso pela avenida A. Todos esses 20 núcleos foram invadidos, ainda com os prédios em construção e concluídos posteriormente à sua ocupação (Figura 54).

(10) RIGATTI, Décio. *Morfologia urbana, memória coletiva e formas de socialidade em Porto Alegre: o centro da cidade*. Relatório final de pesquisa ao CNPq. Porto Alegre, 1991, o autor, p. 49.

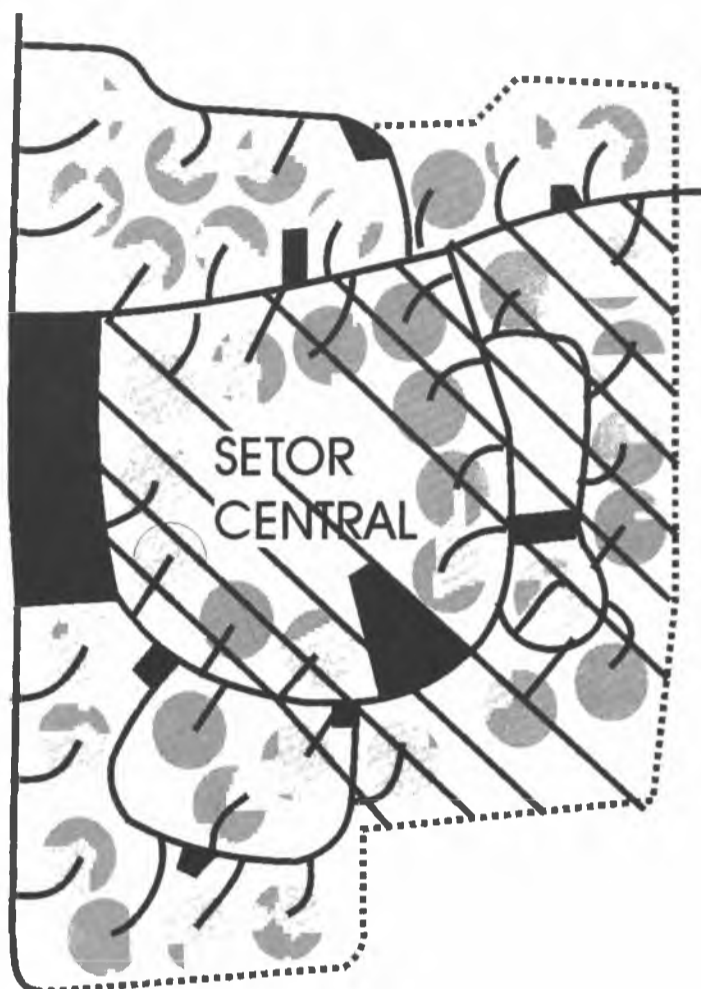


Figura 54: *Setor central do Conjunto Rubem Berta*
Fonte: cedida pelo autor

Apesar de os mecanismos de alterações físicas serem os mesmos indicados para o geral da área, neste setor a intensidade das alterações é menor do que a apresentada no setor anterior. Encontramos partes com mudanças significativas, convivendo com inúmeros blocos onde ocorrem pequenas modificações.

Apesar disto, vão-se consolidando os novos espaços públicos através das intervenções, principalmente ao longo das principais vias do setor. Isto ocorre tanto na rua A quanto na rua B, demonstrando uma modalidade de densificação que, pelo rompimento dos antigos espaços abertos entre os núcleos ao longo de vias propostas pelo projeto, promove a geração de novos alinhamentos para esses espaços públicos.

Por todo este setor, blocos ainda isolados vão sendo agrupados formando novas unidades espaciais, conforme pode ser observado no exemplo que acompanha alguns blocos, do projeto até 1995 (Figura 55).

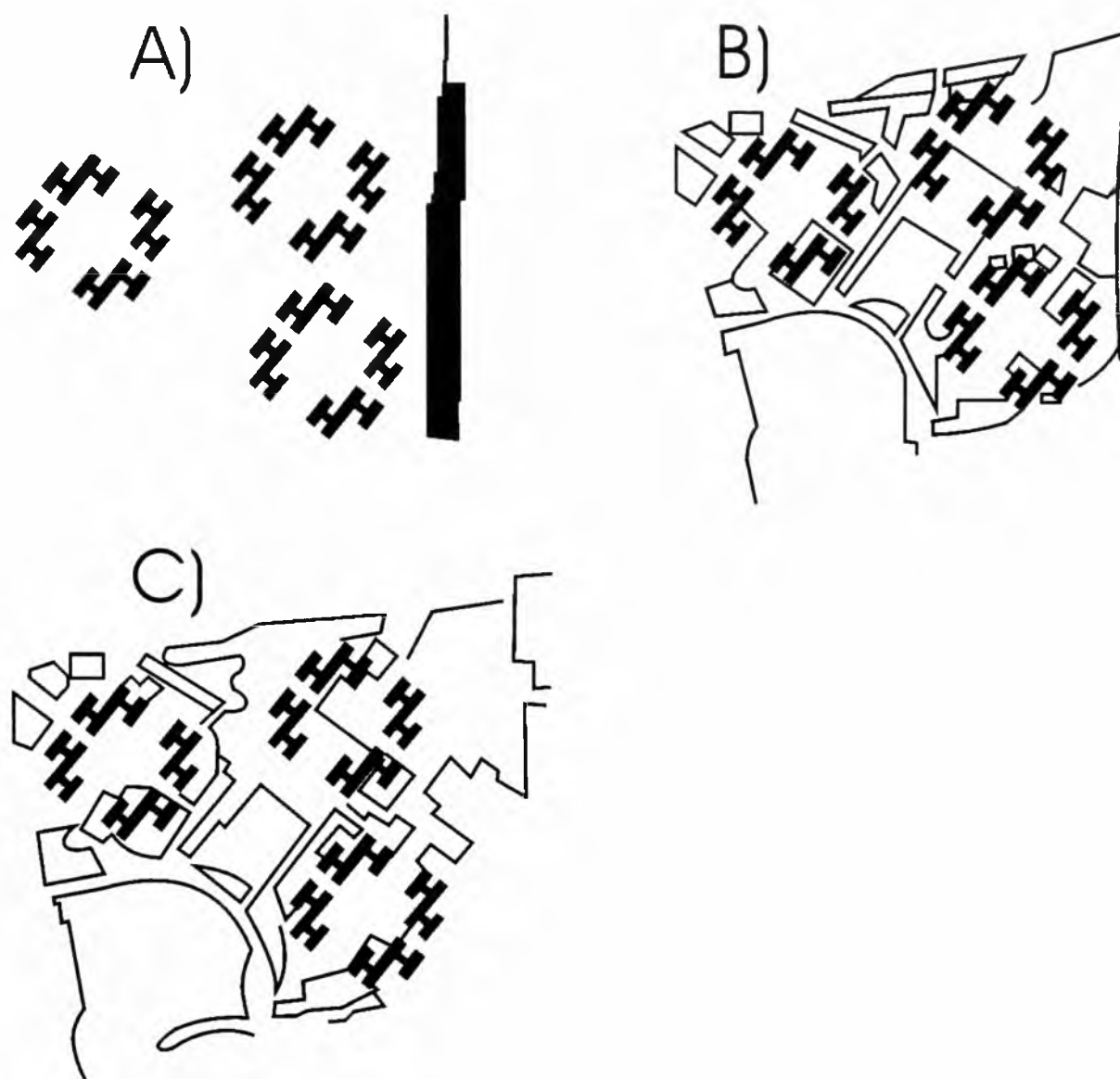


Figura 55: *Evolução da ocupação de áreas de entorno de alguns núcleos de moradia no setor central. Em a) situação de projeto; em b) situação em 1993; em c) situação em 1995: redelimitação dos espaços públicos e privados; isolamento dos blocos e redução das áreas livres de edificação de uso público*
Fonte: cedida pelo autor

Da mesma forma que no setor anterior, as ruas e avenidas principais são referências importantes para o alinhamento dos quarteirões dando origem a um aspecto mais linear, como pode ser observado na Figura 33 para a avenida A, rua A e rua B. Essas novas frentes de quarteirão são os lugares onde tenderão a se estabelecer as atividades de comércio e serviço, fazendo uso das vantagens de acessibilidade oferecidas por essas localizações criadas pelos moradores.

A área destinada pelo projeto como Parque Central, em função da maneira como é tratada pelo próprio projeto, vai confirmando sua condição de fundos, isto é, parte de sua área é privatizada e as novas edificações construídas tendem a possuir as empenas cegas voltadas para ele e as frentes voltadas para os blocos residenciais. A população não entende a ordem espacial proposta pelo projeto e vai tomando áreas públicas para solucionar seus problemas particulares e de estrutura global, não integrando o parque às alterações. Percebe-se que o parque é tratado como área disponível para apropriação, não só nos casos em que parcelas de terra são tomadas pelos núcleos de moradia, como também para a construção de habitações unifamiliares e igreja (Figura 56).



Figura 56: *A construção de uma grande igreja ocupa parte do Parque Central e reduz ainda mais sua área original*
Fonte: PMPA

As peculiaridades referentes ao sítio parecem contribuir de forma consistente na localização dessas novas apropriações, já que a área do parque não é nem contínua nem regular, tal como se poderia supor pelo projeto. Desta forma, setores mais acidentados, como os do limite norte do parque, servem como barreiras às privatizações efetuadas, permanecendo o platô mais central como área ainda livre.

Outra peculiaridade interessante é como ocorrem certas reformulações. No caso da escola localizada ao sul deste setor, percebe-se que também ela toma posse de áreas próximas, principalmente do parque ao fundo, ao mesmo tempo em que os blocos de moradia, situados nas suas laterais, incorporam áreas novas e formam com a escola um quarteirão unificado (Figura 57).

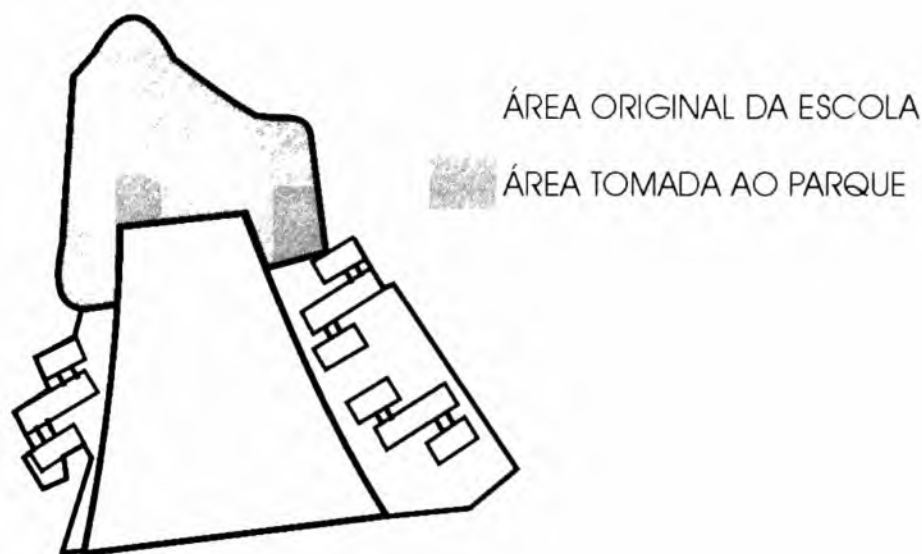


Figura 57: Novo quarteirão formado pela área original destinada à escola, área nova agregada e blocos de moradia incorporados, com as áreas privatizadas por eles, individualmente
Fonte: cedida pelo autor

Nos interstícios dos blocos, muitas vezes são construídas moradias nos mesmos alinhamentos de garagens, dando origem a novos quarteirões, situação esta comum em todo o conjunto (Figura 58).

Quando as áreas públicas são maiores, como no caso de uma série de áreas verdes previstas pelo projeto, surgem quarteirões inteiros de moradias novas. Caso típico e, talvez, maior dessa modalidade é a ocupação da área destinada pelo projeto como verde com um lago, ao longo da rua A e rua B (Figura 59).

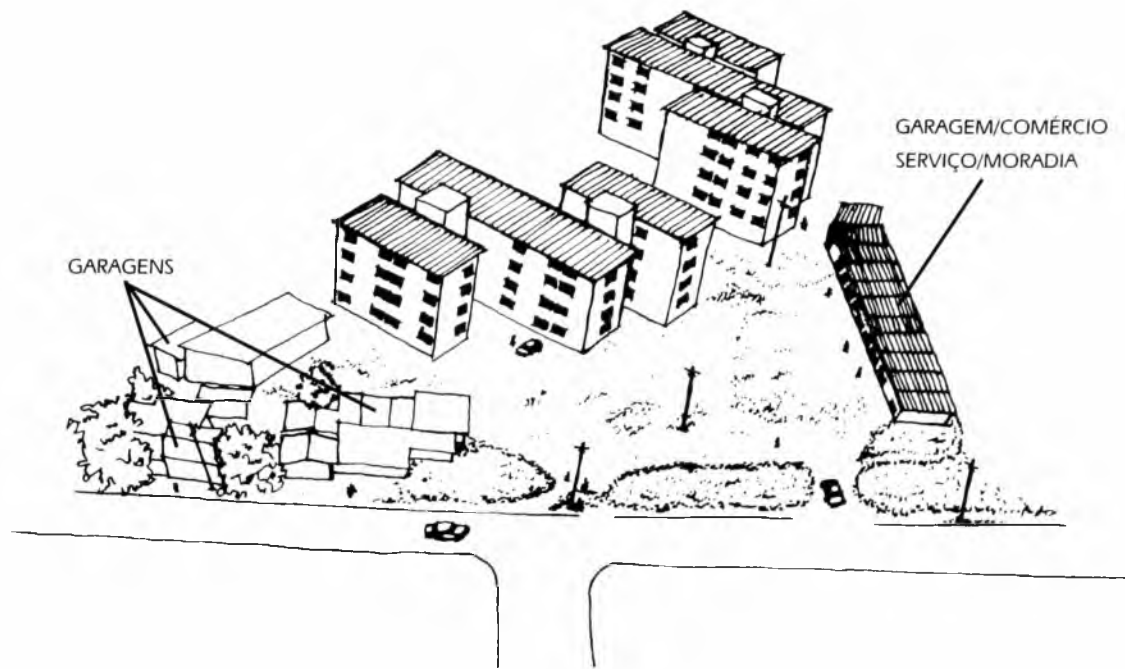


Figura 58: Exemplo de construção de linha de edificações com frente para o espaço público e utilizadas como garagens, moradias, pequeno comércio e serviços
Fonte: cedida pelo autor

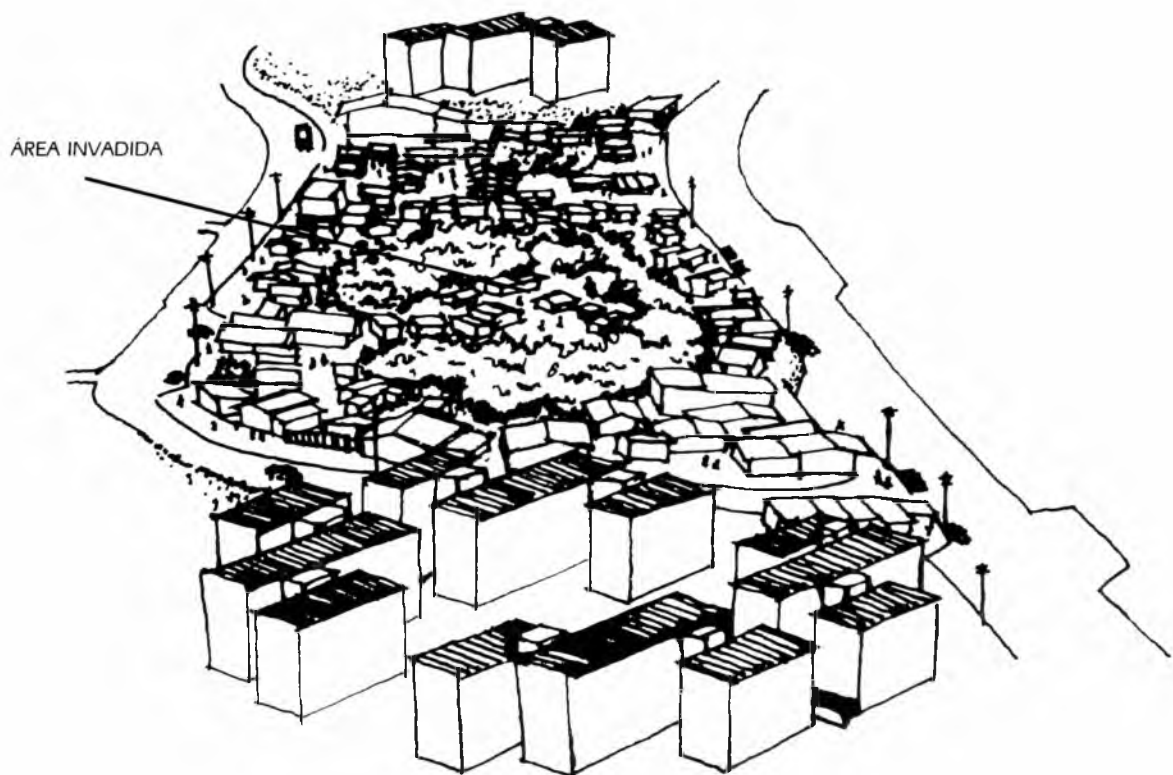


Figura 59: Invasão de área prevista como praça pelo projeto, no setor central do conjunto, sendo a maior em área
Fonte: cedida pelo autor

Este tipo de invasão de áreas públicas parece ocorrer de forma preferencial em áreas que se apresentam, de fato, como residuais na ordem espacial criada, sendo que esta com área de aproximadamente 1,6 ha, é a maior das invadidas no conjunto.

O que é interessante examinar nesta área invadida, cuja ocupação não obedeceu a nenhum dos critérios do projeto, a não ser a sua delimitação externa dada pelas ruas A e B, é a forma de ocupação verificada. Os moradores invariavelmente localizam suas residências, bem como outras atividades, nos limites com a via pública, diretamente ou com a utilização de pequenos pátios de transição, os quais são mais comumente encontrados em moradias de áreas residenciais da cidade. Percebe-se que esta é a mesma regra que tende a ser adotada nas transformações dos quarteirões formados pela reestruturação dos núcleos de habitação.

Essas características ficam mais evidentes quando examinamos a ocupação maciça apresentada pelo grande quarteirão comercial, nos cruzamentos da avenida A com a avenida Martim Felix Berta e rua A, onde praticamente inexistem tanto recuos frontais quanto laterais. Neste caso, evidencia-se a adoção de uma estratégia morfológica para a ampliação do contato com os usuários dos estabelecimentos, da mesma forma como ocorre em qualquer área comercial tradicional das cidades e reproduzida também no interior dos *shopping centers*.

Fenômeno semelhante ocorre nos limites da gleba, ocupados para a construção de moradias e garagens, às vezes englobando blocos. Essas moradias, com frentes voltadas para os blocos residenciais e com os fundos para os limites da gleba, formam uma continuidade de ocupação linear e bilateral onde antes eram encontrados apenas fundos.

Com exceção das vias mais importantes deste setor, ruas A e B, o sistema de acessibilidade criado no seu interior é mais fragmentado em comparação com o setor anterior. Algumas vezes é formado por um sistema de vias internas, outras vezes por um sistema de espaços justapostos, mantendo com maior força o esquema proposto pelo projeto (Figura 60).

Percebe-se, no entanto, um paulatino processo de alteração dessa característica, especialmente naqueles acessos aos núcleos periféricos

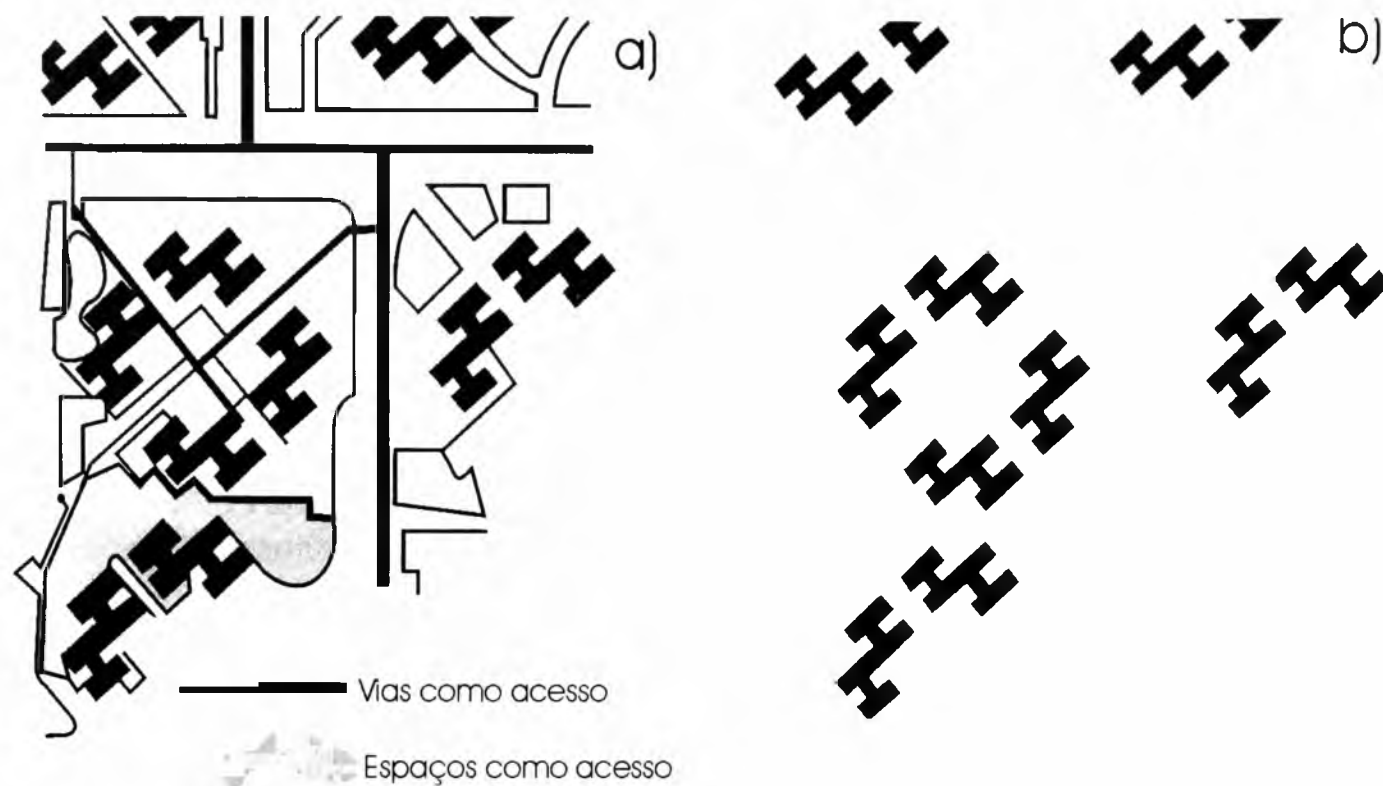


Figura 60: Em a) vias e espaços como formas de acessibilidade no interior da área central. As vias predominam em áreas que apresentam maior grau de intervenção, b) a mesma área selecionada na situação de projeto
Fonte: cedida pelo autor

às ruas A e B. Nestes casos, uma melhor delimitação por elementos construídos gera caminhos mais semelhantes aos presentes no setor norte. Aqui também permanece o *cul-de-sac* como padrão de via utilizada para veículos e pedestres, muito embora a maior disponibilidade de espaços livres permita uma maior liberdade no movimento de veículos. Assim mesmo, a circulação de veículos permanece restrita ao acesso aos quarteirões, penetrando no interior da área, sem, contudo, viabilizar uma circulação mais ampla. Os caminhos originais de pedestres e os demais espaços públicos remanescentes permanecem como referências para o movimento prioritário de pedestres.

O exame geral desse sistema revela que o *cul-de-sac* é mantido como eixo de acesso aos núcleos e raramente é obstruído com edificações ou outras barreiras. Percebe-se, também, que um outro eixo, ortogonal ao primeiro, é mantido no todo ou em parte livre de obstruções, gerando outra alternativa de ligação com o sistema viário periférico.

Seguindo o mesmo processo verificado para a avenida A, no perímetro das ruas A e B implanta-se uma série de atividades não residenciais de comércio e serviços.

Diferentemente que no setor norte, neste setor é maior o número de blocos com menos área pública apropriada, alguns deles mantendo uma maior semelhança com os blocos originais do projeto.

Os dados relativos à ocupação neste setor indicam que, de 81,64% de áreas comprometidas como públicas no projeto, em 1995 estas passam a corresponder a 51,79%.

A proporção de espaços públicos é maior neste setor do que a média do conjunto como um todo, assemelhando-se à situação encontrada no bairro Parque da Harmonia, próximo ao centro de Porto Alegre, com extensas áreas livres e onde a proporção de espaços públicos corresponde a 63% da área total¹¹

Setor sul

Este setor é o mais distante do acesso principal do assentamento e compreende nove núcleos: seis cujos acessos foram propostos pela rua C e outros três com acesso pela avenida Martim Felix Berta (Figura 61).

Do ponto de vista dos processos de transformação verificados neste setor, há muita semelhança com o que se avaliou para os setores anteriores: mantém-se a tendência de isolamento dos blocos em relação ao espaço público; continua ocorrendo a ocupação ao longo das divisas da gleba; permanece a tendência à utilização do sistema viário principal como alinhamento preferencial das novas intervenções e sua utilização para atividades não residenciais.

A principal diferença neste setor é quanto ao grau de privatização de áreas públicas, inferior ao setor central e mais ainda ao verificado no setor norte do conjunto.

(11) RIGATTI, Décio. *Morfologia urbana, memória coletiva e formas de socialidade em Porto Alegre: o centro da cidade*. Relatório final de pesquisa ao CNPq. Porto Alegre, 1991, o autor, p. 49.

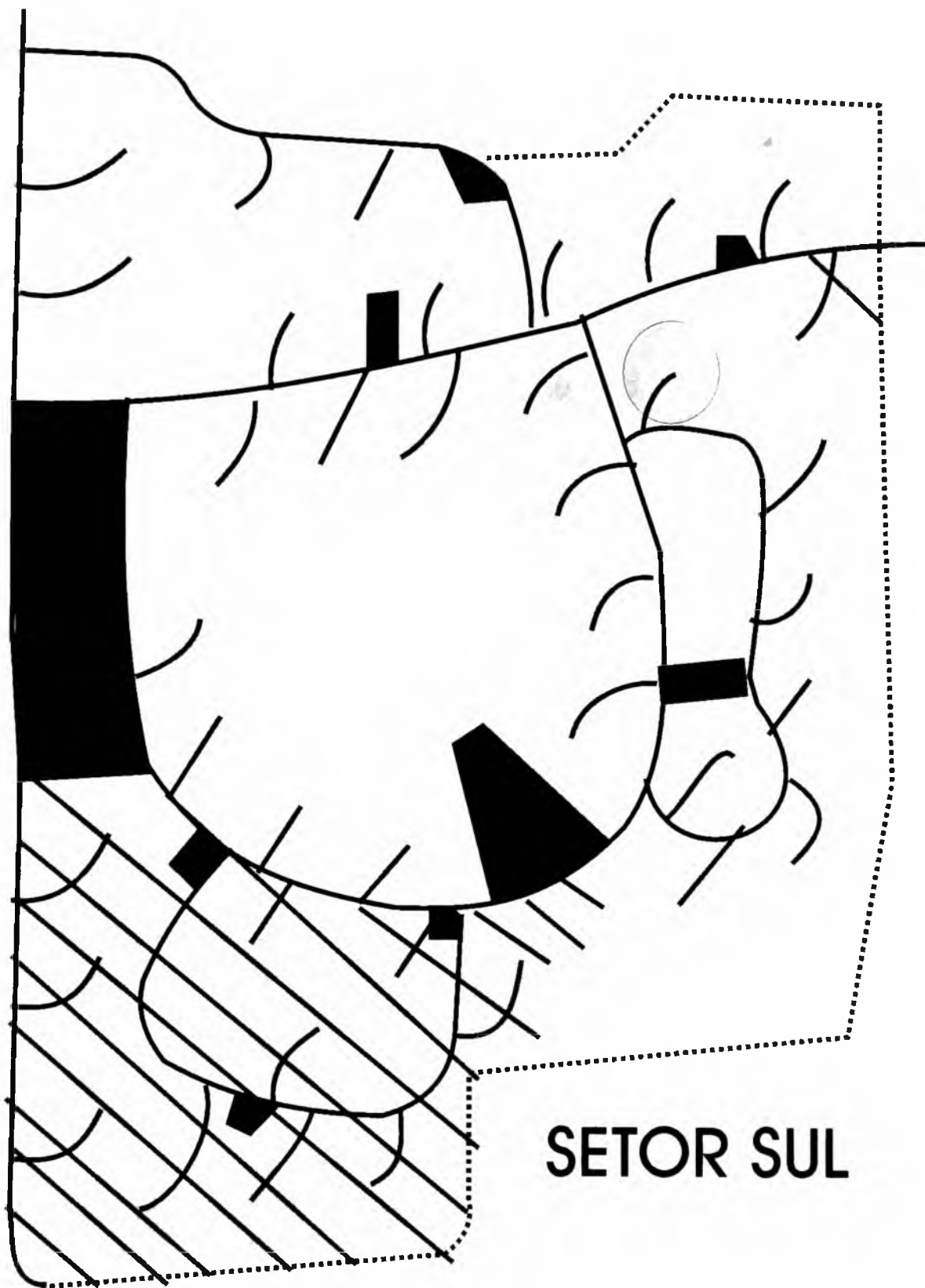


Figura 61: *Setor sul do Conjunto Rubem Berta*
Fonte: cedida pelo autor

As alterações ocorridas confirmam o processo de transformação espacial verificado para os outros setores. O baixo grau de privatização de espaços verificado até recentemente é substituído por um processo paulatino de reversão desse quadro, ocasionando uma alteração profunda na morfologia do setor e do conjunto como um todo.

As transformações se dão tanto na reorganização espacial no entorno dos blocos de moradia quanto da ocupação dos espaços públicos entre os núcleos. Os mecanismos de transformação permanecem inalterados.

As modificações no entorno dos blocos, com a única exceção ilustrada abaixo, não ocasiona a formação de grupamentos de blocos para a geração de novas unidades espaciais, como ocorreu nos setores norte e central. Assim, cada bloco e seu entorno redelimitado constitui uma unidade espacial distinta (Figura 62).

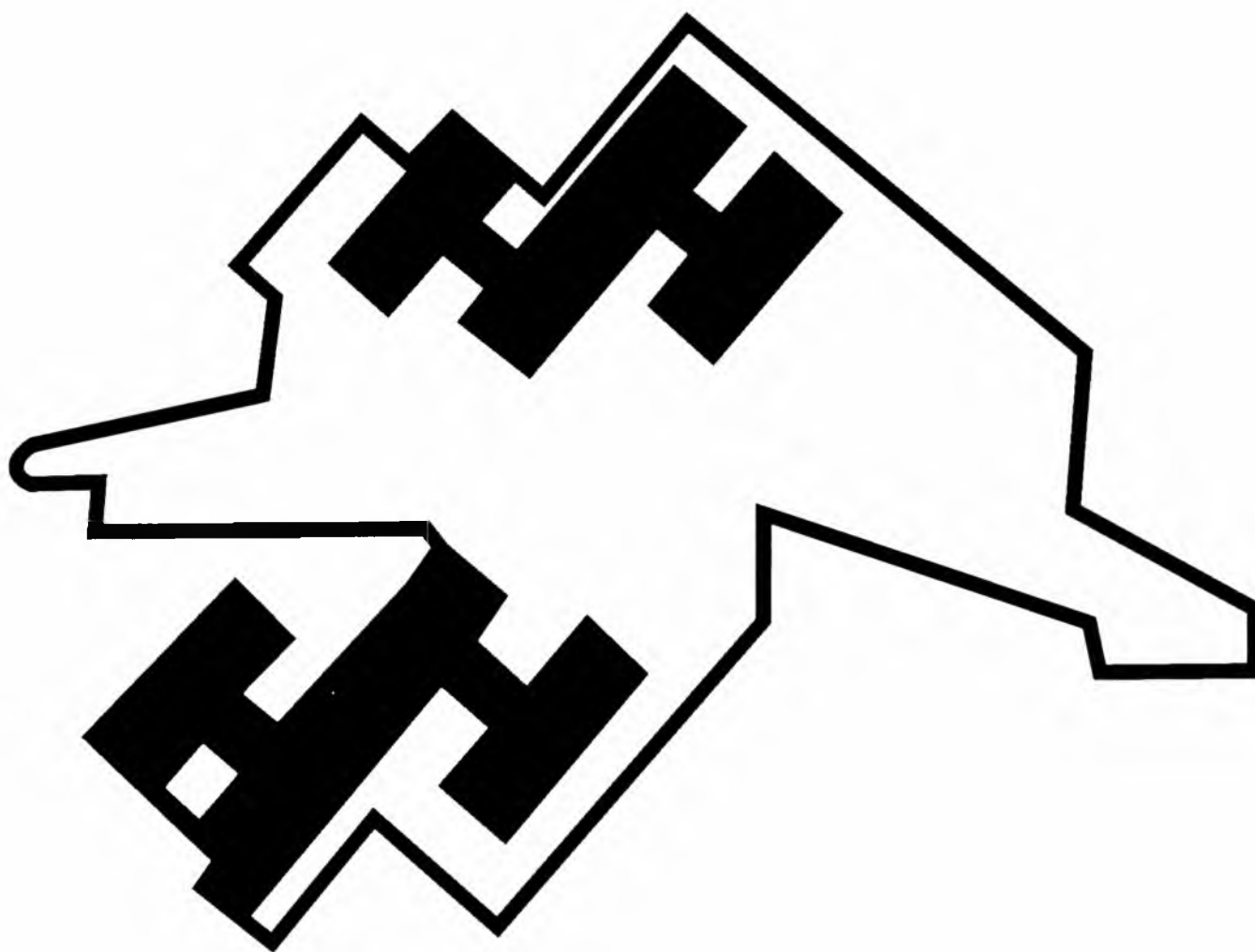


Figura 62: *Único exemplo de grupamento de dois blocos de núcleos distintos para a formação de novo quarteirão no setor sul, até o momento*
Fonte: cedida pelo autor

O processo de ocupação das áreas públicas para a construção de moradias isoladas continua ocorrendo e, neste setor, podemos identificar as seguintes situações:

a) habitações que se misturam entre garagens e estabelecimentos comerciais, isolados dos blocos (Figura 63);



Figura 63: *Novas moradias, garagens e comércio instalam-se nas áreas livres entre os núcleos e os limites da gleba, criando novos alinhamentos bilaterais*
Fonte: PMPA

b) novas ruas de moradia e comércio, cujos fundos são as garagens de apartamentos construídas no interior do quarteirão (Figura 64);



Figura 64: *Novas ruas de moradia e comércio construídas com os fundos para as garagens de blocos de moradia, gerando unidades espaciais independentes*
Fonte: PMPA

c) novos quarteirões que se utilizam das áreas públicas disponíveis nas confrontações com vias importantes, como a avenida Martim Felix Berta (Figura 65);

Figura 65: A disponibilidade de áreas livres possibilita o surgimento de quarteirões totalmente formados por edificações novas, sem a participação de blocos de moradia
Fonte: PMPA



d) grandes áreas públicas invadidas que a exemplo do que havia ocorrido no setor central ainda no período anterior, fazem uso de alguns terrenos de porte ainda disponíveis (Figura 66).

Figura 66: Novas ruas de moradia e comércio, construídas com os fundos para garagens de blocos de habitação geram novas unidades espaciais independentes
Fonte: PMPA



Neste último caso, além das frentes das casas serem voltadas para ruas existentes, como a rua B, é criado um sistema interno de circulação de pedestres, como no exemplo examinado para o setor central, o qual viabiliza um melhor acesso e, principalmente, uma melhor ocupação da área, pelas novas testadas que podem ser geradas pelo parcelamento do solo das áreas ao longo dos acessos internos. A ocupação dessa área atende, esquematicamente, ao princípio ilustrado abaixo e assemelha-se ao que ocorreu na grande área invadida no setor central (Figura 67).

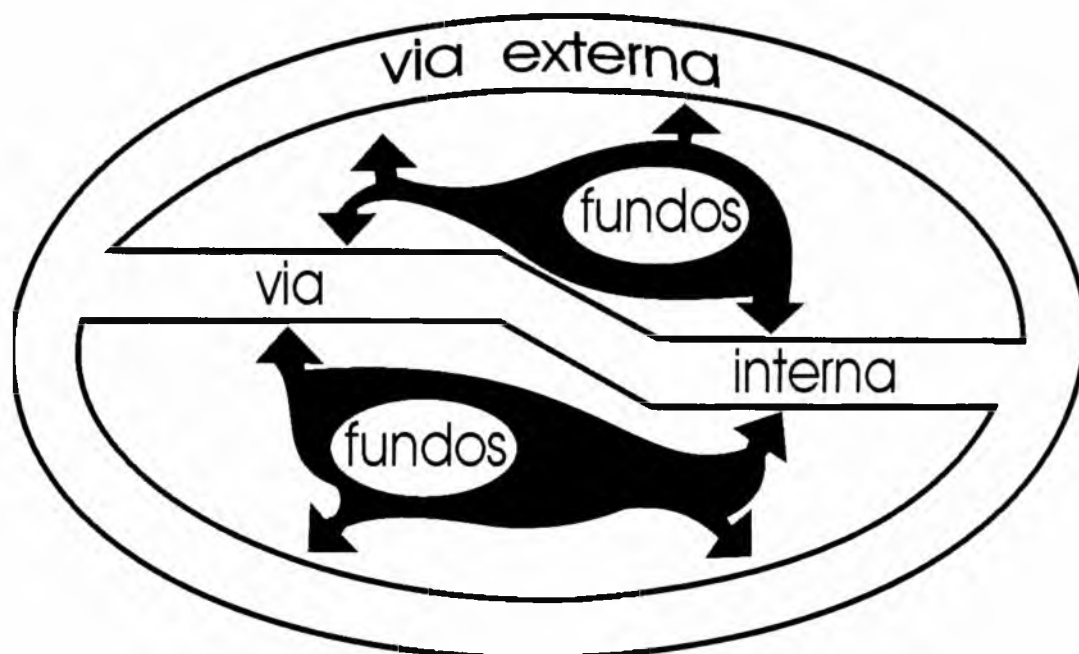


Figura 67: Esquema de parcelamento e confrontações de terrenos nas áreas de maior porte: alinhamentos bilaterais, ligações de fundos com fundos e utilização dos fundos como pequenos quintais
Fonte: cedida pelo autor

Do ponto de vista da reorganização do espaço público, pode-se perceber, pelas intervenções ocorridas no setor, basicamente três situações:

a) na ocupação ao longo de vias mais importantes, como as ruas A e C e avenida Martim Felix Berta, é buscado o alinhamento das novas construções com essas vias, conformando-as;

b) na ocupação das áreas no interior, mais afastadas das vias, uma das situações encontrada é a que surge pela criação de alinhamentos de percursos por novas edificações, mesmo que de forma ainda incompleta. Isto ocorre tanto no intervalo entre os núcleos quanto nas divisas do terreno do conjunto;

c) outra situação encontrada no interior do setor surge pela fragmentação do espaço entre os núcleos, gerando locais de transição e acesso, ao invés de percursos e que, pelo ainda baixo nível de transformação espacial deste setor compreendem uma parcela considerável da área.

Outro aspecto que é observado neste setor, diz respeito às transformações espaciais que se submetem a condicionamentos relacionados com a topografia do terreno, principalmente ao longo da rua A. Mesmo assim, os grandes desníveis entre a rua A e o setor em análise não são obstáculos às alterações espaciais. A busca da valorização das frentes voltadas para a rua A para a construção, principalmente, de pequeno comércio, faz com que seja alterado o perfil original do terreno (Figura 68).



Figura 68: Exemplo de escavação ao longo da rua A para melhor aproveitamento das suas características locais, para comércio

Fonte: cedida pelo autor

Como resultado das modificações ocorridas no período, a proporção de espaço de uso público neste setor passa de 85,29% para 53,03% em 1995. Mesmo com uma proporção de área pública praticamente igual à proporção de área privada, percebe-se que este foi o setor onde tem ocorrido um grande grau de intervenção. O que se percebe é que parece existir uma relação direta entre a disponibilidade de áreas livres remanescentes e o nível de intervenção ocorrido no tempo.

Síntese do processo

O acompanhamento das transformações da morfologia física do Conjunto Rubem Berta permite que se proceda à consolidação de alguns aspectos relevantes para a compreensão dos fenômenos tratados.

O grau das modificações físicas apresentadas pelo conjunto pode ser identificado, por um lado, pela transformação do espaço e, por outro lado por seus aspectos quantitativos.

No que se refere ao espaço transformado, percebe-se que o processo não é homogêneo no assentamento ao longo do tempo. Algumas áreas, como o setor norte, parecem ter-se aproximado de um limite nas transformações, atestado tanto pela menor disponibilidade de áreas públicas como pelo menor volume das privatizações dessas áreas em período recente. Outras, como o setor sul, permanecem com grande disponibilidade de áreas públicas para manter o processo de privatização em andamento.

Quanto aos aspectos quantitativos, as médias apresentadas pelo conjunto como um todo, no que se refere à participação dos espaços público e privado sobre a área total, podem ser examinadas na tabela abaixo, elaborada com dados provenientes de levantamentos deste autor.

TABELA 1

**Participação do espaço público e privado
na área total do Conjunto Rubem Berta:
Projeto, 1993 e 1995**

Período	espaço público		espaço privado	
	%	área (ha)	%	área (ha)
Projeto	80,44	40,28	19,56	9,80
1995	45,38	22,73	54,62	27,35

Os mecanismos de transformação espacial observados seguem alguns princípios básicos e comuns a todo o conjunto, os quais podem ser sintetizados como:

a) isolamento dos blocos de apartamentos do contato e escrutínio direto do espaço público através da construção de novas edificações, cercamento ou muramento de espaços livres previstos como de uso público;

b) grupamento de blocos pertencentes a iguais ou distintos núcleos originais, promovendo o surgimento de unidades espaciais tipo quarteirões tradicionais e o rompimento da ordem espacial proposta pelo projeto, centrada na idéia do núcleo;

c) construção de novas edificações: no interior dos quarteirões são encontradas garagens com churrasqueira; nos alinhamentos externos dos novos quarteirões encontram-se, além de garagens, habitações individuais, pequeno comércio e serviço; isoladas no interior dos espaços públicos ocorrem garagens, habitações, igrejas e outras atividades;

d) utilização dos espaços livres de edificações internos aos quarteirões para pátio de manobra de acesso às garagens, pátios e jardins, estes últimos nas entradas dos edifícios;

e) extensão da área privativa dos apartamentos localizados no térreo dos blocos pela construção de ampliações dos apartamentos, com entrada distinta e separada do bloco a que originalmente pertencia;

f) extensão da área privativa dos apartamentos localizados no térreo dos blocos, através de cercamento de parte de área pública, utilizando-a para pátio, construção de garagem, jardins ou hortas, freqüentemente com acessos independentes do bloco;

g) alinhamento das novas construções, muros e cercas para as vias mais importantes existentes ou criadas pelas próprias transformações físicas;

h) tendência de formação de um sistema viário tendo por base aquele implantado segundo as diretrizes do projeto, onde o uso é mais flexível e mais semelhante ao encontrado em tecidos urbanos tradicionais;

i) invasão de áreas públicas em moldes tradicionais: otimização da ocupação ao longo das vias e criação de um sistema de percurso interno, de pedestres, que viabiliza o melhor aproveitamento do solo;

j) ocupação das frentes de vias mais importantes para a localização de atividades não residenciais como comércio, serviços e pequenas indústrias.

O estabelecimento desses princípios locais de transformação do espaço do conjunto tem levado a uma alteração profunda das suas características morfológicas.

Como parte importante das alterações morfológicas, o bloco surge como elemento de referência mais estável, a partir do qual se dá o crescimento do assentamento. Nesse particular, a população lida com um aspecto comum ao espaço moderno que é a dificuldade de tratamento da noção de frente/fundos de um edifício isolado no interior de áreas livres.

A simetria gerada pelos rebatimentos sucessivos de blocos e módulo para a geração do núcleo, percebida como ordem no projeto, é desmontada na percepção da população e a definição da relação frente/fundos parece ser um aspecto essencial na ação da população sobre o espaço (Figura 69).

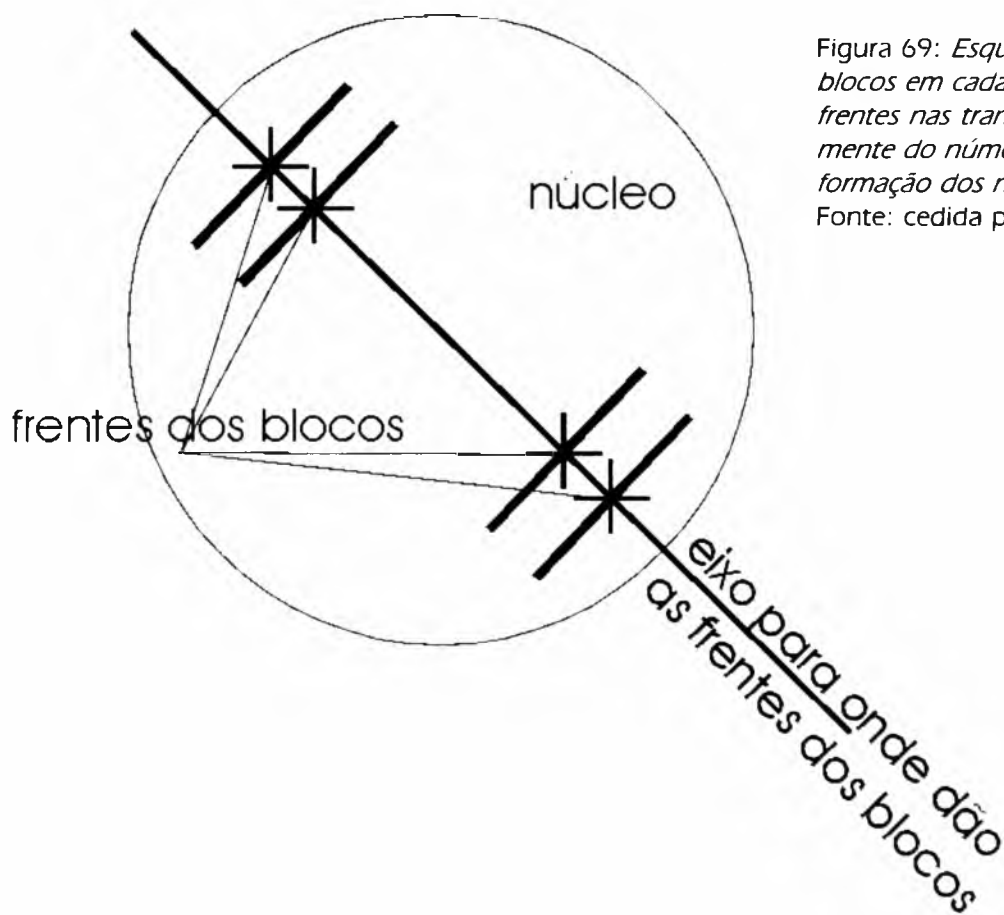
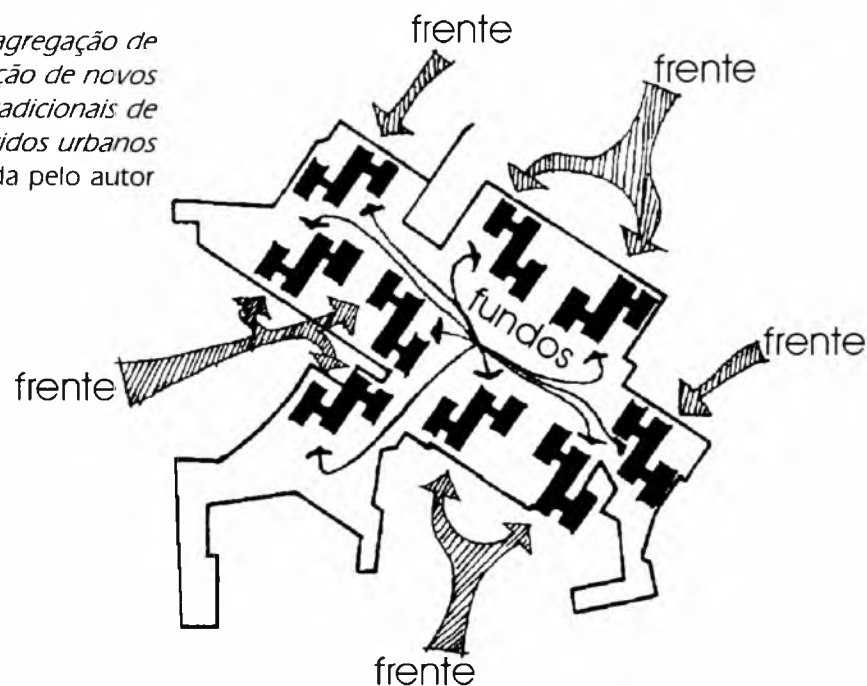


Figura 69: Esquema das entradas originais dos blocos em cada núcleo, utilizadas como frentes nas transformações, independentemente do número de blocos envolvidos na formação dos novos quarteirões
Fonte: cedida pelo autor

Na agregação de blocos para a constituição de novos quarteirões, além da eliminação da noção de núcleo enquanto unidade espacial e da geração de novos alinhamentos conformando os espaços públicos, a população respeita e define como frente a parcela do bloco por onde são feitos os acessos aos apartamentos. O outro lado do bloco, apesar da simetria e semelhança geométrica, é considerado como fundos (Figura 70).

Figura 70: *Relações frente-fundos na agregação de blocos de núcleos distintos para a criação de novos quarteirões: reprodução dos modos tradicionais de construção de tecidos urbanos*
Fonte: cedida pelo autor



Os blocos têm ligação de fundos com fundos e a parte com as entradas dos blocos são mantidas invariavelmente voltadas para a via pública, formando as testadas dos novos alinhamentos criados. Esse mesmo fenômeno pode ser observado também nas outras situações de junção de blocos para a formação de novos quarteirões, como no que foi ilustrado, por exemplo, no caso simples representado anteriormente na Figura 24. Essa é exatamente a forma como são ordenadas as células de áreas tradicionais da cidade, onde a unidade de agregação não é o edifício, mas o lote de terra.

O que chama a atenção neste processo é que a junção de blocos, fundos com fundos, implica na necessidade de serem utilizados blocos de núcleos distintos para a definição do novo quarteirão.

Talvez essa seja uma das explicações para a desconsideração dos núcleos enquanto unidades espaciais quando da reordenação da morfologia. Não há um só caso, mesmo que existisse a possibili-

dade, de um núcleo inteiro ter sido fechado para formar um novo quarteirão. Isto implicaria a internalização dos acessos aos blocos, ao invés de voltá-los para as vias ou áreas públicas, como ocorreu de fato. Há situações onde apenas um bloco, dois e até três blocos de um mesmo núcleo formam um novo quarteirão, mas mesmo nesses casos, ocorrem através da vinculação dos acessos dos blocos com vias novas formadas a partir da intervenção. O quarto bloco, que fecharia a introjeção do núcleo, é retirado, fazendo parte de um outro quarteirão. Este exemplo é perfeitamente visível abaixo (Figura 71).

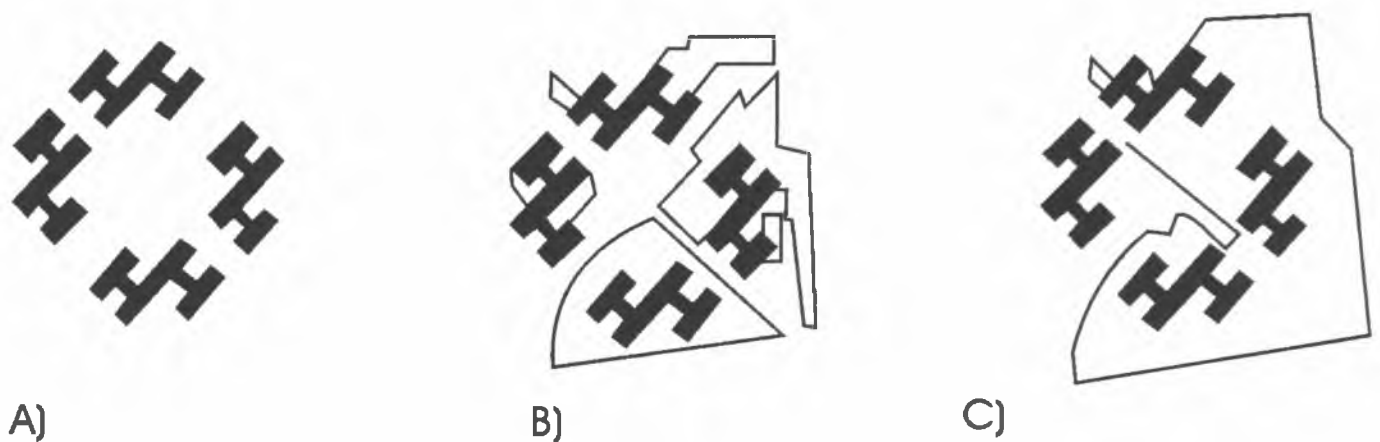


Figura 71: Na agregação de blocos de um mesmo núcleo para a formação de um novo quarteirão, evita-se a introjeção do núcleo pela retirada de um dos blocos, o qual será agregado em um quarteirão diferente ou permanecerá isolado. Em a) um núcleo original; b) situação em 1993 e em c) situação em 1995, onde três blocos formam um único quarteirão e o quarto bloco permanece isolado (área marcada)

Fonte: cedida pelo autor

A utilização dos mecanismos de transformação espacial não acontece de modo homogêneo no conjunto. Os três setores identificados, mesmo adotando mecanismos semelhantes entre si, apresentam níveis diferenciados de alterações. Essas diferenças devem-se, muito provavelmente, ao tempo de conclusão das obras nos blocos do setor.

De fato, o setor norte corresponde à área onde a ocupação ocorreu regularmente em prédios completos; o setor central, invadido e posteriormente regularizado, foi concluído posteriormente à invasão; o setor sul, também invadido, foi o último a ser completado. Enquanto a população dos setores central e sul tratavam da conclusão das condições mínimas das habitações, a população do setor norte intervinha no espaço externo. Resolvidos os problemas básicos da habitação, os moradores dos setores central e sul passam a atuar também na reformulação dos padrões espaciais em nível urbano.

Isto permite examinar esse setores baseados muito mais numa idéia de tendência de um processo em andamento do que propriamente como o resultado final das transformações. Os próprios dados quantitativos apontam para isto: quanto menor a disponibilidade de áreas livres, menor é a intensidade da intervenção e vice-versa.

Ao transformar o espaço do conjunto, é interessante identificar tanto as peculiaridades como as possibilidades e limites dessas intervenções. Assim, por exemplo, o setor norte, que em 1995 apresentava um baixo grau de alterações, embora ainda ocorressem, pode servir como referência ao que pode vir a ocorrer nos demais setores. O fato de o setor norte ser atualmente um setor mais estanque, significa que mais cedo sofreu o processo de transformações descritas, enquanto que no setor sul, onde as alterações são mais tardias, há uma maior disponibilidade de áreas públicas para intervenção. Os dados da Tabela 2, obtida a partir de levantamentos deste autor, sintetizam essas observações.

TABELA 2

**Evolução dos espaços públicos e privados
por setores do Conjunto Rubem Berta de acordo
com as situações de projeto, em 1993 e em 1995**

Setor	% Espaços Públicos		% Espaços Privados	
	Projeto	1995	Projeto	1995
Norte	84,50	32,38	15,50	67,62
Centro	81,64	51,79	18,36	48,21
Sul	85,29	53,03	14,71	46,97
GERAL	80,44	45,38	19,56	54,62

Percebe-se que, atualmente, os setores central e sul possuem uma situação semelhante quanto ao grau de privatização de áreas públicas. Comparativamente ao setor norte, no entanto, ambos ainda dispõem de considerável disponibilidade de área pública, dadas as

características da morfologia urbana construída neste processo, permitindo supor uma constante dinâmica interna na alteração desses setores, para os próximos anos.

Comparando os fenômenos descritos para o Conjunto Rubem Berta com aqueles apresentados em outros conjuntos habitacionais padrão Cohab, como o de Carapicuíba, no estado de São Paulo¹², percebe-se que as transformações e os mecanismos utilizados para implementá-las não são exclusivos ao Conjunto Rubem Berta. Ao contrário, parecem demonstrar uma série de regularidades que permitem associar os padrões espaciais construídos hoje a uma forma social de conceber tecidos urbanos que, ao reproduzir as estruturas morfológicas de tecidos tradicionais, buscam solucionar as deficiências configuracionais dos projetos (Figuras 72, 73, e 74).



Figura 72: Em Carapicuíba como no Rubem Berta, os espaços privatizados, delimitados por construções, muros e cercas, recebem um tratamento melhor dos que permanecem de uso público

Fonte: cedida pelo autor

(12) Para um exame mais detalhado do processo de ocupação do Conjunto Habitacional Cohab Carapicuíba, veja-se em RIGATTI, Décio. Apropriação social do espaço público – um estudo comparativo. *Paisagem e Ambiente Ensaio*, n. 7, p.141-197, jun. 1995.

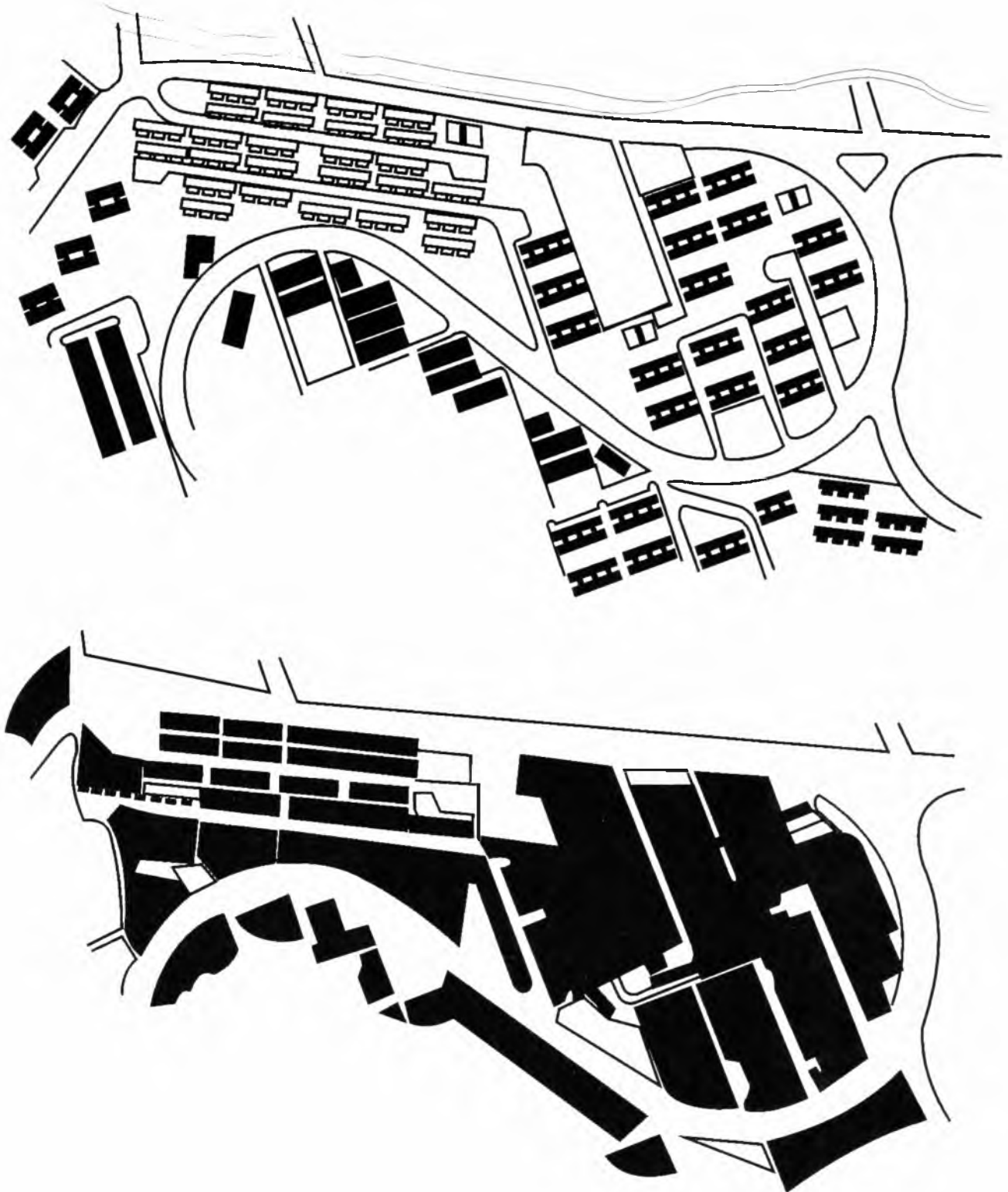


Figura 73: Mapas de espaços públicos – em branco – e privados – em preto – do projeto – acima – e em 1993 – abaixo – de parte do Conjunto Cohab Carapicuíba/SP. As transformações físicas originam a formação de uma série de vias e outros espaços abertos de uso público que são delimitados espacialmente pelos processos de apropriação de espaços públicos, cujas modalidades se assemelham muito às examinadas para o Conjunto Rubem Berta
Fonte: cedida pelo autor



Figura 74: Intervenção em uma tipologia de edifícios implantados entre duas vias, onde apenas uma apresentava entrada para os edifícios, em um setor de Carapicuíba: nos antigos fundos dos edifícios são criadas ligações ao longo do perímetro do novo quarteirão e, ao mesmo tempo, são abertas garagens e pequeno comércio sob os edifícios, definindo relações bilaterais com o outro lado da via, na qual já estão presentes as frentes dos edifícios. Com isso, ambos os lados das vias possuem transições entre espaço público e privado

Fonte: cedida pelo autor

Significados sociais das transformações espaciais

Finalizando este trabalho, considera-se relevante contextualizar a investigação efetuada no âmbito de uma discussão mais complexa que busque ultrapassar o necessário debate da dimensão morfológica do espaço, situando-o na sua relação com a dinâmica do uso social do espaço e do significado, para essa dinâmica, das interferências espaciais efetuadas por moradores de conjuntos residenciais.

Primeiramente é preciso abordar a questão da qualidade dos projetos urbanísticos implantados em grande parcela dos conjuntos residenciais de padrão popular de Norte a Sul do país. Temos que considerar o conjunto habitacional como o produto de um projeto em cuja representação espacial está impressa uma certa visão de mundo e do tipo de sociedade que o projetista imagina "organizar" espacialmente. São essas visões de mundo que são implantadas como espaços de vivências cotidianas de pessoas e são esses espaços os pontos de partida para a reação da população.

Neste sentido, remetemos a uma atuação da crítica arquitetônica que recupere o debate acerca da arquitetura e da cidade, dado que a experiência tem demonstrado que, no campo da habitação social, reprodução de soluções, por parte do desenho e alterações morfológicas por parte da população moradora, refletem de forma bastante contundente a ausência de uma teoria que vincule espaço e sociedade.

Para tanto, é necessário a construção de instrumentos tanto teóricos quanto metodológicos capazes de possibilitar a articulação entre morfologia urbana e o uso social do espaço. Nesta direção, algumas tentativas têm sido realizadas para incorporar ao processo de desenho¹³ teoria e prática que possam fornecer para a base do arquiteto códigos suficientemente abstratos para possibilitar a pré-estruturação de problemas, isto é, a utilização de esquemas cognitivos através dos quais interpretamos a realidade sem no entanto, predeterminar soluções.

(13) Ver em Rigatti (1998).

Do ponto de vista interno dos processos de transformações espaciais verificadas nos conjuntos residenciais em análise é importante compreender o fenômeno em dois níveis simultâneos:

a) um nível local, isto é, os agregados resultantes das intervenções individuais no espaço alteram a configuração dos espaços locais, significando não apenas mudanças nas suas formas e geometrias, mas também a reestruturação das relações de contigüidade entre os espaços;

b) um nível global, isto é, ao mesmo tempo em que as ações individuais reorganizam o local em termos das suas características morfológicas e relacionais, surge uma nova estrutura global no assentamento, a qual redefine as diversas acessibilidades relativas no interior do conjunto e também as modalidades de relação do conjunto com o mundo exterior.

Dois outros aspectos abordados neste trabalho chamam a atenção e merecem ser resgatados aqui. Um primeiro diz respeito à recorrência dos mecanismos de transformação espacial em diferentes conjuntos residenciais. O segundo trata da tendência à reprodução das estruturas urbanas encontradas em tecidos urbanos tradicionais das transformações morfológicas introduzidas nesses conjuntos.

A avaliação dos fenômenos apresentados aqui, mesmo que de forma abreviada, sugerem uma nova abordagem quanto ao processo de desenho de conjuntos habitacionais populares no Brasil, ao mesmo tempo em que nos coloca frente a necessidade de novas formas de observação da realidade urbanística originadas do processo de uso e ocupação de espaços urbanos gerados a partir do ato de vontade do projetista. Igualmente, os vínculos entre o processo de desenho e seu produto devem ser permeados pelos resultados dessas novas formas de observação da realidade, trazidos à tona tanto pela teoria quanto pela crítica arquitetônica.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Christopher. A city is not a tree. *Design*, n. 206, p. 46-55, fev. 1966.
- BENEVOLO, Leonardo, MELOGRANI, Tommaso, LONGO, Giura. *La proyectación de la ciudad moderna*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1978.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- INDICATIVO DE IMÓVEIS DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre: dsb Editora Ltda., ano 1, n. 2, nov./dez. 1996.
- RIGATTI, Décio. *Morfologia urbana, memória coletiva e formas de socialidade em Porto Alegre: o centro da cidade*. Relatório final de pesquisa ao CNPq. Porto Alegre, 1991.
- _____. Apropriação social do espaço público: um estudo comparativo. *Paisagem e Ambiente Ensaios*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAUUSP, n. 7, p. 141-197, jun. 1995.
- _____. *Do espaço projetado ao espaço vivido: modelos de morfologia urbana no Conjunto Rubem Berta*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- _____. O processo de desenho em conjuntos habitacionais. *Paisagem e Ambiente Ensaios*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo FAUUSP, n.11, p. 203-276, dez. 1998.

(*) Este texto é baseado em parte da tese de doutorado submetida ao curso de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, orientada pelo Prof. Dr. Silvio Soares Macedo e defendida em novembro de 1997, denominada *Do espaço projetado ao espaço vivido: Modelos de morfologia urbana no Conjunto Rubem Berta*.

Litoral Urbanização

Ambientes e seus Ecossistemas Frágeis

Silvio Soares Macedo

**Arquiteto e paisagista, mestre, doutor e
livre-docente na FAUUSP, especialista em
patrimônio ambiental urbano,
professor titular de paisagismo do
Departamento de Projeto da FAUUSP**

MEIO AMBIENTE

RESUMO

A urbanização da zona costeira brasileira tem sido a causadora de danos significativos na dinâmica ecológica e na paisagem do litoral brasileiro.

Este artigo objetiva apresentar os principais efeitos desta ação sobre os ecossistemas típicos da costa nacional, como manguezais, dunas, recifes de coral e matas de restinga, indicando ainda formas de uso compatíveis com as dinâmicas existentes.

ABSTRACT

The urbanization in the Brazilian coastal zone had been the main factor of destruction of their ecosystems as mangroves, coral reefs, dunes and restinga's forests. This paper focuses their effects over these ecosystems and explain how to avoid them.

Litoral Urbanização

Ambientes e seus Ecossistemas Frágeis

As paisagens litorâneas são certamente as que mais sofreram alterações com os procedimentos sociais de ocupação do território brasileiro. Todo o processo de colonização se deu a partir de núcleos instalados ao longo da costa que, basicamente durante todo o período colonial balizaram a organização espacial do país. Somente no século 20 efetivou-se uma expansão das fronteiras agrícolas rumo ao interior, com a criação de uma rede importante de cidades reforçada por Brasília, a nova capital edificada nos anos 50. Este é um processo ainda em andamento e novos núcleos são formados ano a ano, de modo espontâneo ou intencional (caso da já citada Palmas, capital de Tocantins).

Atualmente, mais da metade da população brasileira encontra-se assentada em uma distância inferior a 60 km do mar e nesta faixa estão também os mais importantes centros industriais do Brasil¹, como os pólos petroquímicos de Cubatão e Camaçari, assim como os pólos siderúrgicos.

Estes fatos, apoiados em uma eficiente e quase completa expansão do sistema de estradas litorâneas do país, abriram à ocupação humana em quase todas as regiões costeiras, que estão hoje praticamente todas conectadas por rodovias.

(1) Vide CIMA – Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento. Subsídios Técnicos para a Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a CNUMAD – Versão Preliminar, p. 125, item 7.9

Esta facilidade de acesso praticamente consolidou as formas de ocupação que ainda hoje pululam em todas as regiões litorâneas do país, transformando e substituindo as estruturas ambientais-paisagísticas existentes.

Urbanizações, culturas anuais ou sazonais, extrativismo mineral e vegetal são formas de atuação social sobre o território que rapidamente transformam sua configuração morfológico-ambiental, exigindo para sua implementação a destruição de parcelas significativas dos ecossistemas. Isto acontece com as florestas de manguezais, restingas e a Mata Atlântica – esta praticamente dizimada em uma série de estados²

Paralelamente a estas perdas, uma nova paisagem humana está sendo diariamente construída, abrigando novos contingentes humanos que muitas vezes não avaliam claramente o porte e a importância dos recursos ambientais e paisagísticos que estão eliminando³.

Esta nova paisagem com ambientes criados estão em constante confronto e diálogo com as mais diversas estruturas ambientais, desde aquelas muito transformadas até aquelas pouco ou nada processadas.

(2) A Floresta Atlântica – também denominada Mata Atlântica estendia-se do Rio Grande do Norte ao estado do Rio Grande do Sul. A leitura dos mapeamentos (ano 1991) só nos mostra a existência de pontos esparsos de mata no Nordeste quando vista em grande escala, estado por estado.

“Dos macrossistemas ecológicos brasileiros o sistema atlântico é assim aquele que historicamente vem sendo submetido a um maior desgaste antrópico. Sobre o substrato geobiológico correspondente a este sistema, desenvolveu-se a civilização brasileira.

MELLO FILHO, Luis Emygídio de. In: MONTEIRO, Salvador e KAZ, Leonel (coord.) *Floresta Atlântica*, p. 19.

(3) “Grande parte dos ecossistemas litorâneos brasileiros são afetados por um ou mais processos e fontes de degradação, em maior ou menor intensidade. Praias, lagunas, estuários, deltas, bacias hidrográficas, mangues, recifes de corais e mata litorânea são os mais atingidos prejudicando não somente os processos naturais, mas também a beleza cênica, paisagens, etc.” In: VARGAS, Nilton (org.). *Estudos prospectivos para os recursos do mar*. p. 87.

“Com efeito, a carência de manejo integrado e continuado das regiões costeiras e marinhas tem acarretado, de modo alarmante, a asfixia das funções fisiológicas da costa, a degradação de suas reservas naturais, o aviltamento da qualidade de vida das populações ribeirinhas, o deterioramento da maioria dos monumentos históricos, artísticos, paisagísticos e culturais do litoral.” In: BRASIL, República Federativa – Secretaria Especial do Meio Ambiente (coord.) OLIVEIRA, Estanislau M. e KACOWICZ, Zeli, *Relatório de qualidade do Meio Ambiente*. RQMA. p. 275.

Todos formam conjuntos, cujos elementos estão em contínuo processo de interação e transformação⁴ mantendo entre si um fluxo de energia e materiais⁵

A percepção desta interação entre os ecossistemas (os considerados “humanos” e os demais nativos do litoral⁶ oferece a possibilidade da criação de parâmetros que objetivem minimizar esta perda de recursos, induzindo-se então à criação de formas alternativas de ocupação do território que permitam seu aproveitamento racional pela comunidade humana⁷



litoral brasileiro – características e recursos paisagísticos

Vasto, extenso e excessivamente rico em recursos ambientais e paisagísticos, o litoral do Brasil pode ser dividido em cinco regiões importantes de acordo com as suas estruturas dominantes⁸:

(4) ...“A natureza está em um estado constante de transformação e flutuação, mais do que a constância e o equilíbrio, a regra é a mudança e a agitação...”

...“A verdadeira questão, dizem os ecologistas, é saber quais tipos de intervenção humana devem ser incentivados e quais não...”

In: *JORNAL DA TARDE*. Uma nova visão da natureza. São Paulo, set. 1990. Caderno de Sábado.

(5) “Nenhum ecossistema permanece sozinho; todos os tipos de ecossistemas são abertos... Este fato implica que cada ecossistema é conectado a outros por fluxo de energia e materiais. In: LYLE, John. *Design with human ecosystems*, p. 17

(6) Como um trabalho síntese de vários estudos sobre o assunto, ver o texto de John Clark “Coastal ecosystem management” que apresenta para cada um dos ecossistemas costeiros, suas limitações e potenciais em relação à intervenção antrópica.

(7) “Na realidade a natureza é silenciosa, ambivalente e contraditória. Nós sabemos agora o que ela não quer que se faça e em uma dada situação, um sem-número de proposições é possível. In: LYLE, John. *Design with human ecosystems*, p. 127

(8) Esta divisão tem um caráter simplesmente demonstrativo e foi feita por nós baseada nos estudos desenvolvidos e apresentados por:

NOVELLI, Yara Schaffer, “Perfil dos ecossistemas litorâneos” com especial ênfase sobre o ecossistema manguezal. p. 4-5.

BELÉM, Maria Julia da C., ROHFIS, Clarisse, PIRES, Debora Re O., BARREIRA E CASTO, Clóvis, Young, Paulo S. S.O.S. Corais. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, n. 26, p. 38, 39.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *Ecossistemas marinhos e sua degradação na América do Sul, Central e Caribe*.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *Planejamento e gerenciamento costeiro – Alguns aspectos metodológicos*.

SILVEIRA, Mabessone e Coutinho. *Diagnóstico da situação ambiental da costa brasileira*. São Paulo: Cetesb, v. 1, p. 8-11.

HILLEI, Oliver. *Conhecendo a vida no litoral*.



Litoral norte ou dos golfões

Estende-se do Amapá até aproximadamente a foz do rio Parnaíba, constituído pelos estuários de grandes rios da Bacia Amazônica, de terras baixas e ocupadas em parte por extensos manguezais. As águas costeiras neste trecho apresentam-se turvas devido à grande quantidade de sedimentos provenientes das bacias hidrográficas – que a tornam rica em nutrientes – e uma importante zona pesqueira.



Esta região ainda é subdividida por Silveria, Mabezoone e Coutinho em três sub-regiões distintas⁹.

– Costa Guianense – a região norte em relação à foz do rio Amazonas, de terras baixas, com depósitos argilosos provenientes dos rios e inserida totalmente no território do Amapá;

– Golfão Amazônico – área baixa, instável devido à forte influência do rio Amazonas; compreende toda a foz do rio e a Ilha de Marajó;

– Costa Amazônica Oriental – da foz do rio Amazonas até o Maranhão, região também baixa, com um grande número de pequenos estuários, englobando o Golfão Maranhense. Encontramos pelo seu litoral extensos acúmulos de dunas.

Vegetação

Além das matas de mangue – típicas nesta região – o litoral dos golfões está totalmente inserido nos domínios da Floresta Amazônica que, na área costeira, já está bastante transformada e até eliminada em muitos pontos. (Vide Mapa Brasil – Vegetação). São ainda encontradas áreas com cerrado no Amapá e Ilha de Marajó.

Problemas ambientais emergentes

Os dois grandes núcleos urbanos da região – Belém e São Luis – concentram nas suas áreas metropolitanas os principais focos de poluição ambiental, devido à intensa expansão e à implementação

(9) Vide Silveira, Mabessone, Coutinho. *Diagnóstico da situação ambiental da costa brasileira*, São Paulo: Cetesb, v. 1, p. 8.

de seus pólos industriais, sendo consideradas fortemente degradadas. Mesmo as regiões afastadas destes centros passam por processos drásticos de alteração de sua estrutura primitiva, devido principalmente às formas de urbanização – em especial por causa da especulação imobiliária. A região da Grande Macapá, que está em expansão significativa, é um destes casos, onde se observa por todos os pontos a destruição das matas, manguezais e igarapés; a construção de aterros e a poluição de recursos pesqueiros¹⁰

2 Litoral nordestino

Compreendendo extensa faixa que vai da foz do rio Parnaíba até a foz do rio São Francisco. Pode ser dividido em duas regiões significativas:

– *Litoral das dunas* – estende-se pela costa, em trecho que se inicia na foz do rio Parnaíba e segue até a divisa dos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. Esta região caracteriza-se por possuir terras planas, com praias extensas e falésias¹¹. O sistema de drenagem existente é modesto e muitos dos rios são intermitentes, sendo comum na região costeira do Rio Grande do Norte, em meio às dunas, o surgimento de lagoas. Por todos os pontos, nas desembocaduras dos rios perenes, percebemos a existência de manguezais. Paralelamente à costa ocorrem franjas de recifes de arenito recobertos por corais, e mais além, em águas um pouco mais profundas, formações coralíneas diversas como parcéis¹²



(10) Vide DIEGUES, Antonio Carlos S. *Ecossistemas marinhos e sua degradação na América do Sul, Central e Caribe*. p. 39 a 42 e BRASIL, República Federativa, Ministério do Interior SEMA. *RQMB*, p. 218-242.

(11) As chamadas barreiras, são típicas do período terciário e sua configuração morfológica apresenta-se sob forma de grandes paredões, verdadeiras barreiras ao acesso humano.

(12) ...“Entre o norte de Pernambuco e o Rio Grande do Norte, onde as águas são mais turvas, algas constituem a cobertura básica das partes internas (isto é, voltadas para o litoral) dos recifes e os corais se concentram nas áreas externas (voltadas para o mar aberto)” BELÉM, Maria Julia et al., *SOS Corais. Revista Ciência Hoje*. v. 5, n. 26, p. 38.

As informações sobre os recifes de coral da região são muito restritas devido ao fato dos estudos sobre corais no Brasil estarem ainda em um fase embrionária. No caso devem ser consultados os seguintes trabalhos; de LEIÃO Zelinda. *Guia para identificação de corais no Brasil e Morphology, geology and developmental history of the southern most coral reefs of western atlantic, Abrolhos bank, Brazil* e o de LABOREL J. *Les peuplements de madréporaires de côtes tropicales du Brésil*, além do texto citado anteriormente de Maria Julia Belém et al.

– *Litoral dos recifes* – estende-se até as proximidades da foz do rio São Francisco, onde os recifes desaparecem em função da proximidade de seu estuário¹³. Neste trecho não existe nenhuma estrutura ecológica predominante, dunas e manguezais se alternam com praias compridas de areia branca ou pequenas praias contidas em enseadas de conformação suave. As águas são quentes e límpidas, devido principalmente à presença da corrente do Brasil, que em muito favorecem a formação das colônias de corais¹⁴ que, como no trecho de litoral anterior, cobrem as linhas de recifes de arenito.

Vegetação

Este litoral, quando nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, situa-se em domínios de caatinga, enquanto que seus trechos restantes estão em antigos domínios da Mata Atlântica. Esta última está praticamente erradicada de todo este trecho de litoral, sendo encontrada somente em enclaves pequenos e pouco significativos.

Problemas ambientais emergentes

Este é um dos trechos da costa brasileira de ocupação mais antiga, remontando ao início do período colonial (fato este que explica o alto grau de processamento de seu território).

(13) “No Brasil, as espécies hermatílicas de corais e hidrocorais ocorrem apenas nas costas nordeste e leste, especialmente na área compreendida entre o Cabo de São Roque (RN) e o sul da Bahia. No entanto, é preciso distinguir dentro desta vasta região, diferentes subáreas, separadas entre si por verdadeiras barreiras naturais, formadoras de zonas desfavoráveis. É o caso, por exemplo, da desembocadura do rio São Francisco, que carrega continuamente grande quantidade de sedimentos, deslocados para o sul pela corrente do Brasil, impedindo o desenvolvimento de qualquer recife de coral ao largo do Sergipe e do litoral norte do estado da Bahia. BELÉM, Maria Julia et al. SOS Corais. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, n. 25, p. 38.

(14) “Essas condições ambientais permitem o estabelecimento de colônias de plantas e corais, formando os recifes. É entre os estados do Rio Grande do Norte e Sergipe, que encontramos os maiores e mais desenvolvidos recifes de coral. HILLEL, Oliver. *Conhecendo a vida no litoral*, p. 1.

(15) Vide DIEGUES, Antonio Carlos. *Planejamento e zoneamento costeiro: alguns aspectos metodológicos*, p. 8.

A implantação dos pólos químicos de Maceió e Aracaju e a existência da zona industrial de Recife – reforçado há pouco com a construção do complexo portuário em Suape – tornaram estas três áreas em pontos críticos em termos de degradação ambiental¹⁵, visto o impacto sobre os ecossistemas costeiros decorrentes da implantação de tais estruturas urbanas¹⁶.

A tradicional indústria canavieira da região, implementada nos anos 70 e 80 com o Programa Pró-Alcool, tem sido em termos reais a principal causa da transformação ambiental e paisagística da região. As culturas estendem-se por toda a costa chegando muito próximas ao mar carregando os resíduos das usinas de álcool e refinarias de açúcar, que alteram drasticamente o equilíbrio biológico dos rios, manguezais, lagoas e do mar e seus recifes.

Paralelamente a estes problemas mais graves de degradação ambiental, a especulação imobiliária surge como um agente transformador dos diferentes ambientes da maior parte da costa brasileira, aproveitando-se do elevado potencial cênico e paisagístico existente. No trecho em questão observa-se, devido à urbanização, uma profunda alteração de toda a franja litorânea, que é ocupada de um modo quase contínuo por loteamentos destinados “ao veraneio” que causam em muitos trechos a eliminação total de restingas, manguezais e matas¹⁷

(16) “Grandes obras governantes com forte impacto ecológico foram levadas adiante nos últimos anos sem o aval da comunidade científica. Contrariando pareceres de biólogos e pressões de setores da opinião pública, o projeto de construção de um porto em Suape (PE) foi iniciado, com o desvio do curso de rios, aterro de manguezais e dinamização de partes do recife considerado o 'mais belo do Brasil' pelo especialista francês Jacques Laborel. BELÉM, Maria Julia et al. SOS Corais. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, n. 25, p. 40.

(17) No Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, primeiro inventário sistematizado da degradação do meio ambiente no país (publicado em 1984) a especulação imobiliária em áreas costeiras aparece de um modo constante em todos os estados litorâneos, provocando uma degradação biológica importante devido a aterros e esgotos e afetando todos os tipos de ecossistemas ali existentes. Vide BRASIL, República Federativa – Ministério do Interior – SEMA. *RQMB* – p. 225 e p. 236-261

Há ainda outros fatores que causam a degradação ambiental na região, tais como a exploração de petróleo (nos estados de Sergipe, Rio Grande do Norte e Alagoas), a utilização de agrotóxicos pelos agricultores (em todos os pontos) e os processos predatórios de pesca.

Foto 1: Vista geral de um loteamento típico de veraneio na costa norte do estado da Bahia, sobrepondo-se no caso a uma área de restinga
Fonte: Silvio Soares Macedo



3 Litoral oriental

Inicia-se nos arredores do recôncavo baiano e se estende até o sul do estado do Espírito Santo. Apresenta terras baixas, cortadas em certos trechos do estado da Bahia por falésias, com longas praias entremeadas por manguezais, restingas e dunas (como em Itaúnas, no Espírito Santo) e uma rede hidrográfica significativa. Apresenta como característica especial – por praticamente toda a costa – franjas de recifes de coral ou de arenito recobertos por coral.



Neste trecho do litoral em frente a Caravelas, no sul da Bahia, encontram-se as mais importantes formações de coral do país, sendo que parte delas está relativamente próxima à costa:

– *O parcel das paredes* – arco coralíneo de grande extensão situado em frente à sede do município, além do parcel de Abrolhos, que hoje faz parte do Parque Nacional Marinho de Abrolhos, a 60 km da costa¹⁸.

Vegetação

Todo o trecho está inserido em domínios da Mata Atlântica que, apesar de intensamente erradicada, ainda é encontrada em diversos pontos, como na região cacauieira da Bahia, no entorno de Porto Seguro (também no estado da Bahia), pelas encostas dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e em algumas áreas de reserva (estaduais e federais). Substituindo as florestas nativas tem-se um intenso processo de reflorestamento na região norte do Espírito Santo e na região sul da Bahia, servindo de apoio a grandes fábricas de papel (Aracruz e Bahia Sul).

Problemas ambientais emergentes

Esta é uma das regiões do litoral brasileiro onde a questão ambiental surge de um modo mais alarmante, pois abriga dois dos mais importantes centros industriais do país – Vitória e Salvador. Nestes pontos, nas regiões metropolitanas que envolvem as duas grandes cidades, encontram-se os mais acentuados processos de degradação ambiental do Brasil e todos os ecossistemas ali localizados estão sujeitos a pressões da urbanização muitos em fase final de extinção.

Esta intensa degradação é reflexo direto do processo clássico de urbanização das grandes cidades brasileiras, que adota como padrão de assentamento o modelo “destruição-construção” e prioriza o “terreno limpo” como o ideal para a edificação de novas áreas urbanas.

(18) Os recifes formam dois arcos, um costeiro, mais próximo à costa, e outro menos extenso e externo. A área total é limitada, na costa, pelas cidades de Prado, ao norte e de Nova Viçosa, ao sul.

Os recifes e ilhas vulcânicas ocupam uma área aproximada de 3.800 km², entre as latitudes 17° 20' e 18° 10' 5" e longitudes 38° 35' e 39° 20' fazendo parte da plataforma continental leste do Brasil – que geralmente é muito estreita, mas se alarga nesta região (Banco de Abrolhos), chegando a 200 km em frente à cidade de Caravelas. São eles:

1. Recifes – Arco Costeiro – Itacolomy, Prado, Guaratibas, Timberas, Areia, Cabocla, Aranguera, Parcel das Paredes, Sebastião Gomes, Coroa Vermelha e Viçosa.

Arco Externo – Parcel do Abrolhos e Recife Califórnia.

2. Ilhas vulcânicas – Santa Bárbara, Sueste, Siriba, Redonda e Guarita.

In: IBAMA/FUNATURA. *Plano de Manejo Parque Nacional Marinho de Abrolhos*, p. 10.

Este protótipo, associado à falta crônica de recursos para a construção de redes de esgoto e estações de tratamento, e a não-existência (na prática) de intenções definidas de proteção ao meio ambiente, conduz a um processo de destruição irreversível das estruturas ambientais e paisagísticas¹⁹

Estes fatos são corriqueiros em todos os grandes aglomerados urbanos litorâneos do país²⁰, ilustrados claramente nos complexos urbanos de Vitória (com seu porto e parque siderúrgico) e de Salvador (com o pólo petroquímico de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu).

A especulação imobiliária apresenta-se, também neste trecho, como um dos fatores fundamentais de transformação da paisagem. O litoral próximo a grandes cidades é no século 20 uma das principais áreas de lazer de suas populações e este trecho da costa está diretamente ligado a cinco dos principais centros urbanos do país – Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Niterói e Vitória, além de uma rede de importantes e ricas cidades-médias do interior. Este fato, aliado ao alto valor paisagístico socialmente atribuído a estas praias, possibilitou a instalação na área de uma estrutura urbana de veraneio de grande porte, principalmente no estado do Espírito Santo – em volta de Guarapari – e em Porto Seguro, na Bahia. Praticamente todas as cidades da costa foram aparelhadas para a recepção dos turistas, com a criação de núcleos hoteleiros e de extensas áreas residenciais.

(19) Vide DIEGUES, Antonio Carlos. *Planejamento e gerenciamento costeiro alguns aspectos metodológicos*. p. 6.

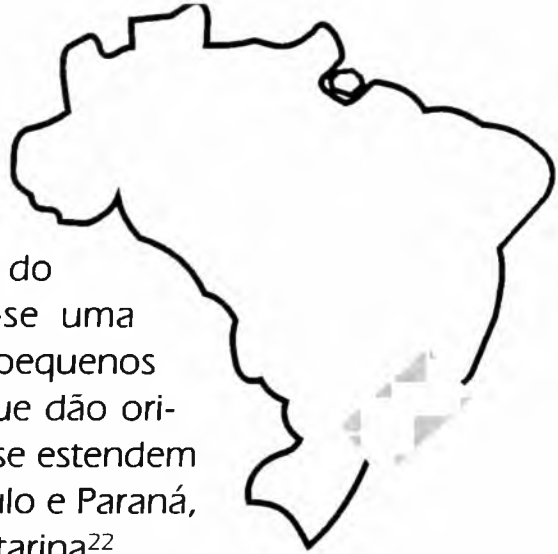
(20) ... "Cerca de 14 das 24 áreas metropolitanas mais importantes do país estão situadas em ecossistemas estuáricos de áreas úmidas..."

... "Todas elas representam regiões metropolitanas de importância nacional ou regional.

Vide DIEGUES, Antonio Carlos. *Ecossistemas marinhos e sua degradação na América do Sul, Central e Caribe*. p. 36.

4 Litoral das escarpas²¹

Compreendendo o trecho dominado pelas escarpas das serras da Mantiqueira e do Mar, em cujas reentrâncias configura-se uma planície ora extensa, ora confinada em pequenos arcos, limitados por costões rochosos, que dão origem a uma série de ilhas e ilhotas. Estas se estendem pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, até as imediações do estado de Santa Catarina²².



É uma região de grande diversidade paisagística e ambiental, podendo ser destacadas as seguintes situações:

– *No extremo norte* – terras baixas entremeadas por lagoas de água doce, brejos e alagadiços barrados por cordões arenosos e o rio Paraíba do Sul com seus banhados definindo um espaço característico. Neste trecho a serra está bem recuada no continente, não sendo percebida da costa;

– *Região dos Lagos* – compreendida entre o segmento anterior e as proximidades da cidade do Rio de Janeiro, é balizada pela cidade de Cabo Frio, com terras baixas e em muitos pontos recobertas por dunas, entre as quais se desenham lagos e lagoas extensas, tem o mar de águas claras e frias²³, do qual as montanhas da serra estão bem distantes;

(21) Adotamos aqui a mesma divisão atribuída a este trecho por Silveira, Mabesoone e Coutinho e por eles denominada Costa Oriental – Em CETESB. *Diagnóstico da situação ambiental da costa brasileira*. p. 9.

(22) Dados gerais extraídos de São Paulo, Governo do Estado, CETESB. *Diagnóstico da situação ambiental da costa brasileira – Relatório Final*, p. 317, 324, 348; HILLEI, Oliver. *Conhecendo a vida do litoral*. p. 1, 2 e de mapeamentos da nossa pesquisa *Paisagem, ambiente e litoral*.

(23) ...“Encontramos em Cabo Frio um fenômeno peculiar envolvendo correntes marinhas, quando águas frias e ricas em nutrientes procedentes do fundo do mar afloram à superfície, enriquecendo as águas e aumentando a produção biológica – é o fenômeno da ressurgência, que se repete em certos locais da Bahia e do Espírito Santo. In: OLIVER, Hillei. *Conhecendo a vida no litoral*. p. 2.

... Deve-se destacar, no entanto, que as baías de Cabo Frio, bem protegidas e com águas mais elevadas que o padrão local, apresentam verdadeiros oásis coralíneos, últimos refúgios de certas espécies tropicais.” BELÉM, Maria Julia et al. SOS Corais. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, n. 26, p. 39.

– *Trecho das escarpas* – propriamente ditas, que se estende das vizinhanças da cidade do Rio de Janeiro até a região de Peruíbe (no estado de São Paulo), quando a serra recua formando o Vale do Ribeira. Neste segmento, por muitas vezes a serra chega a beira-mar formando costões; as praias em geral estão contidas em pequenas e médias enseadas.

A partir da cidade de Santos a serra se interioriza um pouco mantendo, entretanto, seu papel de estruturadora do espaço. É então perceptível de todos os pontos da praia e possibilita a formação de uma extensa planície, por onde se delineiam praias longilíneas. Nas vizinhanças das cidades de Santos, Cubatão e Guarujá encontra-se um dos mais importantes sistemas estuarinos da região, abrigando extensos e importantes manguezais.

Foto 2: Cidade do Rio de Janeiro
– Barra da Tijuca – A planície
litorânea é delimitada pela serra,
que ora alcança o mar (à direita)
formando costões e pequenas
enseadas, ora se adentra no
interior (à esquerda)
Fonte: Silvio Soares Macedo



Esta é uma região onde se encontra um número significativo de ilhas, sendo notável o conjunto insular de Angra dos Reis e a Ilha de São Sebastião (onde está o município de Ilhabela), que teve grande parte da sua área transformada em parque estadual;

– *Complexo estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá* – área alagadiça e de terras baixas, possuindo inúmeras ilhas e canais; coberta por extensos manguezais e entremeada aqui e ali por morros isolados ou pequenas serras. Nesse trecho a Serra do Mar está bem recuada, formando um grande arco que estrutura morfológicamente toda a área.

Vegetação

Também área de domínio da Mata Atlântica, este segmento de litoral apresenta as mais significativas e contínuas reservas de Mata Atlântica do país²⁴. Esta cobre grande parte das regiões de serra, as diversas ilhas estendendo-se por muitas vezes até a linha costeira (caso dos trechos da Juréia, Picinguaba, Bertioga, Cananéia e Iguape no estado de São Paulo, e da região de Paranaguá no estado do Paraná), sendo que grande parte destas áreas de vegetação primitiva está protegida por legislação de proteção ambiental especial, sob a forma de parques e reservas²⁵.

Problemas ambientais emergentes

Esta região contém duas das cinco áreas litorâneas consideradas em estado crítico de degradação ambiental do país.

Sobre estas estruturas assentam-se dois dos três mais importantes centros industriais do país – o complexo portuário, petroquímico e siderúrgico de Santos/Cubatão e o complexo industrial – portuário do Rio de Janeiro. A baía de Guanabara ainda suporta a vizinhança direta da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com os decorrentes

(24) "A região Sudeste apresenta a maior região contínua de Mata Atlântica, permitindo estudos abrangentes e multidisciplinares." In: *Anais da Reunião Nacional sobre a proteção dos ecossistemas naturais da Mata Atlântica – WORKSHOP MATA ATLÂNTICA*, p. 10.

(25) "A situação das florestas das regiões Sudeste e Sul, mesmo não sendo satisfatória é melhor do que as do Nordeste. Apesar de uma imensa devastação – a título de exemplo os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo em conjunto, conservam apenas 12% de suas florestas ombrófilas originais – as duas regiões ainda mantêm mais de 89.000 km² de matas densas e nelas se situa a quase totalidade das reservas de tamanho expressivo...."

"... Existem nas duas regiões seis unidades de conservação com mais de 70.000 hectares (parques nacionais da Serra da Bocaina e do Iguazu; parques estaduais da Serra do Mar, de Jacupiranga e da Serra do Tabuleiro e Estação Ecológica Estadual de Juréia – Itatins) todos, exceto o Parque Nacional do Iguazu, situados em áreas de floresta ombrófila densa, embora alguns englobem também ecossistemas de natureza diversa..."

"... Vale citar que ao longo das áreas costeiras das regiões Sudeste e Sul ainda existem amplas florestas densas que poderão, futuramente, ser transformadas em novas e excelentes unidades de conservação" In: CAMARA, Ibsen de Gusmão. *Conservação da Floresta Atlântica*. In: MONTEIRO, Salvador. KAZ, Leonel (org.) *Floresta Atlântica*, p. 29.

problemas ambientais, tendo grande parte de seus manguezais erradicados, margens aterradas e trechos significativos de suas águas totalmente poluídos²⁶

Além desses pólos industriais, as regiões portuárias de Paranaguá e São Sebastião são focos importantes de degradação, com problemas crônicos de poluição das águas de seus manguezais e estuários.

A ocupação urbana deste setor da costa constitui um dos mais importantes fatores de transformação ambiental, tanto pela expansão de suas áreas urbanas principais – a área metropolitana do Rio de Janeiro/Niterói e as cidades de Santos/Cubatão, como pela expansão de suas áreas turísticas. Estas ocorrem especialmente nas praias do litoral sul do Paraná, em quase todo o litoral do estado de São Paulo, de Peruíbe até a divisa com o estado do Rio de Janeiro e, neste estado, por toda a costa, em especial na Região dos Lagos.

A proximidade das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba e a facilidade de acesso dos habitantes do rico interior paulista, paranaense e mineiro às praias do litoral tornam estes espaços um alvo especial do processo de especulação imobiliária, que por todo o litoral implanta seus empreendimentos de forma intensiva²⁷

(26) “Estas regiões contam com um parque industrial amadurecido, em pleno funcionamento, ainda que em um ou outro caso possa continuar aguentando a concentração das indústrias. Em muitos casos a poluição gerada, o comprometimento dos recursos hídricos, erosão que ameaça causar desabamentos de morros e os problemas já existentes para a saúde e lazer da população local já são de tal ordem que estão levando a uma deseconomia em escala.” DIEGUES, Antonio Carlos. *Planejamento e gerenciamento costeiro – alguns aspectos metodológicos*. p. 6.

(27) “Especulação imobiliária – Neste momento (no caso 1984, data deste texto) ela constitui, na faixa litorânea, o fenômeno de degradação ambiental, econômica, social e cultural mais insidioso e galopante de que se tem memória no país. A tal ponto que se desenha ao longo da costa uma violentíssima conurbação de loteamentos litorâneos (Rio/São Paulo, Recife, João Pessoa) acrescidos de clubes e marinas, configurando por vezes uma privatização anticonstitucional e antieconômica de praias, promontórios, falésias, ilhas e pequenas enseadas. In: Cortesão, Maria Judith Z., Gonçalves, Paulo R. *Regiões costeiras e poluição marinha em Brasil*. República Federativa, SEMA – ROMB – Sinopses, p. 224, 228.

Juntamente com os processos de ocupação urbana, que transformam as praias e costões deste litoral em extensões das cidades como bairros de veraneio²⁸ e que causam drásticas transformações nos ambientes e paisagens locais, o extrativismo vegetal e animal conduz a uma intensa destruição dos recursos naturais existentes²⁹.

5 Litoral sul

Compreendendo o restante da costa brasileira e contendo terras dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O relevo não é mais estruturado pela Serra do Mar, sendo caracterizado ao norte do litoral de Santa Catarina pela existência de extensas drenagens que carregam grandes quantidades de água continental para o mar³⁰



O relevo mantém pelo estado de Santa Catarina um certo movimento, modelando enseadas e pequenas baías até aproximadamente o Cabo de Santa Marta, sendo que a partir deste ponto os baixios aparecem com freqüência; as praias são extensas, retilíneas, bordejadas por dunas, lagunas e restingas, sendo esta paisagem interrompida apenas pelos afloramentos de basalto na região da cidade de Torres.

(28) Para detalhamento do processo, ver o capítulo deste trabalho intitulado – “Urbanizando paisagens... criando ambientes – o caso brasileiro”

(29) “Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, este trecho do litoral, outrora rico criadouro e refúgio de espécies marinhas e estuarinas, experimenta nas últimas décadas acentuado declínio em termos de reservas biológicas e redução da qualidade de águas costeiras.

O extrativismo sobre muitos dos recursos naturais continua; árvores são derrubadas, aterros são feitos indiscriminadamente, ostras são retiradas de seus habitats sem obedecer às recomendações legais, peixes e crustáceos são pescados com redes de arrastão de malhagem inadequada, quando não é empregada a técnica de pesquisa com bomba.

As baías de Guanabara, Sepetiba, Ilha Grande e Parati (RJ), Santos e São Vicente (SP) e Paranaguá (PR) registram alto grau de contaminação em seus produtos naturais (crustáceos, moluscos, peixes), representando perda do potencial produtivo, uma vez que reduzem seu valor nutritivo em termos de consumo humano.” In: SCHAEFFER, Novelli. *Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiros, com especial ênfase sobre o ecossistema manguezal*, p. 8.

(30) Vide SÃO PAULO, Governo do Estado. *Diagnóstico da situação ambiental da costa brasileira*, v. 1, p. 9.

O mais importante referencial paisagístico e a principal fonte de recursos ambientais da região é o complexo estuarino da Lagoa dos Patos (RS).

Todo este setor costeiro possui um grande valor ambiental pela alta produtividade de seus ecossistemas – lagoas, pântanos e manguezais – e um grande valor paisagístico pela excepcionalidade morfológica de muitas de suas praias e dunas, para as quais é atribuído um grande valor estético pela comunidade nacional.

Paralelamente ao complexo estuarino da lagoa dos Patos, a ilha de Santa Catarina destaca-se pela sua riqueza morfológica, expressa pela grande diversidade de ambientes e paisagens nela encontrados, tornando a cidade de Florianópolis um pólo turístico nacional.

Vegetação

Todo o litoral é dominado pela Mata Atlântica, que na planície costeira do Rio Grande do Sul, convive com regiões de campos típicos da área. Existem ainda alguns trechos remanescentes significativos da mata nativa.

Problemas ambientais emergentes

Por toda a costa a vegetação de restinga coloniza dunas, e praias enquanto manguezais pouco desenvolvidos estão presentes desde o extremo norte até a região de Laguna. Tanto os manguezais quanto os recifes de coral não encontram condições de sobrevivência por razões climáticas e oceânicas abaixo deste ponto da costa³¹

(31) "O limite latitudinal para as espécies vegetais que compõem o mangue ocorre no litoral do estado de Santa Catarina, aos 27° 53' de latitude sul para *Rhizophora mangle* e aos 28° 30's para *Avicennia Schaveriana* e *Laguncularia Racemosa*." In: SCHAFFER, Novelli. *Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiros, com especial ênfase sobre o ecossistema manguezal*. p. 6.

Sobre a distribuição dos corais na costa do Brasil e seus limites tem-se ainda que:

"Dependendo de sua capacidade de adaptação, algumas espécies hermatílicas distribuem-se um pouco mais ao norte ou ao sul da grande região litorânea que reúne condições mais favoráveis. Os fatores limitantes da distribuição são distintos nos dois casos: no primeiro, atuam o grande número de partículas em suspensão e o alto grau de sedimentação, no segundo os esfriamento da água...

... Ao sul, o litoral do Espírito Santo, zona de transição entre as faixas tropical e subtropical, apresenta 12 espécies; este número cai para cinco em Cabo Frio (RJ), duas em Santos (SP) e uma recém-descoberta, na altura de Santa Catarina" BELÉM, Maria Julia et al. *SOS Corais*. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, n. 25, p. 39.

Os problemas mais graves se concentram em volta dos terminais portuários – no Rio Grande do Sul em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, e em Santa Catarina em São Francisco do Sul; junto aos terminais petrolíferos, muitas vezes associados a distritos industriais de porte na área de influência do pólo carbonífero na região de Criciúma e Imbituba que, juntamente com as áreas de mineração vizinhas, são fontes de degradação biopaisagística e edafológica, principalmente dos rios, lagoas e áreas litorâneas da região; no pólo petroquímico do sul na região da Grande Porto Alegre; ao longo da costa, devido à poluição urbana principalmente nos trechos próximos da praia de Camboriú, na região da Grande Florianópolis (SC), e no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul³².

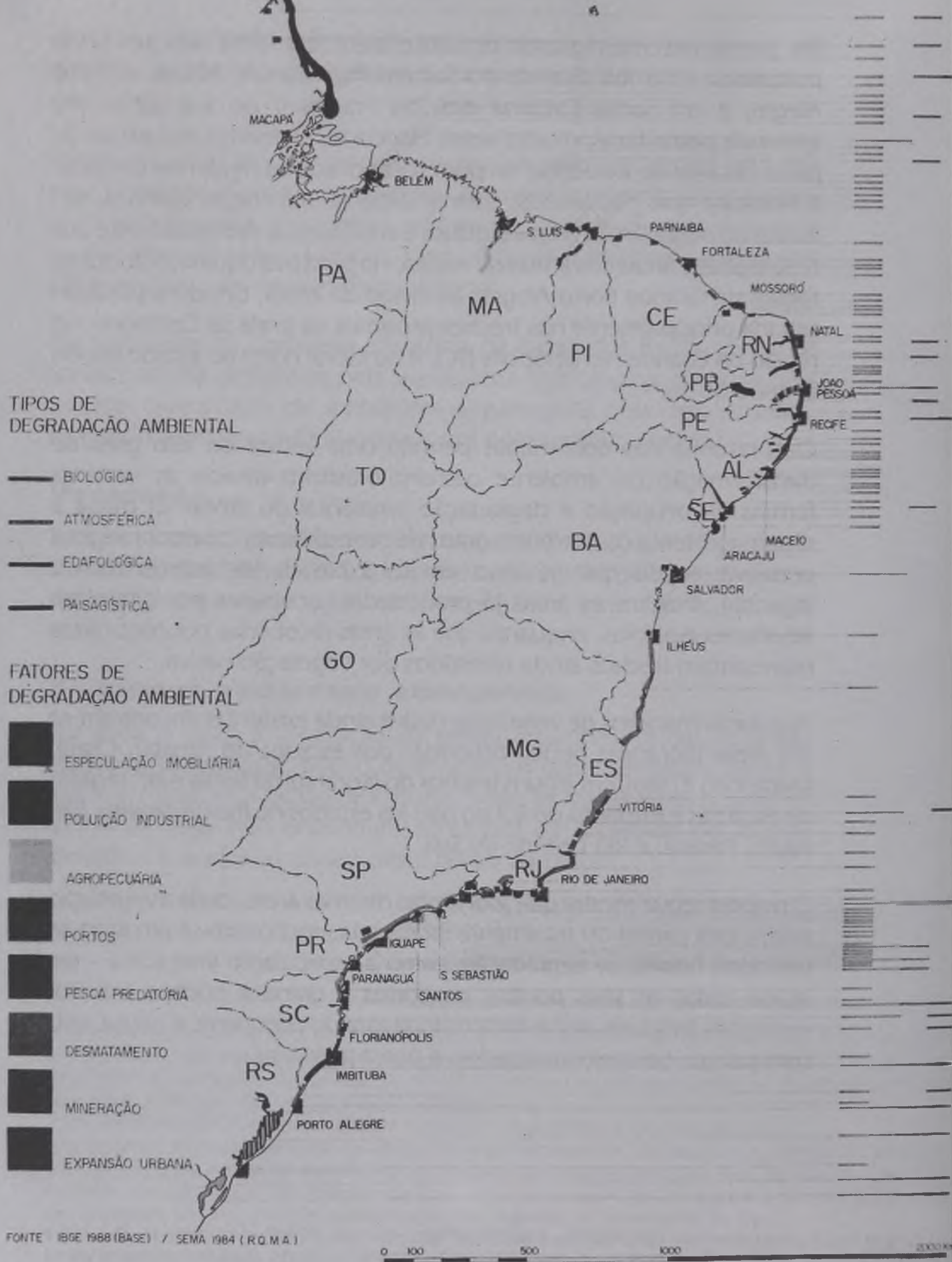
O confronto dos dois mapas permite uma leitura do alto grau de transformação do ambiente costeiro brasileiro devido às variadas formas de ocupação e degradação ambiental do litoral. O mapa a seguir apresenta os diferentes graus de destruição da cobertura vegetal primitiva, sendo que as áreas em tons pastéis (de acordo com a legenda), indicam as áreas já processadas, ocupadas por diferentes atividades agrícolas, enquanto que as áreas recobertas por tons fortes representam trechos ainda revestidos por vegetação nativa.

As poucas manchas de vegetação nativa ainda existentes encontram-se em áreas litorâneas pouco ocupadas dos estados do Amapá, Ceará, Maranhão e Piauí, em alguns trechos do litoral sul da Bahia e em regiões de escarpas e estuários do Sul do país (os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, e Rio Grande do Sul).

O mapa a seguir mostra que sobre estas mesmas áreas, onde a vegetação nativa está parcial ou totalmente erradicada, encontram-se em ação os principais fatores de degradação, como a especulação imobiliária – em quase todos os seus pontos, os portos e grandes núcleos urbano-industriais (em tons azul e roxo) e ainda fora do continente e difusa, mas com pontos de apoio localizados, a pesca predatória.

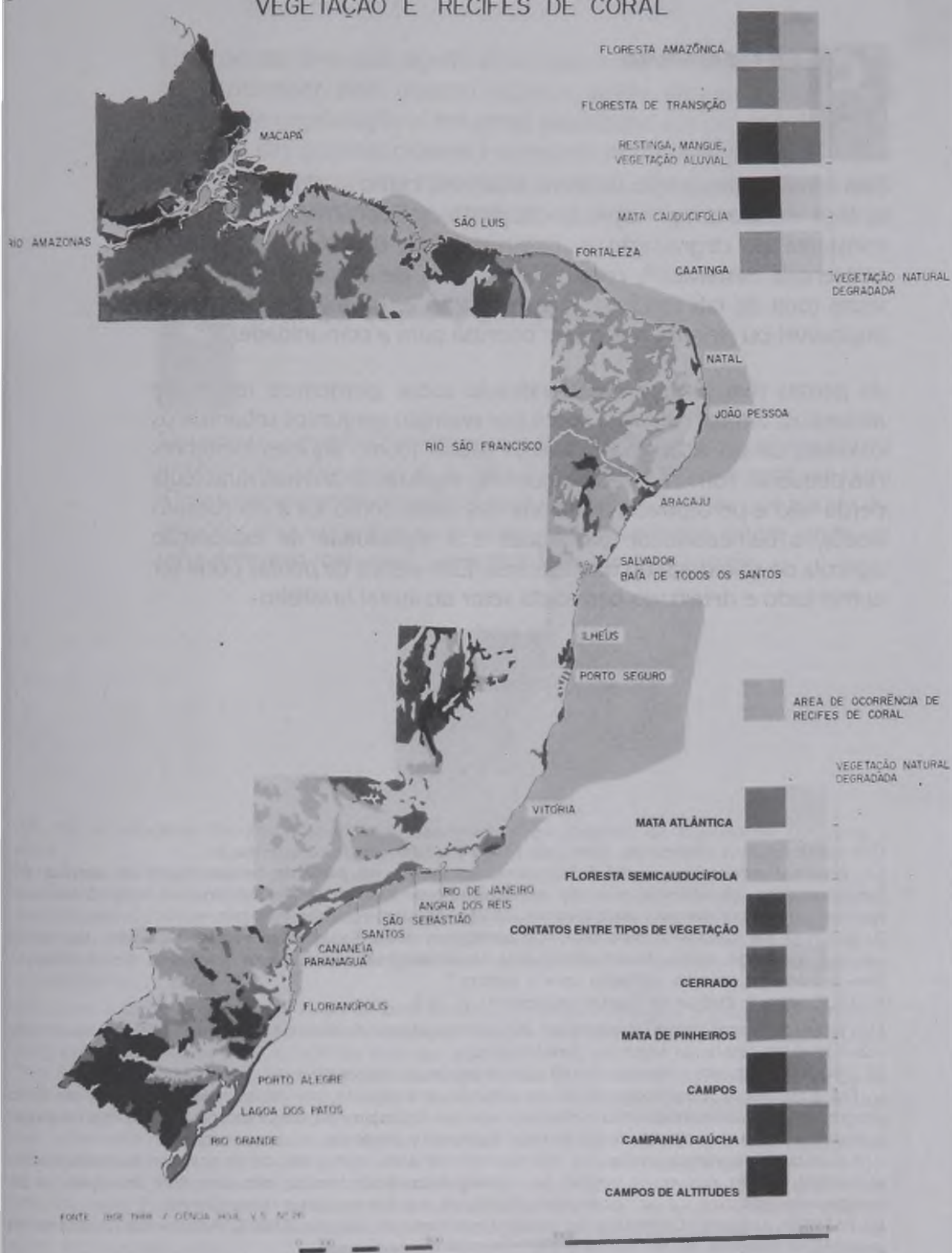
(32) Para maiores detalhamentos vide: BRASIL, República Federativa do. *ROMB – Sinopse* – p. 252-255 e DIEGUES, Antonio Carlos. *Planejamento e gerenciamento costeiro – alguns aspectos metodológicos*, p. 2-11.

BRASIL • LITORAL



BRASIL • LITORAL

VEGETAÇÃO E RECIFES DE CORAL



Considerando

Esta leitura da ocupação do litoral brasileiro, como qualquer outra que se faça, mostra um princípio de ocupação que confirma uma situação constante de degradação e aproveitamento dos diversos recursos ambientais existentes³³, conduzindo a uma perda parcial ou muitas vezes total de tais recursos, cuja reposição é, na maioria dos casos, impossível ou pelo menos muito onerosa para a comunidade.

As perdas têm sempre um significado social (perdem-se fontes de alimentos, valores culturais) como por exemplo conjuntos urbanísticos coloniais ou do ecletismo³⁴ valores sociais (como aqueles existentes nas pequenas comunidades pesqueiras), espécies de animais raras (cuja perda não é perceptível na maioria das vezes como foi a do pássaro dodô), a balneabilidade das águas e a capacidade de exploração agrícola do solo desta ou daquela área. Este elenco de perdas pode ser aumentado e detalhado para cada setor do litoral brasileiro.

(33) Sobre recursos ambientais, John Lyle define duas formas de caracterização:

“1. Recursos estocados – *capital resources* não fazem, no presente tempo, parte do sistema em funcionamento. Usualmente não são renováveis, tendo em vista seu contínuo e interminável uso humano, como por exemplo areia e rocha, carvão, petróleo e outros minerais.

2. Recursos em fluxo – *income resources* participam como fluxos de energia e materiais, que estão vivendo, mudando, sendo criados e destruídos. Usualmente são considerados renováveis. Como exemplos têm-se plantas e animais, radiação solar e ventos.

In: LYLE, John T. *Design for human ecosystems*, p. 243.

(34) Ecletismo – uma forma de expressão arquitetônica típica do final do século 19 e início do século 20, sobre as quais tem-se as seguintes ponderações:

“É a expressão da arte e da arquitetura que se segue ao neoclassicismo...

... Era a cultura arquitetônica própria de uma classe burguesa que primava pelo conforto, amava o progresso (especialmente quando melhorava suas condições de vida), amava as novidades, mas rebaixava a produção artística e arquitetônica ao nível da moda e do gosto...

... A cultura arquitetônica deleitou-se, por mais de cem anos, com o fato de ter acolhido os mais variados elementos lexicais nos quais podem ser distinguidos, pelo menos, três correntes principais: a da composição estilística – a do historicismo tipológico e a dos pastiches compositivos...”

In: PATETTA, Luciano. *Considerações sobre o ecletismo na Europa*. FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na arquitetura brasileira*, p. 10, 13, 14 e 15.

Estas perdas têm sido significativas para todo o litoral, mas como se pode perceber pelo quadro exposto ainda são poucas as áreas críticas de degradação – em geral associadas aos pontos de assentamento das grandes cidades e terminais portuários, já que a ocupação não é homogênea para toda a costa³⁵, sendo extensa e muito rica a área explorante que carece de um urgente processo de manejo e conservação.

Linha da costa e zona costeira

São dois os conceitos básicos para a delimitação de qualquer estudo ou intervenção sobre o litoral. A idéia de linha da costa apresenta-se clara e homogeneamente delimitada para os diversos autores que tratam do assunto, enquanto que o conceito de zona costeira carece ainda de uma definição mais clara, variando de autor para autor³⁶.

(35) “Os ecossistemas litorâneos brasileiros apresentam níveis distintos de degradação ambiental e social...”

“A ocupação da faixa litorânea brasileira vem ocorrendo desde o início da colonização, inicialmente para as atividades portuárias, voltadas ao suporte de um modelo primário exportador. A fase de industrialização, marcada pelo esgotamento do modelo precedente, conduziu a uma intensificação no uso dos ecossistemas litorâneos, principalmente os lagunares e estuarinos (grifo nosso), mediante a implementação de projetos industriais” In: Diegues, Antonio C. *Planejamento e gerenciamento costeiro – Alguns aspectos metodológicos*, p. 3, 4 e 11.

(36) Como exemplo temos as definições de zona costeira dos Estados Unidos e Brasil, ambas genéricas e que para sua aplicação foram posteriormente detalhadas. No caso brasileiro o processo de delimitação das áreas costeiras só se inicia a partir do final dos anos 80.

“Nos E.U.A o *Federal Coastal Zone Management ACT*, de 1972, define a zona costeira como a de águas costeiras, incluindo as terras submersas e as terras costeiras (com as águas subterrâneas ou não) que sejam fortemente influenciadas pela água do mar.”

Esta informação retirada de um texto de Marcos Camhis e Harry Coccossis é acompanhada da seguinte colocação geral:

“A zona costeira pode ser estendida muito além dos limites das terras e oceanos, mas é uma área mal definida, sobre a qual não existe uma definição muito clara ou consenso. In: CAMHIS, Marios, COSSIS, Harry (Editores convidados) *Coastal planning and management perspectives. Ekistics*, v. 48, n. 293, p. 93, 92, mar.-abr., 1992.

Esta falta de padronização para limitação de uma zona costeira se deve ao fato deste tipo de região abrigar uma grande diversidade de ambientes, cujos ecossistemas muito variados e complexos estão em constante interação, tornando imprecisos seus limites³⁷

A definição precisa de zona costeira está sempre atrelada a necessidades conjunturais, ou seja, ao estabelecimento de um plano de manejo, de uma linha de ação econômica e política, etc., que exigem para esta ou aquela situação a precisão de áreas determinadas de atuação.

No Brasil, baseando-se nos atributos da Lei n. 7.661/89 que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, estabeleceu-se um conceito de zona costeira de um modo muito genérico, ou seja:

“O espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, e abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre a serem definidas neste plano.

Esta definição foi estabelecida dentro da resolução que aprovou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que para efeitos plásticos atribui aos estados da União a sua delimitação formal.

Os limites terrestres e marítimos da zona costeira devem ser estabelecidos nos planos estaduais de gerenciamento costeiro em função de suas características naturais e aspectos socioeconômicos. Procura-se, desta forma, ajustar a definição de zona costeira à realidade existente em cada região ou estado.

Como medida preventiva, criou-se em boa parte do território duas linhas limites – uma em terra e outra no mar – que têm como referência a linha da costa:

“Para a faixa marítima:

6 milhas marítimas (11,1km) sobre uma perpendicular...

Para a faixa terrestre:

20 quilômetros sobre uma perpendicular...

Esta zona costeira preestabelecida engloba de certo modo grande parte dos ecossistemas costeiros mais significativos e pode ser considerada como uma medida preventiva saudável. Para melhor visualização, ver os mapas de legislação incluídos no presente trabalho. Vide Brasil, República Federativa/Ministério da Marinha/CIRM – Resolução n. 01, de 21 de novembro de 1990 – Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro PNGC – Em *Diário Oficial da União* – 27 de novembro de 1990 – p. 22635, 22636.

(37) Geralmente a zona costeira inclui partes do continente sob a influência direta do mar: seu clima, vegetação, vida selvagem e solo são obviamente diferentes daqueles existentes em áreas não-costeiras. As bacias hidrográficas e a sua biota são totalmente diferentes em aparência.

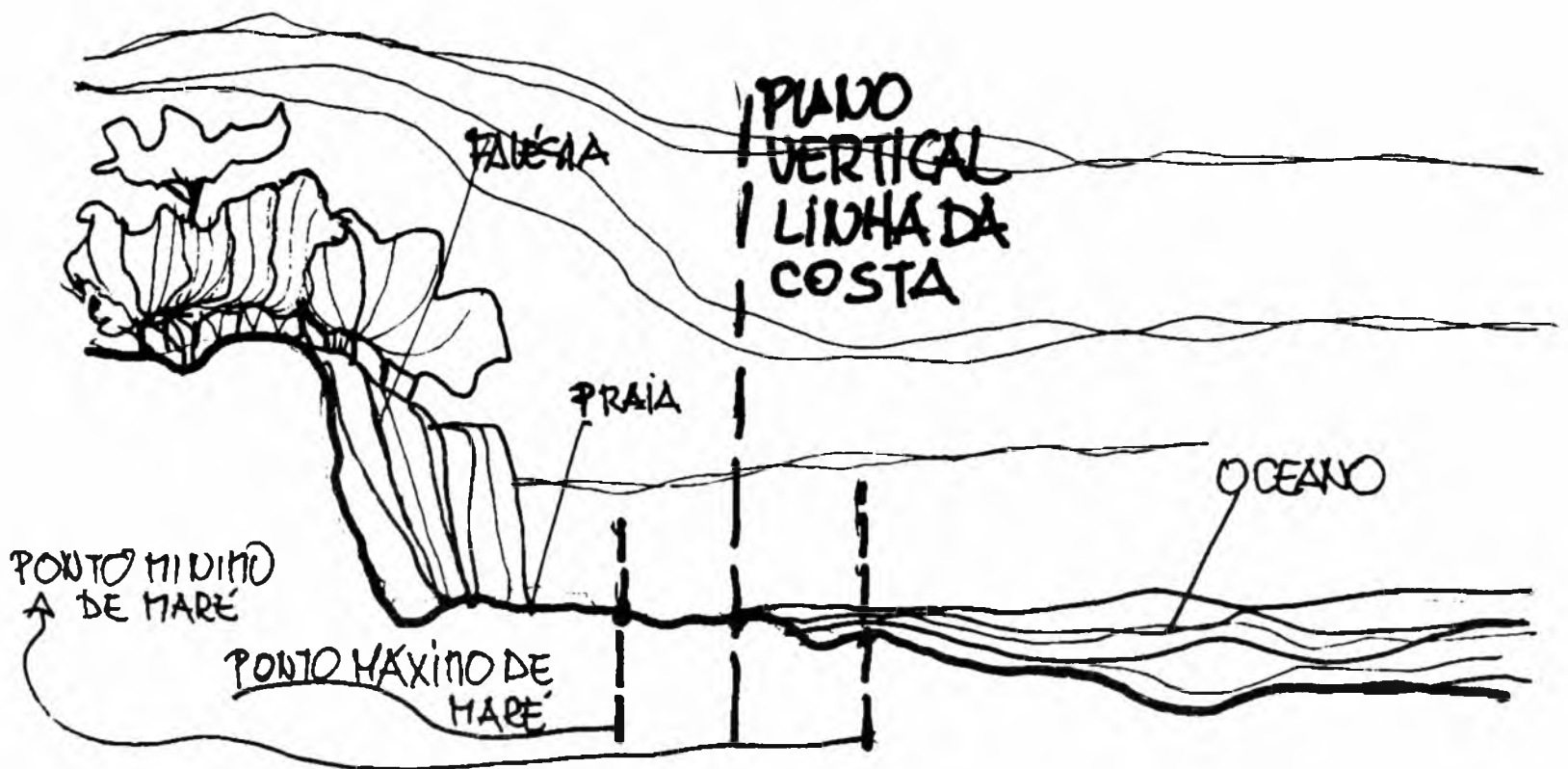
Quando, no entanto, as liberdades são restritas e os direitos legais são pontos em questão, uma definição administrativa é necessária para especificar detalhadamente a zona costeira. E isto pode ser um tanto complicado.

A determinação da zona costeira geralmente começa com a definição dos sistemas naturais e termina com a delimitação de fronteiras de acordo com a conveniência administrativa. Normalmente a extensão das águas costeiras é definida primeiramente e depois uma faixa de terra é anexada, de modo a conter os elementos marítimos da zona costeira e suas terras.

In: CLARK, John – *Coastal ecosystem management*, p. 115.

Linha da costa

A linha morfologicamente definida por ponto de contato entre as terras emersas e o mar. Esta linha tem uma configuração relativamente instável, devido à variação constante das marés, mas de qualquer modo, para fins de estudo, pode-se considerar como linha da costa a linha média que se obtém entre as faixas de menor e maior ação das marés. A partir desta linha pode-se determinar um hipotético plano vertical, que denominamos Plano Vertical da Linha da Costa. Em alguns trechos do litoral, em que as variações da maré são pronunciadas – como no caso do Golfão Maranhense³⁸ – este princípio não pode ser aplicado, sendo mais útil considerar-se como linha da costa o ponto médio obtido entre as diferentes variações da linha costeira durante as marés vazantes.



(38) "A hidrodinâmica dos ambientes transicionais do litoral do Maranhão está principalmente regulada pelas marés, em virtude desta região apresentar pulsos que atingem 6.5 m o que possibilita extensa penetração da maré salina no continente –, a exemplo do que ocorre nos estuários da baixada maranhense. In: SÃO PAULO, (Governo do Estado, Cetesb). *Diagnóstico ambiental da costa brasileira*. p. 68.

Zona costeira

Compreende uma faixa de terra e mar de dimensões variáveis que corre ao longo da linha da costa, envolvendo ecossistemas marinhos diversos, desde aqueles contidos e definidos morfologicamente pelas terras continentais até aqueles contidos nos oceanos. Compõe-se de:

– *Áreas continentais* – ocupadas por ecossistemas que dependem diretamente dos fluxos e contrafluxos das águas do mar para sua sobrevivência, como é o caso dos manguezais e restingas. Incluem-se nestas áreas todas aquelas ocupadas por ecossistemas marinhos sempre lindeiros à linha da costa. As aglomerações urbanas costeiras, verdadeiros ecossistemas humanos³⁹ são consideradas naturalmente como participantes destas áreas, pois à medida que se assentam na costa, vão mantendo um intenso relacionamento com os ecossistemas existentes⁴⁰.

(39) “Muitos pesquisadores negam a existência dos ecossistemas artificiais, originados pelo homem. Alguns consideram a existência dos sistemas humanos criados sobre espaços destruídos, ocupados anteriormente por ecossistemas naturais, outros preferem considerar simplesmente a derivação dos ecossistemas naturais. Assim, utilizando-se do termo... 'Paisagem Cultural', foram estabelecidos alguns valores principalmente climáticos –, para se evidenciar o aparecimento de ecossistemas artificiais (Buchwald, 1978). Estes correspondem à paisagem criada pela cultura do homem; dois exemplos bastante claros são as paisagens tropicais criadas em Santa Catarina (região subtropical), pelos imigrantes alemães e em regiões de mangues na cidade de Santos.

CAVALHEIRO, Felisberto, SANTOS, José Eduardo dos. Procedimentos básicos para o manejo dos ecossistemas; ecologia de sistemas. In: *Anais SEMINÁRIO DE ECOLOGIA*. VI, p. 88.

(40) Este relacionamento provoca sensíveis alterações nas áreas costeiras, tanto nos ecossistemas contidos no continente como aqueles típicos do ambiente marinho.

“Existem inúmeros processos que promovem sensíveis mudanças no ambiente marinho; dentre eles poderíamos destacar:

- a implantação de grandes áreas fabris concentradas em pólos e centros industriais sobre ecossistemas litorâneos de alta produtividade primária;
- expansão urbana e turística associada à especulação imobiliária nas regiões litorâneas;
- desenvolvimento de programas de habitação popular em áreas de mangue;
- construção de portos e canais;
- desmatamento de encostas e florestas, e utilização de areias de dunas;
- construção de estradas bordejantes às praias e às encostas litorâneas, possibilitando a especulação imobiliária e o assoreamento do litoral;
- desenvolvimento de atividades agrícolas e agroindustriais nos estuários;
- derramamento de óleos em acidentes com petroleiros ou devido à lavagem dos tanques de navios;
- mineração nos leitos oceânicos em áreas de alta produtividade.”

In: VARGAS, Nilton (org.) *Estudos prospectivos para os recursos do mar*. p. 86.

– *Áreas marinhas* – ocupam toda a área além da linha da costa em direção ao mar aberto, envolvendo o meio marinho e seus ecossistemas, recifes de coral e áreas de ressurgência. Prolongam-se até os limites da plataforma continental, onde a ação da sociedade se faz de um modo direto, seja pela exploração pesqueira e de mineração ou pelo turismo (caso dos recifes de coral).

A estes ecossistemas que sofrem ação antrópica, denominamos ecossistemas costeiros, generalizando assim sua denominação – o que permite algumas subdivisões⁴¹

A limitação espacial de uma zona costeira tem um sentido imediato e objetivo para o estudo das formas e possibilidades de ocupação humana das terras vizinhas ao oceano. O parâmetro básico para a delimitação destes territórios está sempre vinculado à possibilidade de estabelecimento de limites físicos, de territórios ocupados por este ou aquele ecossistema.

A própria idéia de ecossistemas, envolvendo fluxos de energia e material entre eles que são dificilmente mensuráveis, restringe bastante a precisão que se pode alcançar na sua delimitação. Para efeito prático, adotamos a identidade morfológica do ecossistema como definidora de sua unidade espacial mínima, que pode ser expandida até níveis máximos, à medida que consideramos as fontes distantes provedoras de energia e matéria para sua sobrevivência.

(41) Existem diferentes outros modos de designação de tais ecossistemas e entre eles o adotado por Nordstrom (1972), Ulf Lie (1983) e Diegues (1987), que denomina os ecossistemas costeiros continentais de litorâneos e os marinhos de ecossistemas marinhos costeiros; colocando ainda a definição de ecossistemas oceânicos, contidos em áreas além plataforma continental.

Seriam então definidos da seguinte forma:

Ecossistemas litorâneos – localizam-se na interface entre o mar, o continente e a atmosfera. Aí estão incluídos: praias arenosas e dunas; costas rochosas, rochões, falésias; planícies de marés, pântanos salgados e manguezais; lagunas costeiras e restingas; estuários e deltas; baías fechadas.

Ecossistemas marinhos costeiros – são aqueles que se situam no meio marinho propriamente dito, no limite externo dos ecossistemas litorâneos em direção ao mar aberto e se prolongando até os limites da plataforma continental.

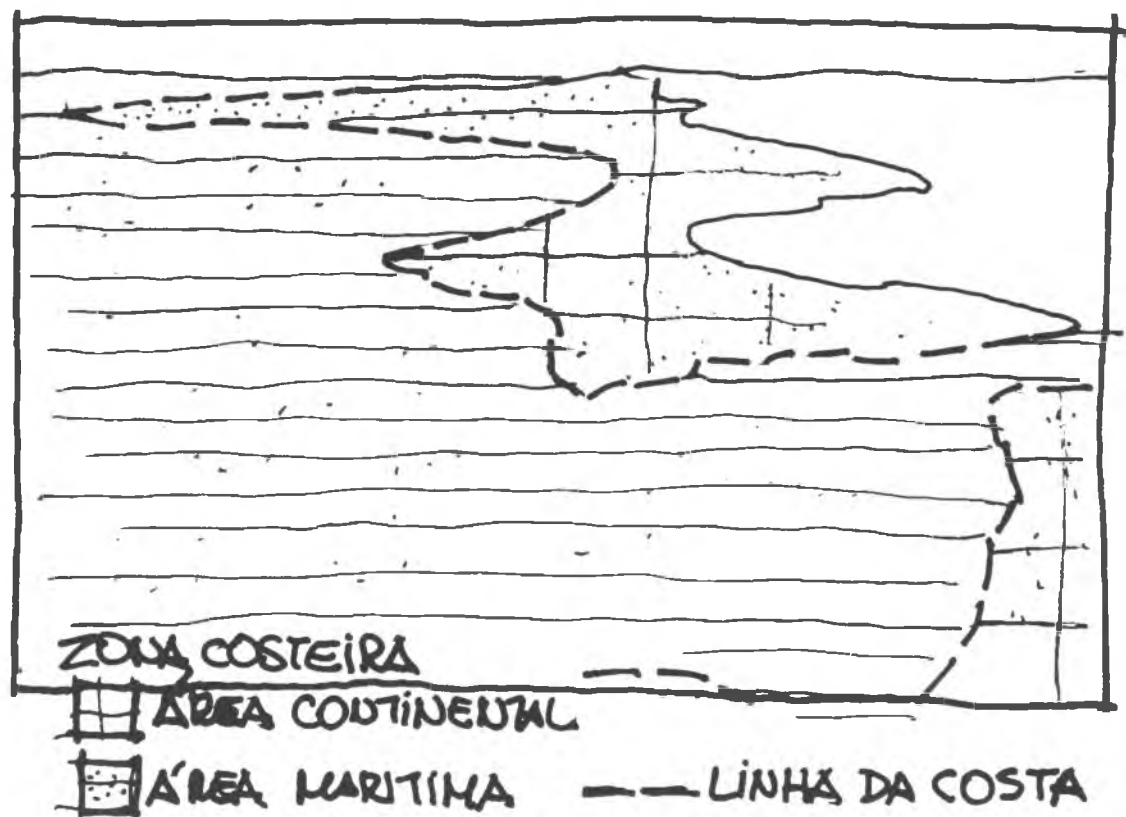
Ecossistemas oceânicos – são os que se localizam além da plataforma continental e são caracterizados pelos fenômenos atmosféricos e das massas de água com suas correntes. São ambientes de reduzida produtividade primária, habitados em geral por peixes migratórios como os tunídeos. Uma parcela pequena das capturas mundiais são realizadas.

In: DIEGUES, Antonio Carlos. *Ecossistemas marinhos e sua degradação na América do Sul, Central e Caribe*. p. 10, 11 e 12.

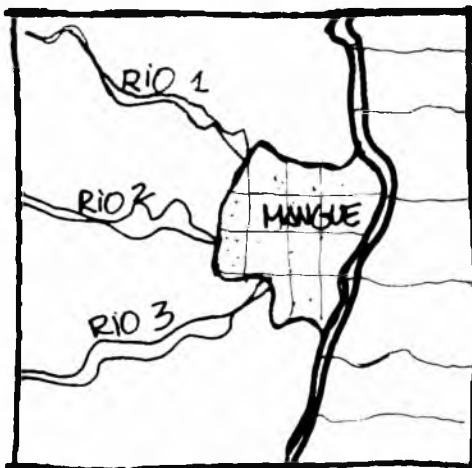


Foto 3: Linha da Costa – ao fundo falésias e praias do município de Tibau do Sul e em primeiro plano a ligação por mar da lagoa Guaraiira no município de Georgino Avelino – estado do Rio Grande do Norte

Fonte: Silvio Soares Macedo



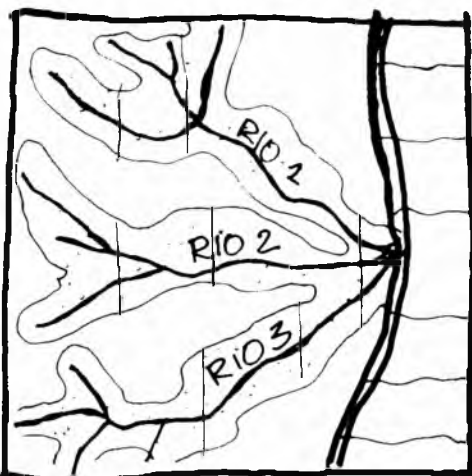
Os esquemas a seguir mostram de modo geral os procedimentos de identificação de uma unidade espacial mínima de um ecossistema costeiro. Inicia-se pela identificação do tipo de cobertura vegetal – que neste caso é uma área de manguezal – e que define a princípio a identidade do ecossistema. Uma análise posterior e mais aprofundada das fontes de abastecimento de água doce e nutrientes vitais para tal ecossistema dá origem à delimitação de uma outra unidade espacial para ele abrangendo toda a bacia hidrográfica.



ESQUEMA I

UNIDADE ESPACIAL MÍNIMA

LINHA DA COSTA



ESQUEMA II

UNIDADE ESPACIAL EXPANDIDA

LINHA DA COSTA



ESQUEMA III

BOSQUES

ZONA COSTEIRA

LINHA DA COSTA

RECIFES

MANGUEZAIS

PRAIAS E DUNAS

RESTINGAS

ÁREAS DE CULTURA

A definição do território a ser ocupado por uma zona dita costeira estará então sempre vinculada às possibilidades de identificação das estruturas morfológicas básicas apresentadas pelos seus ecossistemas, em especial os situados nas terras continentais. Aqueles situados nas áreas marinhas, com exceção das formações recifais de porte, dificilmente podem ser identificados, considerando-se, pois, toda a área da plataforma continental como zona costeira.

Tem-se então como padrão espacial adotado para a delimitação de uma zona costeira o seguinte modelo: para as áreas marinhas, todo o território da plataforma continental, e para as áreas continentais, os limites das unidades espaciais mínimas dos diferentes ecossistemas lindeiros à linha da costa, tais como manguezais e praias.

Como resultado imediato, a conformação da zona costeira não será tão regular como a da linha costeira, possuindo sempre uma extensão variável, de acordo com as condições de cada local, tanto no lado do oceano, como no do continente.

O esquema III ilustra graficamente o modelo adotado, que ocorre num trecho hipotético de litoral, contendo as linhas da costa e de delimitação de zona costeira.

Para a demarcação das unidades espaciais mínimas de cada ecossistema adotam-se as suas porções ainda íntegras em termos de conformação morfo-ambiental e é este o critério adotado neste estudo para a avaliação de áreas de zona costeira.

Esta identificação de unidades ecossistêmicas por intermédio de sua estruturação morfológica nos permite – na medida que configuram uma estrutura paisagística – atribuir a elas a denominação de unidades de paisagem (ou paisagísticas).



s ecossistemas do litoral – caracterização, valores ambientais e paisagísticos

A cada ecossistema encontrado na zona costeira pode-se atribuir um valor ambiental e outro paisagístico, sendo que tanto um quanto outro dependem fundamentalmente da integridade do ecossistema para sua mensuração. Estas qualidades são justamente aquelas que con-

dicionam as diferentes formas de exploração e exploração pela sociedade, que se apropria, processa, degrada, transforma ou elimina tais recursos⁴².

Valor ambiental

Entende-se por valor ambiental o potencial que tem qualquer ecossistema como estrutura ecológica, permitindo a existência e a manutenção de uma série de seres vivos e de seu inter-relacionamento. É sempre considerado dentro de um referencial humano, isto é, quando traz benefícios e insumos para a sociedade humana.

A idéia de se atribuir valores aos diversos ambientes surge no século 20 no momento em que os recursos ambientais explorados pela sociedade começam a escassear⁴³ e se sente a necessidade de sua preservação ou conservação para um fim social qualquer, seja como fonte de produção de alimentos, seja para a manutenção da qualidade da água, seja para se garantir a estabilidade dos solos ou até como cenário para atividades turísticas.

Sob este ponto de vista, todo e qualquer ambiente terá um valor ambiental específico, já que sempre pode contribuir de um modo ou outro para o dia a dia da comunidade humana.

No caso das áreas costeiras, todos os seus ecossistemas vêm tendo um valor atribuído pela sociedade, tanto pela alta capacidade de exploração de seus recursos pesqueiros, como pela adequação de muitos de seus pontos para abrigar terminais e portos. Além disto, o alto valor

(42) Exploração no sentido de tirar proveito e exploração significando extrair (proveito econômico) de alguma área mormente no tocante aos recursos naturais.

Vide SILVA, Adalberto Prado E. (org.) *Novo dicionário brasileiro melhoramentos*. p. 928.

(43) Sobre este período, em especial a década de 70, Eduardo Viola pondera:

"A década de 70, marca o despertar da consciência ecológica no mundo... pela primeira vez os problemas de degradação do meio ambiente provocados pelo crescimento econômico são percebidos como um problema global que supera amplamente diversas questões pontuais que eram arroladas nas décadas de 50 e 60 pelas agências estatais do meio ambiente no Primeiro Mundo. In: VIOLA, Eduardo J. *O movimento ecológico no Brasil*. p. 6.

cênico e lúdico de suas praias e lagoas, assim como a excessiva diversidade biológica e morfológica apresentada pelos seus diferentes ecossistemas, as configuram como sítios preferenciais para o lazer das grandes massas⁴⁴

As estruturas ambientais costeiras são altamente sensíveis a alterações, principalmente aquelas que se dão sobre a água – elemento principal de vida das comunidades que compõem qualquer um dos seus ecossistemas. A manutenção da qualidade da água para a vida dos animais e plantas é um princípio básico para qualquer projeto de manejo ou ocupação de um território litorâneo.

Poluição, aumento de partículas em suspensão (devido a desbarancamento de margens de rios causados por diferentes formas de assentamento humano), eliminação de comunidades inteiras de seres vivos – animais e/ou plantas – são produtos principais do processo de degradação dos ambientes costeiros e são hoje “execrados” por toda uma linha de pensamento que visa exclusivamente a exploração sustentada destes ecossistemas de modo a garantir a sua utilização pela sociedade por tempos contínuos e indefinidos⁴⁵.

Considera-se então fundamental buscar três objetivos básicos em toda ação sobre qualquer área costeira:

1 A manutenção dos processos ecológicos essenciais e dos sistemas suportes da vida (por intermédio da regeneração e proteção do solo, da reciclagem de nutrientes e da limpeza das águas) dos quais o desenvolvimento e a sobrevivência humana são dependentes;

(44) “As áreas costeiras, com as vantagens que oferecem, têm sido do ponto de vista dos industriais um lugar ideal para o estabelecimento de complexos industriais multinacionais ao mesmo tempo, a zona costeira é um dos últimos refúgios para a população, que reside nas inabitáveis cidades de hoje. A revolução ecológica tem contribuído para colocar os problemas costeiros na berlinda. A zona costeira e a linha da costa, geralmente, não só contém habitats únicos de flora e fauna, mas são especialmente sensíveis e frágeis (grifo nosso)...

... O problema do litoral é por excelência um problema ambiental.” In: CAHMIS, Marlos, COCCOSIS (editores convidados) Coastal planning and management perspectives. *Ekistics*, v. 49, n. 293.

(45) “A produtividade dos ecossistemas marinhos depende da quantidade de luz recebida e de nutrientes à disposição dos organismos...

... Porém, a explotabilidade dos ecossistemas marinhos não depende apenas da produtividade. A complexidade estrutural e a diversidade biológica determinam a maturidade do sistema. In: DIEGUES, Antonio Carlos (coord.) *Conservação e recursos vivos do mar*, p. 6.

2. A preservação da diversidade genética da qual depende o funcionamento de muitos dos processos e suportes da vida, através de: criação de programas necessários para a proteção e a melhoria do cultivo de plantas, manutenção de animais domésticos e de microorganismos, avanços médicos e tecnológicos e controles de segurança das indústrias que utilizam recursos vivos;

3. Que se assegure a utilização sustentada de espécies e ecossistemas (especialmente pesqueiros e outras formas de vida selvagem, florestas e pastagens) que asseguram a existência de milhões de habitantes em comunidades rurais, bem como das maiores indústrias⁴⁶.

O cumprimento destes objetivos – essenciais para a manutenção dos valores ambientais – dependem basicamente de posturas políticas definidas pelo país, estado e municipalidade, articuladas e associadas entre si e inseridas dentro de programas de conservação ambiental. Estes, se implementados, garantirão a manutenção dos recursos ambientais existentes, desde que explorados com parcimônia, garantindo então seu valor ambiental.

Caracterização de ecossistemas

Dentro das áreas costeiras continentais pode-se identificar morfológicamente duas estruturas básicas:

1. Aquelas situadas ao longo da linha da costa propriamente dita – manguezais, praias, costões rochosos e estuários⁴⁷;
2. Aqueles situados perifericamente à linha da costa – dunas e restingas, mas que mantêm dependência direta com o oceano em termos de fluxos de energia.

(46) In: SALM, Rodney V., CLARK, John R. *A marine and coastal protected areas: a guide for planners and managers*. p. 2.

(47) “Os estuários poderiam ser considerados zonas de transição ou ecotores entre os habitats de água doce e marinhos, porém muitos de seus atributos físicos ou biológicos mais importantes não são transacionais, porém exclusivos. In: Odum. *Ecologia*. p. 378.

Dentro das áreas costeiras oceânicas podemos identificar morfológicamente apenas os recifes, que em ocasiões de maré baixa (ou permanentemente) configuram espaços “habitáveis” no meio do oceano (isto é, acessíveis ao homem). As ilhas, no caso, são consideradas terras emersas, sendo inseridas dentro da categoria continente.

Estuários e manguezais

Dois ecossistemas que obedecem aos mesmos princípios de sujeição à maré, também podendo um manguezal estar – ou não – contido dentro de um estuário.

– *Estuários* – basicamente os setores da costa que de uma forma ou de outra contêm em seu interior porções significativas de água, podendo ser estruturado na forma de uma baía ou o delta de um rio e sempre sob ação constante das marés⁴⁸

Pode ser caracterizado como a parte mais rica da zona costeira, envolvendo as áreas protegidas de baías, lagoas e rios de maré. Suas águas são extremamente sensíveis aos distúrbios causados pelas atividades humanas da zona costeira, que poluem as águas e levam à diminuição da capacidade de carga e de manutenção da vida de seus ecossistemas⁴⁹

Ao longo dos estuários, em suas bordas, desenvolve-se uma série de outras estruturas ecológicas como manguezais, lagoas e áreas de restinga, que também dependem dos fluxos e contrafluxos das marés para sua estabilidade. Os manguezais contribuem em muito para uma elevação da sua já alta produtividade⁵⁰ e em águas protegidas foram, por toda a história da humanidade, preferidas para o assentamento de cidades e portos.

(48) “Um estuário (de *aestus*, maré) é uma massa de água costeira semifechada que possui uma ligação livre com o mar aberto, um estuário, assim, é fortemente afetado pela ação das marés e, dentro dele, a água marinha mistura-se (de modo geral, sendo sensivelmente diluída) com água doce oriunda das áreas terrestres.

(49) CLARK, John R. *Coastal ecosystem management*, p. 29.

(50) Diegues aponta que “a mistura das águas ricas em nutrientes provenientes dos rios que aí desagüam e das águas costeiras é um dos elementos mais importantes causadoras da alta produtividade aí existente. Está é a mais elevada quando nos estuários existem grandes áreas de manguezal. Entre os principais estuários estão o Amazonas (Golfão Amazonense), o Golfão Maranhense, do Capibaribe (PE), Potengi (RN), Paraíba (PB), Iguape (SP). In: DIEGUES, Antonio Carlos. *Ecossistemas marinhos, sua degradação na América do Sul, Central e Caribe – Diagnóstico Preliminar*, p. 27

O exemplo da foto e seu detalhamento gráfico mostram claramente esta diversidade e a convivência de diversos ecossistemas ao longo do estuário, como manguezais, áreas de restinga, alagadiços e lagoas.

A atribuição de um valor paisagístico qualquer a um estuário depende exclusivamente da sua localização neste ou naquele ponto da costa de modo a lhe garantir uma determinada estrutura geomorfológica que pode ou não ser assimilada pelo ideário social.

Consideremos por exemplo duas situações extremas; uma de alto grau de assimilação e outra de baixa compreensão social:

1 A baía de Guanabara, área tradicionalmente ocupada e de determinação morfológica muito clara é considerada como possuidora de um alto valor paisagístico, pela estruturação do seu suporte físico (morros, praias, enseadas) e da sua urbanização. É habitada por uma população que lhe atribui há séculos valores afetivos e simbólicos, dentro dos padrões estéticos mais diferenciados.

2. A do estuário dos rios Peruíbe e Peixoto, situados em área plana, pouco habitada e cercado em sua maioria por extensas florestas de manguezais e alagadiços, que em muito dificultam seu acesso e entendimento pela população. Devido a estas características, somente um ou outro pontos excepcionais – como as barras dos rios e algumas praias junto à cidade – são considerados apropriados pela população local como áreas de algum valor paisagístico.

– *Manguezais* – são as florestas cuja vegetação está adaptada ao constante fluxo das marés e sob a ação das águas doces continentais, constituindo um ecossistema singular Estes estão em freqüente associação com um ecossistema estuarino qualquer ou são encontrados em pequenas franjas da costa⁵¹.

(51) “Os manguezais, em sua maioria associados a estuários e lagunas costeiras, são ecossistemas de transição entre os ambientes oceânico e terrestre, devido sua condição de ecótono estão sob forte influência dos processos continentais, tais como a drenagem das águas e os efeitos das atividades antrópicas. Estas influências, aliadas à rápida reciclagem de nutrientes observadas em tais regiões de pequena profundidade, resultam em alta produção de matéria orgânica” in: SCHAEFFER NOVELLI, Yara. *Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiros, com ênfase especial para o ecossistema manguezal*. p. 13.

Dentro dos estuários, são os manguezais aquelas estruturas que mais dificilmente permitem a penetração humana, ou por estarem constantemente alagadas ou pela sua vegetação densa e entrelaçada ou ainda pelo chão lodoso e malcheiroso que caracteriza toda a sua área de solo firme⁵²

Estes ecossistemas, assim como todos os contidos em áreas de estuário possuem uma alta produtividade biológica, sendo considerados como verdadeiros bancos genéticos e servindo de criadouro a centenas de espécies marinhas (peixes e aves principalmente), devido aos altos níveis de entrada e circulação de nutrientes existentes⁵³. Como consequência, são extremamente sensíveis às intervenções antrópicas.

Devido a esta alta produtividade, os manguezais (junto com os estuários), dentro dos ecossistemas costeiros, são aqueles mais explorados pela comunidade, que deles extrai comida (peixes, crustáceos, etc.) e madeira (tanto para construção como para combustível)⁵⁴

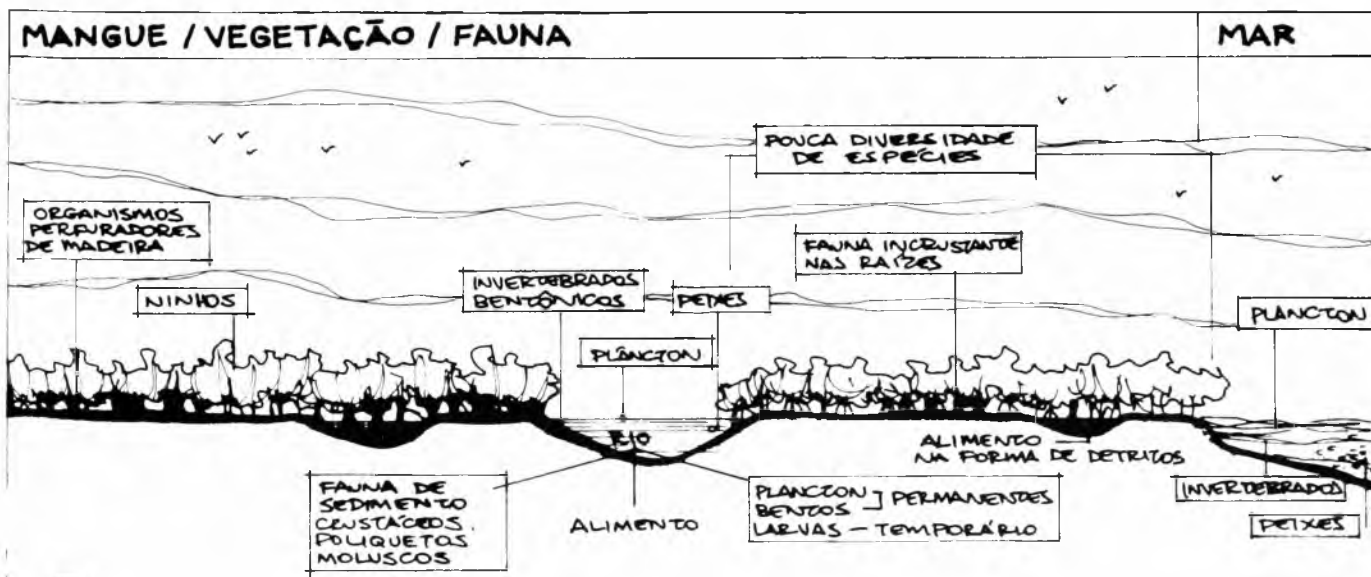
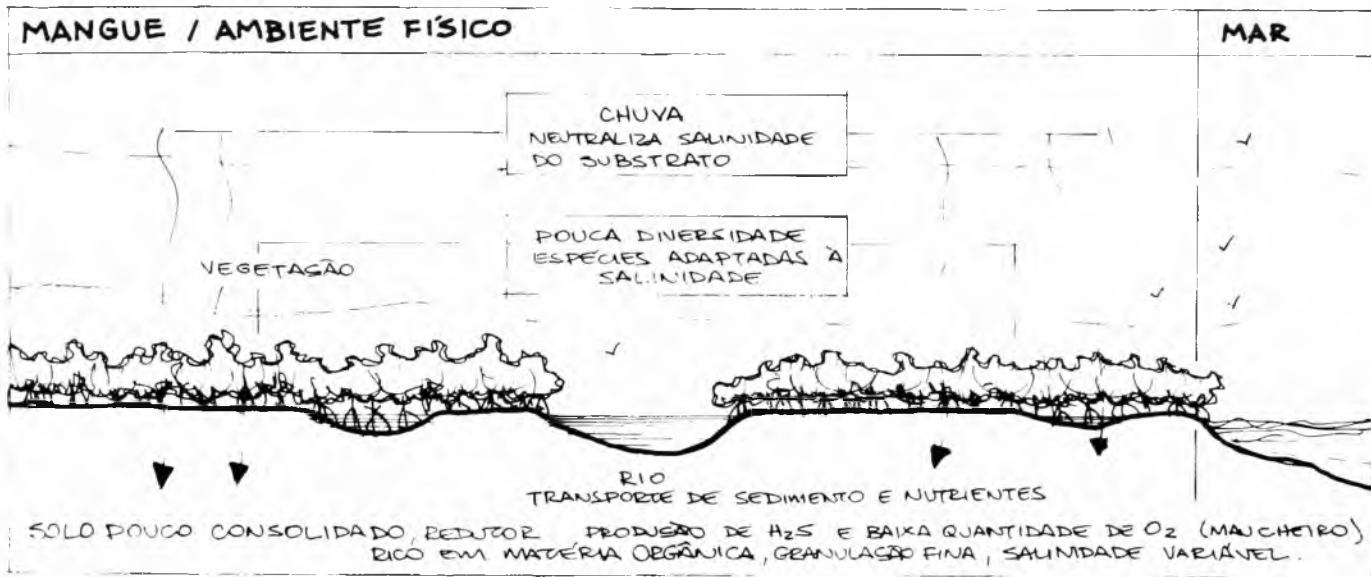
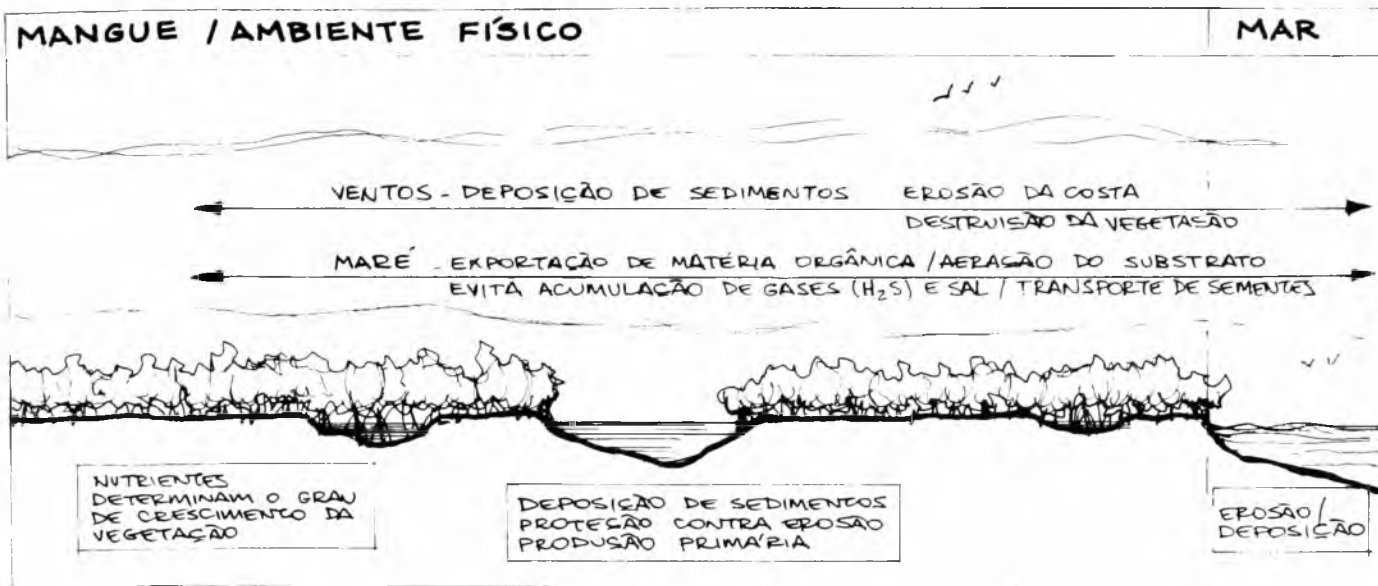
Os esquemas a seguir mostram em essência a forma de estruturação do sistema mangue-estuário.

(52) Sobre o desprezo que parte substancial da sociedade dá aos manguezais pondera Oliver Hillel: "Cabe aqui um alerta quanto ao pouco interesse e até mesmo desprezo que pessoas mal-informadas dedicam a estes ambientes, riquíssimos redutos de vida no litoral... Apenas porque os menos informados reconhecem neste ambientes nada mais que um lodo malcheiroso... e uma extensão de terra que não podem freqüentar com roupas de banho ou de cidade. In: HILLEL, Oliver. *Conhecendo a vida do litoral*. p. 5.

(53) "A alta produtividade destes ecossistemas deve-se a dois fatores básicos: (1) a entrada de nutrientes no sistema, vindos da drenagem continental e da plataforma continental, e (2) o alto grau de retenção e ciclagem de nutrientes nestas áreas. As águas provenientes da drenagem continental desempenham um papel fundamental nos estuários e lagunas: trazem nutrientes em suspensão, detritos orgânicos que servem a alimentação de numerosas espécies detritórias; siltes e argila responsáveis pelas altas taxas de sedimentação do ambiente, além de criarem o gradiente de salinidade, que caracteriza o ecossistema. In: DIEGUES, Antonio Carlos (coord.) *Conservação e recursos do mar*.

(54) SALM Rodney, CLARK John organizaram uma tabela síntese de produtos extraídos dos manguezais, dividindo-os em duas categorias:

a) Os extraídos das florestas de mangue – combustível, materiais de construção, equipamento de pesca, comida, drogas e bebidas, produtos para agricultura, papel e ainda outros mais.
b) Outros produtos naturais – basicamente os animais passíveis de coleta como peixes, crustáceos, mamíferos, pássaros, etc. In: CLARK, John. *Marine an coastal protected areas – A guide for planners and managers*. p. 120.



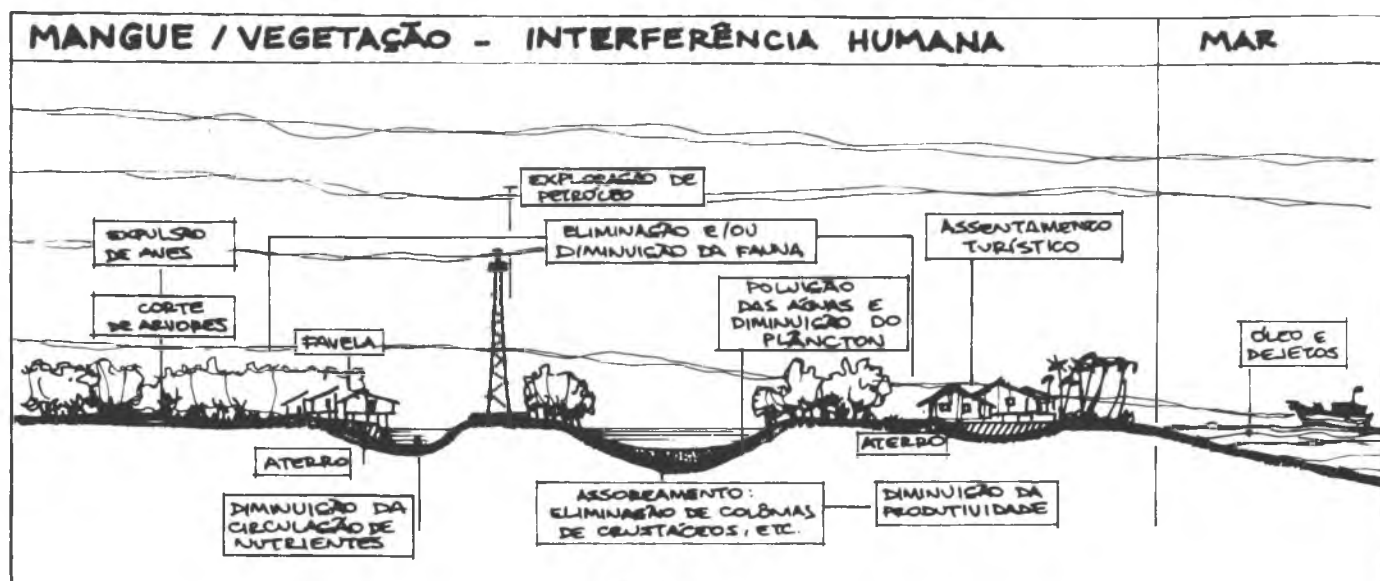


Foto 4: Vista do estuário formado pelos rios Peixoto e Peruíbe, situado no extremo sul do estado da Bahia, cuja bacia de drenagem estende-se até o estado vizinho de Minas Gerais e em cujas vizinhanças se situam as cidades de Nova Viçosa e Caravelas. A mancha observada no mar, à direita da foto, logo abaixo da chamada Ponta da Baleia, é devida à grande quantidade de sedimentos em suspensão ali existentes
Fonte: Foto Aérea INPE – 1989 – Arquivo Parque Nacional Marinho de Abrolhos

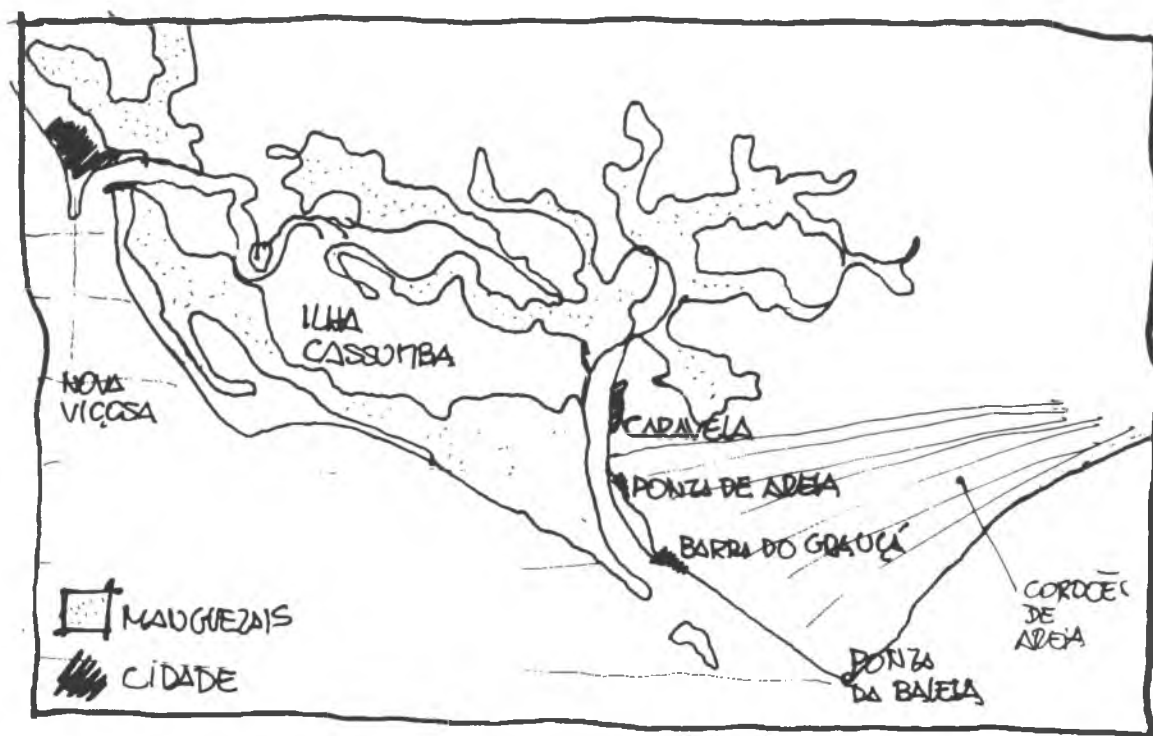


Foto 5: Praia do Kitongo – Praia de rio com pouca areia e vegetação, utilizada pela população local por ser uma das poucas áreas acessíveis para o lazer e não por possuir algum inerente valor paisagístico. As águas do rio, no trecho em questão são visualmente sujas – barrentas – em parte do ano e são preferidas pelos turistas em detrimento das praias ao norte, de águas de cor azul e voltadas para o mar aberto
Fonte: Silvio Soares Macedo



Foto 6: *Manguezal situado no estuário do rio Jurucuçu, município de Prado – Bahia, que conserva grande parte de suas matas íntegras. Em primeiro plano as terras devastadas de vegetação de mangue, situadas em área lindeira à cidade*

Fonte: Silvio Soares Macedo

Os manguezais, assim como todo e qualquer ecossistema, possuem limitações para sua existência e a sua exploração intensiva tem sido um fator de destruição total de sua estrutura em muitos pontos do país, principalmente – como já foi visto – em volta dos grandes aglomerados urbanos.

A urbanização clássica, principalmente aquela destinada a abrigar complexos turísticos, industriais e habitações populares tem causado grandes devastações nestas áreas. Mesmo que parte de suas áreas seja normalmente mantida intacta, as áreas devastadas perdem muito de sua riqueza biológica e, portanto, do seu potencial produtivo.

O mangue, em uma escala ainda maior que os estuários, possui pouca importância para a comunidade como área de valorização cênica ou paisagística. Este fato é explicado em grande parte pelas dificuldades de acesso que só é possível em regiões cortadas por canais que possibilitam a penetração de pequenas embarcações. Paralelamente a este fato, poucos turistas têm disposição ou recursos

para passear de barco por entre florestas de mangue⁵⁵ onde só eventualmente encontram-se animais de porte (como por exemplo bandos de garças)⁵⁶, mas há sempre um contato constante – nem sempre apreciado – com milhares de invertebrados (crustáceos e moluscos por exemplo).

Apesar do porte de suas matas e águas, o manguezal normalmente não tem reconhecido seu grande valor paisagístico, sendo seu uso restrito principalmente a pescadores amadores e profissionais. Este fato diminui muito o seu potencial de defesa e proteção por parte da opinião pública que, desinformada⁵⁷ sobre seus aspectos e recursos ambientais e não interessada em seus atrativos paisagísticos, pouco ou nada tem feito para sua conservação⁵⁸.



manejo desejável

Contra a situação de degradação vigente nestes ecossistemas costeiros e a perda de seus recursos, algumas posturas básicas são indicadas para que tais áreas sejam ocupadas e exploradas, mantendo-se entretanto íntegros os seus processos vitais⁵⁹.

(55) Caracterizadas basicamente por dois tipos de vegetação.

“O manguezal arbóreo – constituído de uma floresta baixa tropical halofítica latifoliada perinófila sobre vasa de maré; quando as árvores formam um dossel-fechado” ou pelos “manguezais arbustivos – escrube tropical halofítico latifoliado sobre vasa de maré e escrube aberto – tropical latifoliado sobre vasa de maré” entendendo-se no caso por escrube – a vegetação como um todo ou apenas uma camada que não são árvores nem ervas, inclui arbustos, arvoretas de menos de 3 m de altura e outras plantas persistentes que não são arbustos, como palmeiras acaules, cactos sem troncos, bromélias grandes terrestres, etc. In: EITEN, George. *Classificação da vegetação no Brasil*. p. 23 e 11.

(56) Segundo Yara Schaffer Novelli, os manguezais no Brasil não possuem uma fauna alada de porte como a encontrada no Caribe, onde flamingos e outras diferentes e apreciadas espécies de aves são encontradas em grande quantidade (informação verbal).

(57) “Para projetar, interferir em um meio tão complexo se encontrará sempre dificuldades sérias. Ninguém pode esperar que todos compreendam o emaranhado dos problemas ecológicos existentes.” In: LYLE, John. *Design with human ecosystems*. p. 3.

(58) “A sociedade não é totalmente omissa perante a questão da importância dos manguezais, sendo que e as principais incursões em sua defesa têm sido provenientes de setores específicos da comunidade, como cientistas e/ou ecologistas...”

(59) Premissas extraídas basicamente dos padrões adotadas por SALM, Rodney, CLARK, John. In: *Marine and coastal protected area – A guide for planners and managers*. p. 125, 127 e 128.

- 1 Controle da utilização da água para irrigação e abastecimento, descarga de resíduos (com proibição da descarga de dejetos sólidos) acompanhada de um monitoramento constante das condições de saúde do meio líquido e do solo⁶⁰;
2. criação de cinturões de proteção para a vegetação nativa, em especial nas áreas lindeiras às áreas úmidas, de modo a manter a integridade da vegetação e evitar a erosão das margens e a siltação das águas;
3. controle e monitoramento da navegação e do transporte de combustíveis;
4. não introdução de espécies exóticas – tanto animais como vegetais – de modo a não alterar os procedimentos de sucessão e composição das comunidades existentes. Caso estas sejam necessárias devem ser feitos estudos prévios de compatibilidade das espécies a serem introduzidas no ecossistema;
5. controle de todo e qualquer tipo de coleta de animais, de modo a manter as populações em níveis adequados à sua reprodução e aproveitamento, além dos ninhais íntegros;
6. controle da mineração, que não deve ser implementada em habitats de espécies em extinção na região e deve obedecer medidas que visem a manutenção da integridade do ciclo hidrológico e do solo;
- 7 permissão de reflorestamento em áreas periféricas de menor importância para produção, com a introdução de matas homogêneas, criadouros e a pesca, conservando-se e regenerando as florestas de mangue, sempre seguindo um estrito plano de manejo para toda a área;

(60) "Quando se consideram projetos de modificação e construção nos estuários duas precauções devem ser consideradas:

Primeiro evitar perturbar o padrão normal de circulação de água...

Segundo evitar perturbar as zonas de produção de águas rasas, tais como recifes, áreas de vegetação marinha e pântanos, os quais são áreas de criação para importantes frutos do mar. In: ODUM, E. *Ecologia*. p. 380.

8. permissão da urbanização em áreas não fundamentais para o ecossistema, proibindo-a nos manguezais e criando “áreas-tampão” entre os núcleos urbanos e estes últimos;

9. permissão das atividades recreativas que não afetem a vida de animais em extinção, não causem erosão e nem destruam ninhos ou perturbem a pesca. Considera-se no caso que o acesso humano às diferentes partes dos diversos ecossistemas é desejável, seja de uma forma restrita ou plena, pois a própria presença de indivíduos interessados em apreciar e usufruir dos diferentes espaços pode levar a uma tomada de consciência de seu valor e, portanto, à sua conservação e preservação.



Foto 7: Vista geral do estuário do rio Peruíbe – em área plana, vasta e de difícil acesso
Fonte: Mario Zanussi de Oliveira

Praias e costões

Os ecossistemas mais típicos e acessíveis de toda a linha costeira estão em contato constante com a água do mar, sofrendo direta e intensivamente a ação das marés e dos ventos, sendo que as praias são os principais espaços de lazer social.

– *Praias* – faixas de areia situadas na linha da costa, formadas devido à ação das correntes marinhas e fluviais e da ação dos ventos, possuindo uma vegetação rala e altamente especializada e dimensões variáveis em função das marés. As praias estão sempre associadas a outros ecossistemas costeiros, como dunas, manguezais, etc.⁶¹

Morfologicamente as praias podem ser muito extensas, ocupando quilômetros sucessivos de linha da costa, ou estão contidas em baías e enseadas, onde ficam mais protegidas da ação do mar e dos ventos. Encontram-se ainda em muitos trechos do litoral cordões de recifes ou ilhas, protegendo as praias da exposição plena em relação ao oceano.

A partir da sua situação e dos graus de proteção em relação ao mar, as praias apresentam características particulares que nos permitem classificá-las em:

1. muito protegidas: planas, de areia muito fina, de baixa drenagem, com camadas redutoras praticamente superficiais e com uma limitada extensão de ambientes habitados, apresentando uma maior abundância de meio-fauna, moluscos e poliquetos;
2. mediamente protegidas: pouco inclinadas, areia não tão fina que apresenta formas de vida somente nas camadas mais superficiais, com abundância de moluscos;
3. expostas: muito inclinadas, areias grossas com ausência de silte, possuindo uma drenagem e uma oxigenação muito alta, pouco habitada e apresentando somente uma maior abundância de crustáceos⁶²

(61) "Praias são depósitos de areias acumuladas pelos agentes de transporte fluvial ou marinho, apresentando uma laguna menor ou maior em função da maré." In: SÃO PAULO, Universidade de / Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. *Inventário de Áreas Úmidas do Brasil. versão preliminar.* p. 39.

"Uma praia pode ser definida como a parte não recoberta da costa, formada por material perdido, em especial areia e que se estende pelo limites das partes não atingidas pela maré até os pontos mais baixos de ação da maré. In: CLARK, John. *Coastal environment management.* p. 144.

(62) Dados extraídos de quadro "tipos de praia" organizado pela bióloga Rosana Rocha, que trabalhou como assessora na pesquisa básica geradora deste trabalho.

As praias são ambientes que apresentam uma grande tolerância ao uso humano e a recreação que nelas se processa não altera significativamente sua estrutura ecológica, já que grande parte das formas de vida estão protegidas dentro da área que forma seu substrato, sendo entretanto muito sensíveis à construção de edificações. O assentamento de edifícios exige a movimentação de areia e a impermeabilização do solo, diminuindo as possibilidades de vida da fauna típica, que tem seus ambientes danificados ou eliminados.

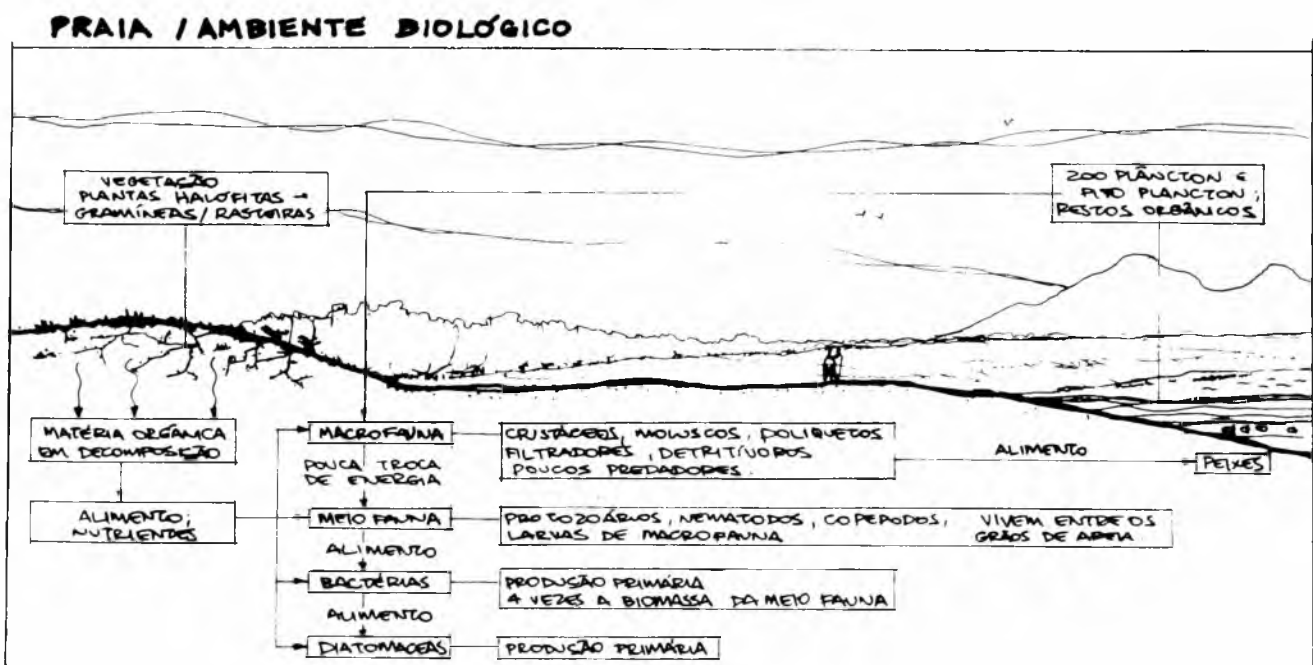
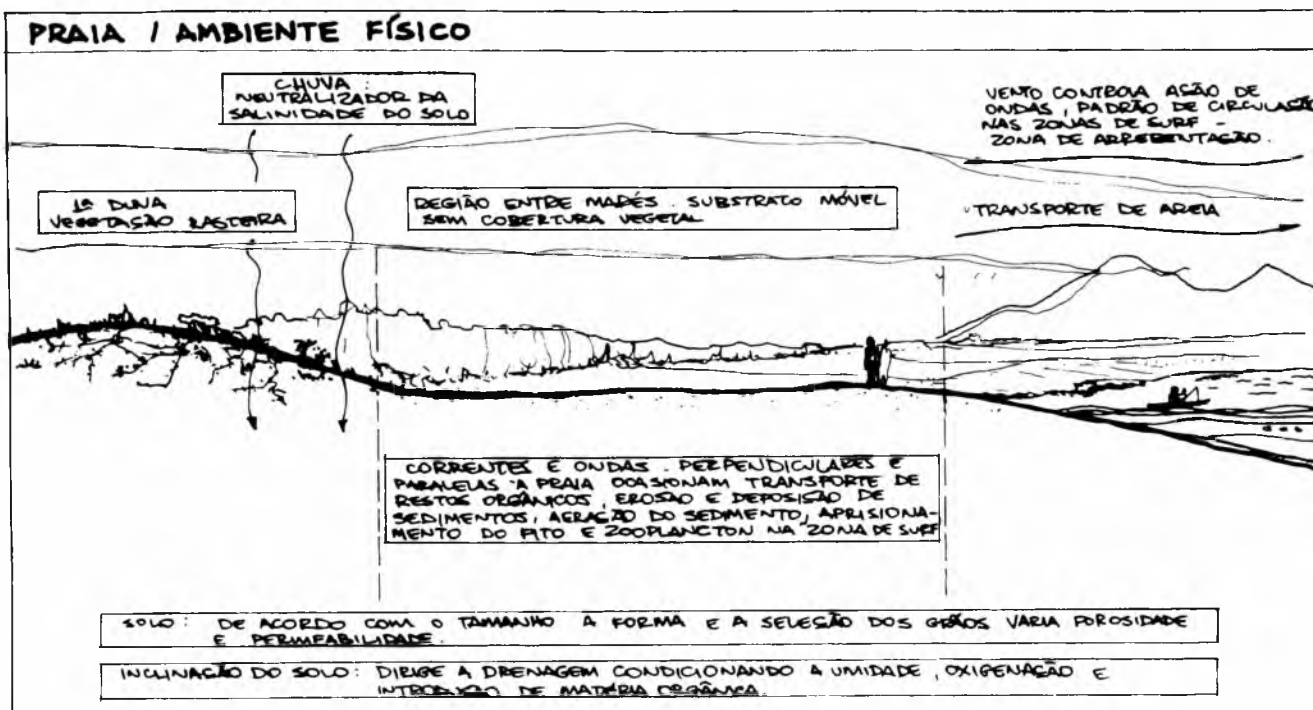
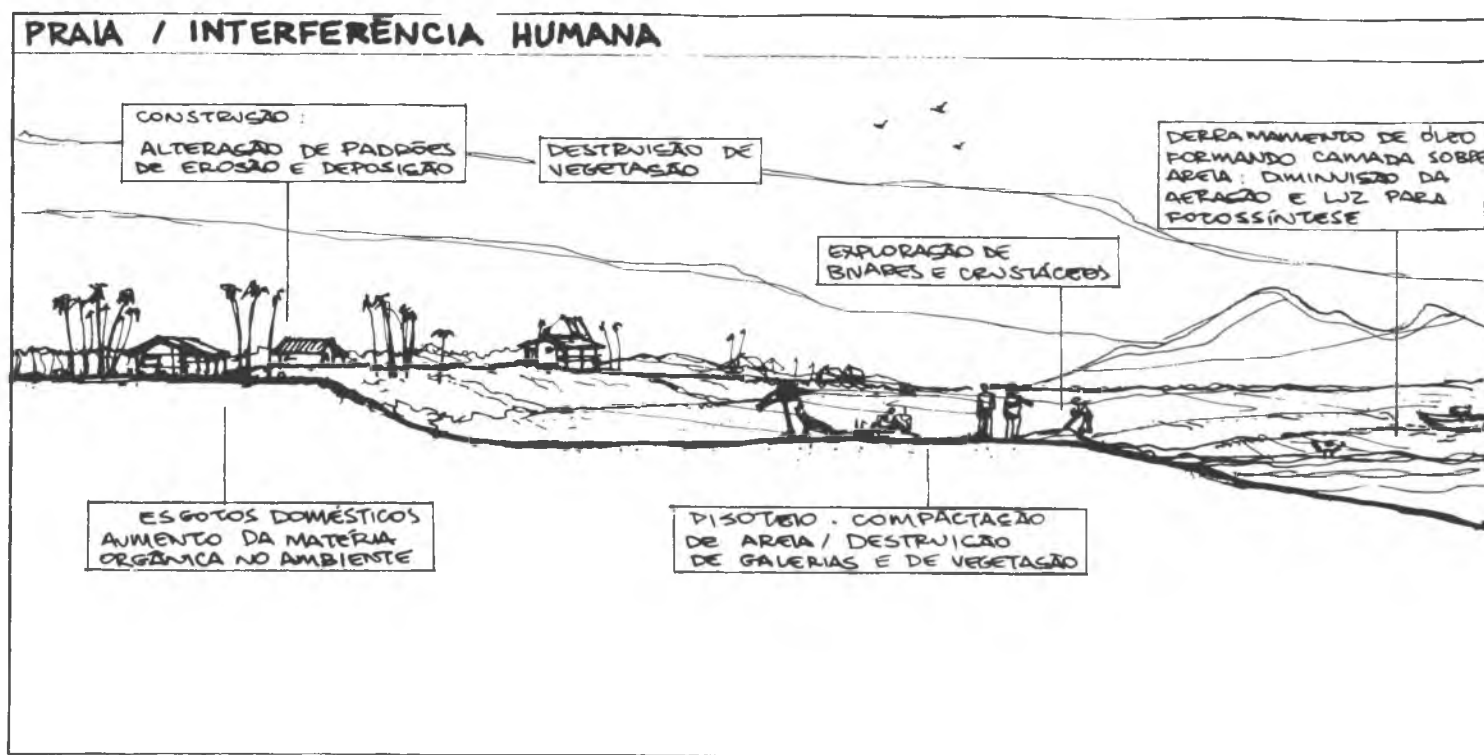




Foto 8: Por toda a linha costeira as praias apresentam formas de ocupação similares, variando em intensidade de acordo com as suas possibilidades de acesso para as grandes massas. Neste trecho de praia em Macaé, estado do Rio de Janeiro, como em todos os outros, a faixa de areia é mais utilizada e a faixa ocupada por vegetação – gramíneas no caso – praticamente não é utilizada
Fonte: Silvio Soares Macedo



A construção de edificações nas praias deve então ser sempre restrita, não somente por estes fatores, mas também pela contínua transformação de sua estrutura morfológica, pois a linha da praia, que marca o encontro do mar e da terra, está em constante estado dinâmico. O movimento das ondas não somente carrega a areia para cima e para baixo, mas também ao longo da praia, através de correntes paralelas a ela, formadas devido ao ângulo em que as ondas chegam à linha de areia.

O dinamismo da praia é dirigido pela dualidade erosão-deposição, cíclica e sazonal, e que são processos naturais importantes no desenvolvimento das costa⁶³

A vegetação em uma praia, cujo entorno ainda não está ocupado, apresenta gradientes diversos, desde aquelas formações pioneiras em áreas sujeitas à influência do mar (principalmente gramíneas), até espécies de arbustos e plantas mais altas em áreas protegidas, aí se integrando a áreas de restingas ou dunas e com elas se confundindo.

Em termos paisagísticos a praia é, entre as estruturas ambientais, aquela para a qual a sociedade atribui os valores mais altos, principalmente em função da grande importância para o lazer (tanto o cotidiano ou o eventual fim de semana e férias). Por toda a costa do país, todos os espaços possíveis de uso das praias são ocupados, de modo mais ou menos intensivo, de acordo com a localização da praia. Podemos enquadrar seus usuários em três categorias básicas: banhistas, "tomadores de sol" e esportistas. As áreas de areia descoberta são utilizadas para descanso, contemplação, jogos e caminhadas, enquanto que as áreas com vegetação de pequeno porte são evitadas, preteridas em função desta primeiras ou de áreas com muita sombra.



manejo desejável

As praias – tanto dentro das áreas urbanas de porte como nos mais diversos centros turísticos – têm sido dos ecossistemas litorâneos aqueles que possuem as formas mais consolidadas de ocupação e manejo. A afluência contínua de usuários exige que medidas de

(63) Para maiores detalhes vide LOPES, Stephen H. Coastal design with natural process. In: *ASLA, Latus*, v. 6, n. 2, p. 7-24.

controle ambiental sejam tomadas em função da necessidade de se manter condições de uso de tais espaços para o todo da população. Pelas principais praias do país é feito um controle mínimo da limpeza das areias; constroem-se emissários submarinos de modo a se melhorar a balneabilidade de suas águas e constroem-se estruturas protetoras de sua integridade física.

Paralelamente, em muitos trechos as praias estão sendo dissociadas de seus antigos parceiros ambientais – como áreas de restinga e manguezais –, que são eliminados para comportar as diferentes formas de instalação urbana.

Considera-se então que:

1. as medidas atualmente utilizadas para a manutenção das praias são adequadas;
2. que áreas de vegetação nativa, tanto dentro da área das praias como em suas vizinhanças, devem estar sujeitas a planos de manejo;
3. que a ocupação urbana ou agrícola deve ser restrita a trechos selecionados da região de praias, de modo a conservar-se intactas as relações entre as praias e as estruturas ecológicas existentes, seja sob a forma de parques ou áreas de preservação permanente;
4. que toda a praia, em função das formas de utilização já consolidadas pela sociedade, deve ser considerada ao menos como área de proteção ambiental;
5. que todo o plano de manejo ambiental e paisagístico aplicado às praias leve em consideração os seus ecossistemas associados, ou seja, dunas, restingas, etc.

– *Costão rochoso* – é considerado um dos cinco ambientes básicos para os organismos vivos no litoral brasileiro⁶⁴ e compreende todas as superfícies rochosas situadas ao longo da linha da costa, tanto no continente como nas ilhas, caracterizando-se por manter um contato constante com as águas do mar

(64) Os outros quatro seriam de um modo simplificado a praia arenosa, os mangues e estuários e os recifes de coral. Vide HILLEL, Oliver. *Conhecendo a vida no litoral*. p. 2-9.

Os costões são típicos ecossistemas litorâneos⁶⁵ e estruturam-se sobre formas morfológicas diversificadas, que por sua vez criam uma infinita gama de ambientes; são encontrados desde a forma de rochas isoladas ou agrupadas em pequenos conjuntos junto às praias ou em grupos contínuos de escarpas, que se desenvolvem por quilômetros ao longo da costa.

Sobre e entre estas superfícies desenvolve-se uma riquíssima flora e uma fauna diversificada, abrangendo diferentes tipos de algas, crustáceos, moluscos, equinodermos, esponjas, eriozoários, ascídias e outros tipos de invertebrados que vivem fixos às rochas, servindo ainda de hábitat a diferentes espécies de peixes (muitos dos quais se utilizam das tocas formadas como abrigo).

Uma característica do costão rochoso é a disposição dos diferentes organismos em faixas paralelas ao nível da água, podendo-se distingui-las pelas diferentes formas, cores e disposições dos diversos organismos. As algas verdes, por exemplo, são geralmente observadas em paredes ou planos de águas rasas, onde o seu acesso à luz é imediato, enquanto que em níveis mais profundos são encontradas as algas pardas ou vermelhas⁶⁶. Esta disposição se deve aos diversos gradientes de adaptação dos organismos típicos do costão à variação de marés e de luz, e de suas interações ecológicas, originando um padrão agregado de assentamento sobre o local.

Como estrutura morfológica, o costão em si não tem o grande valor paisagístico atribuído às praias, já que em relação a estas restringe o seu acesso à população em virtude do seu aspecto escorregadio, da presença de colônias de invertebrados incrustantes e da sua própria constituição morfológica, caracterizada por paredes íngremes ou faixas de rochas superpostas.

(65) Consideramos juntamente com os manguezais, pântanos salgados e praias como um ecossistema litorâneo. In: DIEGUES, Antonio Carlos (coord.) *Conservação e recursos do mar*. p. 12.

(66) "Em ecologia dá-se o nome de zonação a esta distribuição em linha. As zonas podem ser largas, no caso de rochas com pouco declive ou expostas às ondas, ou mais estreitas em marés abrigados e rochas com disposição vertical. As faixas de organismos móveis, como caranguejos ou caramujos, movem-se acompanhando o nível da água. In: HILLER, Oliver. *Conhecendo a vida no litoral*. p. 2.

Em função destes fatores o costão é procurado normalmente por tipos específicos de usuários, que por ele transitam a pé em busca de “aventuras” ou melhores pontos de pesca e por mergulhadores em busca de paisagens subaquáticas.

Para fins de urbanização, as áreas limítrofes às grandes linhas de costão – em geral constituídas de promontórios e penínsulas de declividade acentuada – têm tido uma ocupação especializada por habitações destinadas ao público de poder aquisitivo mais alto, com condições de arcar com o custo tecnológico necessário para o assentamento de residências em áreas escarpadas.

Este público desfruta então de uma situação paisagística privilegiada no tocante à localização de suas habitações, sempre situadas a cavaleiro do mar, de onde se descortinam horizontes mais amplos, sendo que a faixa de costão propriamente dita é utilizada como um elemento de composição cênico-paisagística ou como ponto de acesso ao mar.

A construção nas encostas vizinhas ou sobre o costão constitui um dos principais fatores de alteração dos ecossistemas de costão, devido ao contínuo soterramento de áreas biologicamente signifi-



Foto 9: Costão típico do litoral norte de São Paulo, composto na sua parte emersa de rochas de diferentes tamanhos, irregulares e portanto de difícil circulação e acesso
Fonte: Silvio Soares Macedo

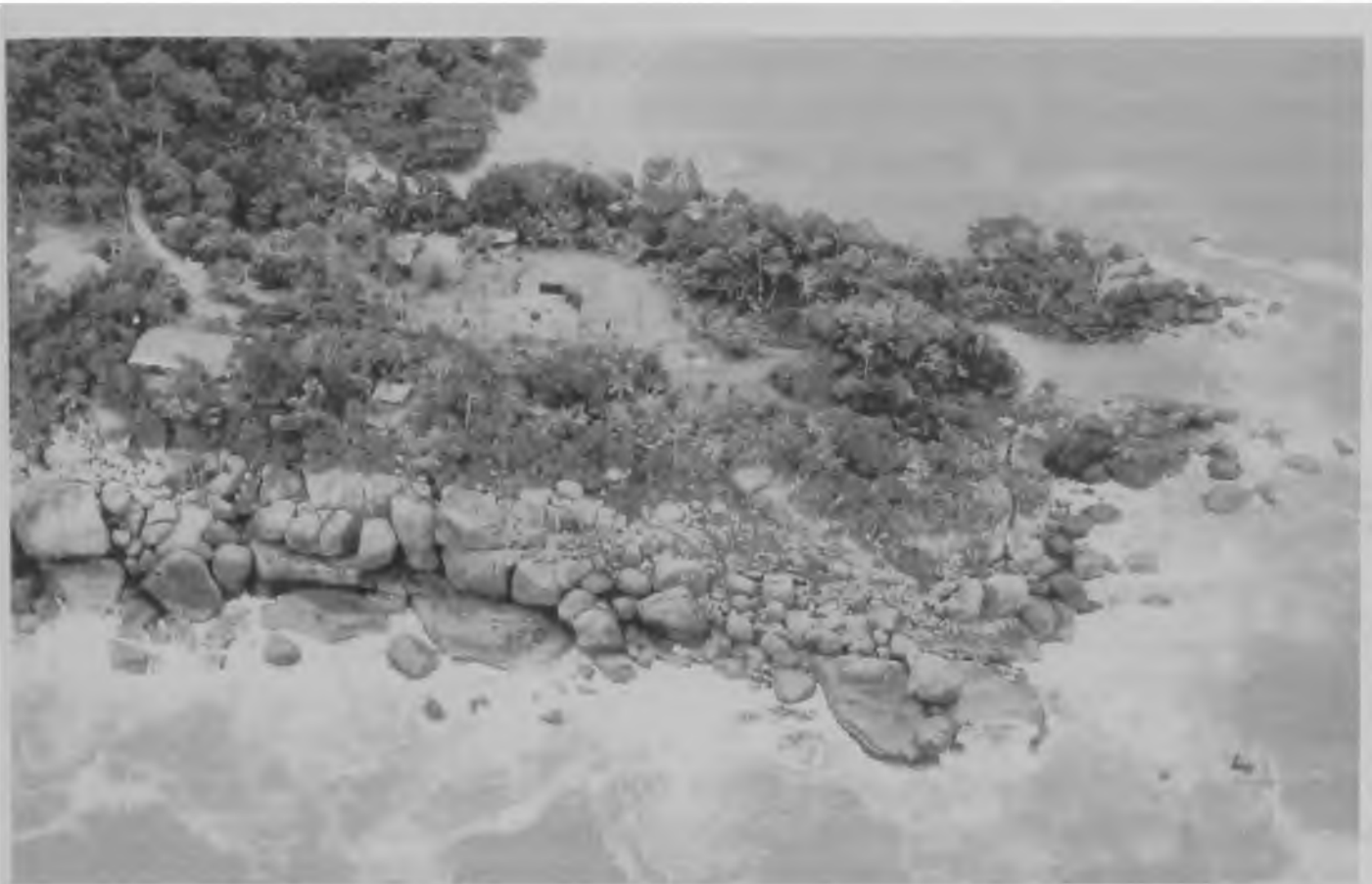


Foto 10: *Ocupação de áreas de costão vizinhas a linhas de costão na praia de Baraqueçaba – São Sebastião – São Paulo*
Fonte: Silvio Soares Macedo

cativas. Este fato é decorrência de aterros necessários para o assentamento de novas construções ou por desmoronamentos provocados por modos drásticos de alteração da estrutura física das encostas. Estes eventos causam a destruição de colônias importantes de indivíduos – como mariscos e ostras, que são animais filtradores, tanto pelo seu soterramento como pela alteração das condições da água que por muitas vezes passa por um aumento exagerado nos níveis de sedimento. Este aumento, perdurando por um certo tempo, implica na diminuição imediata na claridade da água e causa, portanto, alterações nas condições de vida das diversas comunidades de seres vivos (principalmente nos caso das algas que dependem de luz para realizar a fotossíntese e que servem de alimento para os outros organismos).

A vizinhança da urbanização causa a poluição das águas através do despejo de dejetos orgânicos, químicos e industriais, que contribuem diretamente para a desestabilização destes ecossistemas. Destes dejetos, o derramamento de óleo é apontado como um dos principais fatores de degradação deste tipo de ambiente. Pode-se considerar

então que o costão rochoso, sempre associado às áreas íngremes emersas, representa um elemento paisagístico significativo não pela aceitação popular mas dentro de um modo mais amplo de análise da paisagem litorânea, no qual constitui, em termos morfológicos, um dos principais elementos estruturadores.

A nível ambiental, os costões rochosos, devido ao fato de abrigarem uma grande diversidade de vida marinha, constituem um dos ecossistemas mais produtivos da zona costeira, tornando-os campos ideais para a prática de coleta de alimentos, sendo pois passível de conservação e proteção.



manejo desejável

Desde que a qualidade da água esteja boa para as comunidades abrigadas em áreas de costão, estas oferecem amplas possibilidades de regeneração de eventuais danos. Desta forma toda intervenção em tais áreas deve ter como objetivo central a saúde das suas águas, evitando-se e monitorando-se:

- o despejo nas águas de dejetos de qualquer tipo;
- aterros e eventuais alterações nas áreas de terra firme que possam transformar as qualidades das águas locais.

De maneira geral, é desejável tanto que os costões como as praias ou manguezais estejam inseridos em projetos e planos de controle paisagístico e ambiental que visem a conservação da saúde do ambiente costeiro como um todo.

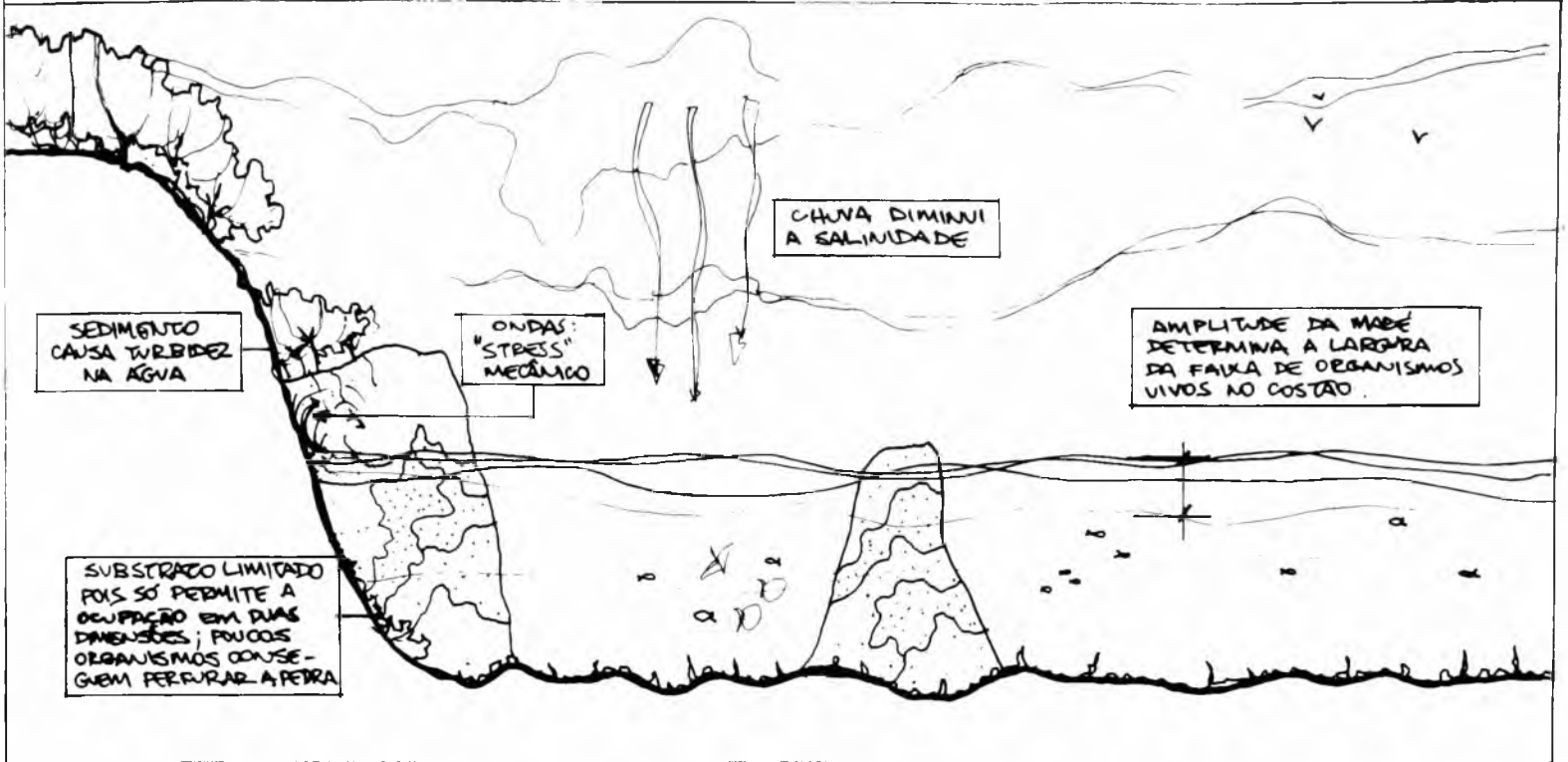


Dunas e restingas

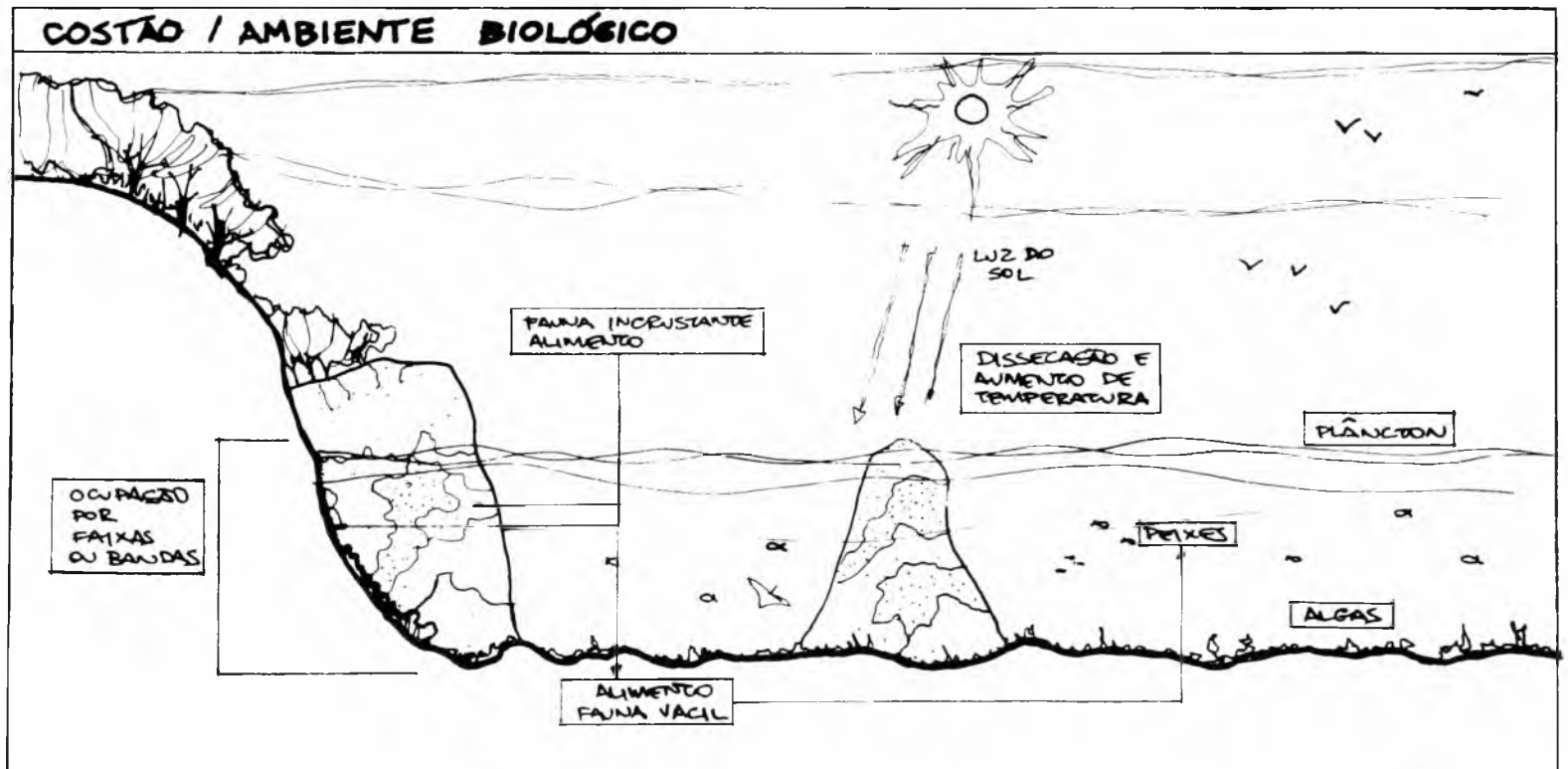
Ecossistemas típicos da zona costeira e que se encontram totalmente contidos em terras continentais, possuindo uma grande importância para a estabilidade do meio marinho⁶⁷

(67) Diegues considera as dunas e restingas, juntamente com as matas costeiras e bacias hidrográficas como ecossistemas relevantes ao meio marinho. In: DIEGUES, Antonio Carlos. *Planejamento e gerenciamento costeiro – Alguns aspectos metodológicos*. p. 18.

COSTÃO / AMBIENTE FÍSICO



COSTÃO / AMBIENTE BIOLÓGICO



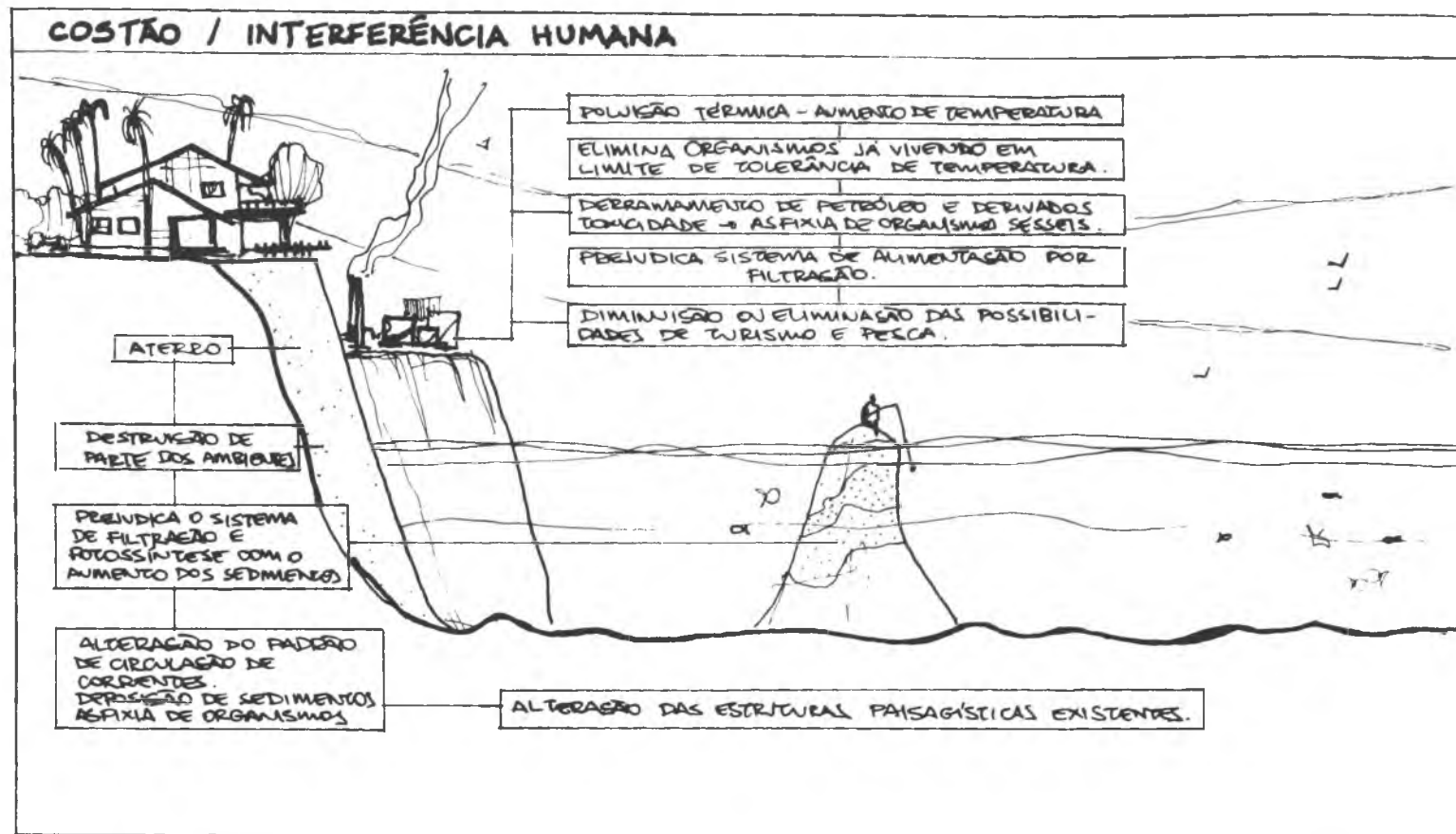


Foto 11: Região de costões no litoral norte de São Paulo – município de São Sebastião
Fonte: Silvio Soares Macedo

– *Dunas* – genericamente pode-se caracterizar e identificar as dunas costeiras como conjuntos de morros e morrotes de areia⁶⁸ que se encontram ao longo da costa, fortemente influenciadas pelos ventos provenientes do mar em sua estruturação paisagística⁶⁹ e que são separadas do oceano por cordões de praia. Dentro de um ponto de vista mais amplo, todo o sistema dunar incorpora as áreas de praia em seu conjunto, constituindo as praias em zonas limítrofes de tais complexos, isto é, aquelas sujeitas à ação direta das águas do oceano.



Foto 12: Dunas de Jenipabu – ao fundo os loteamentos da vila de Redinha subindo as encostas da duna
Fonte: Silvio Soares Macedo

[68] “Duna, s. f. Elevações de areia acumuladas pela ação dos ventos, características de desertos e litorais muito arenosos” In: SILVA, Adalberto Prado E. *Novo dicionário brasileiro melhoramentos*, p. 670, v. 2.

[69] “Dunas são ondas de areias soltas, cuja dimensão e movimento são determinados pela intensidade e direção dos ventos. As dunas móveis que se estendem ao longo das faixas litorâneas são mais sujeitas ao “stress” dos ventos e ação do sal” In: CLARK, John. *Coastal ecosystem management*. p. 28.



Foto 13: Passeios de buggys e de jegue – atividades típicas dos programas turísticos de Jenipabu – RN
Fonte: Silvio Soares Macedo

As dunas têm uma constituição morfológica diferenciada e podem ser classificadas em:

- a. dunas móveis – não fixas, em constante movimento devido à ação dos ventos e sempre localizadas ao longo da costa;
- b. dunas consolidadas ou estabilizadas – dunas de formação mais antiga e que se encontram em áreas mais interiores, ou ainda dunas móveis fixadas por vegetação⁷⁰.

Estas classificações têm um caráter nitidamente paisagístico, na medida em que as consideramos como elementos estruturais na definição da paisagem e do ambiente costeiro.

(70) Uma análise mais aprofundada das dunas costeiras pode nos fornecer uma idéia mais precisa de suas características, na medida que se considerem as suas variáveis geológicas. Para o litoral do estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, uma primeira aproximação identifica a área como:

“... um vasto mar de dunas...”

Detalhando-se tem-se que:

“Costa (1971) ... as dunas norte rio-grandenses constituem-se de quatro tipos: dunas antigas...; dunas intermediárias; ... dunas do pleistoceno... e dunas atuais...”

“Da Silveira (1981) ... identificou dois tipos de dunas na área: paleodunas; ... neodunas.”

In: SILVA SOBRINHO, Luis Martinho da. *Tipologia e dinâmica das formas de relevo na fachada leste do Rio Grande do Norte, entre o estuário do rio Potengi e a lagoa Guarairas*. p. 40-44.

As dunas possuem um papel significativo na dinâmica das áreas litorâneas e são responsáveis pela formação e delimitação de aquíferos⁷¹ na regularização das águas subterrâneas e na formação de lagoas, que servem todas as comunidades vivas residentes nas suas áreas de influência.

A vegetação existente é própria e tem um papel fundamental na fixação das areias móveis das dunas⁷² em relação às tempestades e aos ventos, possibilitando ainda a existência de uma série de espécies animais, que tem nas matas de dunas um hábitat específico⁷³. A sua eliminação aumenta a velocidade de expansão das dunas⁷⁴ criando problemas ambientais imediatos ao seu entorno, com a ocupação e o soterramento de áreas significativas pelas areias impulsionadas pelos ventos⁷⁵.

(71) "As dunas costeiras datam, em sua maioria, do período quaternário, de épocas compreendidas entre o holoceno e o pleistoceno, além das mais recentes formadas pela ação eólica. Estas dunas encontram-se em grande parte perfeitamente estabilizadas, graças à vegetação bem adaptada que sobre elas se estabeleceu:

As dunas formam um ecossistema peculiar que se reveste de especial importância, porque assentam sobre um grupo geologicamente denominado formação de barreiras, passando o conjunto a ter imensa responsabilidade como aquífero...

In: RIO GRANDE DO NORTE, (Estado) – Secretaria do Planejamento/IDEC. *Plano de Manejo do Parque das Dunas de Natal*. p. 61.

Esta colocação é específica, no caso, para o estado do Rio Grande do Norte, mas pode ser estendida para parte do território do Brasil onde a formação de barreiras está associada a formações dunares.

(72) "As áreas de dunas atrás das praias são similares em muitos aspectos ao ambiente de desertos para a vegetação que ali cresce. São muito quentes, com temperaturas de 120 F na superfície e também muito secas. A água de chuva percola rapidamente através da areia e as plantas devem ter raízes muito profundas para alcançar o lençol freático. As plantas encontradas, devido a estes ambientes muito secos, geralmente apresentam uma cutícula grossa de cera nas folhas e galhos menores.

As plantas das dunas primárias (no caso dunas móveis) agem como estabilizadores da duna. Elas diminuem a velocidade do vento na superfície da duna e causam deposição da areia transportada pelo vento. Durante as tempestades, os sistemas de raízes ajudam a manter a areia no local impedindo a erosão da duna. Nos locais onde esta vegetação protetora é removida a duna fica mais sujeita à erosão por vento e pelo mar.

In: LOPES, Stephen. *Coastal design with natural, Process. ASLA, Latus*, v. 6, n. 2, p. 9.

(73) Vide: CLARK, John. *Coastal ecosystem management*. p. 28.

In: LOPES, Stephen. *Coastal design with natural, Process. ASLA, Latus*, v. 6, n. 2, nov. 1985, p. 8-11.

(74) Vide para uma tipificação da vegetação de duna, COUTINHO, Leopoldo Magno. *Mata costeira, restinga e mangue*. p. 5.

(75) "As áreas das dunas litorâneas reveste-se de extrema importância ecozoobotânica, pois além de ser representativa de um ecossistema de características ímpares, alberga fauna e flora, igualmente diversificadas e especializadas, em relação às condições ecológicas existentes." In: RIO GRANDE DO NORTE, (Estado) – Secretaria do Planejamento/IDEC. *Plano de Manejo do Parque das Dunas de Natal*. p. 62.

As dunas têm um atrativo muito grande para a comunidade e já é tradicional o seu uso como área de lazer para as massas turísticas que acorrem ao litoral. Por diferentes partes do país, como em Florianópolis (SC), Cabo Frio e arredores (RJ), nas praias vizinhas a Fortaleza (CE), no Rio Grande do Norte – nas praias de Jenipabu e Ponta Negra, junto à cidade de Natal – as regiões dunares são utilizadas como espaços para o lazer contemplativo (caminhadas) e para o lazer ativo (corridas de buggys, competições, etc.).

Devido justamente à sua conformação peculiar, a duna forma para tais atividades um grande cenário; uma paisagem excepcional para uma comunidade que a associa à figura do “deserto” de um lugar ideal para passeios e “aventuras”

A duna possui então um alto valor para a comunidade, tanto pelo seu caráter paisagístico como ambiental, devido às suas excepcionais qualidades cênicas, biológicas e edafológicas. Entretanto, mostra-se especialmente sensível à qualquer forma de assentamento humano que desestabilize sua estrutura por completo e pode, no caso das dunas móveis, levar à destruição de extensas áreas de seu entorno imediato. Esta desestabilização ocorre quando da retirada de vegetação e areia, além da drenagem de seus aquíferos. Estes podem iniciar um processo de migração dunar, diminuir a capacidade de carga dos aquíferos ou simplesmente eliminar suas belas paisagens.

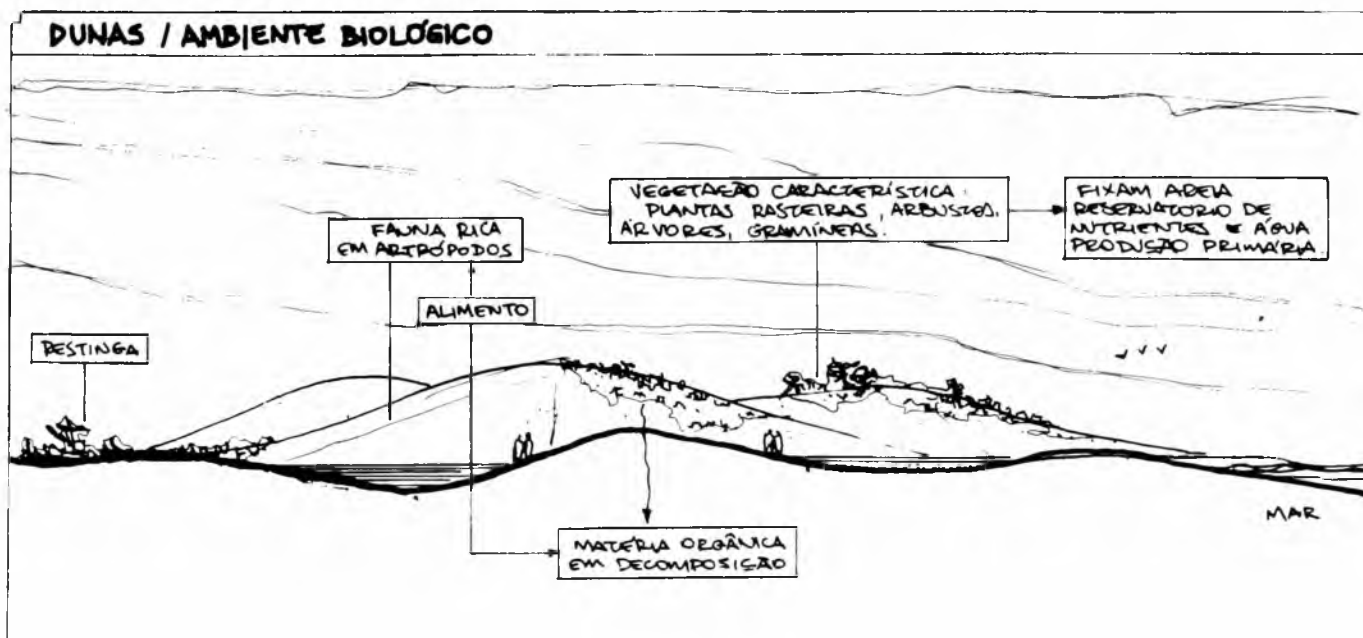
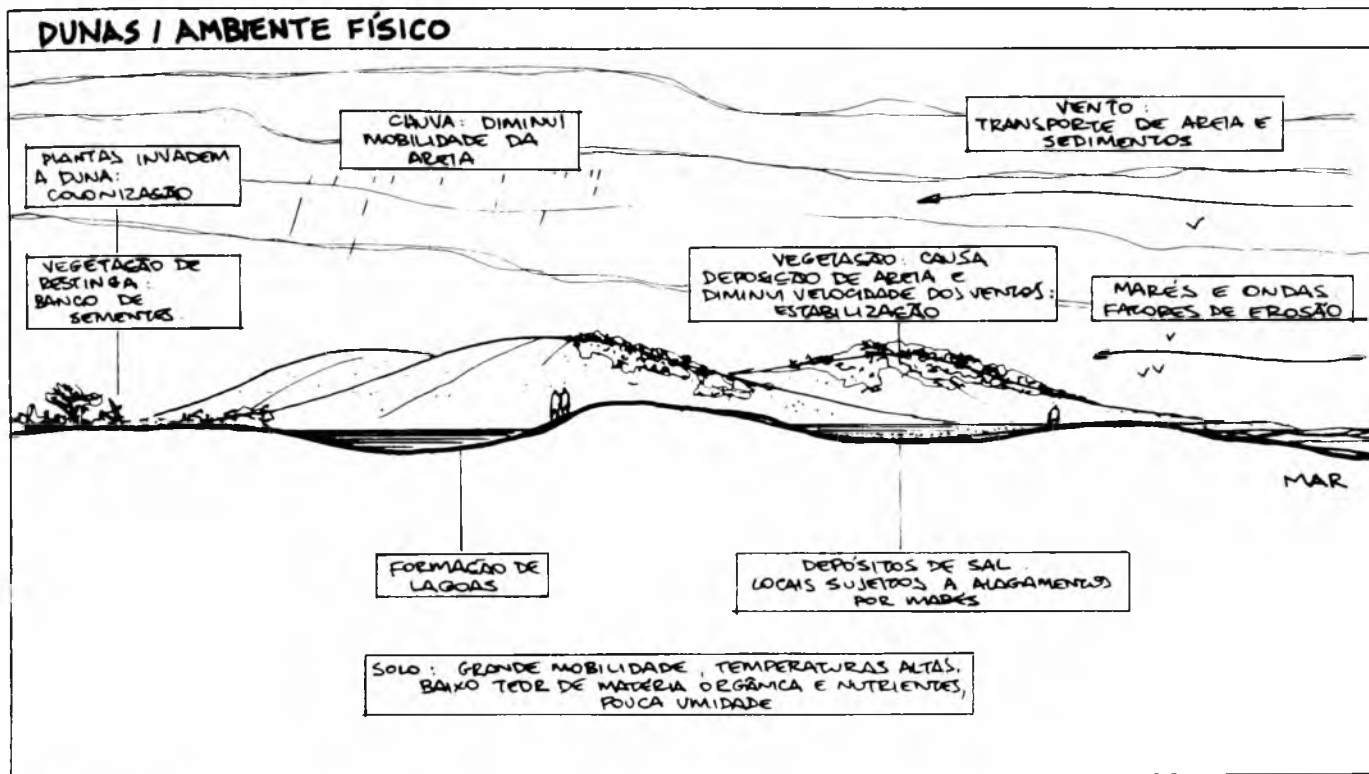


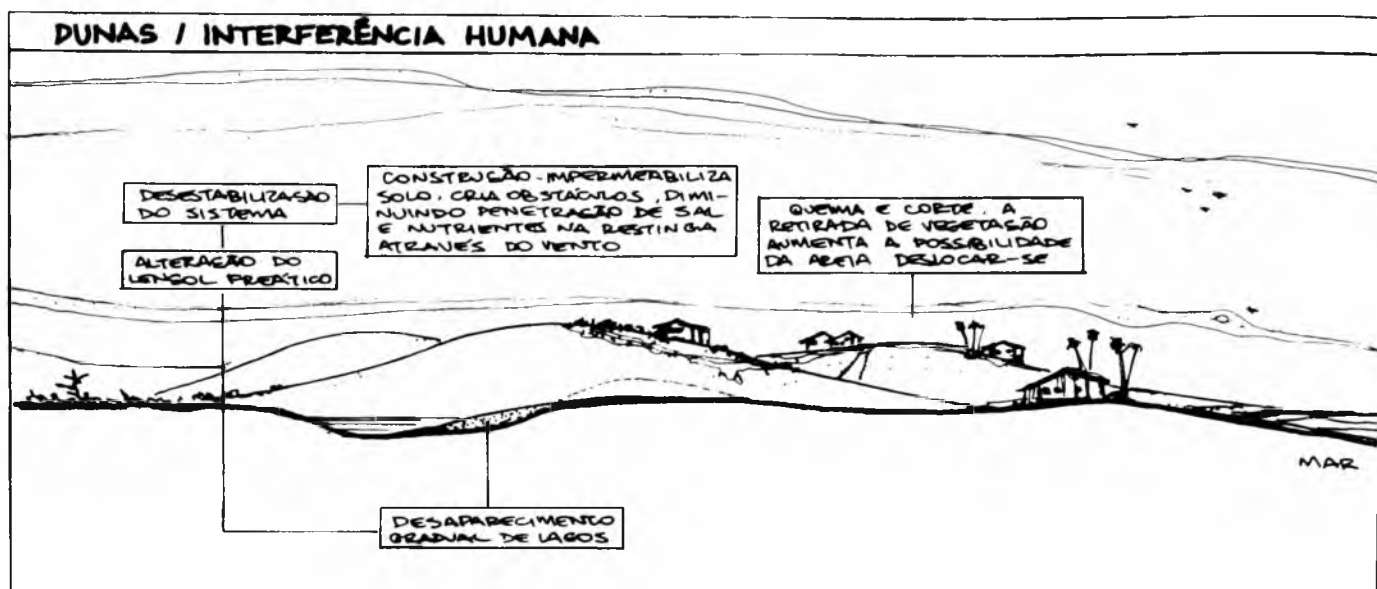
manejo desejável

Apesar da ocupação urbana do litoral não ser só desejável como necessária, não são as áreas de dunas – em especial as móveis ou fixadas por vegetação – as mais adequadas para estes assentamentos, devido aos riscos que trazem aos seus valores ambientais paisagísticos. Considera-se então que:

- 1 deve ser permitida a ocupação somente em áreas de dunas antigas ou estabilizadas;
2. nas áreas de dunas móveis ou fixadas por vegetação seja:
 - restringida a ocupação a núcleos turísticos/urbanos de apoio, apenas;
 - proibida a erradicação de qualquer tipo de vegetação;

- proibida a extração de areia e a retirada de água de suas lagoas;
 - limitado em número de indivíduos por área o acesso turístico, que no entanto deve ser incentivado ao maior número de áreas dunares;
 - criadas áreas de proteção ambiental;
 - criadas áreas de preservação e/ou conservação;
3. a função genérica permitida para todas as dunas seja a de parque (local, urbano, nacional, etc.) em função de seu inerente valor turístico e paisagístico.





– *Restingas* – as restingas ocupam praticamente todas as áreas das planícies costeiras onde não há manguezais, dunas ou lagoas⁷⁶ São morfologicamente caracterizadas pela existência de espécies vegetais que se adaptam facilmente a um solo arenoso, pobre em nutrientes, de lençol freático muito alto e freqüentemente encharcado⁷⁷

Diferentemente do manguezal ou da praia, não possui uma população vegetal ou animal específicas abrigando em seu interior as espécies mais adaptadas ao seu contexto. Nas áreas lindeiras às praias a vegetação dominante é a das praias e à medida que se adentra o continente, outras espécies típicas de matas do interior

(76) "Dá-se comumente o nome de restinga à toda planície arenosa de nosso litoral...

... Numa transecção perpendicular às praias podemos perceber que a partir delas a vegetação apresenta uma nítida zonação formando faixas paralelas à própria praia..." Explica e depois desenvolve Leopoldo Magno Coutinho. In: COUTINHO, Leopoldo M. *Mata costeira, restinga e mangue*. p. 5.

(77) A restinga costeira ocorre sobre áreas marítimas sedimentares ou está empilhada em dunas podsolizadas da planície costeira. São dados os termos internacionais para comparações com vegetação não brasileira. Aos termos internacionais pode-se acrescentar em cada caso (...) sobre areia podsolizada da planície costeira:

- 1 – Restinga Costeira Arbórea – floresta baixa tropical mesofítica latifoliada perenifólia;
- 2 – Restinga Costeira Arbustiva Fechada – escrube fechado tropical mesofítico latifoliado perenifólio;
- 3 – Restinga Costeira Arbustiva Aberta – escrube aberto tropical mesofítico latifoliado perenifólio;
- 4 – Restinga Costeira Savânica – Savana Tropical Sempre Verde com escrube mesofítico latifoliado perenifólio;
- 5 – Restinga Costeira Campestre – Campo Tropical Sempre Verde. EITEN, Classificação da Vegetação no Brasil, p. 22.

surgem em associação com a vegetação praiana, até dominarem totalmente o ambiente⁷⁸.

A restinga, justamente pelo fato de ocorrer sobre os terrenos planos do litoral, é dos ecossistemas costeiros o mais explorável e explotável pela sociedade. Seu território tem sido ocupado pelas mais diversas formas de assentamento humano no século 20, sendo em muitos trechos do litoral totalmente erradicada⁷⁹

Estes fatos justificam um cuidado especial sobre toda e qualquer nova forma de assentamento em áreas de restinga, que apesar de ainda abundante por toda a área costeira, já é um elemento raro em muitos pontos.

Estes procedimentos são explicáveis do ponto de vista urbanístico na medida em que toda a urbanização brasileira contemporânea tem privilegiado o assentamento em áreas planas, e as extensas áreas do litoral ocupadas por restingas são de imediato as áreas preferidas para sua efetivação, visto que exigem menores investimentos para sua implantação e facilitam a construção de acessos diretos às praias.

Do ponto de vista paisagístico, as áreas de restinga não apresentam nenhum valor ponderável, seja em termos morfológicos, culturais, estéticos ou afetivos, sendo consideradas como simples mato por todos que nela constroem. A sua vegetação amorfa não possui o porte e nem é o “totem cultural” em que se converteu a Mata Atlântica⁸⁰; seu solo, apesar do alto lençol freático, é adequado para a construção de “belos edifícios”

(78) “Dá-se comumente o nome de restinga à toda planície arenosa de nosso litoral (...). Numa transecção perpendicular às praias podemos perceber que a partir delas a vegetação apresenta uma nítida zonação, formando faixas paralelas à própria praia.” Explica e depois desenvolve Leopoldo Magno Coutinho em Coutinho, Leopoldo M. *Mata costeira, restinga e mangue*, p. 5.

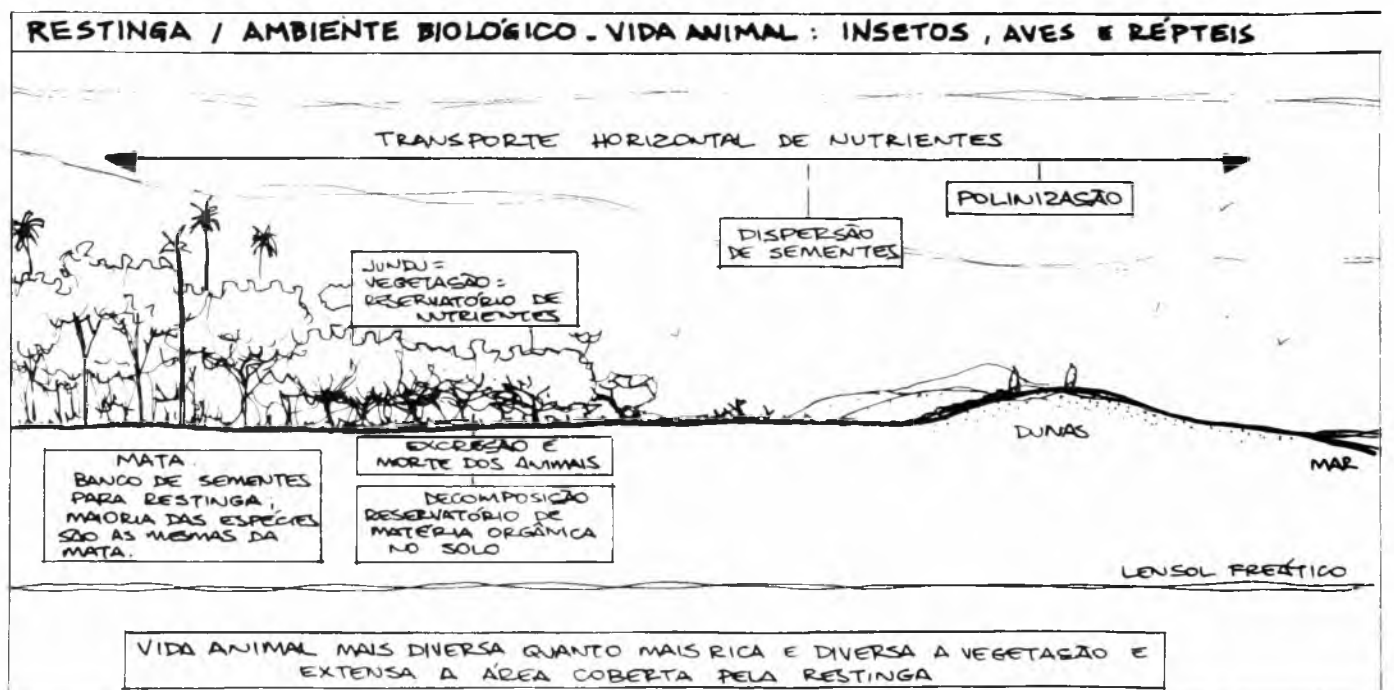
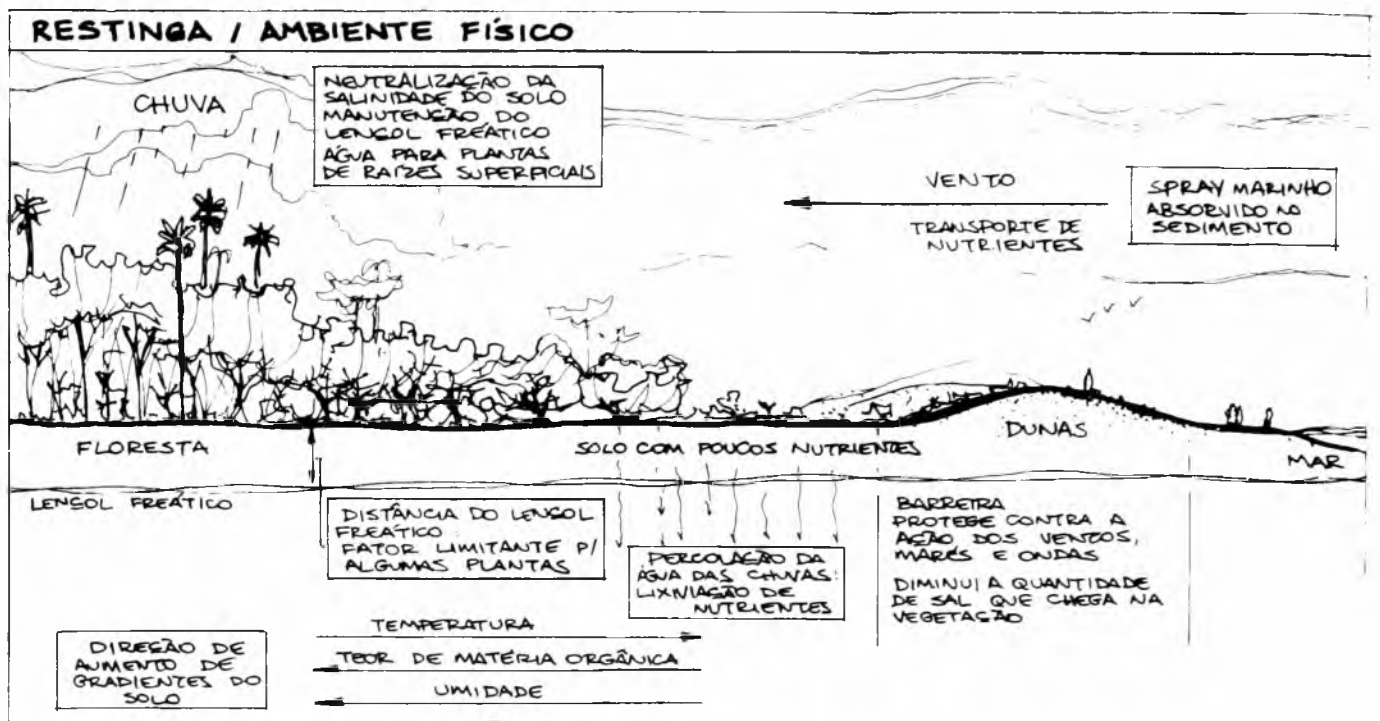
(79) Sobre a beira-mar e portanto estendendo-se para suas regiões lindeiras e vizinhas conta Murilo Marx: ... “Ficaram relegadas e desprezadas até que o aumento da população urbana, as vias de acesso e as novas técnicas possibilitassem seu aproveitamento. Então deixando de ser vazios obrigatórios, ganharam rápida importância e valor, ensejando outras arremetidas da cidade para mais adiante...”

... Margens e marinhas vazias de outrora se fizeram áreas densamente ocupadas, valiosas e seguidamente aterradas para atender a um cais, as novas edificações, à circulações e ao lazer”

In: MARX, Murilo. *Cidade brasileira*, p. 69.

(80) “As matas de restinga devido a este processo de ocupação contínuo e erradicador têm chamado a atenção de diversas entidades conservacionistas, como no caso da entidade “Fundação S.O.S. Mata Atlântica” que a partir das conclusões do “Workshop Mata Atlântica” assimila a restinga, como ecossistema associado à idéia e ao conceito de Mata Atlântica, juntamente com outros ecossistemas e estruturas costeiras (no caso manguezais, florestas e ilhas oceânicas). In: FUNDAÇÃO S.O.S. Mata Atlântica – *Workshop Mata Atlântica – Problemas, diretrizes e estratégias de conservação*. p. 64.

Paradoxalmente, esta própria erradicação intensiva das restingas as transformam em ambientes raros, isto é, excepcionais. Tal situação torna, de imediato, estes ecossistemas paisagisticamente interessantes (como já o são do ponto de vista ambiental), na medida em que abrigam formas especiais de associação entre vegetais e animais comuns a ecossistemas diversos.



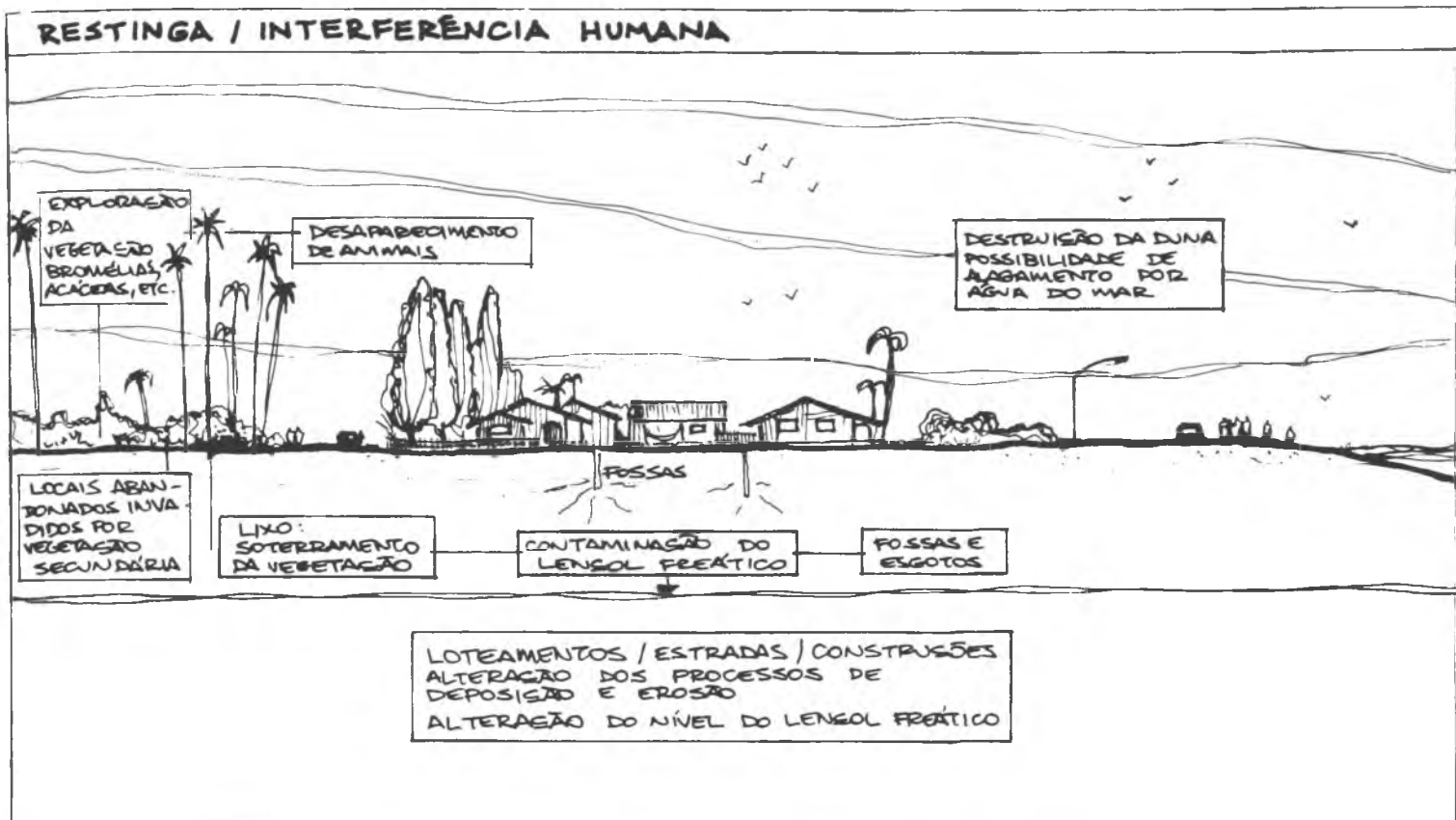


Foto 14: *Ocupação típica de restinga em fronteira de expansão de loteamentos de veraneio em Bertioga-São Paulo.*

Observe-se o alto grau de erradicação das matas de restinga necessários para a implantação da malha urbana tradicional e de suas edificações

Fonte: Silvio Soares Macedo



manejo desejável

Em termos de ocupação, as restingas deveriam:

1. Estar contidas em áreas de proteção ambiental, exigindo-se sempre um plano de manejo da vegetação que se efetive antes de qualquer forma de assentamento;

2. Ter alguns de seus segmentos significativos inseridos em áreas de preservação permanente que estivessem contidos em áreas de reserva e parque ecológico, de modo que a população possa desfrutar e compreender sua estruturação paisagístico-ambiental na íntegra. Estas áreas seriam definidas dentro de planos diretores e de gerenciamento costeiro sob diferentes formas de zoneamento;

3. Abrigar loteamentos que privilegiassem a conservação de partes significativas de sua vegetação, de modo contínuo e sucessivo, vinculando-as ao plano de manejo florestal de toda a área, do qual seria exigida a implementação de projetos de tratamento de dejetos.



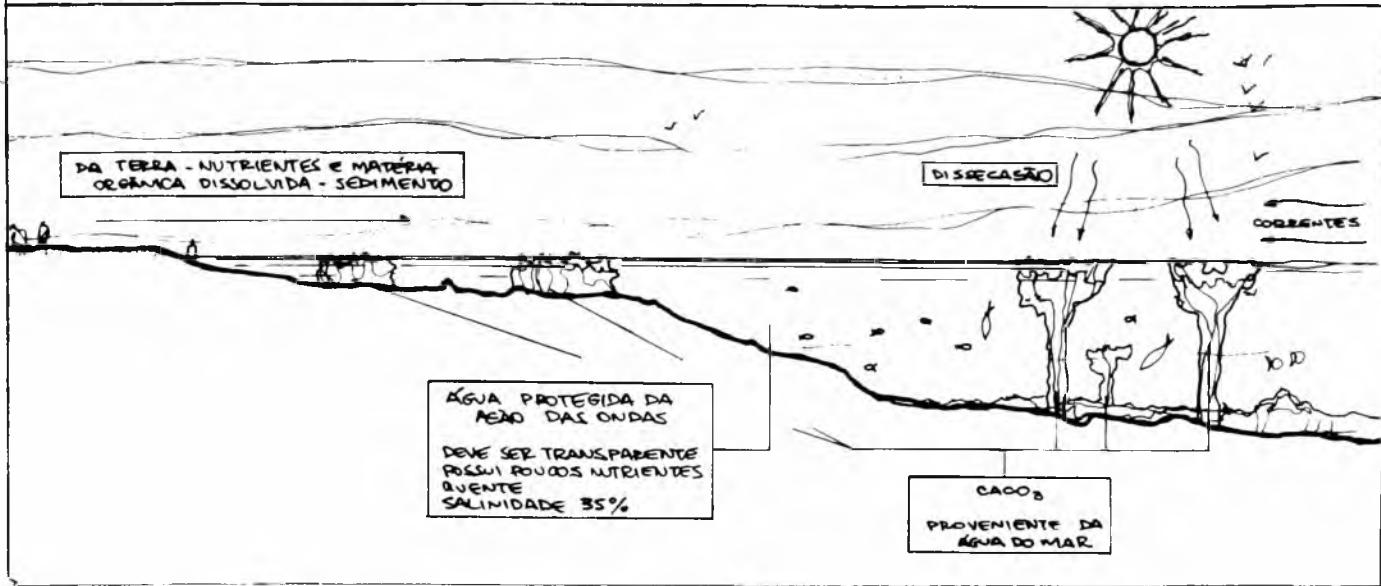
Bancos de coral e recifes de arenito

Entre as estruturas morfológicas determinantes da paisagem litorânea do Brasil, os recifes têm um papel importante tanto do ponto de vista paisagístico – pois caracterizam e definem os espaços e paisagens de inúmeras áreas costeiras – quanto ambiental, já que abrigam importantes bancos genéticos. Os recifes em franja (típicos do litoral brasileiro) são, por exemplo, estruturas protetoras da costa contra a ação das marés, e encontram-se dispostos principalmente ao longo da costa nordestina, em trechos que se estendem do estado do Ceará ao estado da Bahia⁸¹

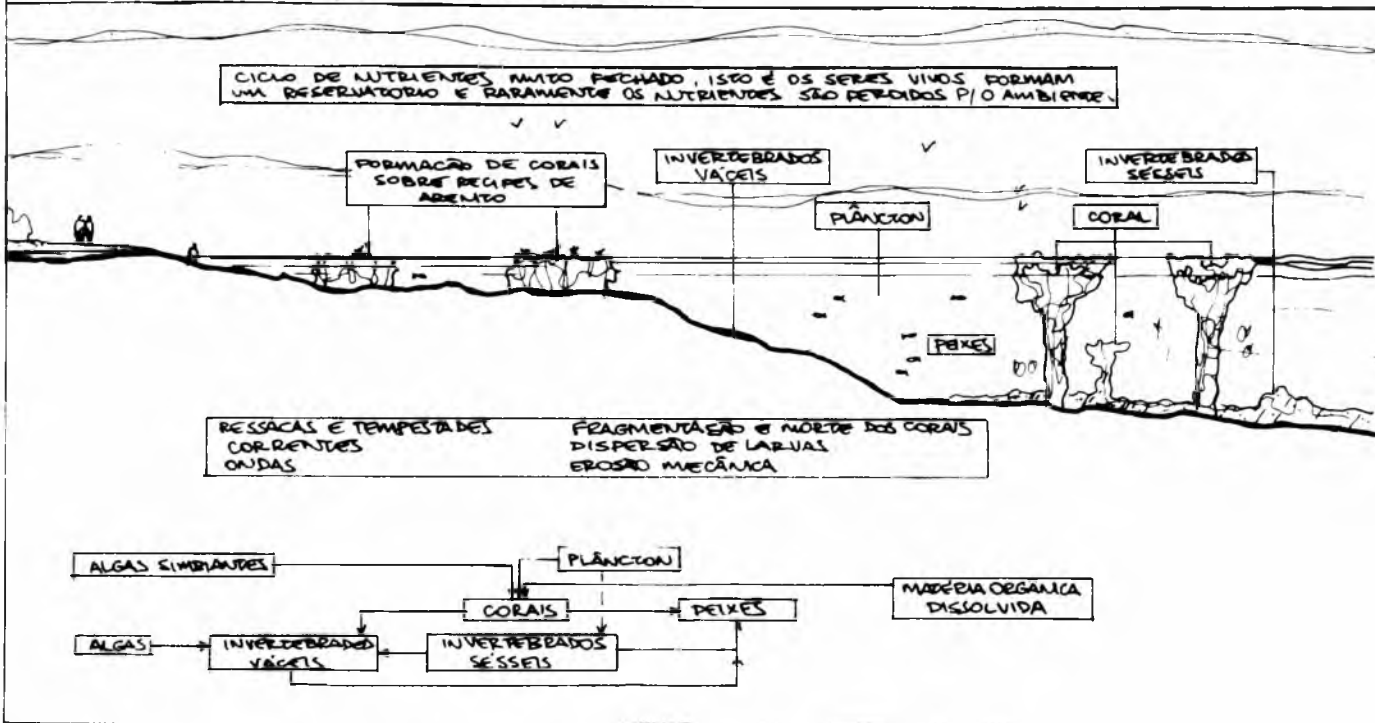
(81) Sobre os recifes de coral Johannes explica:

... "Providenciam abrigo e comida abundante para centenas de espécies de peixes e uma grande variedade de invertebrados, eles servem a muitas funções ecológicas básicas dos ecossistemas tropicais costeiros e proporcionam uma barreira fundamental para a proteção das costas tropicais contra tempestades" Em JOHANNES, R. E. Coral Reef, In: CLARK, John. *Coastal ecosystem management*. p. 593.

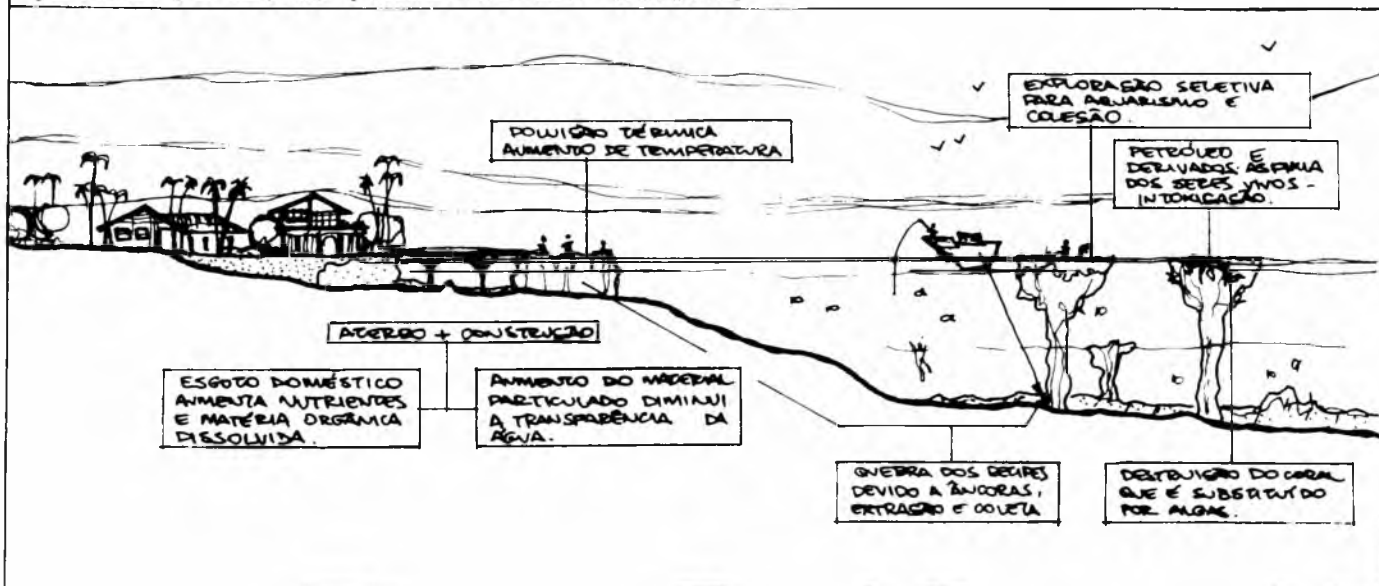
RECIFES DE CORAL / AMBIENTE FÍSICO



RECIFES DE CORAL / AMBIENTE BIOLÓGICO



RECIFES DE CORAL / INTERVENÇÃO HUMANA



Os recifes compõem ainda no litoral em outro tipo de formação, em comunidades agrupadas em parcéis. Isoladas ou não, encontram-se na maioria das vezes submersas ou com apenas alguns de seus pontos mais altos descobertos nos períodos de maré vazante (ou de maré seca)⁸².

Os recifes em franja são em sua maioria de arenito⁸³ e sobre eles instalam-se colônias complexas de animais invertebrados e peixes, configurando um ecossistema muito rico, caracterizado morfológica-mente pela presença de algas calcáreas e em especial de corais.

Paralelamente, os corais determinam e constroem seus próprios recifes sobre as primitivas formações de arenito ou então isoladamente, sobre estratos geológicos mais antigos, formando bancos de coral (popularmente chamados “pedras”)⁸⁴. São ecossistemas específicos e de grande riqueza biológica, gerando alimento para as comunidades costeiras e constituindo pontos excepcionais para a prática de esportes como a pesca e o mergulho⁸⁵

(82) O parcel Manuel Luis, por exemplo, situado ao largo da costa do Maranhão, a distância de 1.000/mnáuticas da costa norte da cidade de São Luis, com aproximadamente 18 km de extensão e a 6 km de largura e abrigando importantes formações coralíneas, somente por duas vezes ao ano, em março e setembro, têm descobertos alguns centímetros de algum seus cabeços de coral. Vide EDITORA ABRIL – *Guia de praias – 2.045 praias e ilhas em 8.000 Km de Litoral*. p. 181.

(83) Muitas vezes conhecidos como “Beach-Rocks” estão “distribuídos em cordões mais ou menos paralelos à linha da praia... arenitos puramente calcíferos, com granulação variável em cores, que vão do cinza escuro até a amarelada...”

“Os recifes do litoral do Nordeste do Brasil começaram a ser estudados por Darwin, C. (1841), que apesar de atribuir a todos os recifes uma única origem (corais), refere-se aos recifes da cidade de Recife (PE), como sendo ocorrência de arenito da costa. afirma Luis Martins da Silva Sobrinho, que ainda discorre sobre outros tantos autores, como Andrade (1955) e Ottman (1960) que os consideram como cordões litorâneos, cimentados durante certo período de exposição e chega a uma opinião de consenso, ao menos quanto a origem desses recifes, que teriam sido formados no período quartenário.

in: SILVA SOBRINHO, Luis Martins da. *Tipologia e dinâmica das formas de relevo na fachada leste do Rio Grande, entre o estuário do rio Potengi e a lagoa Guaramas*. p. 42- 49, e 126.

(84) Denominação dada pelos pescadores do sul da Bahia dos recifes de coral ali existentes.

(85) “São estruturas consolidadas e vivas de organismos encontrados em áreas tropicais à medida que as colônias crescem sob a água, os recifes vão sendo formados pelos organismos vivos e pelos esqueletos das gerações precedentes. Os recifes de coral não são unicamente ricos e bonitos, mas também altamente sensíveis a mudanças no seu meio. Uma grande variedade de peixes e outros organismos marinhos dependem dos recifes de coral para o seu hábitat e proteção formando assim uma produtiva e diversa comunidade biológica. Os corais dependem para seu abastecimento de energia via fotossíntese de um tipo específico de alga – a zooxantela – com a qual mantém uma relação de simbiose.

Apesar de corais espalhados por grande parte da zona costeira, a formação de recifes e a diversidade de espécies é restrita apenas aos trechos da costa que apresentam melhores condições para sua multiplicação, isto é, às áreas de águas quentes, ricas em nutrientes e de maior transparência e salinidade específica⁸⁶.

Os recifes coralíneos no Brasil apresentam-se sob a forma de configurações morfológicas específicas, não formando atóis como os do Oceano Pacífico, mas se apresentando em geral sob a forma de grandes paredes submersas ou de colunas – os conhecidos chapadões são encontrados na região dos Abrolhos.

Ao contrário das formações coralíneas situadas em outros pontos do mundo, como as do Caribe ou do Pacífico, as formações brasileiras se ressentem da grande quantidade de sedimentos carreados para o oceano que criam condições específicas de turbidez, condicionando a existência de estruturas coralíneas especiais. As espécies encontradas no Brasil são mais resistentes às condições adversas de água e perfeitamente adaptadas a elas e por isso mesmo apresentam-se em número limitado. Foram identificadas no Brasil apenas 18 espécies de corais e três de hidrocorais, contra mais de 50 espécies em regiões do Caribe e Pacífico. Algumas delas são endêmicas do país e entre elas se encontram os principais organismos construtores dos recifes, verdadeiras relíquias de formas antigas, que no período glacial foram preservadas na área dos Abrolhos e espalharam-se pelo todo da nossa costa⁸⁷

(86) "Recifes de corais e corais recifais ocorrem em condições ambientes bem delimitadas: águas rasas e iluminadas (favoráveis à fotossíntese realizada pelas zooxantelas), com temperaturas entre 25° e 29°C, salinidade próxima a 36‰ e baixo número de partículas em suspensão. Encontram-se, por isso, nas regiões tropicais, de onde partem as correntes quentes em direção aos polos. Em BELÉM, Maria Julia da C. et al. SOS Corais. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, n. 26, p. 38.

"Regiões litorâneas próximas a mangues, costas lodosas ou influenciadas por rios volumosos, não apresentam recifes de coral. Nessas áreas a baixa salinidade devida à mistura com a água doce dos rios e a presença de partículas em suspensão trazidas do continente impedem o crescimento de corais. É o caso da foz do São Francisco na costa brasileira, onde o lançamento constante de sedimentos ao mar explica a ausência de corais." HILLEL, Oliver, CARVALHO Christiana. *A Sociedade dos Corais. Horizonte Geográfico*, n. 2, p. 46.

(87) Como coloca Zelinda Leão, em *Guia para identificação dos corais no Brasil*. p. 3, 4.

Foto 15: *Os recifes de Aranqueira, no extremo norte do arco do parcel das paredes, no sul do estado da Bahia, são constituídos por formações coralíneas, estão a pequena distância da costa e ficam, como na foto, descobertos na maré baixa*
Foto: Arquivo Zelinda Leão



Nas décadas de 70 e 80, tornou-se um hábito popular em alguns dos centros turísticos litorâneos a visita a formações recifais próximas à costa. Os turistas são levados a tais formações em pequenos barcos de recreio, escunas e jangadas, onde passam algum tempo durante a maré baixa, andando e nadando por entre recifes⁸⁸ e contemplando a sua rica fauna.

Apesar de freqüentados por turistas e serem morfologicamente excepcionais, os recifes de coral têm uma importância paisagística restrita, visto que são de difícil acesso e continuam desconhecidos para a grande maioria da população. Somente grupos específicos e restritos da sociedade – como pescadores, coletores de coral e mergulhadores – buscam esta área.

(88) É tradicional em Recife, no verão, que grupos de veranistas passem boa parte do dia apoiados em suas jangadas de tubos de plástico, bebendo e comendo sentados em meio a barreira de recifes que bordeja as praias da cidade, como são focos de atração turística os passeios de jangada aos recifes situados em frente a Maceió (AL) e em Pirangi do Sul (RN).

No imaginário popular dos turistas fica tão somente gravada a idéia de cordões de recifes, no meio dos quais se formam piscinas naturais e onde é possível banhos de mar entre coloridos peixes tropicais, enquanto o seu valor ambiental é esquecido.

São muitas as formas de destruição destas estruturas e as mais evidentes são as obras para o estabelecimento de portos e canais, a coleta de indivíduos para a decoração de aquários e a pesca indiscriminada durante o ano. A urbanização age indiretamente sobre os recifes, não sendo incomum a coexistência de áreas muito urbanizadas com áreas coralíneas, como se pode observar em diversos pontos do Caribe e da costa mexicana.



Foto 16: *Recifes/barreira em Pirangi do Sul – no município de Parnamirim (RN), muito procurada pelos turistas, que o alcançam em pequenas embarcações de recreio*
Fonte: Silvio Soares Macedo



manejo desejável

As áreas de recifes de coral ou aquelas de recifes arenosos revestidos por corais são ainda praticamente desconhecidas, tanto em relação ao seu potencial de produção quanto à sua localização. Grande parte das áreas são ainda muito pouco exploradas e mapeadas, sendo que os próprios pescadores, usuários e exploradores muito pouco sabem sobre eles. Áreas de recifes muito profundos estão ainda por serem exploradas pela comunidade científica e as cartas náuticas existentes não são indicadoras da existência de todas as formações. Além de um manejo – cabível e necessário – para as áreas conhecidas, é preciso um inventário completo que identifique, pelo menos preliminarmente, as diferentes formas de ocorrência de recifes pela costa do país.

Pode-se concluir:

- 1 Todas as áreas de recife devem ser consideradas ao menos como áreas de proteção ambiental, com planos de manejo específicos e que é necessário a proibição da coleta, utilização e venda de corais para qualquer fim;
2. Deve-se permitir o acesso a tais áreas pelo maior número de pessoas que o ecossistema comporte, de modo a permitir o conhecimento do valor ambiental e paisagístico de tais formações;
3. Sejam estabelecidos controles sobre os dejetos industriais e residenciais nas costas vizinhas às formações recifais e se observe a manutenção dos fluxos e da claridade da água nas regiões ocupadas pelos recifes, implantando-se um monitoramento contínuo das redes de drenagem continentais e das correntes marinhas em ação no local;
- 4 Todo plano de manejo de áreas coralíneas deve abranger também os seus ecossistemas associados, como praias, dunas, manguezais, lagoas e estuários. Estes estão diretamente ligados à dinâmica de vida dos recifes, podendo qualquer alteração em sua estrutura ecológica induzir a uma alteração equivalente dos sistemas de vida dos recifes. Os manguezais, lagoas e estuários são fontes de abastecimento de nutrientes para os corais e berçário de

importantes espécies de peixes nele residentes. O equilíbrio de sedimentos das áreas recifais depende da estabilidade dinâmica das regiões de dunas e praias⁸⁹.

Lagunas costeiras

Formam com os estuários e os manguezais um dos conjuntos mais produtivos da zona costeira, pois em suas águas salobras abrigam uma rica e diversa gama de formas de vida, sendo este um ambiente criador de inúmeras espécies de peixes e invertebrados e hábitat de outras tantas espécies⁹⁰.

Estes corpos d'água mantêm um contato imediato com as águas do mar e esta influência de marés é um dos fatores que definem suas características biológicas⁹¹. São encontradas por todo o litoral, em geral separadas do oceano por faixas de praias, dunas e recifes, que as estruturam morfologicamente e as separam da ação direta das ondas e das correntes⁹².

(89) Salm e Clark criaram uma série de tabelas que listam em forma de manejo possíveis das áreas coralíneas, sobre as quais nos baseamos para formalizar nossas posturas de números 3 e 4 e que estão detalhadas nas tabelas 7, 8, 9, 10, 11 e 12 de seu livro *Marine and coastal protected areas. Vide SALM, Rodney U, CLARK, John. Marine and coastal protected areas: A guide for planners and managers. p. 94-115.*

(90) Sobre as lagunas, Diegues as classifica como ecossistemas marinhos litorâneos e faz as seguintes ponderações:

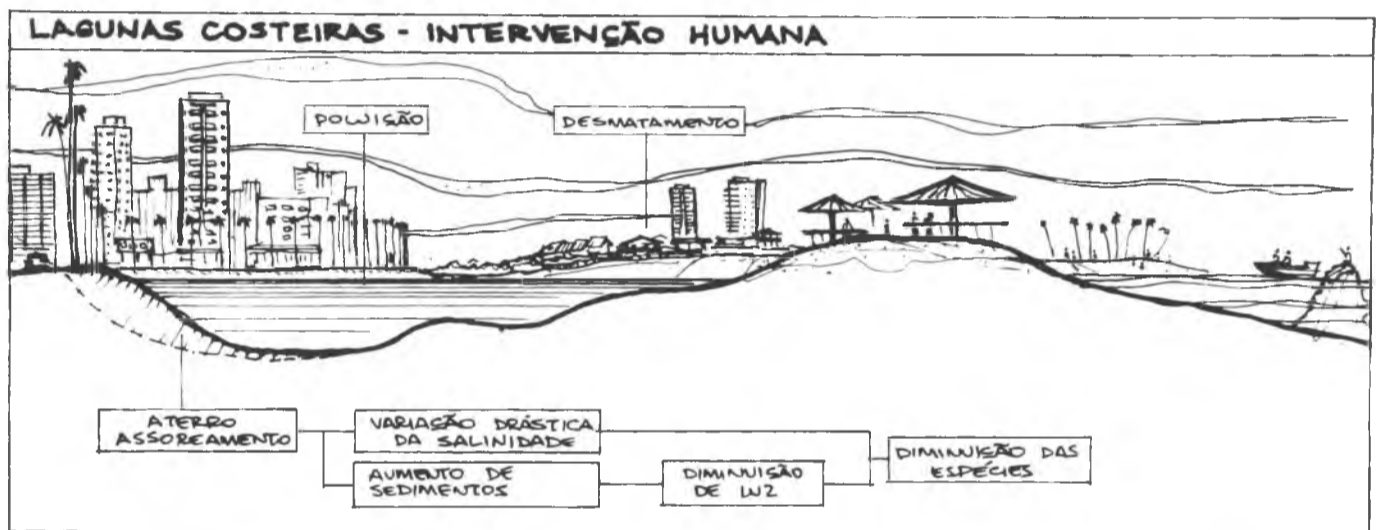
"... Afora os estuários, são (juntamente com as baías), ecossistemas semelhantes aos ecossistemas costeiros adjacentes, porém apresentam uma proporção maior de indivíduos jovens em sua composição, e sofrem maior influência dos processos que ocorrem nos ecossistemas continentais.

Em águas rasas, o tamanho médio dos peixes é menor que em águas profundas, assim todos os ecossistemas litorâneos são importantes áreas de crescimento para as espécies dos ecossistemas costeiros adjacentes. Destes ecossistemas os estuarinos são os mais importantes para o homem pela sua alta produtividade.

In: DIEGUES, Antonio C. *Conservação e recursos vivos do mar. p. 15.*

(91) "Lagunas costeiras são corpos de água ligados ao mar por barras que permanecem fechadas durante certo período. As lagunas tropicais podem apresentar variações sazonais de salinidade devido às chuvas. In: SÃO PAULO, Universidade de/Programa de Pesquisa e Conservação de áreas úmidas no Brasil. *Inventário de áreas úmidas no Brasil – versão preliminar, p. 38.*

(92) "O desenvolvimento e evolução das lagoas costeiras, até seus estados atuais, resulta de acontecimentos ligados à subida de nível do mar no fim do período quaternário, situando-se em áreas costeiras baixas onde a gradação ocorreu ou teve lugar durante o período recente (Phleger, 1965). Do ponto de vista de sua origem e morfologia, não são muito homogêneas, podendo ser braços de rios abandonados ou antigos estuários e, ainda, áreas delimitadas e separadas do mar pela acumulação de barras. In: SILVEIRA, Iracema M. da. *Condições ambientais e geomorfológicas do sistema lagunar Nisia Floresta, Pabeba, Guaraira e Áreas Adjacentes – RN. p. 33.*



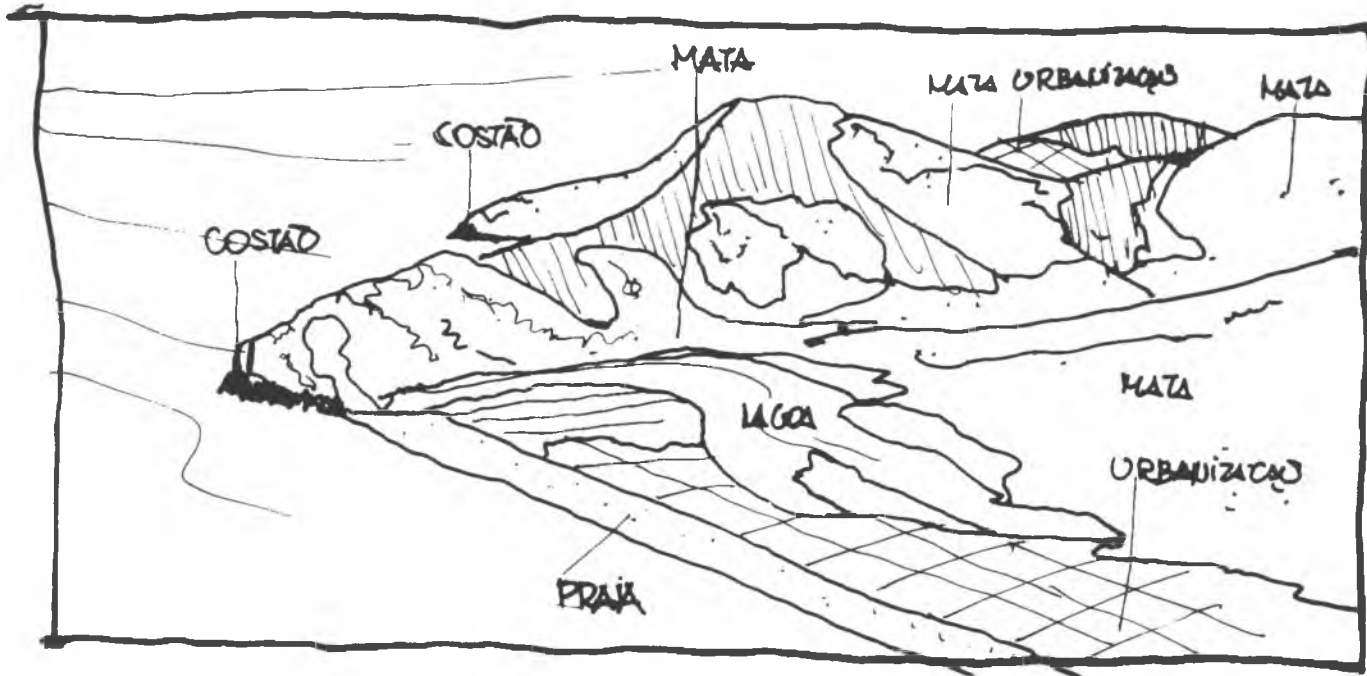


Foto 18: Lagoa do Capricórnio – situada nos limites da praia de Massaguaçu, junto ao costão e sendo separada do mar por uma faixa de praia, recoberta em épocas de maré alta: São Paulo, município de Caraguatatuba
Fonte: Silvio Soares Macedo

Não possuem uma vegetação típica, sendo suas margens ora ladeadas por manguezais, ora por vegetação de praia, duna, restinga e encontrando-se até mesmo segmentos ladeados pela Mata Atlântica em trechos junto aos costões da região escarpada do litoral brasileiro (caso do litoral de São Paulo).

Paisagisticamente, as lagoas possuem um alto valor, tanto pela sua excepcionalidade em relação aos setores em que se situam – pois sempre um corpo de água delimitado é um ponto de atração, como pelo seu potencial cênico, sempre marcando contrastes entre suas águas e os ecossistemas vizinhos e ainda oferecendo a oportunidade de um contato muito direto com seus habitantes, em especial invertebrados, peixes e aves.

As lagoas costeiras são atração turística, qualquer que seja o ponto do litoral em que estejam situadas e são, juntamente com as praias, os sítios mais procurados para o assentamento de estruturas urbanas (de caráter turístico ou não). Esta qualificação para o turismo deriva essencialmente de suas características paisagísticas e ambientais que, aliadas à calma quase constante de suas águas, as tornam locais adequados às atividades humanas – tanto individuais, como coletivas. Suas vizinhanças são inclusive procuradas para o assentamento de empreendimentos industriais.

Estas ocupações, assim como toda forma de assentamento humano quando usado de forma intensiva, têm causado graves danos às estruturas morfológicas e ambientais das lagunas. Como consequência, há a diminuição de seu potencial biológico pela poluição, sedimentação e desequilíbrio salino de suas águas, alterando suas dimensões e provocando distúrbios na drenagem existente, além de eliminar bosques de manguezais e matas vizinhas.



manejo desejável

De acordo com vantagens locais apontadas, a ocupação do entorno das lagunas é um fato desejável, que deve ser implementado a partir de duas premissas básicas:

- a manutenção da qualidade da água em níveis adequados para que se mantenha como um banco genético e também seja consumida pela comunidade;

- a manutenção de todo o corpo de água, por intermédio de um plano de ação que conserve a sua drenagem básica e as suas trocas de água com o oceano.

Paralelamente, deve se priorizar a conservação total das matas de mangue e outras áreas alagadiças, sítios estes ideais à reprodução de inúmeras espécies de animais que são fundamentais para o equilíbrio biológico das lagunas.

Graus de dependência e integridade

Uma observação acurada do litoral permite a visão de um grande sistema onde seus subsistemas (no caso os ecossistemas mangues, recifes, etc.) estão em contato contínuo e nos quais a água é o principal elemento comum. Este é o veículo-base por onde flui energia e vida e cuja integridade é ponto básico para a sobrevivência de todo o conjunto⁹³.

As ações humanas, contrariamente à estrutura do sistema, desenvolvem-se pontualmente, isoladas do contexto geral, apropriando-se das unidades ambientais e paisagísticas. Somente quando este ou aquele recurso mostra sinais de esgotamento é que medidas de controle são tomadas – muitas vezes, tardiamente.

A simples apropriação do espaço não ensina e nem possibilita a percepção pelo seu agente transformador (ou pelo seu usuário) do grau de alteração e da perda de recursos ambientais existentes que está causando. Esta é, com certeza, uma das maiores dificuldades para se elaborar projetos de planejamento sobre tais áreas⁹⁴

A leitura dos desenhos anteriores, simples esquemas gráficos de processos ecológicos muito mais complexos, nos dá de imediato a noção da importância deste encadeamento tão pouco perceptível ao

(93) "A água é uma das mais poderosas forças que conformam a paisagem que nós vemos, e quando a água encontra a terra, este lugar está em um constante e dinâmico fluxo. LOPES, Stephen H. Coastal design with natural processes. *ASLA, LATUS*, v. 6, n. 2, nov. 1985.

(94) "É provável que se demore gerações sob a ação da educação ambiental para se criar um entendimento público do que a natureza e seus processos estão sempre do outro lado das paisagens. In: LYLE, John. *Design with human ecosystems*. p. 3.

homem comum. Diversas escalas e dimensões de leitura estão envolvidas – tanto em terra, como no ar e na água – e que nunca poderão ser perceptíveis com um simples olhar, necessitando de uma prévia iniciação teórica e metodológica.

Esta visão de sistema exige, por conseguinte, que qualquer ação sobre a zona costeira inclua em seu escopo, além dos próprios territórios costeiros, aquelas áreas terrestres que de um modo ou de outro possuem elementos e agentes que interferem na sua estabilidade (denominadas zonas de vizinhança ou dependência). Tem-se então que, a princípio, todo território contido dentro de uma bacia hidrográfica que influencie e determine cada segmento de zona costeira pode ser considerado como zona de dependência, já que qualquer variação na quantidade ou qualidade de água doce que chega até o oceano pode significar uma alteração profunda na estrutura dos sistemas costeiros. Esta variação será dada sempre pelas diversas formas de ação antrópica a que a bacia hidrográfica está sujeita em suas terras.

Um desmatamento, por exemplo, pode implicar de imediato no aumento de sedimentos em suspensão nas águas, devido ao assoreamento das barrancas dos rios e a aplicação de agrotóxicos em culturas distantes à montante da bacia pode significar, após a temporada das chuvas, um aumento substancial dos componentes químicos depositados sobre uma linha de recifes costeiros.

Pode-se considerar que toda e qualquer ação sobre a bacia hidrográfica – a unidade maior de uma zona de dependência – deve obedecer um conjunto de princípios que visem o respeito e a manutenção dos seus processos dinâmicos básicos, ou seja, a circulação das águas, a entrada e saída de nutrientes e os gradientes adequados de penetração da luz solar nas águas⁹⁵

Estas necessidades de controle e manejo dos processos básicos indica o estabelecimento de planos territoriais de ação que extrapolem os limites administrativos convencionais e que abarquem outras ins-

(95) CLARK, John. *Coastal ecosystem management*. p. 53.

tâncias de controle a nível de consórcio de municípios ou de agências estaduais⁹⁶ Somente sistemas de gerenciamento que sejam capazes de abranger todo o território das zonas de dependência poderão tentar manter os princípios ecológicos básicos de funcionamento de estruturas tão complexas e interdependentes.

Para toda região costeira, considerando-se a bacia hidrográfica como seu limite continental máximo, temos então as seguintes regras de funcionamento e atributos básicos:

1. a capacidade de carga da bacia costeira é controlada por todos os fatores que influenciam o funcionamento do ecossistema do qual a bacia faz parte;
2. o fluxo e o volume de energia disponível controla os processos de vida e limita a capacidade de carga do ecossistema costeiro;
3. o bom funcionamento do sistema permite uma alta capacidade de armazenagem de energia;
4. os padrões de circulação de energia dentro da bacia hidrográfica governam a capacidade do ecossistema;
5. a quantidade de nitrogênio existente limita a capacidade de carga e a produtividade das águas costeiras. Existe a necessidade da existência de suprimentos amplos de nitrogênio para um funcionamento eficiente do ecossistema e para o alcance da sua capacidade máxima de carga;
6. a capacidade de carga do sistema é maximizada pela salinidade natural;
7. a temperatura balanceada de forma natural conduz a um bom funcionamento do sistema;
8. o aumento da possibilidade de penetração de luz solar nas águas aumenta a produtividade do ecossistema;

(96) "Esta é uma escala de atuação de tal abrangência na qual princípios coordenados devem ser estabelecidos de modo a guiar o desenvolvimento e o manejo das grandes paisagens como resultado, toda a intervenção, todo o desenho produzido é produto direto da ação política. In: LYLE, John. *Design with human ecosystems*. p. 46.

9. a água é o fator essencial de ligação dos elementos terrestres e marinhos em um ecossistema costeiro;

10. a manutenção do volume natural, do nível e dos padrões sazonais de entradas de água doce permitem um bom funcionamento do ecossistema⁹⁷

Zonas de vizinhança

Estruturas de formação – Pode-se identificar três classes distintas de estruturas paisagísticas e ambientais que as definem:

I. Zonas não processadas ou naturais – Todas as áreas onde a intervenção antrópica é considerada desprezível, isto é, quando todo o ecossistema pode ser considerado intocado pelo homem, como por exemplo, certos trechos da Serra do Mar, e cuja existência implica diretamente na manutenção de um equilíbrio dinâmico do ambiente;

II. Zonas medianamente processadas – Áreas onde houve a intervenção humana, mas que mantêm suas integridades em termos estruturais, conservando as suas principais formas de vida, ou ainda áreas em processo de recuperação da cobertura vegetal primitiva (caso das matas secundárias);

III. Zonas processadas – Todas as áreas ocupadas diretamente pela sociedade humana (culturas, pastagens, cidades).

Qualquer uma destas zonas influi diretamente sobre o equilíbrio dos ambientes costeiros, que têm seu comportamento totalmente dependente dos insumos recebidos destas regiões.

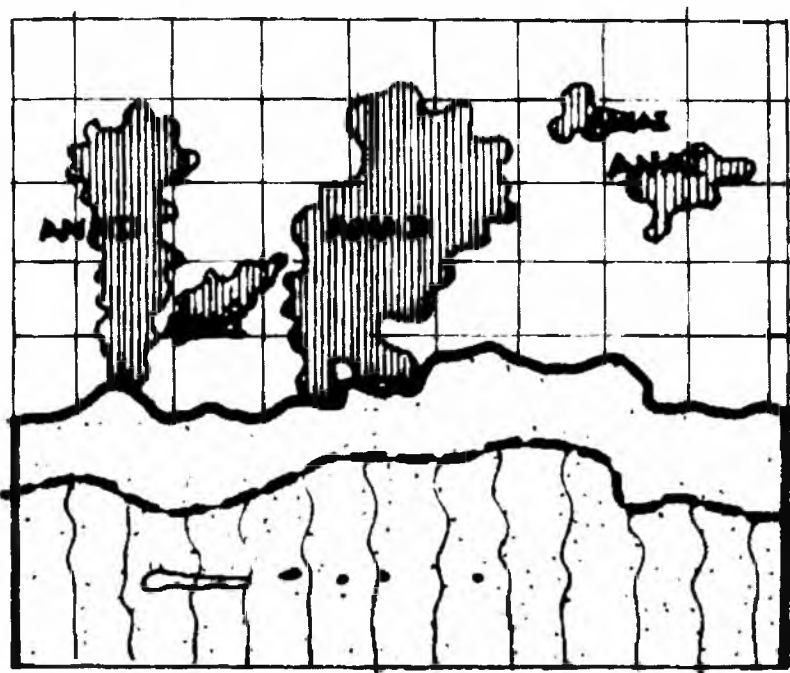
Para efeito de identificação e avaliação classificamos ainda as zonas I e II de acordo com sua vizinhança direta ou não com os ecossistemas da zona costeira, como ambientes naturais de apoio direto (ANAD) ou indireto (ANAI).

Estes primeiros ambientes (ANAD) são vizinhos imediatos dos ecossistemas costeiros e colaboram a seu modo para a sua integridade. Os “ANAI” ambientes distantes e isolados do litoral, mas contidos dentro da bacia hidrográfica, podem exercer um papel de maior ou

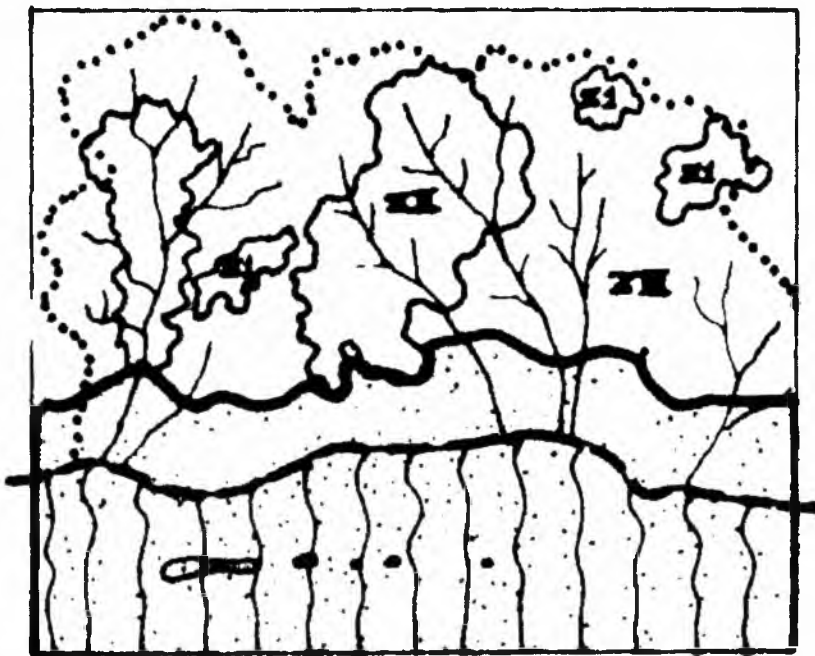
(97) CLARK, John. *Coastal ecosystem management*. p. 47.

menor importância na integridade ecológica da zona costeira (como de uma mata nativa que recobre solos instáveis e evita erosão).

A aplicação destes parâmetros de classificação permite uma avaliação imediata, de formas simples de relacionamento dos diferentes ecossistemas litorâneos e destes com seus vizinhos. Isto possibilita a formulação de um painel gráfico sobre o sistema e seu funcionamento, estabelecendo padrões ambientais para a área em questão e relacionando seus ecossistemas.



- ZONA COSTEIRA
- LINHA DA COSTA
- ÁREAS ANTROPIZADAS
- ANAI** AMBIENTES NATURAIS DE APOIO INDIRETO
- ANAD** AMBIENTES NATURAIS DE APOIO DIRETO
- OCEANO



- ZONA COSTEIRA
- LINHA DA COSTA
- ÁREAS RECOBERTAS DE MATA
- LIMITE DA BACIA HIDROGRÁFICA - ZONA DE DEPENDÊNCIA
- ZI, ZE, ZE** ZONAS DE VIZINHANÇA
- OCEANO

B I B L I O G R A F I A

- ANDRADE, M. A. B. *Contribuição ao conhecimento da ecologia das dunas do litoral do estado de São Paulo*. São Paulo, 1964. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- CETESB. *Diagnóstico da situação ambiental da costa brasileira*. Relatório Final. São Paulo: Cetesb, 1987, 5 v.
- CHAPMAN, V. J. Mangrove vegetation: na overview. In: *Memórias del Seminário sobre el Estudio Científico e Impacto Humano en el Ecosistema de Manglares*. Unesco, 1978.
- CIMA – Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Subsídios técnicos para a elaboração do relatório nacional do Brasil para a CMUMAD – versão preliminar*. Brasília: CIMA, jul. de 1991.
- CINTRON, G., SCHAEFFER NOVELLI, Y. *Proposta para estudo dos recursos de marismas e manguezais*. Relatório Interno. São Paulo: Instituto Oceanográfico, USP, 1981.
- _____ *Introduction a la ecologia del manglar*. Montevideú: Unesco, 1983, p.109.
- CLARK, J. R. *Coastal ecosystems management: a technical manual for the conservation of coastal tones resources*. Nova York: John Wiley, 1977, 928p.
- COUTINHO, Leopoldo Magno. *Mata costeira, restinga e mangue*. São Paulo: ABAP, Apostila, 8p.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *Ecossistemas marinhos e sua degradação na América do Sul, Central e Caribe*. São Paulo: SEMA, 1987.
- _____ *Conservação e recursos vivos do mar*. Brasília: COPPETEC, CIRM, 1985.
- _____ *Planejamento e gerenciamento costeiro – alguns aspectos metodológicos*. São Paulo: USP, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil.
- _____ *Pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência*. São Paulo: USP, Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, 1988, 44p.
- EMERICH, Martha. *Impacto ambiental*. Textos internos. São Paulo: SEMA, 1988.
- FABRIS, Annateresa (org.) *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/ Edusp, 1987, 296p. il.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. WORKSHOP MATA ATLÂNTICA. 1990, São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 1990, 64p.
- _____ *Problemas, diretrizes e estratégias de conservação*. WORKSHOP MATA ATLÂNTICA. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 1990, 64p.
- HERZ, Renato. *Manguezais do Brasil*. São Paulo: Instituto Oceanográfico – USP, 1991.
- HILLEI, Oliver, CARVALHO, Christina. A sociedade dos corais. São Paulo, *Revista Horizonte Geográfico*, n. 2, p. 40-49.
- HUECK, K. *Plantas e formação organogênica das dunas no litoral paulista*. Parte I. São Paulo: Instituto Botânico, Secretária de Agricultura do Estado de São Paulo, 1955.
- ILTEN, George. *Classificação da vegetação no Brasil*. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1983, 305p. il.
- JORNAL DA TARDE. Uma nova visão da natureza. São Paulo, 01 set. 1990. Caderno de Sábado.
- LABOREL, J. Les peuplements de madréporaires decôtes tropicales du Brésil. In: *Annales de L'Université D' Abidjan*. Costa do Martin, 1969.

- LACERDA, L. D. Manguezais: floresta de beira-mar. *Ciência Hoje* v. 3, n. 13, p. 626-670, 1984.
- LEÃO, Zelinda M. *Morfology, geology and developmental history of southernmost coral reefs of western atlantic*. Miami, Estados Unidos, 1982. Abrolhos Bank, Brazil. Dissertação (Mestrado) – University of Miami, U.S.A.
- LYLE, John Tillman. *Design for human ecosystems: landscape, land use, and natural resources*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1985, 269p.
- MACLUSKY, D. S. *The estuarine ecosystem*. Halsted Press: John Wiley & Sons, 1981.
- MARSH, Willian. *Environmental analysis for land use, and site planning*. Nova York: Mc Graw Hill, 1978.
- MARX, Murillo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980, 151p.
- MACEDO, Silvio Soares. *Paisagem, urbanização e litoral do éden à cidade*. São Paulo, 1993. Tese (Livre-docência). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- MONTEIRO, Salvador, KAZ, Leonardo (org.) *Floresta Atlântica*. Rio de Janeiro: Edições Alumbamento/ Livroarte editora, 1991, 188 p.il.
- NOVELLI, Yara Schaeffer et al. *Relatório do grupo de trabalho sobre o ecossistema litorâneo sul*. São Paulo: Instituto Oceanográfico, USP 1979, s.p.
- _____. Variability of mangrove ecosystems along the brasilian coast. *Estuarits*, v. 13, n. 2, p. 204-218, 1990.
- ODUM, Eugene P. *Ecologia*. São Paulo: Editora Guanabara, 1983.
- OLIVEIRA, Rita, PORTUGAL, Sonia. *Região Sul – BA – Um exemplo de devastação*. (Trabalho para o curso ecologia e saneamento ambiental). Salvador: UFBA, 1988, 30p.
- PEELEGRINO, Paulo R. M. *Paisagem e ambiente*. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Secretária da Indústria e Comércio Rio Norte Hoteleira AS - Nortel. *Plano de Implantação – Parque das Dunas*. Natal: Nortel, jul. de 1990, s.p.
- _____. Secretaria do Planejamento. IDEC. *Plano de manejo Parque da Dunas do Natal*. Natal: IDEC, 1989, 129p.
- _____. Secretaria do Planejamento. *Diagnóstico estrutural do estado*. Recursos Naturais, v. I e II, Natal, 1978.
- SALM, Rodney Clark John. *Marine and coastal protected aereas: a guide for planners and managers*. U.S.A; IUCN, 1989.
- SAN'T ANNA, E. M., WHATELY, M. H. Distribuição dos manguezais do Brasil. *Revista Bras. Geografia*, v. 43. n. 1, p. 47-63, 1981.
- SÃO PAULO (Estado). Cetesb – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. *Avaliação do estudo de degradação do ecossistemas da Baixada Santista*. São Paulo: Cetesb, Relatório Técnico, São Paulo, 1991, 45p.
- _____. Secretaria do Meio Ambiente – USP – Secretaria da Cultura. ANGELO, Sueli (coord.) *Ilhas do litoral paulista*. São Paulo: SEMA, Série Documentos, 1989, 52p. ilustrado.
- _____. Secretaria do Meio Ambiente. MATTOS, Neide Simões (coord.) *A região lagunar - estuarina de Iguape – Cananéia – Paranaguá. Programa de Educação Ambiental do Vale da Ribeira*. São Paulo: SEMA, 1989, v. 3, 46 p. il.

- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. *Relatório de qualidade ambiental no Estado de São Paulo*, 1990. São Paulo: Cetesb, Série Relatórios, maio de 1991.
- _____. Secretaria do Meio Ambiente. *Propostas de zoneamento ambiental*. São Paulo SEMA, 1992, 76p. il.
- _____. Secretaria do Meio Ambiente. *Unidades de conservação das Serra do Mar – Projetos e informações gerais*. São Paulo: SEMA, 1992.
- _____. SEMA/Cetesb. *Relatório de qualidade ambiental do estado de São Paulo*. São Paulo: Cetesb, 1992, 55p.
- SÃO PAULO, Universidade de. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. *Inventário de áreas úmidas no Brasil – versão preliminar*. São Paulo: USP, 1990, 449p. il.
- SECCHIN, Carlos, LEÃO, Zelinda Margarida. *Abrolhos, Parque Nacional Marinho*. 2 ed. Rio de Janeiro, COR/AÇÃO, 1991, 132p., il.
- SILVA SOBRINHO, Luiz Martins da. *Tipologia e dinâmica das formas de relevo na fachada leste do Rio Potengi e a Lagoa Guarairas*. São Paulo, 1985. Tese (Mestrado) – Depto. de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- SILVA, Adalberto Prado E. (org.) *Novo dicionário brasileiro melhoramentos*. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, 1969, 5 volumes, il.
- SILVA, Armando Correa da. *O litoral norte do estado de São Paulo – formação de uma região periférica*. São Paulo: IGEOG-USP, Série teses e monografias, n. 10. 273p.
- SILVEIRA, Iracema M. *Condições ambientais e geomorfológicas do sistema lagunar Nisia Floresta, Guaraira e áreas adjacentes – RN*. Rio Claro, São Paulo: Unesp, 1982.
- SIMPÓSIO SOBRE ECOSSISTEMAS DA COSTA SUL E SUDESTE BRASILEIRA. *Síntese dos conhecimentos*. São Paulo: Publicações da Academia da Ciências do Estado de São Paulo. v. 3, n. 54, 1987.
- STEINITZ, Carl. *Defensive process for regional landscape design*. Cambridge: Harvard University, Frances Loeb Library, 1979.
- VIOLA, Eduardo J., BOEIRA, Sérgio L. *A emergência do ambientalismo complexo multissetorial no Brasil. (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80*. Texto apresentado no IV SEMINÁRIO SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE, p. 41-99.
- WRITTAKER, R. H. *Communities and ecosystems*. Nova York: MacMillan Company, 1970, p.158.

Urbanização do Lazer:

**Reflexões sobre Produção e
Consumo da Paisagem
em Cidades Turísticas**

Maria da Glória Lanci da Silva

**Arquiteta, paisagista, mestra pela
FAUUSP, doutoranda FAUUSP**

FUNDAMENTOS

O turismo desponta como o setor de maior crescimento entre os negócios internacionais, alcançando rapidamente a informática e as telecomunicações. No Brasil o incremento da atividade pode ser observado no aumento significativo do número de viagens, na oferta e diversidade de serviços turísticos, no mercado de trabalho (novas carreiras e cursos, inclusive de nível superior) e nos investimentos, tanto públicos quanto privados, em melhorias na infra-estrutura de transportes e da rede hoteleira. O espaço urbano como um todo reflete essa nova dinâmica econômica sob vários aspectos – desde a transformação física e morfológica até mudanças socioeconômicas da população. Mas é sem dúvida nos ambientes de lazer – as cidades turísticas – que o processo é notável. Podemos dizer, até, que nestas cidades o turismo (re)constrói uma *outra* cidade. Neste texto apresentamos algumas reflexões sobre as relações entre trabalho, capital e o lazer e sua correspondência com a experiência governamental de planejamento turístico no estado da Bahia, enfocando a paisagem urbana. Mostraremos que o turismo desempenha um papel importante como promotor do ambiente construído e discutiremos algumas das ações que tentam consolidá-lo como agente do chamado *desenvolvimento sustentável*, um dos conceitos fundamentais do discurso político e econômico atual.

Tourism is the world's largest growth business in the last decades, besides telecommunications and information science. In Brazil, we can observe this improvement in the increase of trips, in touristic service options, in job creation (new opportunities and careers, including third level courses) and in the public and private investments in means of transportation and hotel system. The urban space in general is affected by this new economic arrangement in many ways, such as the physical and morfological transformation or changes in the population social-economic level. In touristic cities, however, this process is notable. In fact, the tourism (re)build another city in that places. This paper presents reflections on the relationship between work, capital and leisure in the governmental experience of touristic planning in Bahia, focusing the urban landscape. The tourism is an important piece in built environment process and we discuss actions that treat it like sustainable development agent, one of the basic concepts in public policies and economy during these days.

Urbanização do Lazer:

Reflexões sobre Produção e Consumo da Paisagem em Cidades Turísticas

Capital, trabalho e lazer – conflitos e conveniências

O direito à natureza, o direito à cidade

Em seu livro *O direito à cidade*¹ Lefebvre diz que a cidade tendo se tornado um espaço do mal-estar, da poluição, das doenças, “da fadiga, da agitação” do estresse, gerou a aspiração à “natureza” (melhor dizendo, do “retorno à natureza”), aspiração esta materializada em uma forma de *lazer*. A natureza, então, passa a ter um valor de troca e torna-se mercadoria, sendo comprada e vendida, enfim, comercializada. No contraponto desse consumo, existe também uma “indústria” para a fabricação dessa mercadoria: o turismo. A natureza, ou o não-urbano, tornada o lugar de lazer, acaba por ser o depósito dos desejos de uma cidade feliz, de uma cidade ideal e de uma natureza idealizada, isenta de aspectos adversos à vida humana, como intempéries, por exemplo. “Os urbanos transportam o urbano consigo, ainda que não carreguem a urbanidade!”² Esta frase encerra em si a contradição: as pessoas deixam o lugar “cidade” mas ainda são urbanas no não-urbano (a natureza). O turismo também atende ao consumo de uma cidade feliz ao reivindicar a natureza, confundida muitas vezes com o “campo” ou “rural” no meio urbano (aqui temos uma natureza idealizada pelos jardins dos shoppings, os parques temáticos, o bulevar). Lefebvre considera o turismo um dos *desvios* do direito à cidade, pois nega a cidade

(1) LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

(2) LEFEBVRE, Henry. *Idem*, p. 116.

real, deteriorada, segregada, feia. Ou seja, ele mascara uma vida urbana que está despedaçada. Isto nos leva a refletir sobre duas questões. Primeira, sobre as combinações *trabalho-cotidiano-urbano*, aspecto negativo da vida, e *lazer-férias-campo*, conhecido popularmente como o “lado bom da vida”. Segunda, a separação e exclusão recíproca entre as duas combinações. Por que o trabalho exclui o lazer, o cotidiano não tem gozo e o urbano tem uma qualidade inferior ao campo?

Locais de trabalho e locais de vivência

O ambiente construído ou transformado pelo homem, de forma genérica, é a base material para a manutenção do sistema capitalista, sobre o qual nossa sociedade se estrutura. Mesmo o capital meramente especulativo mantém um vínculo com esta materialidade na sua relação de dominação da força de trabalho, que necessariamente precisa, por sua vez, de um hábitat. Portanto, território e modo de produção não se separam totalmente³. O capital também necessita manter a própria força de trabalho – meio da produção – e o consumo – forma de acumulação. Há, obviamente, uma interdependência entre capital, trabalho, mercadoria e consumo, dentro de um processo coeso e ao mesmo tempo conflitante. Sobre o ambiente construído reside um interesse comum do capital e da força de trabalho; ele representa tanto um valor de uso (para o *viver*) como um valor de troca (para o *trabalhar*). Desse *conflito de interesses* é que surge o antagonismo entre os locais de trabalho e os locais de vivência. Mas por que os interesses são conflitantes, já que o capital necessita reproduzir tanto a força de trabalho como consumo para sua subsistência? O marxismo explica o fato pela luta de classes, onde há dominadores e dominados, exploradores e explorados e onde o dinheiro adquire uma “metaexistência” que permeia as relações humanas. Não discutiremos aqui os desdobramentos dessas idéias, apenas tomaremos como um dado de análise o fato de que esses conflitos revertem numa *intensa transformação* do ambi-

(3) Ainda que falemos em “espaço virtual” sua existência requer o contraponto do “espaço concreto” onde pessoas de carne e osso vivem e arquitetam suas estruturas e formas.

ente construído, principalmente quando ele é a mercadoria em jogo e está no centro da disputa. Voltando a analisar o conflito de interesses, não podemos deixar de lado as inúmeras tentativas do capital de contemplar a boa relação entre o trabalhar e viver através da construção de um ambiente melhor e mais “saudável”⁴ Por outro lado, a força de trabalho também reivindicou para si uma resposta ao ambiente opressivo e insalubre do local de trabalho, procurando, por exemplo, morar próximo à “natureza”· daí os condomínios fechados longe dos centros urbanos, longe do trabalho. Essa fuga espacial – do local de trabalho, símbolo da dominação, para o local de moradia, símbolo da liberdade – tem um paralelo na fuga temporal proporcionada pelo capital – as férias concedidas pelo período de trabalho. Portanto, o sistema de *produção* capitalista casa-se perfeitamente com o sistema de *consumo* da força de trabalho. Em outras palavras, a forma de produção define a forma de consumo. Harvey sintetiza muito bem a questão: “... o capital procura atrair o trabalho para um acordo faustiano: aceitar o pacote das relações com a natureza no local de vida como uma compensação justa e adequada por uma alienada e degradante relação com a natureza no local de trabalho.”⁵

Turismo – consumo da natureza

O círculo vicioso entre a produção e consumo do ambiente construído se fecha com a mistificação da natureza. Estamos diante do desejo de retorno às origens humanas, à simplificação da vida urbana em troca da vida no campo, e até mesmo a um tempo anterior ao capitalismo, onde as relações humanas eram verdadeiramente “humanas” e não mediadas pelo dinheiro. Este sentimento de nostalgia não pode ser melhor expresso que no comportamento do turista. O trabalhador não

(4) Conhecemos de perto os exemplos das vilas para moradia das indústrias paulistas, os centros esportivos do Sesi (Serviço Social da Indústria) e os centros culturais do Sesc (Serviço Social do Comércio).

(5) HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais Urbanos*. São Paulo: Cortez, 1982. p. 28.

viaja em férias exatamente para fugir da cidade. Ele viaja para encontrar a cidade que lhe é negada, a cidade do entretenimento, a cidade dos ricos. Ele quer o meio urbano que não pode usufruir durante o resto do ano, quando trabalha. O deslocamento de sua cidade de trabalho para a cidade das férias é apenas uma forma de reforçar essa mudança de cenário e hábitos do cotidiano. Na maioria das vezes ele encontra uma cidade pior: mais suja, mais congestionada, mais cara. Mas a viagem o transporta para o "outro mundo" e daí a importância do deslocamento. Uma vez instalado no "outro mundo" o turista esbanja, gastando suas economias em pequenos deleites: permanecer numa "casa" (o hotel) cheia de empregados que fazem todos os serviços domésticos; jantar em restaurantes todo o dia; dedicar-se integralmente ao seu descanso e, principalmente, não trabalhar. É um momento de vida único e quase perfeito, onde também há espaço para projetos particulares e desejos engavetados: aprender uma língua estrangeira, aumentar sua bagagem cultural, aprender a dançar, praticar esportes (a vida saudável), emagrecer, encontrar um novo amor... enfim, rejuvenescer! A viagem é um paradigma dessa mudança: muda-se de território, de condição social, de poder aquisitivo, de forma física (para os projetos bem sucedidos de emagrecimento) e até de identidade. O turista pode finalmente usufruir do lado bom da vida: é o consumo da natureza, tanto do território quanto de seu próprio corpo biológico. Evidentemente todo o esforço de produção é voltado para atender esse desejo. Não precisamos ir muito longe para descobrir à nossa volta apelos irresistíveis ao consumo: as chamadas das agências turísticas nos jornais e televisão são ótimos exemplos. Vemos neles a extensão do conceito do consumo produzido para o habitante das grandes cidades, da concentração do capital, cujo trabalho árduo e estressante será recompensado com um oásis inimaginável, um delírio paradisíaco, num lugar que é em tudo a natureza em sua plena forma, virginal e beatificada. Nós passaremos a discutir um modo ainda mais complexo e completo de aliar o consumo à produção: o projeto turístico brasileiro de desenvolvimento do Nordeste. Composto por nove estados, todos eles litorâneos, no Nordeste atuam duas políticas de desenvolvimento turístico: o Prodetur – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, e a Política de Megaprojetos (tocada por sete estados, dentre eles a Bahia). A primeira estabelece as diretrizes de desenvolvimento turístico regional e a segunda procura atrair investimentos para implantação de grandes empreendimentos.

A Bahia e o Prodetur – política pública para a produção

O Prodetur foi concebido a partir de iniciativas dos governadores do Nordeste, da Sudene; Banco do Nordeste, Embratur e da Comissão de Turismo Integrada – CTI/NE. O programa visa o desenvolvimento da região Nordeste⁶ através do turismo, um “*gerador de divisas e benefícios sociais e promotor de empregos*” Um contrato assinado em 1994, com o Banco do Nordeste (agente financeiro do programa) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, dispõe sobre as normas operacionais do programa e as participações percentuais dos recursos provenientes do BID e da contrapartida nacional, em 60 e 40%, respectivamente, dentro de um valor global de US\$ 670 milhões. Neste contrato também está especificado um grupo de projetos que foi dividido em três linhas de ação:

- Desenvolvimento Institucional
Reestruturação organizacional;
desenvolvimento e implementação de sistemas de apoio administrativo, financeiro e instrumentos operacionais;
fortalecimento da capacidade fiscal e regulatória (particularmente das administrações municipais);
treinamento de pessoal.
- Obras múltiplas em infra-estrutura básica e serviços públicos
Saneamento básico;
administração de resíduos sólidos;
proteção e recuperação ambiental;
transportes;
recuperação do patrimônio histórico.
- Melhoramento de aeroportos
Melhoramentos em oito aeroportos: São Luís (MA), Fortaleza (CE), Natal (RN), Aracaju (SE), Recife (PE), Salvador (BA), Porto Seguro (BA), Lençóis (BA)⁷

(6) O Prodetur também inclui a região norte do estado de Minas Gerais.

(7) EMBRATUR – Instituto de Turismo do Brasil. *Prodetur – Programa de Desenvolvimento Turístico*. Publicado no site do órgão federal em nov./98 (<http://www.embratur.org.br>).

No estado da Bahia, o Prodetur compõe-se de 72 projetos nas três linhas de ação citadas, envolvendo recursos da ordem de US\$ 320 milhões, sendo aproximadamente 50% desse valor financiado pelo governo do estado. Ou seja, do valor global reservado ao Prodetur/NE, quase metade será investido na Bahia e um quarto com a contrapartida do governo estadual. A estratégia adotada, dentro da política nacional de desenvolvimento turístico, é de *potencializar a atividade em áreas de grande fluxo de turistas*. Este aspecto determinou a escolha das regiões e cidades que receberão os investimentos públicos; na Bahia se concentram na costa (litoral) e Chapada Diamantina (interior). Determinou também a prioridade de investimentos: grandes obras de infra-estrutura e de transportes.

O quadro a seguir mostra em linhas gerais a distribuição de projetos e recursos financeiros nas regiões de desenvolvimento turístico da Bahia⁸. Ele servirá como ponto de partida para algumas análises sobre a política de investimentos públicos e o caráter da produção.

Região	Cidade principal	Projetos específicos *	Valor orçado (US\$)
Chapada Diamantina	Lençóis	6	11.869.000
Costa dos Coqueiros	Camaçari	1	1.615.000
Salvador	Salvador	6	130.233.000
Costa do Dendê	Valença	6	2.640.000
Costa do Cacau	Ilhéus	6	39.160.000
Costa do Descobrimento	Porto Seguro	40	105.217.000
Costa das Baleias	Prado	0	0
TOTAL		65	290.734.000

* Referentes a projetos desenvolvidos na região. Excluem-se aqui os de caráter genérico de desenvolvimento para todo o estado, como os de desenvolvimento institucional.

Fonte: Prodetur/BA

(8) Compilação de dados publicados no *site* oficial do programa em nov./98 (<http://www.bnb.gov.br/prodetur/ab-ba.html>).

O que mais chama a atenção neste quadro são duas grandes diferenças. A primeira entre o número de projetos desenvolvidos para a região de Porto Seguro (40) e as outras (no máximo 6). A segunda entre a proporção dos valores orçados e o número de projetos. A região de Salvador é a campeã de investimentos, com 130 milhões, e tem apenas seis projetos, enquanto que Ilhéus, também com seis projetos, irá gastar 39 milhões, menos de um terço gasto para Salvador. As diferenças se explicam em parte pelo caráter de cada projeto e a população atendida. Certamente Salvador, sendo a maior cidade e capital do estado, requer obras de maior vulto, portanto, mais caras (só o aeroporto de Salvador responde por US\$ 95 milhões). Por outro lado, a prioridade de investimentos definida pela política de turismo nordestino serve como parâmetro para explicar porque a cidade de Porto Seguro recebe uma quantidade tão grande de projetos: trata-se do segundo pólo turístico mais visitado da Bahia depois de Salvador. Devemos ressaltar que seria necessário considerar que estamos trabalhando com valores previstos pelo orçamento, e não os realmente gastos⁹, o que certamente nos permitiria uma avaliação mais completa. Porém, a partir de dados sobre a natureza de cada projeto e seu estágio de desenvolvimento pudemos analisar as prioridades da distribuição desses recursos financeiros em relação aos três setores de investimentos propostos.

- **Aeroporto**

Este é o setor de maior sucesso na estratégia turística tocada pelo governo estadual, onde verificamos a maior concentração de investimentos e realizações. São quatro projetos: ampliação do aeroporto de Porto Seguro, ampliação e modernização do aeroporto Dois de Julho (Salvador), construção do aeroporto de Lençóis e construção do aeroporto de Valença. Dos quatro, dois já estão concluídos (Porto Seguro e Lençóis), um está em andamento (Salvador) e um em projeto (Valença).

O aeroporto de Porto Seguro foi reinaugurado em nov./96 e custou cerca de US\$ 5,5 milhões, totalmente financiado com recursos do Prodetur. O aeroporto Lençóis foi inaugurado em junho desse ano e custou US\$ 7,7 milhões, sendo 60% do governo do estado (dinheiro

(9) Isto sem levar em conta eventuais flutuações do câmbio, taxas de juros, índices de custos da construção e outros indicadores econômicos para reajuste desses valores.

proveniente da venda da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia) e o restante do Prodetur¹⁰. O aeroporto de Salvador deverá ser concluído em jun./99 e consumir US\$ 95 milhões, como já dissemos, sendo US\$ 47,5 milhões provindos do Prodetur.

- **Obras múltiplas**

As obras estão voltadas ao saneamento básico (abastecimento de água e esgotamento sanitário), transportes (rodovias e atracadouros), limpeza urbana, preservação e recuperação ambiental e recuperação do patrimônio histórico. No subsetor saneamento básico há várias obras em andamento e o maior volume de investimentos. As obras de esgotamento sanitário em Porto Seguro estão orçadas em US\$ 18,3 milhões e em Ilhéus US\$ 19,4 milhões. Os valores nos dão uma idéia do porte dessas obras, mas também nos faz pensar como estas cidades se sustentaram até hoje sem essa infra-estrutura.

Situação totalmente diversa encontramos no subsetor de preservação e recuperação ambiental. Os gastos são bem menores, tanto em valores absolutos quanto proporcionais (cerca de US\$ 5,8 milhões para a instituição de seis APAs – Área de Preservação Ambiental). No entanto, nenhuma delas foi implantada, encontrando-se ainda em elaboração.

- **Desenvolvimento institucional**

A situação geral deste setor é a mais desoladora: muitos projetos engavetados, outros parados e poucos em execução. Curiosamente, é o que envolve menos recursos; são reservados apenas cerca de US\$ 3 milhões para seu desenvolvimento. Aqui se incluem dois projetos específicos para a Costa do Descobrimento: a Legislação Urbanística de Porto Seguro e a de Santa Cruz de Cabrália, ambos engavetados. Não há menções sobre legislação urbana para outras localidades. Nossa questão é se a legislação atual das cidades envolvidas prevêem tamanha transformação de seus territórios.

(10) "Novo aeroporto facilita acesso à Diamantina" Biaggio Talento. *Estado de S. Paulo*. São Paulo, 23 de junho de 1998.

A conclusão óbvia a que chegamos diante desse quadro é que o governo baiano está investindo no turismo de massa, colocando todos os seus recursos nas obras de infra-estrutura urbana e transportes aeroviários, favorecendo um turista de médio e alto poder aquisitivo e atraindo empreendimentos privados de grande porte. Das intenções primeiras do Prodetur/NE só podemos observar a geração de divisas. Benefícios sociais deverão ser conquistados com as obras de saneamento básico, mas ainda nos resta pesquisar onde elas estão sendo feitas (nas periferias das cidades?). Oportunidades de empregos certamente crescem a curtíssimo prazo com as obras, mas sem capacitação profissional dificilmente essa população manterá seus níveis de salários.

Megaprojetos na Bahia - produção pública para o mercado

Adotando uma visão mais cética sobre os benefícios do Prodetur podemos concluir que na verdade os investimentos *públicos* estão unicamente construindo uma base territorial-urbana para receber um uso *privado*, através dos empreendimentos do mercado turístico. Isto significa que o governo estadual é um parceiro do mercado, tornando-se ele também um empreendedor. O porte, a localização e os valores financiados dos empreendimentos privados do setor turístico na Bahia, atraídos pela política de megaprojetos mostram claramente como esse estado-empendedor atua.

Complexo de Sauípe

O Complexo Turístico de Sauípe está sendo considerado o maior e mais fantástico projeto turístico do Brasil. O empreendimento fica a 90 km ao norte de Salvador, na praia de Sauípe, e aposta no turista de alto poder aquisitivo. O negócio é financiado pela Previ, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil. A área de 1.750 ha e o projeto foram comprados do grupo Odebrecht, que ficou responsável pela construção.

Na fase inicial serão construídos cinco hotéis e seis pousadas, além de um centro comercial. O investimento é em torno de US\$ 200 milhões e a inauguração está prevista para o final de 1999. O sucesso desta pri-

meira fase será fundamental para a continuação do projeto, que pode levar a investimentos da ordem de US\$ 2 bilhões, um conglomerado de 11 hotéis, oferecendo 1.650 unidades de hospedagem, e estar concluído até 2012. Os números impressionam. O mais impressionante, porém, é o volume de investimentos públicos. O empreendimento só se tornou “economicamente viável” a partir da implantação da Linha Verde, iniciativa da política de megaprojetos baiana. O governo da Bahia gastou US\$ 45 milhões na construção dessa estrada de 143 km que liga Salvador a Sergipe e passa por Sauípe. Posteriormente US\$ 40 milhões foram gastos em obras de infra-estrutura – água, energia, esgoto e telefone¹¹. Ou seja, quase a metade do valor do investimento privado. A propaganda feita para os turistas em potencial não esconde a sua satisfação:

No Costa do Sauípe tudo está em perfeita sintonia com as diretrizes do governo baiano, inclusive contando com o apoio estratégico de uma administração que implantou, desde 1991, uma política de desenvolvimento da indústria turística, investindo pesado em infra-estrutura, criando as condições necessárias para o crescimento do setor.

E permite até a ironia:

Por acreditarmos que o turismo tem tudo a ver com o Brasil, e especialmente com a Bahia, nós também estamos investindo mais de duzentos milhões de dólares neste empreendimento (grifo nosso)¹²

Porto Cabrália

Este é um grande projeto localizado em um ponto estratégico, intermediário entre os centros urbanos de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, na praia de Ponta Grande, e a menos de 5 minutos do sítio

(11) “Odebrecht e Previ constroem Cancun brasileira”. André Soliani. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 2 de ago. de 1998.

(12) Publicado no *site* promocional em nov./98 (<http://www.costadosauipe.com.br>).

histórico da Coroa Vermelha, local do Descobrimento do Brasil e onde foi celebrada a Primeira Missa. Aqui também está sendo construída a Universidade do Descobrimento, iniciativa governamental. O empreendimento alia um grande loteamento residencial – o Porto Cabália Residencial Service – a um complexo turístico composto por um Centro Esportivo e Odonto-Médico, Centro Cultural, infra-estrutura de comércio e serviços e um shopping – Porto Cabália Festival Mall. Tudo isso está sendo promovido pela Imobiliária Goes Cohabita, uma das maiores de Porto Seguro e responsável por grandes loteamentos residenciais da cidade. Lembramos, mais uma vez, que Porto Seguro recebeu o maior número de projetos e que se encontram na sua maioria em fase final de execução.

Outros projetos

Abaixo segue uma listagem apresentada pelo próprio Prodetur de projetos em andamento na Bahia. Chamamos a atenção para os valores mencionados.

Projetos	Valores (em US\$ milhões)
Marina Riverside	12,0
Porto Busca Vida Resort	30,0
Ponta do Dourado	89,5
Salvador Bahia Marina	20,0
Parque Aquático Wet'n Wild	19,5
Marina Porto do Cais Periperi	15,0
Outeiro das Brisas	20,0
Vela Branca Hotel	11,0
Paradise Water Park	16,4
TOTAL	233,0

Desenvolvimento sustentado?

Desenvolvimento e modernização do atraso

Desde meados da década de 60 se anunciava uma mudança no sistema de produção capitalista. Instabilidade de governos, crise do petróleo e das hegemonias econômicas, a informatização nos meios de comunicação e a globalização foram alguns dos fatores que contribuíram para a substituição do fordismo pela acumulação flexível. A produção em massa, a padronização dos produtos, a especialização da força de trabalho e a centralização dos meios de produção cedem lugar à produção em pequenos lotes, à diversidade, ao conhecimento generalizado e à descentralização. Tudo isso refletiu uma mudança nas relações entre Estado e Capital. Em 1982, analisando essa passagem do capitalismo industrial para o capitalismo flexível, Harvey constatava que *"... o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um 'bom clima de negócios', para atrair o capital financeiro transacional e global..."*¹³ A frase parece mais atual do que nunca e extremamente pertinente ao caso da produção turística que analisamos. O governo da Bahia, através do Prodetur e da política de Megaprojetos, fez uma opção clara pelo turista de alto poder aquisitivo, tentando com isso conseguir, em teoria, recursos para subverter o subdesenvolvimento social e econômico da população. Os efeitos dessa política, entretanto, caminham na direção de uma exclusão global que se inicia sob dois aspectos. Primeiro, a visível exclusão da maior parte do território nordestino, o interior habitado pela população sertaneja, ironicamente (?) o lugar mais pobre, o mais desassistido, o mais miserável, o mais feio. Mesmo para a única área interiorana escolhida, a Chapada Diamantina, isto é verdade: a região é um verdadeiro "oásis" no sertão, com muita água e vegetação, razão pela qual se consolidou como destino turístico na Bahia. Segundo, a exclusão da mão-de-obra assalariada do trabalhador urbano mal qualificado e o trabalhador rural, que não terão

(13) HARVEY, D. op. cit. (p.160).

lugar, em razão do seu intrínseco “atraso” no exigente mercado de trabalho do turismo internacional, pois é nesse patamar que os investimentos tanto públicos como privados se colocam. Portanto, o que vemos concretizado é mais um estágio do projeto neoliberal que vem sendo praticado no país desde meados dos anos 80: a subordinação do político e do social ao econômico, implicando em despolitização das questões nacionais, liberalização da economia (desregulação/livre mercado) e conseqüente encolhimento do Estado (privatizações). O agravante da situação é que vemos esta evolução do capitalismo no país ser conduzida no encalço das economias dos países desenvolvidos (desenvolvidos?), da mesma forma como o modelo da indústria fordista o foi.

Assim como, naquele modelo, não chegamos sequer a experimentar o *welfare state*, neste outro o neoliberalismo resulta em uma “modernização do atraso”¹⁴ Isto explica porque a construção de aeroportos tem prioridade, ao invés de saneamento básico, educação ambiental e qualificação de profissionais. O mau estado da cidade e a pobreza dos seus habitantes podem ser suportados pela existência de amenidades modernas como os shopping centers, aeroportos e hotéis de luxo. O famigerado consenso de Washington, que foi um dos modelos importados pelo governo brasileiro para modernizar o Estado, nada mais é, segundo Paulo Nogueira Batista, uma “receita de regressão a um padrão econômico pré-industrial”¹⁵ As metas de desenvolvimento presentes em qualquer discurso político são “benefícios sociais” “aumento da renda” com “geração de empregos” melhoria da “qualidade de vida” e a almejada “preservação de recursos naturais para as gerações futuras” entre outras. Mas se a modernização e o desenvolvimento econômico preconizados não respondem a essas metas, para que nos serve? Creio que a resposta está em parte na pergunta “para quem ela serve?”

(14) A razão para a incorporação de modelos estrangeiros, supostamente “superiores” para definir políticas de desenvolvimento nacional tem sido amplamente analisada por diversos autores, segundo Ermínia Maricato, que credita ao processo de colonialismo as raízes dessa prática. MARICATO, Ermínia. Brasil 2000: qual o planejamento urbano? *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, 1997 p. 121, 122.

(15) BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *Cadernos da Dívida Externa*. São Paulo: Pedex, 1994. p. 27

Desenvolvimento e meio ambiente

As cidades turísticas são muito mais valorizadas quando conseguem associar sua paisagem a um entorno “natural” belo, tornando a viagem do turista um prazer a mais a desfrutar. A exploração do litoral no Nordeste como pólo turístico não foge à regra. São milhares de quilômetros de praias ensolaradas e verdejantes quase o ano inteiro. A manutenção desse cenário é um item de fundamental importância para o empresário do turismo, já que parte do sucesso de seu produto depende dele. A concepção de preservação ambiental que se vende ao turista, porém, é das mais estranhas, para não dizer equivocada. Tomemos como exemplo o Complexo de Sauípe, cujo material de propaganda garante que “... os locais para atividades esportivas e de lazer são voltados para a educação e preservação ambiental. Começando pelo campo de golfe, com 18 buracos, o centro eqüestre e o paisagismo requintado com muita naturalidade...”¹⁶ Numa proposta tipicamente urbanizadora como a de Sauípe a questão entre desenvolvimento e recursos naturais recai sobre a dicotomia cidade-campo. Novamente temos aqui o confronto entre os locais de trabalho e os locais de viver. Não podemos, porém, reduzir o problema a mera comparação morfológica e sim encarar a questão da *qualidade* do ambiente, o que requer uma análise mais profunda, a ser desenvolvida em outros trabalhos. De qualquer forma, sabemos que o antagonismo entre urbanização e preservação tem sido muito mais discutido nas grandes cidades, onde o olhar para as diferenças socioeconômicas aberrantes da população torna-se inevitável. Nas cidades do Nordeste, palco “clássico” do atraso brasileiro, associar preservação de recursos com qualidade da urbanização é menos óbvio. Este aspecto tanto é verdade que o projeto turístico que causa mais polêmica na Bahia não é o Complexo de Sauípe e sim o aeroporto de Lençóis, no interior do estado. A Chapada Diamantina, onde se insere, reúne alguns dos cenários naturais mais bonitos do país e é uma região, com já dissemos, repleta de vegetação e água, criando situações inusitadas de canyons, pradarias, cavernas, cachoeiras.

(16) Publicado no *site* promocional em nov./98 (<http://www.costadosauipe.com.br>).

O parque engloba 152 mil hectares de área demarcada, mas não oficializada e muito menos regulamentada – nenhuma desapropriação foi feita e não há Plano de Manejo. O aeroporto certamente irá aumentar o fluxo de turistas e a polêmica centra-se no binômio turismo de massa *versus* preservação ambiental. Por que o conflito é mais óbvio na Chapada Diamantina que no litoral baiano? Se a resposta é que na Chapada a natureza encontra-se mais preservada, menos tocada pela ação do homem, então ainda temos muito o que avançar na questão, superando as discussões que tratam recursos naturais, sociedade e produção capitalista de forma fragmentada. E lembrar que este é um problema que nunca pode ser desvinculado do território (por mais que a globalização diga o oposto), dos processos de produção da paisagem e da transformação do espaço.

Perspectivas

A questão da sustentabilidade surge na discussão das características de atuação das duas “modalidades” consagradas do turismo: uma de características mais urbanas, associada principalmente ao litoral e cidades históricas, considerado o turismo “*convencional*” e outra voltada para as “belezas naturais” o chamado “*ecoturismo*” ou turismo de aventura, associada principalmente às unidades de conservação brasileiras como os parques nacionais e estaduais. No primeiro caso a atividade se caracteriza como turismo de massa, mais ou menos organizado, que provoca transformações sensíveis e imediatas na paisagem, reproduzindo paisagens e morfologias urbanas uniformemente por um território repleto de situações urbanas e ecossistêmicas bem diversificadas. No segundo caso temos um turismo que pretende ser ele próprio um novo paradigma da atividade, contrariando o perfil do turismo “convencional”: procura ser um turismo mais consciente das transformações que provoca e, por essa razão, capaz de avaliar os próprios impactos e minimizá-los. Este caso abre a discussão para a sustentabilidade da atividade e até que ponto ela realmente obtém o sucesso esperado pelos seus praticantes. Na verdade tanto o “ecoturismo” quanto o turismo “convencional” atuam como uma estratégia de enriquecimento das cidades menos favorecidas economicamente e/ou localizadas em áreas restritas à expansão urbana, isto é, inseridas ou próximas às unidades de conservação. Portanto, o incentivo ao turismo tem sido uma

prática cada vez mais presente nas prefeituras dessas cidades, quando não se torna a atividade econômica por excelência desses lugares. Isto nem sempre reverte em benefícios concretos para as cidades turísticas. O problema é que a indústria do turismo, tão atrativa para estas cidades, sempre buscará oferecer aquilo que o turista espera encontrar e este turista é um nômade, um estrangeiro buscando um tipo de exotismo e/ou aventura “confortáveis” ao seu padrão de vida. Não podemos ser indiferentes diante do fato de que a grande maioria dos turistas convencionais, que gasta em média R\$ 500 para tomar um avião de São Paulo para a Bahia, não vai se preocupar com a manutenção do ambiente em geral, nem mesmo do seu ambiente mais próximo. Sua própria condição de turista sazonal e morador distante impede de criar esse vínculo com o lugar. Sua preocupação é imediata e passageira, assim como sua viagem. A “qualidade” que o interessa é a do hotel, do restaurante, do serviço, do transporte. A “natureza” que irá presenciar será aquela oferecida por seu agente de viagens. O cenário que irá testemunhar já está programado em seu pacote de férias. Estamos tratando de um consumo descartável e renovável, pois quando um lugar se tornar enfadonho, ou quando perder suas qualidades, basta trocar por outro. Há sempre espaço para novidades. Portanto, cabe ao poder público definir com clareza as diretrizes de sustentabilidade do turismo, não só no econômico, como estamos presenciando, mas também no social e ambiental. Podemos vislumbrar no turismo um verdadeiro promotor de benefícios sociais e gerador de empregos, contribuindo para um desenvolvimento do cidadão e não apenas dos negócios internacionais, cujos lucros na maior parte das vezes sequer permanecem no país, gerando “divisas” meramente diplomáticas. Torna-se imprescindível, nesse caso, envolver a população moradora na discussão sobre os efeitos do turismo. A participação popular deve ser encarada como uma forma de garantir manutenção da qualidade de vida nas cidades turísticas, importante para consolidar uma cidade real, e não de “faz-de-contas”. O turismo, como está sendo conduzido, certamente proporcionará um confronto direto entre as desigualdades. Isto irá gerar crises que terão de ser enfrentadas – e elas têm uma chance muito maior de sê-lo nas cidades turísticas, palco dos conflitos. Os habitantes ganham atenção e um ambiente propício ao debate e à reivindicação. É a politização, enfim, da questão turismo *versus* desenvolvimento. Esta é uma perspectiva bastante otimista, mas sem dúvida, possível.

B I B L I O G R A F I A

- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *Cadernos da Dívida Externa*. 6. São Paulo: Pedex-Programa Educativo da Dívida Externa, 1994.
- CRUZ, Rita de Cássia A. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil. *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FALCÃO, José Augusto G. O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais Urbanos*. São Paulo: Cortez, 1982. (n. 6).
- _____. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- JIMENEZ, Carla, PINSKY, Luciana, FARIA, Gerson. Chega de amadorismo. *Revista Época*. São Paulo, 9 de nov. de 1998.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Brasil 2000: qual o planejamento urbano? *Cadernos IPPUR*. n. 1 e 2. Rio de Janeiro, 1997.
- RODRIGUES, Arlete M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOLIANI, André. Odebrecht e Previ constroem Cancun brasileira. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 2 de ago. de 1998.
- VARGAS, Nilton, FLEURY, Afonso C. C. Aspectos conceituais. In: *Organização do trabalho*. São Paulo: Atlas, 1987.

Devaneio e Crítica

Preliminares ao Papel

da Fantasia na Paisagem

Eduardo Yázigi

Professor livre-docente junto ao Departamento de Geografia da USP. Atualmente desenvolve pesquisa sob patrocínio do CNPq, sobre *A alma do lugar*, onde focaliza a questão da identidade espacial dos lugares em vista do planejamento, face à globalização. Este ensaio corresponde a um de seus enfoques

FUNDAMENTOS

RESUMO

Desde longo tempo, a literatura especializada vem explorando o papel da percepção no entendimento da paisagem, sem contudo situar o peso da fantasia em seu contexto. Ela é aqui entendida como importante ingrediente do psiquismo, nas auto-representações e nas representações cósmicas. Freqüentemente, fantasia e espetáculo são criticados, mas os autores costumam se esquecer que quando alguém faz uma casa ou jardim, ou quando se é turista, o psiquismo não pode ser separado das condições gerais da vida mental. Nesta ordem de idéias, este ensaio pretende ser uma introdução à relação entre as esferas pública e privada, a fim de subsidiar o planejamento urbano e regional.

ABSTRACT

During a long while, perception has been explored as an important part of landscape meaning, but fantasy looks not enough explored. Here it is first understood as an important ingredient of psychism – the auto representation and the cosmic representation. Very often fantasy and spectacle are criticized, but authors also forget that when someone builds a house, a garden or when he is a tourist, psychism cannot be separated from general conditons of mental life. In any case, this approach tries to be an introduction to the relation between public and private spheres, in order to help on town and country planning.

Devaneio e Crítica

Preliminares ao Papel da Fantasia na Paisagem

Panen at circensis
Juvenal século 2 d.C.

Fantasia e espetáculo já contam com vasta literatura, mas uma simples busca bibliográfica nas redes informatizadas, mostrará que seus cruzamentos com *paisagem* ou, mais especificamente, planejamento do turismo, resulta em bem pouco. Entenda-se, também, que o planejamento espacial do turismo só pode ser concebido como planejamento ou desenvolvimento urbano e regional *tout court*, o que torna o assunto mais insólito ainda... Ao pensar a *alma do lugar*, não via como furtar-me ao sentido da poesia no espaço, campo que tem muito a ver com o caráter da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo em geral. Daí o estranhamento de se lidar com a fantasia nessas áreas. Devo pois admitir a delicadeza do tema proposto – um assunto que tem de ser enfrentado na justa medida. A meu ver, a crítica procedente, que o espetáculo tem recebido enquanto estratégia do consumismo inibe um certo sentido legítimo das exteriorizações da função e que, *negando tudo, elimina o sal da terra*. Terra que, por acaso ou não, é naturalmente repleta de espetáculos até em suas regiões mais áridas; cenas movediças a cada momento de luz, a cada estação do ano. Terra que, com a mão do homem, não deveria perder uma certa visão maravilhosa, gratuitamente experimentada por milhares de gerações.

Cotidiano e turismo mesclam-se no mesmo lugar. Como em maior ou menor grau, ambos se povoam de espetáculo e fantasias que se exteriorizam na organização do território, pareceu-me prudente, antes de mais nada, explorar esses ingredientes no contexto da própria vida. Para fins deste estudo, trata-se apenas de buscar as implicações de espetáculo e fantasia no território, sem contudo perder de vista a complexidade em que ocorrem.

Pão e circo – *é só isso que o povo quer do Forum*, dizia o latino Juvenal em suas *Sátiras*. O que muda, quase dois milênios mais tarde? Este capítulo, especificamente, guarda certo caráter de ensaio, já que consiste num esforço preliminar de relacionar representações e psiquismo com políticas territoriais.

Não se trata de discussão gratuita. Imaginar e imprimir diretrizes de uso e ocupação do solo; código de obras ou práticas do planejamento como processo, especialmente para lugares turísticos, pressupõe resolver o sentido a ser dado à paisagem. Um sentido voluntarista, mas apoiado em fundamentos psicológicos e filosóficos. Aqui se misturam preconceitos e divergências, entre crítica acadêmica e usuários: gosto, forma e consumo são questões universalmente polêmicas. Trarei meu ponto de vista, na esperança que sua abordagem dialética sirva para mostrar os reverses da questão e, mais que isso, possa situar parâmetros e proporcionar reconsiderações em vista do manejo do território. O tema é ambíguo, contraditório, mas tem de ser iniciado.

Está na hora de se falar sobre fantasia & espaço. Nem toda fantasia é exteriorizada *lato sensu*, mas quando ocorre impregna o meio: na arquitetura e seus adornos; em variada gama de símbolos; nos mais diversos arranjos da natureza; na animação e nas próprias relações dos homens entre si e com seus meios. O espaço reflete fantasias pessoais que realizam auto-representações e representações cósmicas. E também, ao contrário do que se tem vulgarizado, nem toda fantasia é feita para ser vendida ou é propriamente nociva. São evidências que merecerão considerações mais aprofundadas no decorrer deste enfoque pelos caminhos do devaneio.

Uma velha preocupação

Afirma-se que o próprio homem de Neanderthal já se servia da imaginação. Fiquemos com os gregos, que denominavam *empiria* a mais ampla forma de saber, composta da percepção sensível, da imaginação e da memória, mas formando uma unidade inseparável. Aristóteles, em seu tratado *Sobre a Alma*, já no século 4 a.C. filosofava sobre a existência da *fantásmata* (plural de *fântasma*) ou fantasias, entre as quais distinguia o *fántasmata esthetikón* (fantasma sensorial ou estética); o

loguistiké e o *boulitiké*, respectivamente calculador e deliberativo. Entendia a fantasia como atividade e o fantasma como produto. Distinguiu imaginação de sensação: *L'imagination, en effet, est quelque chose de distinct à la fois de la sensation et de la pensée, bien qu'elle ne puisse exister sans la sensation, et que, sans elle, il n'y ait pas non plus de croyance* (Aristóteles: 165); usa ainda a bela imagem, dizendo que a imaginação (*fantasia*) tira seu nome de "luz" (Idem: 172), em grego. A capacidade de imaginar seria a essência da condição humana. Mas Aristóteles não se refere à *fantasia criadora* (que cria o não existente no mundo), mas ao que Kant chamou de *fantasia reprodutora*, uma modificação da fantasia originária (Szilasi: 69).

Ricardo Malfé grifa a forma *loguistiké* de fantasiar como uma antecipação do provável: *la imaginación (que es lo mismo que decir "fantasia" en las lenguas derivadas del latín) calcula lo que podría acaecer a partir de una experiencia previa, de la que extrae pautas de verosimilitud* (p.13). Segundo interpretação deste mesmo autor, tanto Aristóteles como Platão, ainda que em tempos distintos, reconhecem que a trama da fantasia, no sonho ou na vigília, urde-se por pressão do desejo (*órexis*). (Arthur Schopenhauer consagra uma grande obra em três volumes acentuando o enorme papel do desejo nos processos mentais.) São Tomás de Aquino (século 13, autor da *Suma teológica*), por seu turno, vê a imaginação ou fantasia (que são a mesma coisa) como potências ativas. Por isso Wilhelm Szilasi (p. 77) comenta que *La soñfa realiza la mediación entre la fantasía trascendental y el conocimiento científico, ligado a las cosas*.

Espetáculo e festa tornaram-se o *leitmotif* do turismo. Um alimenta o outro. Enquanto, de um lado há cada vez mais público nessas sendas, por outro, a crítica permanece inclemente quanto a seus significados. *A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência ao serviço do mercado e do poder... Quando o 'meio ambiente' como natureza-espetáculo, substitui a natureza-histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a natureza 'cibernética' ou 'sintética' substitui a natureza analítica do passado, o processo de ocultação atinge seu auge* – afirma sabiamente Milton Santos (1994: 23-24). Eis a questão.

É difícil não concordar com Milton Santos, que representa uma plêiade de autores com o mesmo pensamento. Ulpiano Toledo Bezerra de

Meneses (1995: 98) questiona até o valor dos denominados “patrimônios da humanidade” declarados pela Unesco, na medida em que se tornam objetos de voyeurismo. Minha proposta, agora, é entender o outro lado das produções do mercado, isto é, a do homem comum, sequioso de deleites. Pergunto-me se o mercado procede assim por que quer, ou por que desejam que assim seja. É como a história de quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha. Mais ainda, quisera saber se uma possível reversão da questão não implicaria muito mais numa vigorosa cobrança do espectador-consumidor.

Desde o clássico *Fantasma da liberdade*, de Luis Buñuel, venho indagando sobre o sentido de nossa vida cotidiana. Bem no início do filme, ele mostra um senhor e uma criança sentados no banco público de um parque, onde o mais velho exhibe cartões postais ao jovem. Fica sugerido que ambos estão a se deliciar com cada imagem que passa. Todavia, focalizando os próprios cartões, vêem-se aranhas, serpentes, figuras escabrosas... Aliás, a película inteira nada mais é do que uma brincadeira em torno das inversões, deixando supor que a liberdade seja um fantasma a nos perseguir, na medida em que, simplesmente virando as imagens pelo avesso, o resultado poderá ser tão esdrúxulo quanto o modelo original.

Para Otávio de Souza a fantasia é o meio pelo qual o homem constrói determinados padrões de gozo e estabelece caminhos e estratégias para atingi-los. Não sem razão, fantasia (sonhos, devaneios) são cantados por poetas. Gaston Bachelard (p. 17) deu à uma grande obra sua, o título *O direito de sonhar*, dizendo *hay que soñar mucho: soñar cobrando conciencia de que la vida es sueño...* Frederico Garcia Lorca não fica por menos: *Hay que soñar. Desdichado el que no sueña, nunca verá la luz...* (Impresiones y Paisajes, 809: 810). Baudelaire também dizia: *é preciso embebedar-se sempre – de vinho, de poesia, de virtude, como lhe aprouver...* Nessas trilhas, o devaneio teria de ser um contraponto em nossas vidas, em oposição à realidade banal.

Alguns aportes da psicologia

A necessidade de análise (isto é, separação das partes do objeto) faz parte da investigação científica, tanto quanto a síntese (rearticulação) –

raramente praticada. Resulta que esse comportamento repetido em cada disciplina, acaba por fragmentar a composição da realidade viva: muitos cruzamentos não são buscados entre diferentes campos, como se cada um tivesse uma autonomia superior, uma dinâmica não sujeita a outras influências. As associações aqui buscadas, são uma tentativa de explicação da relação de certas fantasias com o espaço vivido.

Uma distinção se impõe de imediato, para os fins deste enfoque: a fantasia produto da imaginação pessoal e a chamada fantasia culturalmente partilhada, emprestada. Ambas possuem importante papel no desenvolvimento da personalidade e de seu equilíbrio; na organização do futuro e nas trocas sociais. O mundo do cotidiano, como o olhar turista, são arquipovoados de fantasias e espetáculos. Mas como conclui Ethel S. Person (p. 312), supervisora do Centro de Treinamento Psicanalítico de Columbia University, e professora de psiquiatria clínica, *a fantasia é para a evolução cultural o que a mutação é para a evolução biológica, e mutações culturais, como mutações biológicas, podem nos beneficiar, mas também podem nos matar*. Lamenta que enquanto a criação artística ou científica são reverenciadas, a fantasia e o fantasiar, que são outras espécies de imaginação, não raro se conotam negativamente. O preconceito seria uma forma de valorizar o trabalho em oposição ao mergulho do devaneio.

Mais uma vez o velho Freud (a: 173 sqq) explica: *os desejos insatisfeitos são a força que atua por trás das fantasias... A pessoa feliz não sonha*. Para ele, as fantasias transformadas em arte mascaram desejos infantis não realizados; são formas de defesa contra o reconhecimento direto desses desejos. Afirma que o devaneio tem similaridade com o sonho noturno, porque os dois se nutrem de desejos situados no inconsciente e ambos são veículos para realização dos mesmos (Freud, b: 148). O fantasiar é um ato no qual o fantasiador está consciente de pertencer à imaginação. O que o fantasiador faz é dirigir um *script* – senão pertenceria ao domínio da alucinação ou da ilusão. Do mesmo modo, Freud relacionou a fantasia com os jogos infantis, ambos originários das mesmas motivações. Mas para ele, a função desses últimos, além de repetir o passado (controle de trauma) serviria antes para alívios emocionais e planejamento de adaptações do futuro. A fantasia pode tornar-se realidade. Este pensamento psicanalítico tende a dominar ainda hoje. A interpretação é complementada por Rapaport, para quem todos processos mentais, entre os quais a fantasia, constituem satisfações parciais, com pequeno uso de energia que reduzem parcial-

mente o impulso e permitem adiamento da grande descarga motora: é a teoria da catarse com uso da fantasia nas crianças e do devaneio nos adultos. Ela ajuda no resguardo da progressão da angústia.

Por essas razões, Ethel S. Person (p. 19), lembrando que a fantasia, não sendo atributo exclusivo do neurótico, permeia todas nossas escolhas e padrões de comportamento; deve ser compreendida como uma das melhores formas de adaptação: ela cria um ambiente de esperança e forças para a resistência. Em seu livro *O poder da fantasia*, ela chega a analisar as fantasias culturalmente compartilhadas, sem contudo, enveredar pelo caminho do espaço. Ou melhor, chega a falar em ícones, como navios que transportam nossos sonhos. *A fantasia culturalmente organizada não nos atinge apenas passivamente, por meio de nossas famílias e de mitos culturais gerais, mas também por nossa ativa exploração de materiais culturais. Cada um de nós processa a matéria-prima cultural para ver o que pode ser emendado para o script de nossos desejos e necessidades e de nossas fantasias subconscientes e inconscientes* (p. 251). É o que muitos autores denominam, tanto na fantasia como na arte, caminho de duas mãos: o fluxo de informações vai e vem entre nós e o mundo. Emprestamos materiais da fantasia externa para os enredos individuais. *Mas o que pedimos emprestado não fica para sempre no terreno da fantasia e pode afetar o mundo real... A fantasia culturalmente transmitida na forma de fantasia de empréstimo lança mãos de complexa mistura de arte e vida real, de experiência vivida ou delegada, toda mobilizada pelo comando de nossos preexistentes desejos, impulsos e fantasias inconscientes* (p. 252-253). Em duas palavras, as fantasias compartilhadas ou de empréstimo teriam importante função na socialização do grupo: Ethel S. Person dá o nome de *inconsciente cultural* ao conjunto dos mitos de uma cultura particular.

Para outros autores, inclusive Freud, a imaginação conteria veios mágicos. Ela surge então *como expressão da esperança, como intenção de transformar o mundo* (Stort: 51) ... *afinal, é uma denúncia do absurdo da situação vivida que, tornando impossível o ato criador, reduz o homem à impotência e solicita-lhe a criação da magia... Da mesma forma, a imaginação é, em si mesma, mágica. Quando imaginamos, nomeamos nossos desejos, ultrapassando o círculo fechado em que a realidade aprisiona-nos, impelidos que somos pelas aspirações mágicas que controlam a dinâmica da nossa consciência.* (Idem: 52).

Eliana Stort (p. 48), sistematiza o imaginário como um amálgama de sonho e realidade. *Nele o sonho é contado como se fosse realidade e a realidade como se fosse sonho. A imaginação seria uma fusão de três partes: a) uma paisagem fantástica, criada a partir de elementos conhecidos e que permite ultrapassá-los; b) uma paisagem real, aquela em que se vive, em que se enraíza e que está sempre mais ou menos presente, subjacente, mesmo que de forma não consciente; e, d) uma paisagem afetiva, sendo ela quase sempre um lugar da infância. Este lugar aparece idealizado, mítico, sob o enfoque dos sentimentos, das lembranças, das experiências de um adulto, deformado, se necessário, transmutado e povoado com os seres com quem convivemos e que amamos, no correr dos anos.*

Por pertencer ao domínio da imaginação, o fantasiar, o faz-de-conta dos jogos, situa-se na base do pensamento criativo. Sugerido por Bergson que estudou as formas do rir (o humor é a capacidade de percepção da mesma coisa em duas matrizes de lógicas distintas), Arthur Koestler, W. I. B. Beveridge e Edward De Bonno, entre outros grandes teóricos da heurística, chamam a atenção para a importância do *faz-de-conta* (ou *pensamento lateral*, ou *pensamento selvagem*) para o ato criativo, seja ele nas artes como nas ciências. É assim que muitos aspectos externos de excitação da imaginação, dependendo do uso feito pelo observador, podem se apresentar como de fina utilidade e não como vilões: a imaginação é o mais poderoso utensílio da adaptação da espécie humana. Mas o uso da imaginação não é sem limites. Edgard Morin (p. 188) reconhece seu poder criador, desde que regulado pela competência lógica, pois sem amarras é fácil partir-se à ilusão ou ao delírio.

Por suas funções ligadas ao *alter ego* e à criatividade na vida em geral, vários psicólogos são de opinião que a ausência de fantasia seria tão danosa quanto seu excesso. Ademais, é preciso que se entenda a fantasia inclusive como identidade...

A crítica ao clichê turístico

Os clichês, alimentadores de fantasias, vêm sendo criticados mais do que nunca. Comumente, significam um destaque separado da realida-

de mais ampla – de Salvador só mostram o Pelourinho, igrejas, alguma praia... O entorno, indigno de ser visto, é intencionalmente escondido. É o caso em que, isolado do contexto, o bem cultural é convertido em apelo à irrealdade, com significado autônomo e, portanto, de significado menor. Seria possível fabricar *posters* de turismo de outro jeito? Poderíamos instar pessoas a visitarem o outro lado do espelho de Alice? Poderíamos dizer assim: *Já que você vem ao Rio de Janeiro, aproveite para conviver nas favelas, nos antros de crime, droga e prostituição, não muito longe das praias...?* Por isto, John Urry comenta (1996: 24), que o turismo se organiza em bolhas, *o que permite a muitas pessoas visitarem lugares que, de outra maneira, não visitariam, e estabelecerem pelo menos algum contacto com os lugares 'estranhos' que ali encontrarão.*

O devaneio faz parte da excitação turística e por isto é sabiamente manipulado por seus agentes. Com outras palavras, é a “autenticidade encenada” Entretanto, como raríssimos brasileiros não assistem televisão, desafio que a menor das comunidades ignore a existência do *mundo maldito*, por mais que a propaganda turística tente dissimular. Numa outra possibilidade, própria de países centrais, é mais comum que *todo um conjunto* seja caprichosamente oferecido ao turismo. Paris (ou quase a França inteira...) é o clímax disso, em todos seus poros, ainda que não isenta de alguma crítica, por parte dos bastiões menos indulgentes. Ela é universalmente buscada: não por acaso, o país vem batendo recordes mundiais de turismo, com mais de sessenta milhões de visitantes/ano. Paris, Meca do espetáculo e da festa eterna...

Umberto Eco (p. 213-217) fala da malícia e ambigüidade que estabeleceu o rótulo “cultura como espetáculo” como se o teatro, a festa ou a banda não fossem cultura. *Mas como, mesmo após décadas de antropologia cultural (que nos ensinou que até as posições defecatórias fazem parte da cultura material de uma comunidade), somos inclinados a falar em cultura apenas nos casos de cultura 'elevada' (literatura culta, filosofia, música clássica, arte de galeria e teatro de palco), falando-se de cultura como espetáculo, pretendia-se dizer algo bastante preciso... Em outros termos, parte-se do pressuposto de que espetáculo é divertimento, levemente culpado, ao passo que uma conferência, uma sinfonia de Bethoven, uma discussão filosófica, são experiências aborrecidas (e portanto 'sérias').* Comenta que quando ele mesmo fazia uma palestra numa localidade qualquer, as pessoas não vinham tanto para ouvi-lo, como para tomar parte de uma manifestação coletiva. *E não me*

digam que as pessoas se apinhavam nos teatros de Atenas para assistir a uma trilogia e a um drama satírico só para ficarem quietinhas até o fim. Iam para lá viver um evento onde a presença dos outros também contava, e as bancas com as comidas e as bebidas, e o rito em sua complexidade de festival 'cultural'... a espetacularização não significa necessariamente perda de intensidade, desatenção, leviandade. Trata-se apenas de uma forma diferente de viver um debate cultural. Seja talvez por isto que Guy Debord (p.10) admite que o espetáculo se apresenta concomitantemente à sociedade, como parte sua, e como instrumento de unificação. A origem do espetáculo seria a perda da unidade do mundo e hoje, mais ainda.

Referindo-se a Campbell, Mike Featherstone (1995: 44) defende que o consumo capitalista precisa de uma ética, sendo que neste caso *é seu romantismo e não o protestantismo que fornece tal estímulo, pois ele enfoca a imaginação, a fantasia, o misticismo, a criatividade e a exploração emocional.* Daí que o prazer obtido pelas artes, modas, mídias, etc. não seria o resultado da manipulação dos empreendedores, mas uma "obsessão pelo status social" um gozo ilusório proporcionado pela fantasia. Jean Baudrillard tem idéias semelhantes, mas de outro contexto, quando fala da lógica e da estratégia do sistema de objetos, onde se estabelece cumplicidade entre investimentos psicológicos e imperativos sociais de prestígio. O turismo sempre se serviu secularmente do espetáculo e do devaneio: Baths na Inglaterra, Nice na França, e muitos outros lugares. *Vista panorâmica e Belvedere* são conceitos e práticas já velhos. Foi na própria Antigüidade que se listaram as sete maravilhas do mundo.

O Clube Méditerranée da ilha de Itaparica, Bahia, é um exemplo gritante e consciente de fantasia, abstraído que está do espaço regional. Quem vai para lá, fica no Méditerranée e não na Bahia, convertido em bolha, onde coexistem recepcionistas polinesicamente enfeitados, cursos de pintura em seda, shows holiudianos, concertos de música clássica em meio a um bosque de coqueiros, ausência deliberada de relógios, num *village* que está mais para o Taiti do que qualquer parte das Américas. Quando lá passei, insinuei ironicamente a um turista de classe média que, efetivamente, ele não estava conhecendo a Bahia. Ao que me respondeu irritado: *Mas quem disse que eu quero ver a Bahia?* Numa outra ocasião, quando demonstrei inflexibilidade no uso de fantasias, ouvi isso de uma senhora comum: *Quer saber de uma coisa? Acho você um grande desmancha-prazer!...* Seguramente por uma ra-

zão semelhante a esta, Ethel S. Person declara que o devaneio (*daydreaming*) *nos libera do tédio da vida diária, das restrições de tempo e lugar, da armadilha do presente estupidificante...* (p. 61)... *a fantasia postula um amanhã melhor* (p. 63).

As famosas feiras internacionais (da indústria ou outra coisa), tão em moda, produzem coleções de “ambientes típicos” com comida, bebida, arte, artesanato, livros, dança, trajes, artesanato, indústria, fotos, filmes, folhetos, vídeos, etc. Recriações ou pseudo-acontecimentos, onde num único dia e recinto, um cidadão comum acaba conhecendo mais coisas sobre o mundo do que em toda sua vida... A publicidade é essencialmente um *faz-de-conta*. Joga superficialmente com signos, *descontextualizados da tradição ou da ordenação subcultural, e as pessoas deliciam-se com o fato de que tais signos são artificiais e opacos e ‘sem profundidade’ no sentido de que não podem ser decodificados de forma e dar acesso a qualquer significado revelador ou a uma noção de verdade fundamental* (Featherstone, 1995 a: 141). Sim, tudo fora de seu contexto, como também o são as boas exposições de ícones bizantinos no Grand Palais de Paris ou recitais de música sacra nas melhores salas de Nova York. Nada tem o quilate de uma experiência vivida, mas onde isso seria possível, senão no cotidiano das culturas? Como fica o possível conflito com uma cultura exótica? Atualmente, esse repertório de recriações de frentes de lucro e trabalho está na ordem do dia de várias cidades. Só de festivais, a França conta com mais de 400 por ano! David Harvey alerta que a disputa pelo turismo engendra cidades rivais, cidades que se apresentam como criativas, onde o espetáculo é símbolo de seu dinamismo, apesar, no caso, deste Méditerranée não ser iniciativa de qualquer entidade baiana, mas de decisão *métropolitaine*.

Não considero honesto que a prática do turismo possa ser entendida fora do conjunto de práticas que constroem a vida das pessoas ao longo do tempo. Há longos matizes entre o eremitério e o mundo das representações espetaculares. No primeiro, há isolamento, penitência, abstinência da carne, extrema penúria material, busca de Deus ou do sentido da vida, ampla consciência da transitoriedade do mundo material: o céu é o *outro lugar*, deve-se cuidar do mundo por ser obra da criação, mas sem excessos, porque não é o lugar definitivo. Mas hoje o frenesi no uso das delícias do ocidente é declarado, por todos segmentos sociais e espaços pós-queda do muro de Berlim. A angústia do homem, tão velha quanto os registros da tragédia grega, não encontra

hoje, fora das filosofias religiosas, compensações da esterilidade das coisas e das agruras: a promessa do Éden foi substituída pelo consumo. E como já lembrou Baudrillard, o consumo pressupõe a manipulação ativa dos signos.

Por revés, ainda que corporificados pelas mais genuínas razões do cotidiano das culturas, tudo indica que o rito e a busca do bonito de ser visto sempre estiveram presentes; claro que com significado muito diverso e particular a cada caso. Há vários e excelentes tratados sobre isto. Mas sinto falta de explicações que nos coloquem o peso que o “não essencial” deva ter no contexto de uma vida. A rigor, é teoricamente possível viver sem exteriorizações ditas supérfluas, ficando tudo reduzido às condições espartanas de vida material. O mais clássico castigo familiar sempre foi *pão e água*, o suficiente para as crianças travessas não padecerem. Mas a verdade é que nem a vida monástica abre mão de seus rituais...

Por ocasião do Concílio Vaticano II, buscou-se abolir vários objetos e práticas religiosas que comprometiam o sentido evangélico e o plano de Deus. Supostamente, estatuária e estampas de santos; uso de batinas, hábitos, mantilhas e fitas; missas rezadas e cantadas em latim; conceitos de pecado; formas de jejum; papel da Virgem Maria e inúmeros outros itens deveriam assumir outro significado entre os fiéis católicos. É a mensagem que se lê em seus documentos *Gaudium et Spes* e *Lumen Gentium*. Decorridos 30 anos, a Igreja Católica do Ocidente acha-se completamente modificada, mas não em todos lugares e em todos segmentos sociais. Em princípio, objetos e aparências externas perderiam importância, diante do novo entendimento epistolar. Católicos então milenarmente habituados a santinhos e água benta, não aceitaram (e muitos até hoje) que de repente viesse uma nova ordem dizendo: *De agora em diante essas bobagens externas não têm mais valor para Deus...*

A Igreja se politiza, especialmente na América Latina. O resultado foi que a Renovação Carismática, antes limitada a pequenos grupos nos Estados Unidos, espalhou a reivindicação dos rituais pomposos junto com a religiosidade espiritual. A música ritmada e até mesmo a dança passaram a fazer parte de suas cerimônias, adequando-se a qualquer etnia. Seria muita ousadia etnocêntrica pretender que um grupo tribal de Gana ou Caribe, rezasse em latim, como papagaios, abandonando seus ritmos requiebrantes. Ninguém abre mão dos rituais, desde os

ortodoxos (ditos “os verdadeiros”) em priscas eras. Mas do ponto de vista das Escrituras, pelo menos no Novo Testamento, não há qualquer preocupação exagerada com rituais, muitos dos quais, aliás, são tardiamente criados pelo cristianismo. Como explicar a encenação da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém e os Círios de Nazaré em Belém do Pará? – espetáculos de expressão popular que vão se irradiando cada vez por mais cidades e, sustentados na religiosidade de multidões. Creio mesmo, que a encenação de uma festa como a do Divino, possa representar excelente trampolim para a criação de movimentos em defesa da cidadania e sua identidade. Não se esqueça que a maioria das ONGs americanas – o chamado *capital social* – nasceu justamente no seio de suas igrejas, após os ofícios religiosos.

O que dizer do budismo, graciosamente regado de flores e outras oferendas três vezes ao dia? E dos multicoloridos rituais hindus, sempre realizados com maquiagens, flores e danças nos templos espetaculares? E os rituais funerários balinenses e tantos outros? Estou falando de bilhões de pessoas! O ritual, como o turismo, é sempre fotogênico. Mas nem sempre e para todo mundo. As mesquitas muçulmanas situadas em regiões muito freqüentadas por turistas, dividem seu espaço interno com uma severa corrente, no meio de cuja catenária pende uma placa advertindo: *além deste ponto, apenas muçulmanos podem entrar...* Nada mais justo e perfeito.

Para alguns autores (Crick: 65), quase todas as culturas são encenadas, o que leva John Urry (p. 25) afirmar que *não fica claro que uma encenação destinada ao turista, aparentemente inautêntica, seja tão diferente daquilo que acontece de qualquer maneira em todas as culturas*. Hoje em dia, raro turista ignora que são puras *mise-en-scènes*, o que certamente o leva a entendê-las como variados textos dramáticos, um jogo, enfim. Néstor Garcia Canclini (1973:107), de cujas boas interpretações me servi mais de uma vez, peca, no entanto, ao vincular a fantasia de um jardim, exclusivamente ao capitalismo: este, comenta ironicamente, *precisa construir identidades imaginárias, fingir recordações... os jardins do Hotel Princess são mais tropicais que a selva (existem mais cocos, mais cipós, mais papagaios, há mais de tudo)...* Na realidade, o que se tem, isso sim, parece ser antes um apropriação da fantasia e do espetáculo pelo capitalismo. Tomada que os exacerba e corrompe em tábula rasa. Aí a fantasia já vem sabiamente fabricada, porque chegou-se à sofisticação de pesquisar quais fantasias sensibilizam mais. Isto inicia um processo de jogo mais ou menos interativo,

consentido. E, por serem fabricadas, não realizam plenamente o papel que se costuma reservar; este só consegue sem completar com as construções situadas fora do jogo. Mas sob tais considerações, não me parece razoável forçar o descarte do papel histórico que cumpre na vida interior das pessoas. Há fantasias e fantasias, muitas delas não postas à venda. Parece-me que uma sedução espetacular só se torna perigosa quando integra o movimento manipulado que contribui para a imbecilização, como a psicologia de massas vem explicando tão bem. Aí sim, parece residir o verdadeiro perigo.

O Jardim do Éden (e não a “floresta” do Éden) de que fala a Bíblia situa-se no começo dos tempos e tem sua importância, mesmo como metáfora. Na Babilônia de Nabucodonossor, isto é, desde o século 7 a.C., seus célebres *jardins suspensos* foram considerados uma das sete maravilhas do mundo; mundo que teria de esperar mais de dois mil anos mais para conhecer o capitalismo. A proposta de jardins jamais foi a de igualar-se à natureza em estado puro, em todas as civilizações que os fabricaram. Muito pelo contrário. Quando Burle Marx criou o Parque da Cidade (hoje deformado com *pinus*), não tinha como premissa recompor a flora natural do cerrado como seria “de verdade”... Do contrário nem os coqueiros poderiam fazer parte da paisagem brasileira, já que vêm da Índia. O tapete muçulmano é cheio de jardins e florais (ou fantasias geométricas), em contraste ao meio árido em que foi produzido. Em muitos países árabes, encravados em desertos, o jardim reproduz abundantemente, aquilo que lhes é raro no meio circundante: daí a própria imagem poético-paradisíaca do oásis. Mais do que isso, a observação desses tapetes, produz sempre figuras de porções ocultadas pela moldura (o limite humano) que o homem não pode ver, por ser domínios de Deus (Maclagan: p. 32). Pela mesma razão não se deve tecer tapetes com a cor verde, reservada ao paraíso: eles são raramente fabricados. Jardim Zens ou ingleses (que trabalham o mistério dos jardins chineses) distanciam-se da flora natural para se converter em arte. E arte pode se permitir de tudo em todos os tempos, inclusive brincar com rinocerontes...

Mais ainda, dado o caráter de ensaio que atribuo a este tema, ousou mesmo dizer que muitas exteriorizações estão na raiz da civilidade e, por conseqüência, da esfera pública e do pensamento democrático. Quando Erasmo de Roterdã publicou seu *De Civilitate Morum Puerilium*, há quase cinco séculos (com mais de 30 edições nos seis anos seguintes, enquanto ele ainda vivia), o que tinha em vista era o respeito pelo

outro através da etiqueta. O autor regula a educação do príncipe discorrendo sobre o que é lícito ou não fazer à mesa: é o caso, por exemplo, da emissão de arrotos e outros sons originários do corpo... Mas ora, o desenvolvimento do capitalismo tal qual se vê hoje em dia, colando marcas registradas sobre sinais exteriores de beleza ou mesmo criando-as para a sedução exclusiva das vendas, denigri o sentido primeiro das coisas. É a forma pela forma. É o agrado só para vender e não por deferência ao outro. No conjunto, não é o espetáculo, propriamente, que estaria errado, mas a profanação de seu uso. Uso dos quais são cúmplices todos que, contraditoriamente, deixam-se embebedar.

Nesta linha de raciocínio, vejo o espetáculo ou a fantasia a ele associada:

- no corpo e em sua imagem (na escolha das roupas; nos penteados; na maquiagem do branco ou do índio; na valorização estética do corpo; nas já antigas tatuagens; no uso de perfumes; nos trejeitos do andar e do porte em geral – e até nos animais que tiram partido de sua beleza para os mais diversos fins: a orquídea que banca a abelha-fêmea no ciclo da polinização; o pássaro com sua plumagem apelando ao acasalamento, etc.);
- nos rituais religiosos e de passagem (como exteriorizações de significado, do candomblé ao Vaticano, do nascimento à morte...);
- na etiqueta e nos protocolos (segundo variadíssima gama de exteriorizações, onde cada cultura estabelece seus códigos);
- na arquitetura e no urbanismo (nos monumentos; nos modismos; na permanência de estilos clássicos; na preocupação estética com a unidade e o conjunto urbano; na decoração de espaços públicos; na produção deliberada da ilusão ótica do tipo Parthenon ateniense, etc.);
- na decoração ou arquitetura de interiores (onde as salas de visita são destaque do preparo para *os outros*, onde até a não-decoração é uma auto-imagem);
- no paisagismo (que talvez não possa existir sem uma forte dose de *mise-en-scène*);
- nas festas (no folclore; nas paradas militares; nas comemorações comuns; na velha tradição de decoração de comestíveis e coquetéis; no preparo dos ambientes; em todo aparato dos carnavais...);

THAILANDE

UNE CULTURE MILLENAIRE
DANS UN SOURIRE

Au-delà de l'agitation qui règne à Bangkok, la Thaïlande a su conserver intact le patrimoine d'une culture millénaire. Bouddhisme omniprésent dans des paysages de temples et de rizières qui sourient, population accueillante, découvrez ce pays de charme au départ de Bangkok, et selon vos goûts. Circuit aventure dans le Triangle d'Or: 15 jours à partir de 2400F. Circuit organisé pour le tour de la Thaïlande, 3 semaines à partir de 4 450 F.

- nas artes cênicas e rítmicas (teatro; cinema; televisão; circo; pintura; escultura; música; dança – que é o refinamento dos movimentos, etc.);
- na literatura de ficção e na poesia (onde a maioria dos gêneros não subsistem sem fantasia...);
- nas artes gráficas (desde os antigos papiros e iluminuras aos álbuns e cartéis cada vez mais esplendorosos);
- na realidade virtual (que vai passando dos computadores a várias esferas da vida cotidiana...);
- no design industrial (numa gama indescritível de produções);
- nos esportes (de um crescendo criativo e deliberado de espetáculo em todas suas modalidades);
- etc., etc., etc.

Foto1: *Nem os posters turísticos conseguem enganar totalmente. Aqui, se demonstra consciência da "agitação" de Bangkok, que seria melhor qualificada de "zorra" devido ao caos do trânsito, à poluição atmosférica e sonora insuportáveis.* (Nouvelles Frontières, *Catalogue 1990-1991*: 6)
Fonte: Cedida pelo autor

Foto 2: *Portal onírico de Campos do Jordão: tão "autêntico" quanto os tálburis do Central Park de Nova York...*
Fonte: Foto do autor, 1997

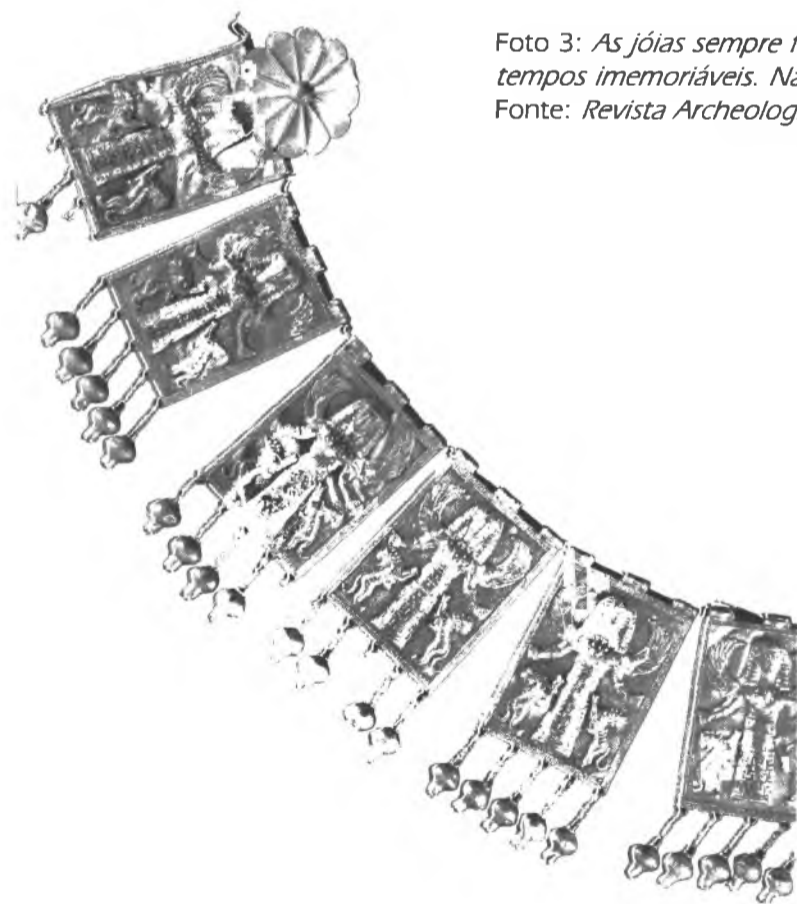


Foto 3: *As jóias sempre fascinaram a humanidade, desde tempos imemoriáveis. Nasceram para serem vistas*
Fonte: *Revista Archeologia*, n. 61, p. 69, 1990



Foto 4: *Arquitetura de Gaudi: Pode existir uma arquitetura de valor sem fantasia? (...)*
Fonte: SilvioSoares Macedo



Foto 5: *Casa portuguesa. Fantasias se revelam em interiores e fachadas*
Fonte: Revista Volta ao Mundo: 162



Foto 6: *Decoração de Natal. Este edifício da avenida Paulista já é uma fantasia, encimada por outra...*
Fonte: Foto do autor, 1998



Foto 7: *Encenação-espetáculo da Semana Santa, pelos povos da rua, para fins de sensibilização*
Fonte: Foto do autor. Rua Líbero Badaró, São Paulo, 1996

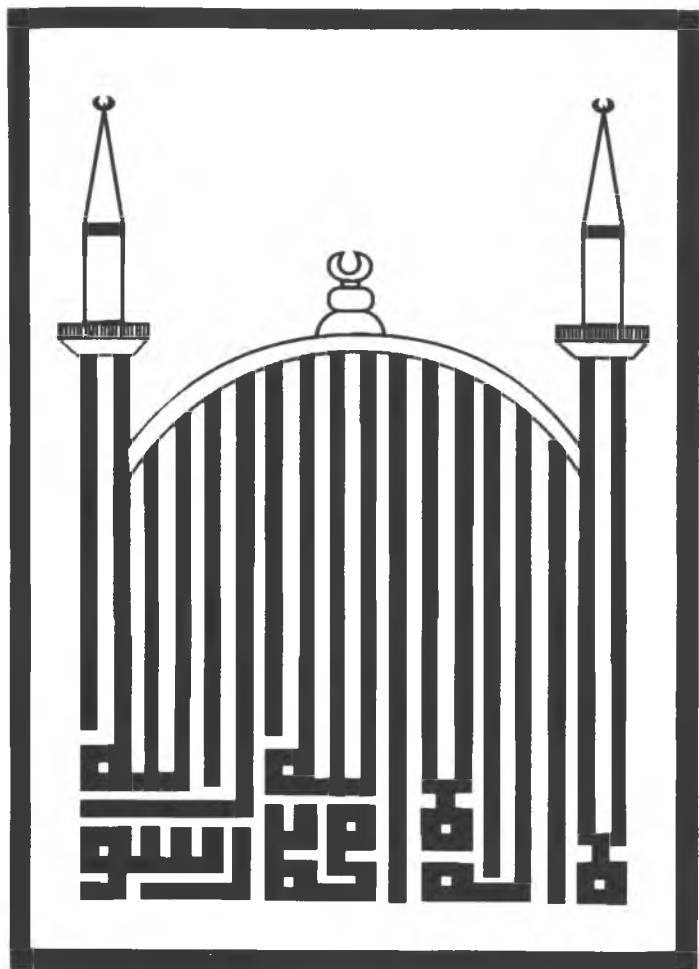


Figura 8: *A velha caligrafia árabe é célebre por seus arabescos fantasiosos. Tradução: "Só existe um Deus e Maomé é seu enviado"*
Fonte: Cedida pelo autor

Foto 9: *Bolos e outros pratos: desde velhos tempos, muito mais do que a finalidade alimentícia*
Fonte: *Revista Pluna*: 38



Foto 10: *Carrancas: tanto superstições como meras fantasias*
Fonte: *Revista Volta ao Mundo*: 166



Foto 11: *Ausência expressa de fantasia*
Fonte: Foto do autor, Vila Abernêssia,
Campos do Jordão, 1998

Foto 12: *Quem não tiver nenhuma fantasia sexual que atire a primeira pedra*
Fonte: Cedida pelo autor



São apenas alguns exemplos de *produções* reais e mentais, desde o princípio dos tempos, para serem vistas; as funções são as mais variadas possíveis, mas raramente se abre mão de uma certa *mise-en-scène*. Senão, qualquer chita ou bloco de cimento bastariam para todo mundo fazer casa e roupa. A auto-representação e a representação cósmica sempre existiram. Há um conhecido caso na antropologia, da esquimó que se exilou voluntariamente num recanto afastado da aridez polar. Anos depois, quando foram ver se ela ainda estava viva, supôs-se que teria fabricado apenas os utensílios indispensáveis à sobrevivência no frio glacial, mas qual não foi a surpresa, quando se descobriu que tinha produzido grande série de coisas inúteis, como escultura e baixos relevos em instrumentos de ossos de foca. Ao que tudo indica, o adorno era muito mais corrente em velhos tempos do que em civilizações industriais e capitalistas. Nessas aliás, o desejo do lucro fácil, colocado em primeiro plano, não pode perder tempo com essas minúcias que tanto deleitam as pessoas comuns. Cito apenas um, Barbara Jones (1951), entre tantos autores que mostram a preocupação com o adorno (de carrancas a bolos de aniversário), até nas ditas *artes não sofisticadas*.

Sim, pode-se viver com o frugal... Mas não é assim que as pessoas querem, salvo os teóricos (que não raro apreciam os melhores vinhos). A célebre frase do carnavalesco Joãozinho Trinta (*quem gosta de pobreza é intelectual, pobre gosta de muito luxo*) ainda não foi devidamente refletida a sério: será que o deslumbramento (com mais forte razão no povo) com o brilho, não será justamente uma fuga de seu cotidiano desguarnecido? Não é isso que os aportes da psicologia revelam? Uma grande pesquisa realizada em favelas do Rio demonstrou que *os chamados marginais operários tinham os mesmos sonhos, as mesmas aspirações que o resto da população e que não se interessavam pela cultura operária imaginada para eles pelos intelectuais*, comenta Joffre Dumazedier (p. 42). Que falar de *Mickey Mouse*, um personagem que tem fã clube de adultos, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil? No país do carnaval, que exige penca de meses de ensaio e preparo, tudo foi reinventado para o turismo: o espetáculo leva as massas ao transe. A arquitetura popular dos tempos do café revela modestas casas ou sobradinhos, dando direto na calçada, em cujas fachadas era quase norma moldarem colunatas em substituição às colunas. Colunas de mármore precisavam de mais espaço e eram coisa de gente rica, como nos casarões da velha avenida Paulista. A colunata, então, era uma pseudocoluna, uma fatia longitudinal em gesso ou cimento, uma fantasia possível...



reverso do postal

A viagem tem sido apontada pelos teóricos como a busca do diferente, a fuga do cotidiano, em favor do exótico. Mas como bem assinala Lucrecia d'Aléssio Ferrara (In: Yázigi et al: p. 15 sqq) turista e viajante não são a mesma coisa. Pergunto-me mesmo se os primeiros grupos de *homo sapiens* não tinham uma dose de saber o que há atrás da montanha, na virada do rio ou do outro lado do mar; se isto também não contou em sua expansão mundo afora. Soa estranho admitir superpopulação em jurássicos tempos. Os psicólogos e teóricos em heurística, até zoólogos que fazem experimentação com ratos são unânimes: a curiosidade é parte indissociável da psique humana. Hoje pelo menos, fuga, busca do diferente e de aventura seriam ingredientes motivadores do turismo, tanto quanto questões existenciais não resolvidas. Não me parece que se pos-

sa questionar o modo como as pessoas praticam o turismo, sem considerar também seus aspectos sociais.

Dito de outra forma, não se pode culpar somente o espetáculo – que tem sua recíproca. Salvo pessoas que têm medo de viajar, ou muito carentes de meios, apenas grupos solidamente voltados para uma vida interior e, arraigados em seu cotidiano, encontram satisfações sem necessidade de viagens e fantasias externas. Pode-se mesmo perguntar: a que ficaria reduzida a vida das pessoas, se privada desses lenitivos? Atuaremos nos efeitos ou nas causas? Quem (ou o quê) responde pelo preenchimento de suas vidas fora da produção? Em toda história da televisão brasileira, jamais os animadores com auditório foram de uma baixeza tão asquerosa como neste fim de século. No entanto, são eles e as emissoras os únicos que a crítica culpabiliza, ignorando olímpicamente que são ovacionados por milhões de espectadores, com índices recordes de audiência. Pega maldizer que o povo está errado... Do mesmo modo, a música alta em quase todos lugares, convertida em ruído, em antimantra mesmo, permanece resguardada porque não fica bem falar mal de música, mesmo como sucata sonora. Em suma, o deleite dos olhos (para o consumo ou não) é condenável; o dos ouvidos (para o consumo ou não) não o é, apesar de afetar a própria saúde...

Por conseqüência de minha formação e convicções, pregaria o recolhimento, o silêncio, a sobriedade e o franco encontro. Não sou entusiasta de festas, mas tenho de reconhecer a motivação dos outros. Os teóricos insistem na primazia do encontro sobre o espetáculo. Nunca antes o encontro foi tão favorecido e, às vezes penso que o brasileiro não faz outra coisa de seu tempo livre senão encontrar-se o tempo todo. Isto fascina qualquer estrangeiro. Já comunicação é outra coisa. Mas aí estão telefone, fax, celulares (com o Brasil entre os campeões da modalidade), *bips*, telefones comunitários ou de aluguel, ao alcance até de quem vive com bem pouco. Aí estão os transportes regionais cada vez mais fáceis, rápidos e baratos, as associações, sindicatos, paróquias, asilos, creches, escolas, clubes sociais, competições desportivas, atividades culturais até em periferia, centenas de lugares de encontro em cidades maiores que têm cinema, escolas, teatro, estádios, centros de convenção... Mas absolutamente, não creio que seja sob o clima de “eterno carnaval” subtraindo cada vez mais tempo de trabalho social, que gravíssimos problemas nacionais e mundiais possam ser resolvidos.

Aqui entramos num lance perigoso desta narrativa, no sentido de que pode parecer que estaríamos sugerindo encantamento. É justamente aí que entra a psicologia. A psicologia social, em especial, teria algo a nos dizer. Seria preciso entender o fenômeno da encenação mais dialeticamente. De um lado, os interesses do capital produzindo a espetacularização da cultura, de outro lado, a população abraçando-a na falta de opções diferentes de psiquismo e vida. Ora, o consumo do espetáculo turístico é feito por turistas. Mas a regra é que ninguém é turista o tempo todo. As atribulações do mundo moderno, que não poupam até habitantes de cidades pequenas, têm de encontrar lenitivos que permitam, através do lazer por exemplo, recarregar as pilhas que os movem. O sonho da civilização do lazer está até nos textos de Lenin e Trotsky na justificação do comunismo. O grande problema é que o espetáculo está invadindo todos os setores da vida o tempo todo: quase não há mais ambientes (comércios, serviços, e agora até espaços públicos) sem música em volume exagerado. As vitrines se rivalizam em sedução... Os princípios da Disneyworld são copiados em parques temáticos do mundo todo e até em museus, talvez porque tente ser uma versão tridimensional e animada do conto de fada, mas colocado à venda... Paira um horror generalizado ao silêncio e aos sons naturais. O que falar então da prática desportiva, que não aceita mais a mera função original de educação do corpo, para se tornar, inquestionavelmente, algo para ser visto e de forma espetacular? E o surgimento da realidade virtual? E ninguém inclui isso na crítica à espetacularização! Vã foi a guerra de Georges Duhamel (1884-1966) contra o lixo sonoro, durante largo tempo.

Não me aparece apropriado aos epistemólogos do turismo ou da semiótica dizer de que jeito os homens devem ser psiquicamente felizes, mas deve fazer parte de suas preocupações entender o papel do fenômeno da sedução enquanto organizador ou desorganizador da vida. Mesmo reconhecendo-se o papel da fantasia, paira o perigo do cenário pelo cenário, perceptível quando o homem vira ator manipulado e abandona a busca do eu com o universo. Como planejadores, proporcionar um quadro de vida capaz de cumprir sua parte da melhor forma possível para toda sociedade. Se formos capazes, apontar soluções alternativas, que se reconheçam as reais necessidades do outro, a serem incorporadas num novo modelo civilizatório. Em que campos estarão as novas referências?

A sociedade moderna está, igualmente, ressuscitando ou inventando tradições sob forma de espetáculo, pois o lugar turístico vive e cobra muito o “típico”. Aqui se faz necessária uma distinção entre tradição e costumes das sociedades tradicionais. Na tradição, real ou inventada, há forte dose de invariabilidade, enquanto que o costume não pode evitar a mudança, porque a vida é assim, mesmo nas sociedades tradicionais. Por isto, Hobsbawm (p. 17) as classifica em três categorias superpostas: a) aquelas que simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade; e, c) aquelas cujo propósito inicial é a socialização, a inculcação de ideais, sistemas de valores e padrões de comportamento. Vários autores apresentam longas listas de tradições inventadas, deliberadamente, hoje tidas como legítimas. As organizações direta ou indiretamente ligadas ao mercado, criam as suas em função do lucro que representam. Aí o turista dá vazão à nostalgia e ao seu tipo de comprometimento com a história...

A nostalgia vem marcando a música, moda, literatura, cinema, teatro, arquitetura... De acordo com boas interpretações históricas e psicológicas, ela tem mais a ver com os pensamentos passados do que com os fatos reais. É um sintoma de mal-estar provocado por perturbações presentes, que trincam identidades e se resolvem por escapes (Lowenthal: 13): do passado, que é parte de nossas identidades, tendemos a isolar apenas as coisas boas que nos compensam. Socialmente, isso tem exemplos alegóricos no turismo. Quando este fenômeno assume feições de ruralidade, a fazenda é sempre a construção idealizada, cheirando bolo de fubá e café, com uma cozinheira maternal, preta e gorda de preferência, com ambiente anti-séptico, sem os instrumentos de trabalho ou tortura, e sobretudo, sem a “de-testável” presença de fantasmas de escravos urrando, bóias-frias e sem-terras... A tradição da fazenda é uma história inventada. John Urry cita que 56% dos novos museus britânicos são particulares e fazem do passado uma mercadoria. O perigo é que esse tipo de construção do passado mascara a fragmentação do presente com suas discrepâncias sociais e espaciais.

O Brasil não permanece isento de inventar tradições. As populares festas do *Halloween* ou do Havaí, absolutamente estranhas ao Brasil até início dos anos 70, tornam-se parte do calendário de incontáveis cidades. A *Oktoberfest*, realizada pela primeira vez para celebrar a cura de

uma princesa alemã, associada ao quadro pará-germânico de Blumenau, traz, anualmente, um milhão de turistas... Até cidades sem passado alemão tentaram imitá-la. Uma tal fábrica de panetone, não contente com as vendas de Natal, vem anunciando em *out-doors* o bolo *Colomba Pascal*, ostensivamente declarado a *nova tradição da Páscoa*... Já se viu a tentativa frustrada de criar um carnaval baiano em pleno mês de julho, quando turistas estariam disponíveis...

Mas no Rio Grande do Sul, estado mais orgulhoso de suas tradições, há tanto festas genuínas, como tradições recém-inventadas. Os famosos CGTs – Centro de Tradições Gaúchas – são locais cultivadores de eventos, antes de mais nada para orgulho dos próprios gaúchos. Existem em todas as cidades do Rio Grande do Sul e onde houver alguma concentração e emigrantes gaúchos: Santa Catarina, Mato Grosso, Rondônia... Abrigam festas privadas e públicas, sempre com música gauchesca, dança, churrasco e chimarrão. Já as Cavalgadas do Mar, são recente criação de João José Machado, fazendeiro do litoral e bacharel em direito, imaginada para celebrar o sesqui-centenário da Revolução Farroupilha, em 1985, (de caráter separatista), o que reforça a busca sul riograndense de identidade. Eram 13 cavaleiros que saíam de Palmares do Sul, 200 km pelo litoral abaixo. Em 1990 já eram 500. Conforme um de seus organizadores, *“O Rio Grande, no verão, se muda para o litoral... sem falar das pessoas que vêm do Uruguai e da Argentina aqui nas nossas praias.”* São citações da pesquisadora e escritora Elma Sant’Ana, em seu livro *Os cavaleiros do mar*. Segundo ela, o deputado Jarbas Lima *remete para as expressões Liberdade, Igualdade e Fraternidade, quando se refere a cavalgadas. “Estão escritas em nossa bandeira, mas precisam ser praticadas no dia-a-dia da sociedade riograndense”...* (p. 23).

A cavalgada chega a ser um belo espetáculo, ainda que menos reluzente que a célebre “Fantasia” do Marrocos. Já os CGTs têm o grande mérito de serem feitos para eles mesmos, pelo menos na maior parte das unidades, por enquanto. Acontecem em lugares em que ninguém sonha fazer turismo. Alguém que não tenha ligações com parceiros gaúchos, dificilmente busca um CGT, no repertório de suas andanças. As milhares de missas católicas, a cada dia no mundo, não atraem turistas, mas os cantos gregorianos (e a entrada sempre teatral dos monges no altar) têm chamado multidões de visitantes e até dificultado as próprias celebrações no Mosteiro de São Bento de São Paulo, depois

que foi anunciada no roteiro turístico pelas mídias. Condená-los não seria uma forma de intelectualismo farisaico? Será puro espetáculo ou há pessoas que tiram bom partido, mesmo que *en passant*? Não seria leviano demais condená-los em oposição a outros (“os genuínos”) que apreciam o mesmo tipo de canto?

A cavalgada de gaúchos seria a cultura entendida como parte da vida, para solução de problemas. Para o experimentado autor Hughes de Varine (p. 15), cultura é o *conjunto de soluções encontradas pelo homem e pelo grupo face aos problemas que lhes são colocados pelo meio natural e social*. Mas como bem alerta Mike Featherstone (1995: 134), mesmo inventado para fins mercantis, o espetáculo não se cria *ex-nihilo*, nem implica necessariamente em passividade do cidadão, que sempre renegocia seus símbolos. Secularmente, em casos de mordida por tarântula, a vítima siciliana devia agitar seu corpo e transpirar o veneno, daí surgindo a tarantela. Uma manifestação autêntica de como um fato cultural se constitui em *solução* às condições do meio, segundo as mais refinadas teorias da cultura. Mas quando a tarantela vira dança para turista?... Não estaria, neste caso, *solucionando* um problema de sustento? Num mundo onde desemprego é o pior dos fantasmas, fundamentados em quê, poderíamos desencorajar tal prática, seja ela tarantela, *rock* ou frevo? Neste caso, o problema primeiro a ser ponderado não é tanto o do espetáculo como o da sobrevivência.

No universo do mundo urbano brasileiro, o reverso do cartão postal tradicional não consegue despertar o menor interesse. A vida como ela é, aqui, onde o abismo social e a divisão territorial do trabalho vem sendo levados às últimas conseqüências pelo zoneamento, produzem cenários transparentes da organização espacial da vida. Logo, se a crítica ao espetáculo passar a se pautar pelo que é realmente representativo da sociedade brasileira, aí então, ao invés dos Corcovados ou igrejas barrocas, o trajeto teria de ser outro. No avesso da fantasia encontra-se o pesadelo suburbano, a nudez da arquitetura do desespero. São extensões de rara unidade paisagística onde moram classes médias: os mil bairros Olaria e Vilas-não-sei-o-quê que existem nesse Brasil. Se Los Angeles ou Miami conseguem motivar *city tours* para contemplação de suas ricas mansões, aqui nem isso: entre nós, os tediosos bairros ricos são os novos *bunkers*, as ruas estéreis, onde o fosso social é cavado no chão. Mesmo a distante Manaus, antes teoricamente protegida

pelo cerco da floresta, vem difundindo de tal modo condomínios cercados por muros quilométricos, de ambos os lados da avenida, que torna o flunar de motivação zero. Em outras palavras, uma vez que se viu a floresta, só resta bater em retirada. Nem Poá, que é uma estância hidromineral, mas em posição de subúrbio paulistano, consegue atrair. Jamais ouvi falar de alguém que tivesse tirado férias por lá.

Siglo veinte cambalache, problemático y febril

Imaginem se Camilo de Sitte, autor de *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, tivesse vivido hoje com aquele pensamento... Justamente, por congelar princípios supostamente universais, suas proposições são consideradas a-históricas; elas não prevêm o conflito, a mudança e o papel da tecnologia moderna. O mais curioso é notar como hoje em dia, grande quantidade de estudantes da arquitetura, do urbano e das áreas afins citam Camilo de Sitte como padrão a ser resgatado... A visão da cidade neste fim do milênio é tão desprovida de sentidos mais nobres que se recai na facilidade da nostalgia. Nostalgia que isola apenas os fatores positivos do passado, perdendo de vista todo o indesejável: os cortiços insalubres, os subúrbios fétidos e pestilentos por falta de saneamento, as jornadas infames impostas a mulheres, idosos e crianças, as torturas... Quero crer que "percepções" do passado, ainda que isoladas, alimentam o desejo de vida mais plena e elevada. Quem sabe, se cada casa e o trabalho tivessem um pouco do melhor dos mundos, inclusive psicologicamente, talvez se pudesse esperar uma diminuição da busca pelo lugar diferente, pelo fascínio do espetáculo e sua fantasia.

Visualizando os quadros da urbanização brasileira, é difícil discordar que está havendo um fabuloso culto ao feio em toda esfera espacial pública e em suas interfaces. O desleixo é generalizado. Em alguns casos por falta de recursos, competência, boa administração e disciplinamento codificado; em outros, pela absoluta falta de educação popular, pelo baixíssimo grau de exigência da esfera pública. As cidades fazem transbordar panoramas viscerais em seus bairros e subúrbios: construções de bloco ou de refugos, sem qualquer acabamento; total ausência de arborização; soluções arquitetonicamente

absurdas, sem a menor preocupação de vizinhança e conjunto; ruas lamacentas, esburacadas e sujas. Montões de gente no aviltamento das condições sanitárias infecciosas, cujo espaço público são riachos-esgotos de lazer, imundos, onde crianças disputam lugar com ratos e baratas. São cenas familiaríssimas no cotidiano dos programas televisados, por causa das costumeiras catástrofes ou das ações diárias da Polícia Militar – daí que ficamos anestesiados. O melhor dos piores bairros é indigno de uma *viagem*. Esta é a regra para a maioria. Iemen, Portugal, Grécia, Tunísia, Jordânia e quantos outros da bacia mediterrânea mostram que a pobreza não precisa desembocar na degradação. Justamente quem mais precisa de um pouco de compensação, tem as mãos amarradas (e até contribui) para que seu cenário cotidiano seja desprovido e repelente. Por tudo isto perde-se para o turismo, mas sobretudo para o cotidiano. O Brasil não era assim, *ele perdeu a graça*, como diz Lígia Fagundes Telles.

O fenômeno da feiúra tem se manifestado até em países do classicismo e tem intrigado seus teóricos. *Falar de beleza hoje (após a Guerra do Golfo) poderia parecer preciosismo, elitista, até fascista. As discussões sobre beleza, durante muito tempo neste século, têm sido pervertidas pela apropriação totalitária do tema, tão freqüentemente negligenciado pelas preocupações humanistas e existenciais com o desenvolvimento democrático... Se não abirmos amplamente a questão, ela permanecerá não somente reprimida, mas, pior, sujeita a um mal uso totalitário... Pois, sejamos claros, o fascismo hoje não está onde estava há cinqüenta anos; nem está aqui em nossa disputa desse tema. Hoje, o totalitarismo está na televisão, em sua glorificação do equipamento de guerra, na tecnologia da destruição, na supressão do sentimento humano, com uma linguagem uniforme, e no patrimônio de massa agitado pelo derramamento de sangue...* clama James Hillman (p. 129). Percebe a beleza como um tema reprimido, quando o que queremos é o mundo por sua beleza miraculosamente desdobrada – dos níveis subatômicos aos astronômicos. *Resumindo, por baixo da crise ecológica está a crise mais profunda do amor: que nosso amor tenha abandonado o mundo, que o mundo esteja desamado, é o resultado direto da repressão da beleza, de sua beleza e de nossa sensibilidade para com ela. Para que o amor volte ao mundo, é preciso, primeiramente, que a beleza retorne, ou estaremos amando o mundo só como uma obrigação moral: limpá-lo, preservar sua natureza, explorá-la menos.* (Idem: 131.)

A preocupação contida no que foi ensaiado, consiste em saber se continuamos a alimentar os quadros de penúria e aridez (que são parte real da identidade, que se tornaram os mais fortes traços da personalidade do lugar) ou se buscamos reverter a situação, em vista da própria emancipação das comunidades, pela dignidade de seu cotidiano. A paisagem, como já se cansou de falar, é uma entidade que se transforma com o espaço, que se transforma com a história. O conhecimento deste Brasil e seus graves problemas pedem planos de desenvolvimento, soluções de fato, sem os quais a tentativa de criar um quadro de vida mais nobre seria outra fantasia. Não vejo como resolver o problema da paisagem brasileira, sem resolver a miséria, a miséria sem a justiça social e assim por diante. Projetos comprometidos antes de mais nada com o social, mas também com o patrimônio natural, com a estética e claro, sem negligenciar outros aspectos culturais valorativos do meio. E, sem demagogismos que corroem o cotidiano, aplaudindo qualquer zé-da-esquina só porque é zé. É quando artistas, arquitetos, urbanistas, paisagistas, psicólogos, cidadãos bem formados e associações ambientalistas têm de ser mobilizados contra a entronização da alienação ou dos horrores paisagísticos. Foi com o concurso dessa estirpe sonhadora que a humanidade produziu o que tem de melhor, até naquilo que sequer foi feito para ser monumento.

Como que à guisa de conclusão, diria que a reversão do espetáculo enquanto componente, em todas as instâncias da vida, não me parece viável fora do mergulho interior e a moldagem de outro tipo de civilização. Ela exige uma boa dose de transcendência, coisa que até hoje apenas ascetas e santos de todas as religiões têm sido vanguarda. Esta viagem introspectiva, ou de casamento do eu com o universo, se preferirem, está totalmente fora de moda, pois não é com a leitura de trabalhos como este que as pessoas se deixam se convencer por outras plagas... A terra e a vida têm sido externamente assumidas como únicas e que portanto se trata de *relaxar e gozar*. Apenas as religiões e filosofias conseguem contrapor valores que desdizem a figura de Narciso, a que melhor caracteriza nossos tempos: o tal que se apaixona por si mesmo. Supondo-se que a fantasia possa ser em parte compensada com um quadro de vida mais elevado, parece-me vão tentar resolver a questão pelo viés exclusivamente tópico: suas raízes são muito mais profundas e complexas. Nesta mesma ordem de idéias, penso que melhorar o cotidiano de vida das pessoas ajuda muito, não por "direito" de decidirmos sobre suas fantasias, mas porque seus lugares de vida são tristes. Pode-se morar numa mansão rodeada de jardins,

mas sair à rua e ao cotidiano social se tornam viagens aviltantes. O grande senão da fantasia como problema para o planejamento se coloca quando ela interfere negativamente na esfera pública.

Mas como ninguém é turista o tempo todo, aos devaneios se intercalam a maioria dos meses, entremeado de rotinas e penas. Se o turismo merece reprovação, o que falar da esmagadora maioria de emissões televisivas espetaculares? O que falar da festa (e o que vai junto), sem qual o brasileiro já não consegue viver? Quem se atreve excluir o espetáculo do futebol? E a viagem do uso social do álcool? Como, por fim, ousar negar as fantasias sexuais inerentes ao homem? Por ninguém ter coragem de mexer de verdade nessas coisas, que estão no mesmo tipo de escape? Atender à crítica, aos abusos discutidos, implica “apenas” em modificar os padrões de prazer, o que equivale dizer: modificar o psiquismo, o modelo civilizatório e político... Há mais de 50 anos, William Reich, em *A função do orgasmo* – dizendo respeito tão somente à questão sexual – demonstrou os vínculos entre o gozo e a democracia. Isto é um lembrete para que não se caia na simplicidade de proposições desvinculadas da complexidade que a questão abarca. Poderia ter acrescentado um subtítulo a este ensaio, que ficaria assim: *Devaneio e crítica – ou a angústia existencial*. Você decide.

Se o cidadão carece de fantasia, não cabe ao Estado alimentá-la, mas proporcionar o melhor para a fluência da vida cotidiana. Sua regulação teria de corresponder *ao que se espera da esfera pública*, inviável de ser equacionada, sem suas interfaces com o privado – isto é, com o ajuste consciente do grupo social a que se refere. Uma discussão já tardia, e que tem de ser iniciada no âmbito do planejamento. Sem isto afrouxa-se ainda mais a possibilidade de controle do território enquanto paisagem, reveladora de uma identidade em reconstrução, para a riqueza do cotidiano e do turismo.

B I B L I O G R A F I A

ARISTÓTELES. *De l'Ame*. (Traduction nouvelle et notes par J. Tricot). Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1959.

BACHELARD, Gaston. *La poética del espacio*. México: FCE, 1993.

_____. *El derecho de soñar*. México: FCE, 1993.

BAUDRILLARD, Jean. *Le système des objets*. Paris: Gallimard, 1968.

BEVERIDGE, W. I. B. *Seeds of discovery*. Londres: Heinemann Educational Books, 1980.

- CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- CRICK, M. Sun, sex, sights, savings and servility. *Criticism, heresy and interpretation*, n. 1, p. 37-76, 1988.
- DE BONNO, Edward. *O pensamento criativo*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- DUMAZEDIER, Joffre. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: Studio Nobel-Sesc, 1994.
- ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura global*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. *O desmanche da cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Nobel, 1995.
- FERRARA, Lucrecia d'Aléssio. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, Eduardo et al. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- FREUD, Sigmund. The relation of the poet do day-dreaming. *Collected Papers*. Londres: Hogarth, 1908, v. 4, p. 173-183 (Originalmente publicado com o título *Der Dichter und das Phantasieren*.)
- _____. Creative writers and day-dreaming. *The standart edition of the complete works psychological works of Sigmund Freud*. Londres: Hogarth, 1953-74.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço e Debates*, n. 39.
- HILLMAN, James. *Cidade & alma*. São Paulo: Nobel, 1993.
- HOBBSAWN, Eric, RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JONES, Barbara. *The unsophisticated arts drawn and described by Barbara Jones*. Londres: The Architectural Press, Staples Printers Limited, 1951.
- KOESTLER, Arthur. *The act of creation. A study of conscious and unconscious in science and art*. Nova York: A Laurel Edition, 1967.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MACLAGAN, David. *Creation myths: man's introduction to the world*. Singapore: Thames and Hudson, 1979.
- MALFÉ, Ricardo. *Fantásmata. El vector imaginario de procesos e instituciones sociales*. Buenos Aires: Amorroutu Editores, 1995.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os 'usos culturais' da cultura. In: YÁZIGI, Eduardo et al. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- MORIN, Edgar. *La méthode: la connaissance de la connaissance*. Paris: Seuil, 1986.
- PERSON, Ethel. *O poder da fantasia: como construímos nossas vidas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- RAPAPORT, David (Dir.). *Organization and pathology of thoughts: selected sources*. Austen Riggs Foundation, Monograph, n. 1. Nova York, Columbia University Presses, 1956.
- SANT'ANA, Elma, STOLARUCK, André. *Os cavaleiros do mar*. Porto Alegre: Editora Age Ltda., 1990.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, Octavio. *Fantasia de Brasil. As identificações na busca da identidade nacional*. São Paulo: Editora Escuta, 1994.

STORT, Eliana V. R. *Cultura, imaginação e conhecimento: a educação e a formalização da experiência*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

SZILASI, Wilhelm. *Fantasía y conocimiento*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1977.

URRY, John. *O olhar do turista*. São Paulo: Nobel, 1996.

VARINE, Hughes de. *La culture des autres*. Paris: Seuil, 1976.

Visibilidade e Cultura

Maria Angela Faggin Pereira Leite

**Bióloga da USP, mestre da FFLCHUSP,
doutora FAUUSP, professora livre docente
de paisagismo da FAUUSP**

FUNDAMENTOS

RESUMO

As mudanças ou transformações da realidade visando um futuro desejado, são processos que tomam como substrato inicial as formas da paisagem, veículos de transmissão, às futuras gerações, de um tipo de consciência social que confere sentido e profundidade à ocupação do território.

A possibilidade de perceber, de entender o que está sendo representado na paisagem é o primeiro passo em direção a alterações da ordem social.

Esses processos e seus desdobramentos no projeto de paisagismo são objetos deste artigo.

ABSTRACT

Reality changes and transformations seeking a desirable future, can be seen as processes that consider landscape forms as a means of communicating a kind of social consciousness, which gives meaning and relevance to territory occupation. The possibility of perceiving and understanding what is being represented in the changes of social order.

This article refers to these processes and its developments/influences in landscape design.

Visibilidade e Cultura

Falar sobre a paisagem e seu processo de formação, deixa sempre a impressão de que estamos tratando de uma construção histórica, cujos alicerces estão apoiados numa cadeia de eventos que, embora formem uma trama sólida e coerente, na realidade não estão completamente colados ao universo de nossas preocupações imediatas. À paisagem entendida como construção coletiva pode-se, ademais, atribuir uma qualidade de manipulação, de ocultação da verdade, na medida em que o que ali está representado não corresponde à totalidade dos fatos, mas a uma visão parcial deles, muitas vezes em desacordo com os nossos desejos individuais. Não é difícil admitirmos que certas inter-relações entre os objetos da paisagem, certas configurações simbólicas, tenham o propósito indisfarçável de criar uma imagem ideal, uma espécie de paisagem desejável, que nem sempre corresponde à resultante das forças sociais empregadas na sua construção. É uma sensação de falsificação, de ocultação.

Entre os muitos motivos que alimentam essa sensação está o fato de que a paisagem pode ser facilmente confundida com as instâncias econômica, política e ideológica do espaço social, que nela se fazem presentes com maior ou menor intensidade em cada momento histórico.

Essas instâncias, que são regidas por normas específicas e que contêm seus próprios mecanismos de regulação, formam um sistema que visa a reprodução e a manutenção de relações sociais de produção, representadas na paisagem através de objetos funcionais. Se essa representação é manipulada, à paisagem cabe o papel de revelar a falsificação decorrente do descompasso entre as relações sociais que a produzem e a imagem que é apresentada, abrindo, através da percepção, caminho para mudanças desejadas.

As mudanças, as transformações da realidade visando um futuro desejado, são processos que tomam como substrato inicial as formas da paisagem, veículos de transmissão, às gerações futuras, de um tipo de consciência social que confere sentido e profundidade à ocupação do território. A possibilidade de perceber, de entender o que está sendo representado na paisagem é o início desse processo que abre, para o pensamento, um campo virtual a ser explorado pela imaginação. Durante a exploração desse campo, a imaginação, que está presente no primeiro momento como impulso para o conhecimento da realidade, cede lugar à objetividade dos processos racionais, para reaparecer depois, sob a forma de imagem de futuro a ser atingida. O primeiro passo desse caminho é desejar alterações na ordem estabelecida, passo que só pode ser dado quando existe a possibilidade de entender, não só o que está representado na paisagem, como também a sua gênese.



Consciência, imaginário e simbolização

Para Freud, nas condições sociais que, historicamente, prevalecem, os homens precisam proteger-se de si mesmos, de sua capacidade de desejar alterações nas relações sociais de produção estabelecidas e, para isso, contam com mecanismos de defesa, isto é, acionam dispositivos inibidores da consciência, que tornam invisíveis as percepções da realidade exterior associadas a impulsos de transgressão. Esses mecanismos de autoproteção, que coincidem com as formas de proteção social, são ilusões ou falsificações da consciência, que vão da percepção ao pensamento: deixamos de perceber, portanto não podemos pensar. A ilusão não resulta, em princípio, de perversidades inerentes à realidade exterior, isto é, não é a realidade exterior que me ilude, mas é minha percepção dela que, canalizada para a ilusão, visa perpetuar o modo de produção e reprodução das relações sociais.

Freud afirma que as falsificações da consciência destinam-se não só a permitir a vida civilizada em geral, mas também a manter uma certa forma de organização social baseada em privilégios de riqueza e poder, o que faz com que sejam desigualmente distribuídas na sociedade. A repressão contida nas instâncias da realidade exterior encontra seu complemento cognitivo nas ilusões da percepção e do pensamento, que inibem a transgressão, enquanto a repressão adicional, imposta a certos grupos sociais, encontra

seu complemento numa ilusão adicional, capaz de transformar em necessidade a irracionalidade programada pelo poder, fechando o círculo com um discurso legitimador que explica e justifica a violência social. Em resumo, a repressão (externa) e suas decorrentes sanções são instrumentos de imposição do comportamento social desejado, enquanto a defesa (interna) evita a percepção e o pensamento contrários ao interesse geral e, ambas, promovem a limitação da liberdade no plano da ação e a limitação da consciência no plano do conhecimento.

A discussão proposta aqui é a de como a limitação da consciência influi no processo de apropriar-se da natureza, construir a paisagem e qualificar o lugar, processo que está apoiado em questões pertencentes ao imaginário, às representações coletivas e ao simbólico.

O pensamento trabalha sobre percepções e reminiscências, com vistas ao conhecimento e à transformação da realidade exterior. Tal conhecimento pode ser falseado e, conseqüentemente, influir na transformação, quando a percepção é suprimida ou deformada, ou quando o pensamento produz associações errôneas ou deficitárias. Isto é, ou os objetos podem não ser percebidos, ou as conexões – por contigüidade ou similaridade – podem ser insatisfatórias, mas a consciência sempre *quer* conhecer a realidade exterior.

Existe, contudo, uma forma de pensamento que se afasta explicitamente do real e se apóia na percepção e na memória, não para organizá-las com vistas ao conhecimento da realidade, mas com vistas à estruturação de cenários irreais e à criação de um universo fictício. É a forma de pensamento que Freud chama de imaginação, ou pensamento imaginário, ou imaginário. O pensamento realista resulta na produção de idéias que podem, ou não, ser verdadeiras; o pensamento imaginário resulta na produção de fantasias que não são falsas nem verdadeiras, mas apontam para uma realidade possível, situada além da visibilidade existente e, portanto, potencialmente capaz de concretizar-se como alternativa ao presente.

O imaginário, ainda segundo Freud, contém dois vetores que operam tanto na esfera da percepção, quanto na do pensamento: um vetor encobridor, a serviço da ocultação e um cognitivo, a serviço do conhecimento.

O imaginário encobridor atua na esfera da percepção transportando para a realidade exterior fantasias que privilegiam certas estruturas, destacando-as de seu contexto histórico. É o caso, especialmente, dos

fenômenos de psicologia de massas – nazismo, fascismo, nacionalismo, etc. – onde certas instituições são sacralizadas e dissociadas das circunstâncias que as originaram, deformando a percepção. Na esfera do pensamento, atua produzindo associações distorcidas, porque o substrato perceptivo, aqui, é a fantasia e não a realidade. Quem não se lembra, fantasia, e nesse processo, o que se evapora não são exatamente os fatos traumáticos ou os conflitos, mas a sua historicidade. Corrigir o passado suprimindo acontecimentos ou reescrevendo o que parece inaceitável, ainda pode conferir algum controle sobre esse passado, isto é, a história ainda pode ser percebida como história. Mas se, ao invés de suprimir ou reescrever esses acontecimentos, eu os substituo por fantasias, a história deixa de se oferecer à percepção como uma seqüência de eventos, ainda que deformados, e passa a oferecer-se como o conjunto dos não eventos que constituem as fantasias. O imaginário encobridor, então, ao mesmo tempo que substitui o real pela fantasia, é o ponto de partida para a produção de falsas memórias, ou de uma história falsa, porque impede a exploração das possibilidades oferecidas pelo real. Produz um texto que, embora expresso em linguagem conceitual, está condicionado pela fantasia.

O imaginário cognitivo atua na esfera da percepção, utilizando a realidade exterior como um suporte material para ativar traços da memória vinculados por contigüidade ou similaridade, à vivência presente. O imaginário cognitivo toma, do mundo real, fatos reais e os reordena segundo a lógica do inconsciente, que não é cronológica, não conhece dúvida nem negação. Esse processo de reordenação explora um estado de coisas que transcende a realidade, produzindo imagens a partir de imagens, projetando-se para o futuro como força criadora. Na esfera do pensamento, as fantasias do imaginário cognitivo também constituem ilusões, não no sentido de serem falsas, mas porque constituem realizações do desejo, representações simbólicas não vistas, mas pensadas como possibilidades que se acumulam e se sedimentam na cultura. Essas fantasias conscientes não se confundem com a realidade, porque quem imagina representa algo, sabe que imagina, não vê, mas pensa. O imaginário cognitivo produz um texto que, embora expresso sob forma de fantasia, está condicionado pelo intelecto.

O futuro projetado pelo imaginário cognitivo pode realizar-se através da ação, quando indivíduos ou a coletividade são impulsionados para criar condições reais de satisfação do desejo, ou através da simbolização cultural que modela fantasias visando uma nova realidade. O futuro

visado pela fantasia, neste caso, é compartilhado por um público que experimenta o mesmo tipo de insatisfação diante da realidade e este é, em geral, o caminho de todas as transformações regidas pela cultura.

O simbólico é a força motriz para um certo tipo de pensamento preparatório para a ação, e toma a realidade, não dentro de seus limites objetivos, mas na sua perspectiva de abertura para o novo: movido pelo imaginário, o pensamento concentra sua atenção nos aspectos da realidade que devem ser transformados e utiliza-se de processos racionais para definir o que e como fazer.

A transformação da natureza em paisagem é uma expressão das possibilidades de existência delineadas no imaginário de cada época. O que a natureza sugere é apropriado pelo imaginário e traduzido, simbolicamente, em artefatos sociais. A visualização do que está apenas sugerido num primeiro momento, adquire corpo em cada um e no modo de reunião dos muitos objetos que constituem a paisagem.

Simbolizar implica traduzir um significado, expressá-lo através de um objeto capaz de libertá-lo de seu contexto original, transportando-o para outro contexto, freqüentemente de organização mais complexa. Esse objeto, passível de descontextualizar sensações e de manifestá-las em outra totalidade, é um objeto cultural, veículo de transmissão, às futuras gerações, de práticas e valores sociais. É, porém, a reunião desses objetos culturais que cria uma representação de mundo, caleidoscópio composto pela união de múltiplos significados, transportados de tempos diversos, e que qualificam a paisagem transformando-a em lugar.

E espaço total e espaço relacional

Mas, se são os lugares que qualificam a paisagem, isto é, que conferem por meio de processos simbólicos, um significado exclusivo aos elementos que a compõem (Pereira Leite, 1996, p. 5), é a reunião dos lugares que nos dá o sentido de territorialidade, de pertencer àquilo que nos pertence, sentimento simbólico de exclusividade e limite, que não se confunde com delimitação político-administrativa. Um território é uma extensão apropriada e usada e, por isso, contém, fortemente, o

sentido de espaço e tempo. É, assim, conveniente tratarmos aqui do espaço e de sua conceituação.

Na obra de Milton Santos, o espaço surge (Santos, 1985) como um sistema complexo de relações submetido, em sua evolução, à evolução de seus elementos ou subsistemas. O espaço total, que escapa à nossa apreensão empírica e vem ao nosso espírito como conceito, constitui o *real*, enquanto suas frações ou elementos, que apreendemos, tanto mais concretos, quanto menores, constituem o *relacional*, na medida em que seu valor não está neles próprios, mas no valor relativo que eles adquirem dentro de um sistema mais amplo. Homens, firmas, instituições, meio ecológico, infra-estrutura, são dados concretos pela sua existência, mas são também relacionais, porque mudam seu valor relativo dentro do sistema espaço. Essa mudança, que não é homogênea para todos os elementos, explica-se pelo valor que eles adquirem com a incidência de eventos capazes de alterar as relações que comandam a evolução do espaço total.

Posteriormente, Milton Santos propõe a ligação indissolúvel entre tempo e espaço através da categoria mundo (Santos, 1994), síntese dos eventos e dos lugares, isto é, síntese do tempo – transcurso, sucessão de eventos e sua trama – e do espaço – meio, lugar material da possibilidade dos eventos. O espaço, então, não se resume ao tipo de sistema de relações entre os elementos que o constituem, mas é também o lugar concreto da manifestação dessas relações. A cada momento mudam, juntos, o tempo, o espaço e o mundo.

O espaço, finalmente, aparece como fluxo técnico-científico-informacional (espaço total), que pode se materializar nos lugares (frações relacionais), vulneráveis à evolução da técnica, do tempo, da razão hegemônica e da emoção (Santos, 1996). Os lugares são aqui tomados como bases materiais onde a ideologia produz seus símbolos, “*criados para fazer parte da vida real e que, freqüentemente, tomam a forma de objetos*” (Santos, 1996, p. 101). A ideologia está no espaço e no lugar, na estrutura do mundo e também nas coisas. Tanto pode materializar o real nas relações do lugar, quanto pode criar um “real” propondo-o através de símbolos e representações que, tomando o lugar pelo espaço, perpetuam a representação dos interesses das classes dominantes. Mas a ideologia se renova a cada transformação social, como também os símbolos que a representam. Essa renovação, que modifica o significado dos elementos do espaço e suas relações nos lugares, nos per-

mite entender o movimento da sociedade, que é o movimento do espaço total, conjunto indissociável do sistema de objetos (tecnoesfera) e do sistema de ações (psicoesfera) (Santos, 1996). “*Ambas, tecnoesfera e psicoesfera, são locais, porque são apreendidas localmente, mas constituem o produto de uma sociedade mais ampla que o lugar.*” (Santos, 1996, p. 204.) São redutíveis, uma à outra, porque o conteúdo técnico e científico do lugar condiciona novos comportamentos humanos que, por sua vez, consolidam a base social da técnica, apóiam, acompanham e, por vezes, antecedem a expansão do meio técnico científico.

Mudanças no espaço só ocorrem quando mudam simultaneamente ou encadeadamente, o sistema de objetos e o sistema de ações. Essas mudanças são datadas e constituem períodos estabelecidos de acordo com a ótica dos diferentes autores que os propõem e com as variáveis que comandam a mudança em questão¹. Mas existe unanimidade na afirmação de que cada novo período desmonta a precedente organização do espaço. Para Milton Santos, o período tecnológico que se inicia em 1945, caracteriza-se por mudanças cada vez mais solidárias e globais porque, mesmo que o novo não incida igualmente sobre todos os lugares – e nunca incide – ele tem, agora, a capacidade de inseri-los verticalmente no espaço absoluto que é o mundo.

As ações hegemônicas da atualidade, que se realizam por meio de objetos hegemônicos, privilegiam certos lugares – aqueles que estão mais sujeitos à incidência do novo – mas chamam todos os outros a colaborar com eles. Esse fenômeno, que alguns autores contemporâneos chamam de “guerra dos lugares” (Santos, 1996, p. 198), comprova que o lugar é um subsistema do espaço, que se define, tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional (Santos, 1996, p. 205). Os lugares apresentam cargas muito diferentes de conteúdo técnico-científico (os objetos ou artefatos que os integram), informacional (sua capacidade de interagir com o entorno e com outros lugares) e comunicativo (suas condições de compartilhar seu conteúdo técnico e informacional), e é essa carga diferenciada, esse novo seletivo, característico do período tecnológico, que lhes confere condições de competitividade.

(1) É assim que se explica, por exemplo, que para Eric Hobsbawm, em *Era dos Extremos*, o século 20 corresponda ao período que vai de 1914 a 1991, enquanto para Giovanni Arrighi, em *O Longo Século 20*, o mesmo período começou em 1870 e ainda não está encerrado.

À evolução dos lugares não corresponde, necessariamente, um novo período, uma mudança no espaço ou uma desorganização da ordem existente. Mas, ideologicamente, é possível, conforme já foi dito, tomar o lugar pelo espaço, isto é, tomar a representação arbitrária pela realidade e essa forma opaca de pensamento influi decisivamente no trabalho do imaginário social.

Fantasias e imposições

O que é normalmente referido como espaço em ciências humanas – psicologia, sociologia, antropologia, geografia, economia, arquitetura – é a fração relacional, carregada de valores, do espaço total. Para a arquitetura, especialmente, é comum a referência ao espaço da cidade ou ao espaço urbano como uma espacialização do social, como se houvesse uma determinação recíproca entre esse espaço e a sociedade. A cada mudança social corresponderia sua afirmação corpórea no espaço urbano e é essa convicção que permite que o planejamento e o projeto advoguem sua formulação inversa: a cada mudança no espaço urbano corresponderia sua afirmação nas relações sociais.

Tomar a fração do espaço pela sua totalidade, implica fazer vista grossa para o fato de que ela, a fração, é apenas uma relação arbitrária e específica entre os elementos do espaço, sujeita à incidência diferenciadora de eventos e intervenções. Tomá-la como totalidade, permite acreditar em planos e projetos como sistemas de ações indutores de objetos ou como objetos indutores de comportamentos.

Planos e projetos são, porém, apenas normas e códigos que dependem da sociedade e, até mesmo, da economia de mercado para sua concretização. *“Aquilo que os modelos procuram modelar é sempre um sistema de poder ... o que conta verdadeiramente é o que acontece apesar deles: a forma que a sociedade vai tomando, lentamente, silenciosamente, anonimamente, nos hábitos, no modo de pensar e de fazer, na escala de valores.”* (Calvino, 1983, p. 112/113.)

As inovações dos planos e projetos não se exercem de forma homogênea sobre toda a área de intervenção pretendida por eles e, no caso do projeto, especialmente, seu potencial de modificação está profundamente ligado às possibilidades de interpretação da sociedade que, ao

qualificá-lo através do uso, reconhece sua importância para a sedimentação de referências culturais.

O que os torna abrangentes não é sua carga técnico-científica e informacional, mas sua carga comunicativa, que permite compartilhar imagens potencialmente capazes de estimular a crítica e desencadear ações visando corrigir injustiças sociais. Projetos são o que Habermas qualifica como ações estratégicas, ações de caráter comunicativo, que visam um resultado instrumental (Habermas, 1988).

Na ação estratégica, a racionalidade está vinculada à constituição de consensos bem fundados, apoiados na razão. Sendo um tipo de ação comunicativa, a ação estratégica envolve enunciados lingüísticos que trazem implícitas reivindicações de validade, isto é, qualquer obstáculo ao entendimento mútuo se traduz, inicialmente, no questionamento das reivindicações de validade e na sua defesa, por meio de argumentação. Essa vinculação da racionalidade à constituição de consensos, implica pensá-la como processo, como uma ação em curso e não como atributo de uma coisa dada. É uma racionalidade possível, não necessariamente realizável em todas as ocasiões empíricas.

Para Habermas, os agentes desse processo racional são portadores de competências comunicativas derivadas da aquisição de consciência, da capacidade reflexiva, que permite apreender o mundo através do conhecimento, da relação com ele. A competência comunicativa é adquirida ao longo de uma seqüência irreversível de etapas de desenvolvimento cognitivo e, aqui, o imaginário tem atuação decisiva porque, tanto pode limitar a consciência, quanto pode projetar-se como força de criação.

Se o vetor encobridor desse imaginário induz as classes sociais a desconhecer a estrutura social existente e seu próprio papel dentro dela, é porque, no processo de apropriação da natureza, construção da paisagem e qualificação do lugar, a atenção está deslocada para a ordem do fragmento, percebida através de situações básicas, monótonas e inalteráveis – em essência, a forma pela qual são perpetuados no lugar interesses de dominação – condenados todos a não perceber o movimento real da sociedade, que é o movimento do espaço.

Nessa combinação de imaginário encobridor e mecanismos de autoproteção, o real é substituído por uma fantasia, uma imagem ideal a ser atingida que, socialmente desenraizada, tende a transformar-se

em um conjunto de mecanismos ou de aparatos para determinar, definir e induzir comportamentos, empobrecendo o universo sensível. As implicações políticas e ideológicas dessa imposição ficam diluídas numa razão absoluta, com uma lógica interna de autolegitimação capaz de torná-la autônoma em relação à sociedade que a recebe.

Se é a compreensão do movimento do espaço que leva à compreensão do movimento da sociedade, é a atuação no lugar do imaginário cognitivo que permite mudanças nesse movimento. Existe uma relação íntima entre as representações sociais e a realidade, que pode ser revelada pelas diversas formas de intervenção no território. Intervenções apoiadas sobre fantasias encobridoras são, simplesmente, atitudes autoritárias incapazes de revelar contradições, essenciais para a superação de conflitos e desequilíbrios. Seu destino final é a criação de uma ordem homogênea que, por não se aplicar senão a grupos sociais específicos e restritos, abre o caminho para o avanço acelerado do privado, domínio das expressões de individualismo, sobre o público, domínio da cultura e da diversidade.

B I B L I O G R A F I A

CALVINO, Italo. *Palomar*. Torino: Einaudi, 1983.

FREUD, Sigmund. *Obras completas*. São Paulo: Imago, 1977.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria da ação comunicativa*. Madri: Taurus, 1988.

PEREIRA LEITE, Maria Angela F. Projeto e uso dos espaços públicos: o código e a interpretação. In: OLIVEIRA e FECHINE (orgs). *Visualidade, urbanidade e intertextualidade*. São Paulo: Hacker, 1998.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Clonagem de Paisagens: Como Alguns Projetos de Intervenção Transformam as Paisagens Urbanas em Não-Lugares*

Angelo Serpa

**Professor adjunto doutor do
Departamento e mestrado de
Geografia e do mestrado
em Arquitetura e Urbanismo,
da Universidade Federal da Bahia**

FUNDAMENTOS

Em um mundo globalizado, a paisagem torna-se "virtual" Pode-se reinterpretá-la e recriá-la. Pode-se também reproduzi-la em todos os pontos da superfície terrestre sem prejuízo de suas características essenciais. Assim, torna-se possível a clonagem de paisagens específicas e a criação de "não-lugares" Em uma sociedade, onde o maior prazer humano está aparentemente no consumo, é patente a uniformização visual e funcional dos espaços livres públicos no meio ambiente urbano. Os parques se assemelham cada vez mais aos *shopping centers* e os *shopping centers* se tornam cada vez mais "verdes" Com a proliferação dos parques temáticos, o idílio transforma-se em uma espécie de *shopping center* a céu aberto. O presente trabalho faz uma análise crítica de alguns projetos paisagísticos, exemplificando a artificialização/uniformização das paisagens no meio ambiente urbano em países como o Brasil, Alemanha, Estados Unidos e Japão.

In a globalized world, the landscape becomes "virtual" It can be reinterpreted and recreated. It can also be reproduced in every point of the earth with its essential characteristics. Thus, the cloning of specific landscapes and the creation of "placelessness" become possible. In a society where the greatest human pleasure is apparently the consumption, the visual and functional uniformization of open public spaces in the urban environment becomes evident. Parks look more and more like shopping malls and malls become "greener and greener" With the proliferation of theme parks, the idyll is transformed into a sort of open-air shopping centre. This paper makes a critical analysis of some landscape projects, by exemplifying the artificialization/uniformization of urban landscapes in countries like Brazil, Germany, United States and Japan.

Clonagem de Paisagens:

Como Alguns Projetos de Intervenção Transformam as Paisagens Urbanas em Não-Lugares*

A Bahia vai produzir clones de mudas frutíferas para exportação. A inauguração da nova *bio-fábrica* da Embrapa, em Cruz das Almas, aumentará a produção de mudas de alta qualidade no mercado e possibilitará o treinamento de técnicos e agricultores baianos. Em época de discussões éticas sobre a clonagem de seres humanos, descobre-se também “lucratividade” na clonagem de vegetais. Descobre-se ainda “praticidade” na clonagem de algo até então construído apenas no decurso de longos períodos de maturação natural, social e cultural: a paisagem.

O geógrafo francês Vidal de La Blache foi um dos pioneiros nos estudos que se norteavam na paisagem para melhor entender a relação homem-natureza. De acordo com a teoria de Vidal, o homem se adaptou em cada lugar ao meio que o envolvia, criando um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou “gênero de vida” o qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades.

Em um mundo globalizado, a paisagem torna-se “virtual” Pode-se reinterpretá-la e recriá-la. Pode-se também reproduzi-la em todos os pontos da superfície terrestre sem prejuízo de suas características es-

senciais. De acordo com as expectativas do usuário, é possível a clonagem de paisagens específicas e a criação do “não-lugar”. Em uma sociedade onde o maior prazer humano está aparentemente no consumo, é patente a uniformização visual e funcional dos espaços livres públicos. Os parques se assemelham cada vez mais aos *shopping centers* e os *shopping centers* se tornam cada vez mais “verdes”. Grandes centros de consumo americanos transformam-se aos olhos dos clientes em fantásticas paisagens “naturais” com florestas e cachoeiras encenadas. Com a proliferação dos parques temáticos, o idílio transforma-se em uma espécie de *shopping center* a céu aberto.

Projetos arrojados realizam o sonho de Roberto Burle Marx de reproduzir ecossistemas naturais no contexto urbano, para que os habitantes de uma grande cidade possam ver as maravilhas da floresta tropical brasileira, dos cerrados e savanas, do sertão semi-árido e da caatinga. Em cidades européias e americanas esses mundos foram “enjaulados” em redomas de vidro e abertos à visitação pública. Um clone da paisagem florestal brasileira substitui para o europeu e o norte-americano a visão da paisagem real e longínqua.

Calcado numa visão de restauração e aumento da diversidade vegetal, o projeto de recomposição paisagística da Praça do Relógio, no campus da Universidade de São Paulo, procura restituir a riqueza original dos ecossistemas que um dia ocupavam aquele espaço¹. A comissão encarregada de analisar os aspectos paisagístico-ambientais e elaborar uma proposta de ação achou que um zoneamento para a distribuição das diversas comunidades vegetais específicas, em conjunto com uma definição de praças temáticas, poderia transformar o que antes era visto como uma grande esplanada amorfa num espaço propiciador de experiências estético-sensoriais.

(1) LIMA, C. P. C. dos S., PELLEGRINO, P. R. M. A procura de novos paradigmas para os espaços livres urbanos: o caso do campus da USP em São Paulo 1996. II ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. São Paulo, *Anais*, São Paulo: Universidade de São Marcos/FAUUSP, 1996, p. 201-203.

No norte da Alemanha, no castelo Cappenberg, uma equipe liderada pelos professores Hugo Kükelhaus e Rudolf Zur Lippe, concebeu o projeto de um parque que deverá funcionar como uma “Escola de Sensações” para os visitantes². Pontes suspensas, pisos com materiais diversos, jardins de plantas aromáticas, labirintos, uma galeria de “sensações táteis”, um relógio solar e equipamentos de ressonância propiciarão aos usuários a possibilidade de despertar os cinco sentidos, adormecidos por um cotidiano de cimento e asfalto. Aqui, a clonagem de paisagens parece servir a um objetivo mais nobre, quase como um contraponto às catedrais de consumo a céu aberto.

Objetivos nobres parecem nortear também os subsídios aos agricultores dos Alpes austríacos e suíços, impossibilitados de continuar a aplicar suas técnicas tradicionais na produção dos famosos queijos e vinhos. Sem os subsídios, essas pequenas propriedades agrícolas desapareceriam sob o peso da concorrência da agricultura mecanizada e com elas os últimos vestígios de uma paisagem “cultural” que agora se quer preservar. Os subsídios são muito mais um salário pago aos agricultores, para que continuem a produzir de modo artesanal e, desse modo, não alterem a paisagem historicamente construída. Concebe-se, assim, uma espécie de “museu cultural” onde os agricultores passam a desempenhar a função de “guardiães da paisagem”.

Para o geógrafo Milton Santos, a evolução dos sistemas de engenharia transforma também uma divisão de trabalho local simples em uma cooperação geograficamente estendida e complexa, com o uso de técnicas cada vez mais estranhas ao lugar. Um exemplo lembrado por Santos é a irrigação criada no século passado na região de Brumado, com técnicas que eram o resultado de uma interação direta entre o grupo e o seu pedaço de natureza. As novas formas de irrigação são, no entanto, o resultado de técnicas estranhas ao grupo³. A nova divisão internacional do trabalho exige uma artificialização cada vez maior dos meios de vida e de trabalho, assim como da própria vida; desaparece a relação direta e estreita entre a paisagem e os meios de produção. É assim que as paisagens passam a ser encenadas, simuladas e consumidas como “clones”, descontextualizando o lugar e transformando-o em não-lugar.

[2] KÜKELHAUS, H., ZUR Lippe, R. *Entfaltung der Sinne. Ein “Erfahrungsfeld” zur Bewegung und Besinnung*. Frankfurt an Main: Fischer Alternativ, 1982.

[3] SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 80-81.

Nos últimos anos a concepção dos parques públicos vem sofrendo modificações decorrentes de uma maior demanda social por atividades de esportes e lazer. A sociedade pós-moderna, com uma jornada de trabalho mais reduzida, uma maior expectativa de vida e uma maior conscientização ecológica, favorece a criação de novos parques, com concepções renovadas e originais.

Japão e Estados Unidos mostram como serão os parques do futuro: é nestes países que um grande número de novos projetos paisagísticos vêm sendo implementados. Paisagens de lazer com múltiplas atrações, que combinam *high-tech*, artigos de consumo, atrações "naturais" estátuas/figuras, praias artificiais, jogos, "aventura" curiosidades aeroespaciais, restaurantes e vegetação.

Nestes parques modernos a expectativa é de suprir as necessidades diversas dos usuários, que vão desde a necessidade de "aventura" à necessidade de "natureza selvagem" sem exposição aos riscos reais, inerentes a tais experiências. Deste modo, a ordem é "encenar" e "simular" o mundo real, tornando-o mais acessível e seguro aos seus usuários.

Em um mundo onde tudo parece descoberto pelo homem, dos picos mais altos das montanhas até as profundezas marítimas, onde todos os animais foram domesticados e todas as maravilhas da natureza fotografadas, o usuário quer experimentar todas estas sensações, mesmo que elas lhe cheguem de uma maneira simulada (sem esquecer, é claro, da foto para o álbum de recordações da família)⁴.

A concepção de áreas de lazer que funcionem independentemente das condições climáticas, bem como a "encenação" de diferentes zonas climáticas em "redomas de vidro" mostram a "interiorização" destas áreas em detrimento daquelas a céu aberto. Deste modo, parques e *shopping centers* vão se tornando cada vez mais próximos. E é provável que em um futuro bem próximo seja impossível distingui-los.

Uma outra tendência verificada nestes países (e também na Europa) é o conceito *shop-in-shop*, que interliga *shopping centers* menores, sem hierarquizá-los, lembrando os parques temáticos, onde pequenas atra-

(4) MILCHERT, J. Der Park. *Traditionen und modelle. Bauwelt*, n. 34, p. 1762-1771. Berlin, 1991.

ções e elementos paisagísticos diversos estão distribuídos de forma contínua no espaço, dotando o conjunto de atratividade. De acordo com isso, a ordem é a descentralização dos grandes centros de consumo em pequenos *shoppings* interligados⁵.

Por outro lado, nos grandes centros de consumo norte-americanos vem se trabalhando, já há algum tempo, com a encenação de fantásticas paisagens. Praças internas transformam os *shopping centers* em espaços verdes, com cachoeiras e paisagens tropicais. Além do “verde” o usuário passa a usufruir da segurança destes centros de consumo, muitas vezes ausente dos espaços livres públicos.

Em Los Angeles os extremos se tocam: em nenhuma outra cidade norte-americana céu e inferno se aproximam tanto! Sonhos e pesadelos convivem lado a lado. Por isso, não é de se admirar que arquitetos e *designers* busquem sempre o “pouco convencional” o inusitado, uma nova interpretação para o velho *american dream*⁶

Um exemplo disso é o projeto do arquiteto Ricardo Legoretta para o novo *Pershing Square*, com uma área de 2.000 m². É um lugar geometricamente elaborado com formas esculturais e piso de tons rosas e marrons que harmonizam a praça com as fachadas dos edifícios vizinhos. Elementos naturais como árvores e cachoeiras se contrapõem com vidro, aço e concreto. Um pavilhão amarelo abriga um *snack bar*. Colunas de concreto vermelhas estabelecem o limite entre a rua e a praça (entre lugar e não-lugar?)⁷

O arquiteto-paisagista japonês Kenzo Ogata acha que a escolha das pedras corretas, dispostas nos lugares corretos, é o maior segredo do paisagismo japonês. Um projeto de Ogata em Tóquio mostra que a arte japonesa de fazer miniaturas de plantas e jardins para fins meditativos nunca esteve tão afiada. As plantas foram tão “naturalmente”

(5) Idem, *ibidem*.

(6) LUDWIG, K. H. C. Pershing Square Los Angeles. *Garten + Landschaft*, 3/1995, p. 16-19. Munique: Callwey Verlag, 1995.

(7) Idem, *ibidem*.

colocadas que os visitantes têm a impressão de que não poderia ser mesmo de outra forma. O riacho, a ponte, o lago, tudo contribui para a construção da harmonia entre homem e natureza⁸.



guisa de conclusão: O Parque do Abaeté em Salvador, Bahia

A gente cresce na Bahia ouvindo músicas que exaltam nosso patrimônio natural e cultural. “Você já foi à Bahia, nega?” Se for, não deixe de ver o Abaeté, aquela lagoa escura, arrodada de areia branca. Não essa nova, arrodada de concreto armado. Um lugar funcional? Alguém mais afoito poderia até responder que sim, mas, convém perguntar onde levam os caminhos no projeto de paisagismo do parque mais conhecido da cidade. Resposta simples: a nenhum lugar.

No Parque do Abaeté os caminhos serpenteiam a lagoa, mas não conduzem a ela, deixando-a escondida atrás das muitas edificações existentes no local. Nada contra a galeria com pérgola e os belos mirantes: o fato de deixarem uma sensação de incômodo para os usuários freqüentadores antigos do lugar é que a concepção do projeto como um todo “esquece” propositadamente a lagoa, negando o lugar e criando um não-lugar. Os caminhos do projeto conduzem a não-lugares espalhados “organicamente” pelo espaço e ligados por caminhos curvos em mosaico português branco, que levam o visitante aos mirantes e quiosques de coco e acarajés, ao centro de atividades, com lojas, restaurantes e lanchonetes, ou aos espaços de recreação infantil⁹

Nada contra também às arquibancadas escultóricas dos amplos passeios sombreados, mas ao transformar a lagoa em uma não-lagoa, o projeto paisagístico “virtualiza” o real e coloca o visitante quase como um espectador das belezas do “novo” não-lugar (e os mirantes aca-

(8) KORTEN, K. Fukutake Shoten. *Garten + Landschaft*, 3/1995, p. 29-32. Munique: Callwey Verlag, 1995.

(9) Idem, *Ibidem*.

bam reforçando esta postura contemplativa). A Casa das Lavadeiras é o exemplo mais gritante disso. O projeto visa integrar a lavanderia comunitária ao parque, *“como as lavadeiras sempre estiveram à lagoa”* mas reserva para elas, como a todos os visitantes, o papel de meras observadoras das belezas da lagoa ao longe, completamente “destacada” do parque. A lagoa e suas lavadeiras mereciam melhor sorte.

Ruim com o parque, pior sem ele, diriam os soteropolitanos mais afoados (modernos?). Ninguém esquece que antes do parque eram os garimpeiros de areia, os comedores de dunas brancas, eram as invasões e a destruição da vegetação nativa. A Bahia protestou, Gil e Caetano reclamaram, e ganhamos o parque de presente. Ganhamos o parque e perdemos a lagoa. Aquela escura, arrodada de areia branca...

A globalização e o turismo não podem prescindir da visão do habitante do lugar: o Parque do Abaeté é “global” (poderia estar às margens do rio Danúbio, por exemplo, ou quem sabe às margens da lagoa Rodrigo de Freitas), mas lhe falta ares “locais” de baianidade explícita. O pensamento paisagístico pode (e deve) falar uma linguagem universal, mas é indispensável que incorpore – sem foclore – a questão regional e valorize as diferenças entre os lugares. Estamos fartos de não-lugares!

(*) Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações Especiais do V SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. Departamento e Mestrado de Geografia (UFBA)/ Associação de Geógrafos Brasileiros, Salvador, 21 a 24 de outubro de 1997

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO REVISTA PAISAGEM E AMBIENTE – ENSAIOS

1 *Paisagem e Ambiente* é uma revista da FAUUSP que tem como objetivo a divulgação de trabalhos da área de Paisagismo em suas diversas escalas de abrangência da arquitetura paisagística do planejamento paisagístico e ambiental.

2. O Conselho Editorial da revista *Paisagem e Ambiente* decidirá quais artigos terão a possibilidade de publicação, considerando para tanto o espaço disponível e a pertinência do tema face à linha editorial.

3. Os originais deverão ser apresentados:

– em disquetes – utilizando processador de texto WORD 5.0 ou superior. Deverá conter entre 21.600 a 43.200 caracteres, incluindo o resumo, o abstract e a introdução. Juntamente com o disquete deverá acompanhar uma cópia impressa do arquivo.

4. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara a sua natureza. Também deverão ser concisos e explícitos quanto ao conteúdo tratado.

5. Logo após o título deve constar o nome do autor, sua qualificação e procedência.

6. As notas e referências bibliográficas deverão ser agrupadas no final do texto e devidamente referenciadas, de acordo com as normas da ABNT NB 66.

7 As ilustrações deverão ser entregues em folhas separadas com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.

– os desenhos deverão ser entregues em arte-final, preferencialmente a nanquim sobre papel schoeller. No caso de fotografias deverão ser entregues os originais.

8. Após o ato de entrega, as condições dos originais serão analisadas criteriosamente. Os trabalhos que estiverem em desacordo com os padrões aqui descritos serão devolvidos em seguida para que se providencie sua regularização.

9. Os autores receberão gratuitamente três exemplares do fascículo em que tiver sido publicado o artigo.

PAISAGEM AMBIENTE

12